

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO
ESCOLA DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

MARCOS ANTONIO MOTTA

História da Escola Técnica Estadual Professor Aprígio Gonzaga a partir dos seus
sujeitos (São Paulo, 1950 a 1970)

Guarulhos

2022

MARCOS ANTONIO MOTTA

História da Escola Técnica Estadual Professor Aprígio Gonzaga a partir dos seus
sujeitos (São Paulo, 1950 a 1970)

Dissertação de mestrado apresentado à banca examinadora do Programa de Pós-Graduação em Educação da Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade Federal de São Paulo, campus Guarulhos, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Educação.

Linha de pesquisa: História da Educação: sujeitos, saberes e práticas.

Orientadora: Profa. Dra. Mirian Jorge Warde.

Guarulhos

2022

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO
ESCOLA DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

MARCOS ANTONIO MOTTA

História da Escola Técnica Estadual Professor Aprígio Gonzaga a partir dos seus
sujeitos (São Paulo, 1950 a 1970)

Aprovação: 07/12/2022.

Profa. Dra. Mirian Jorge Warde

Universidade Federal de São Paulo – UNIFESP – campus Guarulhos.

Profa. Dra. Renata Marcilio Cândido.

Universidade Federal de São Paulo – UNIFESP – campus Guarulhos.

Profa. Dra. Maurilane de Souza Biccas

Universidade do Estado de São Paulo – USP.

Na qualidade de titular dos direitos autorais, em consonância com a Lei de direitos autorais nº 9610/98, autorizo a publicação livre e gratuita desse trabalho no Repositório Institucional da UNIFESP ou em outro meio eletrônico da instituição, sem qualquer ressarcimento dos direitos autorais para leitura, impressão e/ou download em meio eletrônico para fins de divulgação intelectual, desde que citada a fonte.

MOTTA, Marcos Antonio

História da Escola Técnica Estadual Professor Aprígio Gonzaga a partir dos seus sujeitos (São Paulo, 1950 a 1970) / Marcos Antonio Motta; - Guarulhos, 2022.

Dissertação (Mestrado em Educação) – Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade Federal de São Paulo, 2022.

Orientadora: Mirian Jorge Warde

History of the State Technical School Professor Aprígio Gonzaga from its subjects (São Paulo, 1950 to 1970)

1. História da Educação Profissional. 2. Cultura Escolar. 3. Aprígio Gonzaga. 4. Penha.

Dedicatória

A MULHER, AMIGA E MÃE, Maria Lucia Motta, que me incentivou a realização de todas as minhas escolhas, e sempre me entendeu e me compreendeu.

Agradecimentos

Aos Professores que contribuíram e me acompanharam nesta trajetória, Alfredo Luiz Lopes Filho, Amanda Bueno, Andreza M. de Souza, Ivone S. Oliveira, Irene Rimonato.

Agradecimento em especial, a minha Orientadora, a Professora Dra. Mirian Jorge Warde, pela paciência e os pelos muitos e muitos conselhos.

As Professoras do Julia Kanazawa e Maria Lucia Mendes de Carvalho, do Grupo de Estudos e Pesquisas em Memória e História da Educação Profissional (GEPEMHEP) do Centro de Memória do Centro Paula Souza, pelo incentivo no desenvolvimento de pesquisas sobre práticas escolares e pedagógicas das instituições envolvidas com a história da educação profissional e tecnológica.

E Thiago Silva Motta, pelo seu carinho, atenção e paciência nesse meu trajeto. Meu companheiro.

Epígrafe

“O que conta, na realidade, é a construção do objeto, e a eficácia de um método de pensar nunca se manifesta tão bem como na sua capacidade de constituir objetos socialmente insignificante em objetos científicos ou, o que é o mesmo, na sua capacidade de reconstruir cientificamente os grandes objetos socialmente importantes, aprendendo-os de um ângulo imprevisto.”

(Pierre Bourdieu, 2001, p. 20)

MOTTA, Marcos Antonio. História da Escola Técnica Estadual Professor Aprígio Gonzaga a partir dos seus sujeitos (São Paulo, 1950 a 1970). Dissertação. Guarulhos, Universidade Federal de São Paulo, 2022.

RESUMO

Esta pesquisa situa-se no âmbito da História da Educação, voltada, especificamente, para a Educação Profissional, com a finalidade de compreender a formação da cultura escolar na unidade atualmente denominada Escola Técnica Estadual Professor Aprígio Gonzaga, localizada no bairro da Penha, Zona Leste do município de São Paulo, criada em 1958, como Escola Artesanal da Penha. A unidade escolar tinha como objetivo inicial formar mão de obra qualificada na área de mecânica. Em 1962, é transformada em Escola Industrial, formando aprendizes em mecânica de automóveis; já a partir de 1965, passa a denominar como ginásio, com o curso Ginásio Industrial para os períodos diurnos e Desenho Técnico, no período noturno. O recorte temporal apresentado neste trabalho é justificado pela localização da escola, que desde a sua instalação até o ano de 1973, esteve sediada em um imóvel locado pela Secretaria da Educação, localizado próximo a malha ferroviária e indústrias do segmento automotivo. O objetivo deste trabalho é contribuir para as pesquisas sobre a história da educação profissional e reconstruir a cultura escolar da Escola Artesanal da Penha desde o momento de sua instalação no final da década de 50. A pesquisa é de natureza histórica, sendo utilizado como método a revisão bibliográfica, a pesquisa documental a partir leis, decretos e análise dos prontuários de alunos, professores e funcionários. A partir da investigação dos documentos arquivados na Instituição, prontuários de alunos, professores e funcionários, serão traçadas as configurações presentes no período de implantação Escola Artesanal da Penha.

Palavras chaves: História da Educação Profissional, Cultura Escolar, Escola Estadual Professor Aprígio Gonzaga, Penha.

ABSTRACT

This research is located within the scope of the History of Education, specifically focused on Professional Education, with the purpose of understanding the formation of school culture in the unit currently called Escola Técnica Estadual Professor Aprígio Gonzaga, located in the neighborhood of Penha, East Zone. of the city of São Paulo, created in 1958, as Escola Artesanal da Penha. The school unit had as its initial objective to train qualified labor in the area of mechanics. In 1962, it was transformed into an Industrial School, training apprentices in car mechanics; as of 1965, it was renamed as a gymnasium, with the Industrial Gym course for the daytime periods and Technical Drawing, for the nighttime period. The time frame presented in this work is justified by the location of the school, which since its installation until 1973, was based in a property leased by the Department of Education, located close to the railway network and industries of the automotive segment. The objective of this work is to contribute to research on the history of professional education and to reconstruct the school culture of the Escola Artesanal da Penha since its installation in the late 1950s. bibliographic review, documental research based on laws, decrees and analysis of the records of students, teachers and employees. From the investigation of the documents filed at the Institution, records of students, teachers and employees, the configurations present in the period of implementation of Escola Artesanal da Penha will be traced.

Keywords: History of Professional Education, School Culture, State School Professor Aprígio Gonzaga, Penha.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Aldeamento Guarulhos e São Miguel (séculos XVI – XVII)	17
Figura 2: Igreja da Penha (século XVII)	18
Figura 3: Praça Nossa Senhora da Penha de França (1925)	19
Figura 4: Estação Guaiaúna – Penha (1940)	21
Figura 5: Vista da Rua Coronel Rodovalho (1920)	22
Figura 6: Mapa da Penha – localização das indústrias e estações ferroviárias (1930)	23
Figura 7: Organização dos Cursos de Ensino Industrial (1959)	28
Figura 8: Cursos Ordinários de Grau Médio no Sistema Educacional do Brasil e de SP (1964)	29
Figura 9: Cursos práticos de Ensino Industrial (1946)	32
Figura 10: Peugeot Voiturette (1891)	36
Figura 11: Packard de Placa P-1 (1903)	37
Figura 12: Jardineira (1946)	38
Figura 13: Fábrica da Caio na Rua Guaiaúna, no bairro da Penha, (1952)	38
Figura 14: Mapa da localização da Escola – Rua Guaiaúna 751 (1954)	40
Figura 15: Fachada do imóvel entre a Rua Guaiaúna/Rua Napa (1955)	41
Figura 16: Fachadas laterais do imóvel entre a Rua Guaiaúna/Rua Napa (1955)	42
Figura 17: Interior do Mercadinho Azul n.º 1 (1955)	42
Figura 18: Locais de desapropriações para a instalação da Escola (1958)	43
Figura 19: Cursos do Ensino Industrial (1942)	47
Figura 20: Divulgação do Curso Extraordinário em Mecânica de Automóveis (1958)	48
Figura 21: Aprígio Gonzaga (1930)	55
Figura 22: Instituto Profissional Masculino - Rua Piratininga – Brás (1927)	56
Figura 23: Organograma da Escola (1959 – 1970)	60
Figura 24: Exame médico e biométrico (1972)	64
Figura 25: Jornal Correio Paulistano sobre cursos de Mecânica de Automóveis (1961)	102
Figura 26: Gravura de doação de motores automotivos Willys-Overland (1961)	103

Figura 27: Capa do livro: Curso de Português – Aníbal Bruno	112
Figura 28: Coleção Bom Livro – Editora Ática	113
Figura 29: Capa do livro: Spoken English: Book One (João Fonseca)	113
Figura 30: Local de Residência dos alunos do curso de Mecânica de Automóveis (1959 -1962)	130
Figura 31: Série Metódica: grau de complexidades das operações	138
Figura 32: Análise gráfica da série metódica	138
Figura 33: Capa e Índice do livro de Ensino Religioso “Luz do Céu”	143
Figura 34: Local de residência dos alunos matriculado (1963 -1972)	154
Figura 35: Local de residência dos alunos matriculado (1965 -1972)	162

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Formação dos professores (%)	87
Gráfico 2: Forma de contratação dos professores (%)	90
Gráfico 3: Tempo de Atuação na Unidade (anos)	91
Gráfico 4: Professores de Cultura Técnica e Geral (%)	93
Gráfico 5: Local de Residência Docente (%)	93
Gráfico 6: Faixa Etária dos Professores (quant.)	94
Gráfico 7: Idade dos alunos do curso de Mecânica de Automóveis (1959 -1961)	127
Gráfico 8: Naturalidade dos alunos do curso de Mecânica de Automóveis (1959 -1961)	128
Gráfico 9: Naturalidade dos alunos do curso de Aprendizagem Profissional em Mecânica de Autos (1962)	139
Gráfico 10: Variação (%) nas idades dos alunos matriculado (1963 -1972)	149
Gráfico 11: Nacionalidade dos Pais dos alunos matriculado (1963 -1972)	152
Gráfico 12: Município de nascimento (%) dos alunos matriculado (1963 -1972)	153
Gráfico 13: Variação (%) nas idades dos alunos matriculado (1965 -1972)	159
Gráfico 14: Nacionalidade dos pais de alunos matriculado (1965 -1972)	160
Gráfico 15: Município de nascimento (%) dos alunos matriculado (1965 -1972)	161

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Cursos Ordinários (1942)	45
Quadro 2: Curso extraordinário de Mecânica de Automóveis da EAP (1959-1961)	49
Quadro 3: Curso ordinário em Aprendizagem Profissional em Mecânica de Auto (1962)	50
Quadro 4: Horário - Curso em Aprendizagem Profissional em Mecânica de Auto (1962)	51
Quadro 5: Curso Ordinário – Ginásio Industrial (1963)	52
Quadro 6: Curso Ordinário- Desenho Técnico Mecânico (1965)	55
Quadro 7: Escriturários (1958 – 1972)	69
Quadro 8: Inspetor de Alunos (1965 – 1977)	70
Quadro 9: Almoxarife (1964 – 1969)	71
Quadro 10: Servente (1958 -1972)	72
Quadro 11: Guarda de Escola (1959 -1977)	73
Quadro 12: Artífice - auxiliar (1965 – 1968)	73
Quadro 13: Orientador Educacional (1964 -1976)	79
Quadro 14: Auxiliar de Ensino (1958 -1965)	80
Quadro 15: Provimento dos cargos de Docentes (1935 a 1961) no estado de São Paulo	88
Quadro 16: Professores Efetivos (1952 – 1981)	101
Quadro 17: Professores Contratados (1959 – 1965)	101
Quadro 18: Compra de materiais de reparo (1966-1972)	104
Quadro 19: Compra de materiais para primeiros socorros (1966-1967)	105
Quadro 20: Professores Efetivo/Estável (1957 -1977)	108
Quadro 21: Número de partidas para o estádio do Pacaembu (1972)	108
Quadro 22: Professores Português/Inglês (1963 – 1972)	111
Quadro 23: Formação dos professores de Português/Inglês	111
Quadro 24: Professores de Matemática (1960 – 1970)	115
Quadro 25: Formação professores de Matemática	116
Quadro 26: Professores Ciências (1962 – 1968)	116
Quadro 27: Formação dos professores de Ciência	117
Quadro 28: Professores História/Geografia e Educação Moral e Cívica (1963 – 1969)	117
Quadro 29: Formação dos professores História/Geografia e Educação Moral e Cívica	119
Quadro 30: Professores de Educação Física e Canto (1970 – 1974)	120
Quadro 31: Formação dos professores de Educação Física e Canto	121
Quadro 32: Professores em formação (1963 – 1972)	122

Quadro 33: Formação dos professores	122
Quadro 34: Aprovados em Mecânica de Automóveis (1959-1962)	131
Quadro 35: Nota Final do 2.º ano da turma de Mecânica de Automóveis (1960)	133
Quadro 36: Nota Final do 2.º ano turma de Mecânica de Automóveis (1961)	133
Quadro 37: Nota Aprovação do 1.º ano da turma de Mecânica de Automóveis (1961)	134
Quadro 38: Receitas e Despesas da O.C.E. (1959-1961)	135
Quadro 39: Escola de Formação no Ensino Primário dos alunos do curso de Aprendizagem Profissional em Mecânica de Autos (1962)	141
Quadro 40: Composição das notas do curso de Aprend. Prof. em Mecânica de Autos (1962)	142
Quadro 41: Carga semanal de aulas de Aprend. Prof. em Mecânica de Autos (1962 - 1964) ..	143
Quadro 42: Número de alunos matriculados e Concluintes (1963 - 1972)	148
Quadro 43: Quadro de inspeção médica (1967)	150
Quadro 44: Quadro de inspeção médica - Antecedentes – Pessoais (1967)	151
Quadro 45: Quadro de inspeção médica - Informações do aluno (1967)	155
Quadro 46: Quadro de inspeção médica - Informações da Família – 2º parte (1967)	156
Quadro 47: Quadro de inspeção médica - Informações do aluno – 2ª parte (1967)	157

LISTA DE TABELA

Tabela 1: População do Município de São Paulo e do bairro da Penha - Recenseada (1950-70)	23
Tabela 2: Escolas registradas na Superintendência da Educação Profissional (1934 -1942)	31
Tabela 3: Divisão das Áreas/Sexo	61
Tabela 4 – Movimento Financeiro da Associação de Pais e Mestres (1971)	67
Tabela 5: Número de alunos matriculados e concluintes (1965 - 1972)	159

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	4
CAPÍTULO 1 – A FUNDAÇÃO DO BAIRRO E A CRIAÇÃO DA ESCOLA	17
1.1	O bairro da Penha – de Paragem a Freguesia
	17
1.2	A chegada da ferrovia e o crescimento populacional e econômico
	20
1.3	A educação no bairro e a criação da escola
	24
1.3.1	Cursos
	45
1.4	O patrono: Aprígio de Almeida Gonzaga
	55
1.5	A Organização Escolar
	58
1.5.1	Corpo Administrativo
	60
1.5.2	Diretor
	62
1.5.2.1	Atribuições e visitas
	63
1.5.3	Administrativo
	68
1.5.3.1	Escriturário
	68
1.5.3.2	Inspetor de Alunos
	70
1.5.3.3	Almoxarife
	71
1.5.3.4	Servente
	71
1.5.3.5	Guarda de Escola
	73
1.5.3.6	Artífice
	73
CAPÍTULO 2 – O CORPO DOCENTE	75
2.1	Orientador Educacional
	75
2.2	Auxiliar de Ensino
	80
2.3	Docentes
	82
2.3.1	Cultura Técnica
	97
2.3.2.1	Professores Português/Inglês
	111
2.3.2.2	Professores Matemática
	113
2.3.2.3	Professores de Ciências
	116
2.3.2.4	Professores de História, Geografia e Educação Moral e Cívica
	117
2.3.2.5	Professores de Educação Física e Canto
	120

2.3.2.6 Professores em Formação	121
CAPÍTULO 3 – O CORPO DISCENTE	123
3.1 Mecânica de Automóveis (1959)	124
3.2 Aprendizagem profissional de Mecânica de Autos (1962)	135
3.4 Desenho Técnico (1965-1972)	158
CONSIDERAÇÕES FINAIS	163
REFERENCIAS BIBLIOGRAFICAS	170
ANEXO	187
A – Atribuições do Diretor (1967)	187
B – Programa de trabalho: Diretor referência VI (1967)	189
C – Programa de trabalho: Orientadora Educacional (1967)	190
D - Atribuições da Orientação Educativa	192
E – Atribuições do Escriturário (1970)	193
F- Plano de trabalho dos Servidores da categoria Servente (1970)	195
G – Ato n.º 95 de 27 de outubro de 1964	197
H – Plano de Trabalho Docente (1969)	200
I -a) Ficha de matrícula e notas (1961) – Frente	202
I - b) Ficha de matrícula e notas (1961) – Verso	203
I – c) Ficha de matrícula e notas (1961) – Interna (parte 1)	204
I – d) Ficha de matrícula e notas (1961) – Interna (parte 2)	205
J – Prontuário Individual	206
K – Ficha de Notas e Frequência	207
L – Ficha Médica	208
M – Ata de reunião do Pessoal Administrativo (1964-1973)	209
N - Estatuto-Padrão dos Órgãos de Cooperação Escolar	217
O – Convocação	229
P – Estatuto da Associação de Pais e Mestres do Ginásio Industrial Estadual “Professor Aprígio Gonzaga (1970)	230
Q – Ata da Assembleia Geral de Professores e Pais de Alunos (1971)	235
R - Portaria 9/72	237
S (a) - Inventario de material em patrimônio do O.C.E	238
S (b) – Receitas e Despesas da O.C.E e A.P.M (1959-1972)	239
S (c) - Lista de materiais adquiridos pela O.C.E e A.P.M (1959-1972)	240

T – Imagem de peça publicitaria Mercadinho Azul (1955)	249
U (a) - Escolas de formação primaria dos matriculados no Ginásio Ind. (1963 - 1972)	250
U (b) - Escolas de formação primaria dos matriculados Desenho Técnico (1965 - 1972)	251
V (a) - Profissão dos pais dos alunos matriculados Ginásio Industrial (1963 - 1972)	252
V (b) - Profissão das mães dos alunos matriculados (1963 - 1972)	252
V (c) - Profissão dos pais dos alunos matriculados Desenho Técnico(1965 - 1972)	253
V (d) - Profissão das mães dos alunos matriculados (1965 - 1972)	253

INTRODUÇÃO

No ano de 2009, comecei a lecionar na Escola Técnica Estadual (ETEC) Professor Aprígio Gonzaga (APG); localizada desde 1958, no bairro da Penha na cidade de São Paulo, ofertando cursos profissionais em nível médio de ensino nas modalidades técnico e integrado.

Após alguns anos lecionando na unidade, participo da VI Jornada Internacional sobre Patrimônio Artístico, Histórico e Tecnológico na Educação Profissional (2013), realizado pelo Centro de Memória e História da Educação Profissional e Tecnológica, promovido pelo Centro Paula Souza, doravante CPS. O Centro de Memória desenvolve projetos historiográficos sobre memórias e história da educação profissional, por meio de grupos de estudos e pesquisas sobre educação escolar e sua relação com o mundo do trabalho, com a finalidade de identificar, sistematizar e organizar as fontes provenientes de diferentes conjuntos documentais nas escolas técnicas do CPS. O grupo de estudo e pesquisa é dividido em cinco eixos temáticos, dentre eles “o público da escola: perfil, práticas escolares e hábitos culturais; apropriação dos espaços e modalidades de ensino nas escolas técnicas e tecnológicas” (GEPEMHEP, 2020, p. 1). A partir deste eixo temático, surgiram dúvidas sobre a história da educação profissional e as configurações presente na APG no momento da sua criação; outro fator que agrega a escolha deste tema é minha formação no ensino médio, marcado pela trajetória no ensino profissional.

Essa escolha está descrita num dos objetivos do ensino de 1.º e 2.º graus segundo o parecer n.º 339/72 de 6 de abril de 1972 (BRASIL, 1972, p. 215), do Conselho Federal de Educação.

Desenvolver no aluno acentuado interesse pelos assuntos relacionados com o mercado de trabalho, das áreas econômicas (primária, secundária e terciária), processos de produção, ocupações e outros aspectos concernentes a função desempenhada pelo fator humano no desenvolvimento econômico do País.

Para desenvolver esse e outros objetivos relacionados ao mercado de trabalho, algumas escolas estaduais do Estado de São Paulo, até a década de 90, ofereciam aos alunos do segundo grau a opção pelo ensino normal ou profissional, na unidade onde estava matriculado. Existiam os cursos profissionais de Técnico em Magistério e Técnico em Contabilidade, por uma questão relacionada ao gênero, optei pelo curso profissional em Contabilidade.

Em 2003, ingressei no curso de tecnologia em Logística e Transporte, na Faculdade de Tecnologia Zona Leste (Fatec), implantada em abril de 2002, no bairro de Cidade A. E. Carvalho, Zona Leste do município de São Paulo. A primeira faculdade pública da região a

oferecer os cursos superiores de tecnologia devidamente reconhecidos, sendo eles Informática para Gestão de Negócios, Logística e Transportes e Produção de Plásticos.

A Fatec é administrada pelo Centro Paula Souza, uma autarquia criada em 1969 pelo Governo do Estado de São Paulo, vinculada à Secretaria de Desenvolvimento Econômico, que administra, além das Fatecs, as Escolas Técnicas (Etecs). Desde 2009 vem expandindo a oferta de cursos técnicos de nível médio em parcerias com a Secretaria da Educação do Estado de São Paulo e prefeituras. Devido a esta expansão, teve início minha carreira como professor no ensino profissional na APG no curso de nível médio em Técnico em Logística. A escola até o ano de 1994 era administrada pela Secretaria da Educação e transferida para o Centro de Educação Tecnológica Paula Souza (CEETEPS).

A partir de 1920, no estado de São Paulo, existiam dois modelos de educação profissional, as escolas artesanais para crianças e jovens em situação de risco destinadas a desenvolver um ofício de curta duração e as escolas profissionais voltadas a classe trabalhadora orientado para atividades profissionais conforme o ramo de ensino (MACHADO, 2011, p. 111). Com a promulgação da Lei Orgânica do Ensino Industrial (1942a), “a ideia que se fazia do ensino profissional era de sua destinação as “classes baixas” ou as “classes menos favorecidas”, na expressão da Constituição de 1937” (CUNHA, 2000, p. 143).

O objetivo dessas unidades escolares era formar o futuro operário de modo a prover mão-de-obra para o mercado de trabalho conforme suas necessidades. As composições desses espaços se modificavam conforme a localização das unidades, bem como os processos de interação político, econômico e social.

Dessa forma, dentre as questões que surgem no processo de pesquisa sobre a educação profissional destaca-se:

- Qual a função da escola? A criação de uma unidade escolar se deve a movimentos decorrentes de diversos fatores (sociais, econômicos e religiosos), desta forma quais os fatores que favorecerem a criação da Escola Artesanal da Penha?
- Como era a estrutura da escola? Como estava organizado a estrutura escolar, o modelo dos cursos, a composição das disciplinas conforme os cursos oferecidos?
- Quem eram os atores presentes na cultura escolar? Quem eram os personagens presentes nos 15 (quinze) anos de funcionamento da Escola Artesanal da Penha, de 1958 a 1973?

No interior da escola, para Gonçalves e Filho (2005, p. 37), entre “espaço e tempo” a cultura escolar é “concebida, distribuída e utilizada pelas instituições escolares” seguindo

critérios normas e práticas sedimentadas mudando a conduta e modo de vida dos “sujeitos que tomam parte da vida cotidiana da escola que, ao longo do tempo, determinarão as práticas e os modos de pensar e fazer escolares”.

Pode se entender o conceito de cultura escolar, como diferentes manifestações tanto no âmbito do indivíduo, do grupo, da organização ou mesmo da instituição dentro de um ambiente escolar. Ela possuiu uma dimensão cultural, tanto do ponto de vista do macroambiente em suas relações com a sociedade em geral, quanto do ponto de vista do microambiente, em situações mais específicas, ou seja, em “função das próprias formas culturais que ela produz e transmite” Barroso (2013), sendo necessário analisar as diferentes dimensões da cultura escolar, assim pode se analisar a cultura a partir do conjunto de três tipos de abordagem:

- Função: sua relação com o macroambiente, a cultura escolar da instituição é produzida e definida por princípios e normas estabelecidas pelo poder político que determina a constituição da instituição educativa sendo “vista como um simples transmissor de uma cultura” e se “constituindo do substrato do processo educativo e da aculturação das crianças e jovens” (BARROSO, 2013);
- Estrutura: do ponto de vista do microambiente, a cultura produzida a partir das suas formas e estruturas “seja o plano de estudos, as disciplinas, o modo de organização pedagógica, ou meios auxiliares de ensino” (BARROSO, 2013);
- Interação: A partir da investigação dos documentos arquivados na instituição, sendo prontuários de alunos, professores e funcionários será realizado uma análise quantitativa e por meio destas fontes é possível traçar as configurações presentes no período de implantação Escola Artesanal da Penha, a partir dos elementos (número de matrículas e aprovados, evasão escolar, estrutura da formação profissional entre outros dados) envolvidos nos cursos ordinários de mecânica de automóveis, no ginásio industrial e curso de desenho técnico mecânico. Assim, a percepção e compreensão do todo só é possível a partir da identificação das partes que a compõem. Segundo Barroso (2013), “A cultura organizacional da escola, é a cultura produzida pelos atores organizacionais, nas relações uns com os outros, nas relações com o espaço e nas relações com os saberes”.

Reconstituir a história da Escola Artesanal da Penha a partir do que foi produzido pelos sujeitos (São Paulo, anos 1950 aos anos 1970), buscamos contribuir para as pesquisas sobre a história da educação profissional. Essa contribuição se deve, conforme Miguel e Souza (2016), às novas pesquisas realizadas no campo da História da Educação a partir da segunda metade do

século XX, propiciado por novas incursões da renovação historiográfica, em especial através dos Annales, que possibilitou uma abertura deste campo histórico-educativo com a inserção de temáticas, fontes, metodologias, leituras, investigações, modalidades interpretativas, problematizações, novos olhares e objetos.

A história da educação brasileira ganha relevância a partir da década de 1980, quando grupos de pesquisa são criados nas universidades e eventos promovidos para debater questões sobre: o ensino de história da educação, historiografia e memória da educação, a história das instituições, as legislações educacionais, os currículos escolares, a cultura escolar, as práticas pedagógicas, a profissão docente, entre outras. (CARVALHO, 2011, p. 11).

Para Bellotto (2000, p. 153), o patrimônio documental contido em arquivos permanentes/históricos, constituiria parte do patrimônio histórico. E complementa: “Porém, como algo inerente a sociedade que produz/usa/consome o documento do arquivo, seja ele normativo, testemunhal ou informativo, não deixa de ser elemento integrante do patrimônio cultural”.

Os documentos produzidos e arquivados na Etec Professor Aprígio Gonzaga, de seus sujeitos e coletivos, suas relações e as relações deles com a Instituição, como normas, regras, administração e poderes instituídos nos permite reescrever história da cultura escolar.

A pesquisa é de natureza histórica, sendo utilizado como método a revisão bibliográfica, a pesquisa documental a partir leis e decretos, e análise dos prontuários de alunos, professores e funcionários.

Para contribuir na construção do conhecimento histórico, iremos explorar os autores: Acácia Zeneida Kuenzer (1991), Arnaldo Laurindo (1962), Barbara Weinstein (2000), Carmem Sylvia Vidigal Moraes (2002), Celso Suckow da Fonseca (2010), David Harvey (1999), Luiz Antonio Cunha (2002), Maria Ciavatta (2009), Maria Teresa Garbin Machado (2014), Oswaldo de Barros Santos (1963), Otaiza de Oliveira Romanelli (2013), Ricardo Antunes (2006), Sandra Machado Lunardi Marques (2003), Silvia Maria Manfredi (2002), Thomas Gounet (1999). Os autores buscam reconstruir sobre a história da Educação Profissional principalmente no ensino profissional industrial e quais suas relações com o mercado de trabalho na formação dos trabalhadores.

Para a construção da pesquisa documental na esfera federal a lei Orgânica do Ensino Industrial estabelecida pelo Decreto-Lei n.º 4.073 de 30 de janeiro de 1942, que define a forma do ensino industrial básico e as modificações ocorridas durante o período do recorte temporal. O Decreto-Lei n.º 4.127/42, que estabelece as bases de organização da rede federal de estabelecimentos de ensino industrial, constituída de escolas técnicas, industriais, artesanais e

de aprendizagem, extinguiu os liceus industriais, transformou em escolas industriais e técnicas, as quais passaram a oferecer formação profissional nos dois ciclos do ensino industrial. A Lei n.º 4.024/61, que fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, que passou a permitir que concluintes de cursos de educação profissional, organizados nos termos das Leis Orgânicas do Ensino Profissional, pudessem continuar estudos no ensino superior. Na esfera estadual, Lei n.º 3.344, de 12 de janeiro de 1956, que estabelece condições para o registro e funcionamento de estabelecimentos de ensino profissional livre no Estado e Decreto n.º 32.996 de junho de 1958. Dispõem sobre a localização de Escola Artesanal, Decreto-Lei de 6 de outubro de 1969, sobre a criação como entidade autárquica, o Centro Estadual de Educação Tecnológica de São Paulo.

Compõem também a pesquisa documental o acesso aos arquivos produzidos pela unidade escolar como: prontuários de alunos, professores e funcionários, arquivados na Escola Artesanal da Penha entre o período de 1959 a 1973, os dados obtidos nesta pesquisa serão anonimizados, ou seja, no processo de tratamento será garantindo que os dados de titulares estejam anônimos. Diante do próprio significado do termo, anônimo seria aquele que não tem nome nem rosto (HOUAISS; VILLAR, 2009, p. 140), assim, os dados apresentados não irão revelar a identidade dos indivíduos, sendo apresentados de forma quantitativa as informações (idade de ingresso, nacionalidade, taxa de aprovação e reprovação, formação escolar, domicílio, entre outros) visando eliminar os elementos identificadores por meio da supressão ou generalização dos dados. Os arquivos das unidades escolares possuem diversos documentos, segundo Belloto (2002) os “documentos de arquivos são testemunhos inequívocos da vida de uma instituição”. Os documentos podem auxiliar na análise das estruturas das organizações, e nas configurações sociais presentes nas instituições em determinados períodos.

A aceleração do desenvolvimento industrial, no Brasil, ocorre durante a Primeira Guerra Mundial; fatores socioeconômicos alteram a estrutura social nas primeiras décadas da República, este processo se intensifica no pós-guerra, principalmente no Estado de São Paulo, impactando a educação básica e profissional, dentre eles a imigração, urbanização e industrialização (CUNHA, 2000).

A preparação profissional dos trabalhadores no país começa a ser feita desde os tempos mais remotos, destinada principalmente as categorias sociais mais baixa da sociedade, ou seja, era necessário preparar os “pobres, marginalizados e desvalidos da sorte para atuarem no sistema produtivo nas funções técnicas localizadas nos níveis baixos e médio da hierarquia ocupacional” (KUENZER, 1991, p. 8). Esta divisão entre classes mais ou menos favorecida permanece durante a Constituição do Estado Novo (1937), cabendo a educação elementar e vocacional aos mais pobres, enquanto a formação acadêmica aos mais favorecidos.

Esta formação atendia aos objetivos e as demandas do sistema produtivo, isto é, preparar os trabalhadores para as diferentes etapas do processo industrial, em postos de trabalho de maior ou menor grau de complexidade nas atividades desenvolvidas. Desta maneira, era necessário formar profissionais em diferentes graus de desenvolvimento mental, escolar e formação profissional. Para Kuenzer (2002), a formação educacional acadêmica e profissional tinham funções diferenciadas dentro do sistema produtivo, sendo a formação profissional para os trabalhadores, em instituições especializadas ou no próprio trabalho. O ensino profissional era destinado a esta classe, na qual se pretendia capacitar jovens e adultos trabalhadores, no exercício de um ofício ou técnica nas atividades industriais. Esta capacitação destinava a garantir uma força de trabalho qualificada, preparando o trabalhador para o mercado, em condições de atender ao Plano Nacional de Desenvolvimento Industrial do governo Vargas (SILVA, 2010).

Dentre os objetivos do Plano Nacional, estava a busca pelo estímulo da produção interna, em destaque a produção industrial por meio de medidas protecionistas ou por meio do monopólio de atividades industriais ou econômicas. Tais medidas poderiam fomentar o crescimento da produção nacional, estimulando a geração de empregos e criando condições de bem-estar para a população urbana (CUNHA, 2000). Assim, as leis editadas para estabelecer a organização da educação profissional exerciam duas funções; a primeira, preparar o futuro trabalhador para o mercado de trabalho; e a segunda, estava relacionada ao caráter corretivo, com a instituição de frequência obrigatória nas disciplinas de práticas educativas, como educação física e musical a menores de dezoito anos de ambos os sexos, além de educação doméstica destinado ao sexo feminino; assim a norma buscava solucionar questões sociais como a moralização das classes mais pobres.

Estas normas são editadas a partir de 1942, por meio de leis e decretos que estabelecem as bases para organização e regimes dos diferentes ramos de ensino profissional (Industrial, Comercial, Agrícola e Economia Doméstica). O ensino industrial era destinado a preparação dos trabalhadores em ocupações na indústria, nas atividades artesanais, transportes, comunicação e pesca. Assim, o ensino técnico assume as características da indústria e tem sua organização curricular orientadas pelas Leis Orgânicas da Educação Nacional, firmadas por decretos e organizadas por ramos de ensino.

As Leis Orgânicas do ensino profissional, decretadas de 1942 a 1946, marcam, em âmbito federal, a institucionalização de duas redes [...] “o ensino secundário, voltado para a formação geral, propedêutica aos estudos superiores, ao preparo das individualidades

condutoras; de outro, o ensino profissional, para formar mão-de-obra qualificada para o mercado” (MORAES, 2002, p.50).

Estas instituições ou estabelecimentos de ensino destinados a profissionalização dos trabalhadores dividiam em dois ciclos, o 1.º ciclo, curso industrial - denominadas de Escolas Industriais; o 2.º ciclo, curso técnico - denominadas de Escolas Técnicas. Essa divisão é apresentada por Baracho, Cabral Neto e Ramos (2017, p. 9):

As Escolas que ministravam o ensino industrial (1.º ciclo), portanto, Escolas Industriais, tinham como objetivo receber o aluno que já havia cursado o primário, além de ensinar, de forma global, um ofício ou grupo de ofícios afins. Nesse sentido, a escola tinha como função social qualificar o indivíduo para um ofício. As Escolas que ministravam o ensino técnico (2.º ciclo), denominadas Escolas Técnicas, tinham por função o ensino de técnicas próprias ao exercício de funções de caráter específico na indústria o que lhe conferia um diploma correspondente à técnica estudada. Para o ingresso nesse ciclo, o aluno precisaria haver cursado o 1.º ciclo.

Assim, as famílias de baixa renda poderiam matricular seus filhos após o término do ensino primário, a partir dos onze anos de idade, em das unidades de ensino profissional, desde que comprovada as exigências mínimas, o que possibilitaria uma formação profissional em um dos ramos de ensino. O primeiro Decreto-Lei n.º 4.073, publicado em 30 de janeiro de 1942 estabelecia as regras para o ensino industrial, sendo elas, preparar os trabalhadores da indústria, das atividades artesanais, transportes e pesca; a formação profissional deveria atender aos diferentes interesses, conforme o artigo 3.º deste decreto: 1) atender aos interesses do trabalhador, “realizando sua preparação profissional e sua formação humana”; 2) empresas, “nutrindo-as, segundo as suas necessidades crescentes e mutáveis, de suficiente e adequada mão de obra” e 3) nação, “promovendo continuamente a mobilização de eficientes construtores de sua economia e cultura”.

A estrutura do sistema educacional profissional brasileiro, segundo Silva (2010), obedecia às exigências do modelo taylorista-fordista de produção, atendendo a divisão social do trabalho (quando cada classe social deve ocupar uma determinada função pré-estabelecida) e a divisão técnica (parcelamento do processo produtivo em pequenas partes). Essa formação se deve ao caráter internacional do capital, em decorrência da ampliação do comércio mundial, acarretando uma maior concorrência e redução de custos; de seu sistema produtivo, novos critérios competitivos e a introdução de técnicas e tecnologias no processo de fabricação; desta maneira é exigido da classe trabalhadora uma formação mais complexa, decorrente das configurações locais, regionais, nacionais e suas conexões na cadeia produtiva (ANTUNES, 2009).

No Estado de São Paulo, a estrada de ferro teve papel importante no desenvolvimento do sistema produtivo; a malha ferroviária tinha como objetivo levar a produção cafeeira para o mercado externo, também desempenhou de forma significativa o desenvolvimento industrial no estado; devido aos baixos preços dos imóveis, diversas indústrias vieram a se instalar próximo a malha ferroviária, e ao seu redor surgiram núcleos populacionais. No campo profissional, o transporte ferroviário necessitava de profissionais qualificados, tanto para a construção da malha ferroviária, quanto para a manutenção das vias permanentes e equipamentos de material rodante, com isso, durante o período inicial de construção da malha houve a entrada de mão-de-obra estrangeira qualificada, mas era necessário formar internamente operários para a realização de manutenção de equipamentos, veículos e instalações.

Para o ensino deste ofício, foram construídas oficinas e escolas, as primeiras unidades eram mantidas pelas companhias ferroviárias como a Estada de Ferro Central do Brasil, que administrava a Escola Prática de Aprendizes das Oficinas (1906) no Rio de Janeiro, e a Escola Profissional Mecânica (1924) criada no Liceu de Artes e Ofícios de São Paulo, convênio entre a Estrada de Ferro Sorocabana, São Paulo Railway e a Companhia Paulista de Estrada de Ferro (CUNHA, 2002); estas escolas ferroviárias tinham como objetivo formar, preparar e aperfeiçoar aprendizes e trabalhadores, no ensino de ofício sistemático e foram pioneiras na implantação dos princípios de Organização Racional do Trabalho (ORT).

Com bases nos estudos e técnicas desenvolvidas por Frederick W. Taylor (1880), sobre a racionalização do trabalho do operário, e das experiências na Companhia Estrada de Ferro Sorocabana, cria-se a ORT que pretendia resolver os diferentes problemas técnicos, administrativos e de formação e aperfeiçoamento de pessoal sobre diferentes aspectos para o desenvolvimento “das ideias de organização, padronização, elaboração de estratégias para redução de custos, disciplinarização e controle dos trabalhadores” (BATISTA, 2015, p. 83).

Com a expansão da indústria, principalmente a automotiva, surgem novos requisitos na “formação do trabalhador e na educação escolar, sobretudo na preparação para o trabalho” (ALCANTARA; LUCENA, 2006, p. 3), com as novas demandas exigidas na forma de produção, surgiu a necessidade de criar mais centros de preparação profissional para atender aos setores industriais, comerciais e agrícolas. Cabendo a Superintendência do Ensino Profissional do Estado de São Paulo, a localização e instalação de unidades educacionais profissionais conforme as características locais e regionais.

Os centros para preparação profissional no ramo industrial de primeiro ciclo se dividiam em quatro modalidades de ensino: industrial, mestría, artesanal e de aprendizagem. O ensino

industrial e mestria possuía duração mais longa e uma formação mais completa para o trabalhador, sendo permitido aos alunos destes cursos prosseguirem os estudos no segundo ciclo, desde que seja no mesmo ramo de ensino. Enquanto o ensino artesanal e de aprendizagem, tinham como objetivo uma formação mais rápida, destinado a execução de ofício ou função.

Durante o período de 1911 a 1935, cria-se uma rede estadual paulista de ensino industrial, com nove instituições em funcionamento. Na capital paulista é inaugurado o primeiro Instituto profissional masculino (1911), e oito unidades no interior: Amparo (1913), Rio Claro (1919), Franca (1924), Campinas e Ribeirão Preto (1927), Sorocaba (1929), Mococa (1931) e São Carlos e Santos (1933), estas escolas profissionais estavam localizada próximo as instalações fabris, a fim de atender aos menores operários ou filhos de operários (CUNHA, 2002), com o intuito estimular sua colocação no mercado de trabalho e garantir, para a indústria, mão-de-obra qualificada no exercício do ofício aprendido.

A primeira escola profissional masculina estava localizada no bairro do Brás, região central do município de São Paulo. O bairro se caracterizava pela expansão industrial e a alta concentração de operários principalmente de origem italiana. O primeiro diretor da unidade foi o professor Aprígio de Almeida Gonzaga (1911–1934); nos relatórios dos trabalhos da escola profissional apresentados ao diretor da instrução pública, Gonzaga enfatizava a necessidade de despertar uma consciência industrial, conforme as necessidades técnicas e requisitos da indústria, além de estimular o jovem ao hábito do trabalho e um melhor cidadão.

Na metade da década de 50, o Estado de São Paulo apresenta uma expansão industrial sem precedentes, enquanto o país criava uma indústria automobilística, São Paulo já contava com o maior parque industrial (SÃO PAULO, 1959). Dentre eles, a automotiva, instalada em 1919 na rua Florêncio de Abreu no centro da cidade de São Paulo. A Ford Brasil já montava o Ford “T” no mercado nacional com todas as partes do veículo importadas; em 1925, no bairro do Ipiranga, instala-se a General Motor e no mesmo bairro, em 1953. instala-se a Volkswagen no Brasil. Para Gounet (1999), “a indústria automobilística torna-se uma questão de Estado”; ela representa 10 % do Produto Nacional Bruto (PNB), e cerca de 10% dos empregos.

Até 1954, a rede escolar do Departamento de ensino profissional do Estado de São Paulo se constituía de uma escola técnica, vinte e uma escolas industriais e vinte escolas artesanais, a partir de 1955, entram em funcionamento as escolas industriais de Mogi das Cruzes e Santo André, além das escolas artesanais em Avaré, Birigui, Ipauçu, Marília, Osvaldo Cruz, Promissão e Tupã; na capital, entram em funcionamento no bairro da Lapa, Mooca e Vila Maria. Em 1959, são criadas diversas escolas industriais e artesanais no interior do estado e somente uma escola artesanal na capital, a Escola Artesanal da Penha (SÃO PAULO, 1959).

O bairro da Penha está localizado na região leste do município de São Paulo, sua fundação data de meados do século XVII, destacava-se pelo aspecto religioso e características rurais até a chegada da ferrovia no final do século XIX. No meio do século XIX, o imigrante alemão Joao Boemer inaugura a primeira cervejaria de São Paulo, a cerveja da Penha; a proximidade com o rio Tiete impulsionou o surgimento de outras indústrias a partir de 1930 como olarias, extração de areia, confecção de barcos a remo.

A região sempre possuiu pouca importância econômica até a chegada da ferrovia no final do século XIX com a instalação da Estação Guaiaúna; esse fator reduziu o isolamento principalmente devido à distância do bairro em relação ao centro da capital (JESUS, 2006). A Estação Guaiaúna foi aberta em 1894, oito anos após a inauguração do ramal da Penha, destinada principalmente aos romeiros que tinham como destino a padroeira do bairro. Este pequeno ramal funcionou até os anos de 1950 e terminava próximo à rua Coronel Rodovalho. A estação Guaiaúna mais tarde seria renomeada como Carlos de Campos. Presidente do Estado de São Paulo de 1924 a 1927, Carlos de Campos, durante a revolução de 1924, utilizou o local como sede do governo estadual e quartel-general das forças legalistas em operação.

Próximo a malha ferroviária e viária, em 1938, os imigrantes de descendência árabe Fadlo Haidar, Nicolau Srur e Paulo Taufi Maluf adquirem um terreno no bairro, sendo uma área ideal e com preço acessível para a construção da Fábrica de Papel Santa Terezinha, focada na produção de papeis para embalagens. A fabricação de papeis era menos competitiva que o mercado de tecelagem e fiação, além de possuir um mercado promissor e baixo investimento, na década de 1940 com a eclosão da Segunda Guerra Mundial, resolvem implantar uma fábrica de celulose.

Além da Fábrica de Papeis Santa Terezinha, surgem próximo a malha ferroviária a Companhia Americana Industrial de Ônibus – C.A.I.O, indústria encarregadora de ônibus (1945), RCN Indústrias Metalúrgicas (1953) fabricação de peças forjadas e usinadas para o setor automotivo, e na prestação de serviços de auto-ônibus como Vila Esperança e Penha São Miguel, com garagens instaladas no bairro (PMSP, 2003).

A chegada da ferrovia e a implantação de novas indústrias intensificou o processo de urbanização com o surgimento de loteamentos residências no bairro, ocupadas principalmente por operários da indústria. Estes fatores contribuíram para a instalação das primeiras instituições públicas de ensino primário (1913), secundário (1948) e profissional (1958).

Estas mudanças nas características locais possibilitaram a criação da primeira escola profissional no bairro, buscando formar profissionais qualificados em menor tempo, a fim de atender aos interesses das indústrias e dos trabalhadores que se estabeleciam no bairro, tendo

como resultado a edição do Decreto n.º 32.996, de 28 de junho de 1958, estabelecendo o bairro da Penha como local a ser criada uma primeira unidade de ensino artesanal. Em 23 de julho de 1958, a Secretaria de Educação e George Selim Skaff e Orlando Bocater, celebram entre si o contrato n. 10.948-58 de locação de um prédio na Rua Guaiaúna, n.º 751, no bairro da Penha. Este registro consta na ata de n.º 69, do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, com a finalidade de instalar a Escola Artesanal da Penha (EAP). A escola estava localizada distante do antigo núcleo da Penha, próximo à Estação Ferroviária Carlos de Campos, a indústria de Fabricação de Papel Santa Therezinha e a C.A.I.O. Instalada após a implantação de indústria automotiva de veículos para transporte coletivo.

Desde a criação e implantação em 1958, a unidade era administrada pela Secretaria da Educação; a Etec APG sofreu diversas alterações tanto na denominação – começou como Escola Artesanal (1958) e Escola Industrial (1962) da Penha, Ginásio Industrial Professor Aprígio Gonzaga (1965) localizada em um prédio alugado e em 1973 a mudança para o imóvel atual; e oferecia inicialmente o curso extraordinário, com duração reduzida, era dividido em três modalidades: continuação, aperfeiçoamento ou especialização, buscava ampliar os conhecimentos e a capacidades em uma especialidade, no caso da escola artesanal o curso extraordinário era o de aprendizagem em Mecânica de Automóveis.

Os estudos no campo de pesquisa da História da Educação ganham força a partir da década de 90, devido às transformações ocorridas sobre a ótica de investigação e do pluralismo de conhecimentos e temas tendo em vista objetos singulares. Os estudos averiguaram o interior da instituição escolar, priorizando a sua cultura, o campo docente e discente, as disciplinas, materiais didáticos, práticas didáticas, visto que, nas décadas de 1970 e 1980, existiam poucas produções relacionadas às instituições escolares e ao seu interior que incorporavam a complexidade e a diversidade deste espaço de ensino (NOSELLA; BUFFA, 2008).

A unidade escolar possui diversos atores que interagem entre si, criando uma organização escolar, regras e normas que introduzem novas mudanças em seu funcionamento o que possibilita a transmissão de cultura e um processo de socialização e integração entre estes atores. Julia (2001, 10) descreve que a Cultura Escolar é:

[...] um conjunto de normas que definem conhecimentos a ensinar e condutas a inculcar e um conjunto de práticas que permitem a transmissão desses conhecimentos e a incorporação desses comportamentos; normas e práticas coordenadas a finalidade que podem variar segundo as épocas (finalidades religiosas, sociopolíticas ou simplesmente de socialização).

Segundo Barroso (1996), a definição de cultura escolar, presente em Dominique Julia, apresenta dois elementos: as normas e práticas, sendo esta última uma consequência da

primeira, ou seja, “e que umas e outras se limitam a ser uma tradução escolar de finalidades sociais gerais”. Assim, cada escola produz em um certo momento uma cultura específica e individual, apresentando relações e conflitos a cada período de sua história provocado por mudanças das normas e práticas desenvolvidas.

A cultura produzida está presente nos arquivos das unidades escolares, como os prontuários de professores, funcionários e alunos que pode ser visto como um arquivo permanente sobre os procedimentos cotidiano nas escolas, onde se mantem os registros da vida escolar de alunos e professores que podem auxiliar compreensão do passado das unidades escolares.

Para Vidal (2005, p.22), os estudos atuais das escolas não enraízam somente na compreensão dos sistemas educativos, da legislação e dos personagens, mas tem como objetivo compreender a cultura e as práticas escolares, respeitando os princípios da ordenação administrativa e do processo burocrático da escola.

Apesar das informações estarem disponíveis nos registros dos diários oficiais, pouco se conhece dos movimentos de criação e instalação da Escola Artesanal da Penha, sua constituição, sua organização interna e administração, seu público, seu quadro docente e funcionários, seus processos pedagógicos. Ao reconstruir este fragmento da História da Educação Profissional desta instituição, procura-se dar “um sentido histórico no contexto social de sua época, bem como suas influências até os nossos dias” (OLIVEIRA; GATTI JR., 2002, p. 73).

Logo, o objetivo deste trabalho é contribuir para as pesquisas sobre a história da educação profissional no Brasil a partir da reconstrução da cultura escolar presente na Escola Técnica Estadual Professor Aprígio Gonzaga, desde o momento de sua instalação no final da década de 50.

Além desta Introdução, esta dissertação está dividida em três capítulos, acrescidos das Considerações Finais:

O 1.º Capítulo – *A fundação do bairro e a criação da escola* – a partir da fundação do bairro no século XVII, iremos apresentar a evolução do bairro, sua religiosidade, economia e transportes que implicam na criação da Escola Artesanal da Penha e as mudanças ocorridas em sua história, apresentando as denominações, os cursos oferecidos e suas durações. *A Organização Escolar* – os registros dos prontuários dos funcionários permitem entender a organização da unidade administrativa e pedagógica, reescrevendo as rotinas e compreender as formações sociais e profissionais dos quadros funcionais, por meio das atas do Conselho

Administrativo Escolar, busca-se conhecer as rotinas da escola e eventos ocorridos durante o período.

O 2º Capítulo – *O corpo docente* – de cultura técnica e cultura geral será apresentada a formação do corpo docente na unidade, como estava organizado o quadro de professores segundo as necessidades de atender as demandas provenientes dos diferentes currículos voltados a formação profissional dos alunos e aptos ao desenvolvimento das atividades profissionais.

O 3.º Capítulo – *O corpo discente* – a partir dos cursos oferecidos nos diferentes períodos da unidade, será apresentado as características dos alunos, quanto sua origem, formação, distribuição geográfica e escolares, como número de alunos matriculados, aprovados, evadidos e reprovados.

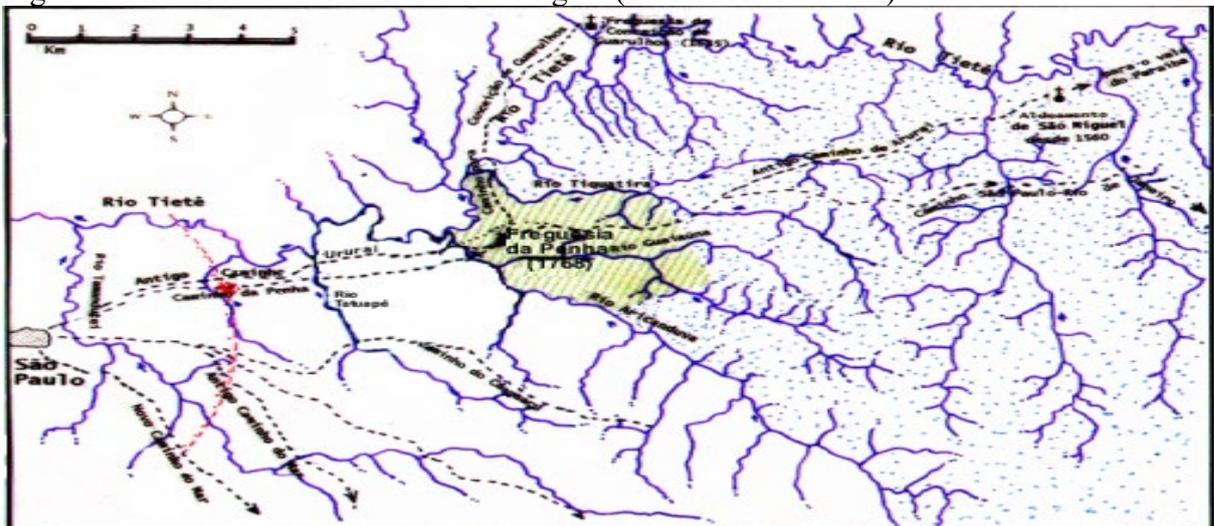
CAPÍTULO 1 – A FUNDAÇÃO DO BAIRRO E A CRIAÇÃO DA ESCOLA

1.1 O bairro da Penha – de Paragem a Freguesia

A colina era local de paragem dos jesuítas que partiam da vila de São Paulo a aldeia de São Miguel de Ururá e Conceição de Guarulhos, a oito quilômetros a leste de Piratininga, no meio de regiões baixas e de várzeas. Apesar de haver indícios de ocupações mais antigas, o local servia como parada para descanso e pouso para os homens e as tropas de animais descansarem e se alimentarem, antes de seguirem para os aldeamentos, mais tarde ponto de parada dos bandeirantes com direção às Minas Gerais. A figura 1 mostra o caminho da rota para os aldeamentos de Guarulhos e São Miguel, a região compreendia uma extensa área (BOMTEMPI, 1968, p. 12), sendo ela iniciada:

[...] na margem direita do Ribeirão Aricanduva, que o separa do Tatuapé. Do ponto de convergência do pequeno curso fluvial com o Rio Tiete, pela margem esquerda deste, estende-se o território penhense, a feição de Colina até São Miguel Paulista, de que é confrontante, e acompanha-o na subida o Município de Guarulhos, seu outro confinante, a partir da desembocadura do Rio Cabuçu de Cima. É bem de ver que a Penha, erguendo-se entre Tatuapé, Guarulhos e São Miguel, constitui-se com o núcleo geográfico de toda aquela região, a receber quando menos o influxo dos seus fatos históricos.

Figura 1: Aldeamento Guarulhos e São Miguel (séculos XVI – XVII)



Fonte: Jesus (2006)

A colina era um ponto estratégico, devido a sua formação elevada o que permitia ter uma vista privilegiada do planalto do Piratininga, e a proximidade com diversos cursos d'água, como o rio Tiete, Aricanduva, Guaiaúna e Tiquatira. Neste local, por volta do século XVII na fazenda dos sesmeiros, o Licenciado Mateus Nunes de Siqueira e seu irmão Padre Jacinto Nunes de Siqueira, erguem uma ermida em nome de Nossa Senhora da Penha de França (figura

2). Aos pés da Santa, os aldeões encontravam conforto espiritual, [...] “culturalmente já se organizava a partir de práticas religiosas, crenças e ritos originários do catolicismo popular, e da ordem colonial representada na figura do possuidor da sesmaria” (JESUS, 2006, p. 36).

Figura 2: Igreja da Penha¹ (século XVII)



Autor: Adelaide Cavalcanti.
Fonte: Museu Paulista da USP

“Ontem, era Nossa Senhora protegendo o bandeirante no sertão. Agora, transformado o bandeirante no sesmeiro-povoador. Nossa Senhora é que vai ser alcandorada e sustentada no alto da Colina”. (BOMTEMPI, 1968, p. 50). Consta da tradição popular que uma das origens do nome do bairro se deve ao milagre ocorrido na colina, a “estória do francês”, dentre as versões mais conhecidas, a do Padre Antão Jorge, Coadjutor e Reitor da Paróquia da Penha relatada no “Manual de Nossa Senhora da Penha”:

Diz uma tradição popular que um devoto francês viajando de São Paulo ao Rio, levou consigo uma imagem da Virgem, que trouxera de sua pátria. De caminho pernitoou na Penha. Ao raiar do dia, pôs-se a partir com toda a sua bagagem. Mas qual não foi o seu espanto quando, à noite, deu pela falta de sua imagem. Voltou incontinenti em procura do seu tesouro e encontrou-o no alto da colina, onde pernitoara na véspera; tomou-a e continuou a viagem. Ao cair da tarde entristeceu-se ao notar a ausência da imagem; retornou novamente e verificou que a imagem encontrava no mesmo lugar da véspera. Homem de fé profunda, reconheceu, neste fato, que a Virgem escolhera a Penha para o seu trono e morada. Construiu-lhe uma pequena capela no lugar escolhido pela mão de Deus. A notícia correu e o povo, aos poucos, começou a venerar a imagem miraculosa a populariza-se, de sorte que em 1796 a Penha pode ser elevada à categoria de paróquia, desmembrada da Freguesia da Sé (BOMTEMPI, 1968, p. 33).

Nos séculos XVII e XVIII, desenvolve-se um pequeno comércio no local da paragem, predominando produtos necessários a subsistência dos sitiantes, criados no interior de suas terras e vendidos os excedentes a pequena população local. Segundo Bomtempi (1968, p. 68), “crescia a lavoura, estendiam-se os pastos naqueles campos irrigados por uma porção de riachos

¹ Quadro de Adelaide Cavalcanti (1853), a liteira em frente à Igreja da Penha no século XVII

e ribeiros, afluentes do Tiete”. A região possuía uma posição estratégica além de paragem; servia de rota para as Minas Gerais e Vale do Paraíba. Durante a Guerra dos Emboabas (1707-1709), a Penha foi utilizada como rota pelo comandante paulista Amador Bueno da Veiga (ALMEIDA; MACEDO, 2017).

Esse pequeno aglomerado garantia aos viajantes, que seguiam para locais distantes, um ponto de pouso, tanto para os homens quanto para os animais, garantindo uma renda adicional aos moradores da aldeia.

Figura 3: Praça Nossa Senhora da Penha de França (1925)



Fonte: Site Alo Tatuapé (2021)

Segundo Almeida e Macedo (2017, p. 26-27), a construção da primeira Matriz em estilo colonial data do ano de 1774. O povoado contava com 746 habitantes, somados com os de São Miguel, [...] “ia sendo consolidado, basicamente a sombra da devoção a Maria, mas também por meio de aspectos culturais singulares que o marcariam nos séculos seguintes [...]”. Essa devoção a Maria estava presente quando a Vila de Nossa Senhora da Penha e Nossa Senhora do Ó, são elevadas a Freguesia pelo Alvará Real em 1796, desmembrando-se da Freguesia da Sé, criada na mesma data; elas constituem as mais antigas vilas de São Paulo. Ao redor da igreja se formou um pequeno núcleo populacional, de frente a igreja (figura 3) ficava a Mansão Rodovalho, que mais tarde foi utilizado para a criação do Liceu Bernardino de Campo, instituição de ensino primário, somente para meninos oriundos das famílias mais abastadas do bairro, ao fundo da igreja se encontra o Colégio São Vicente de Paula, porém a elevação do povoado a freguesia em nada mudaria a vida da pequena vila, para Bomtempo (1968, p. 86):

As ingentes dificuldades para se alcançar a Sé deveria acostumar os penhenses a permanência em casa, a cuidar do seu chão. Todavia a população crescera. Pelo menos é o que demonstra o pedido que a irmandade de Nossa Senhora do Rosario dos Homens de Preto da Penha de França, em 1802, endereçava ao bispo de São Paulo. Queria o deferimento eclesiástico para fundar e erigir a sua capela privativa. Isto quer dizer, em suma, que sodalício, nascido no século que se findara tinha experimentado

progresso, a ponte de poder constituir o patrimônio da capela desejada, o que não deixa de refletir o próprio avançar do Bairro ainda que vagaroso.

Apesar da distância e dificuldades, a devoção a Maria sempre esteve presente no transladar da imagem da santa da Penha para a Igreja da Sé. Muitas casas começaram a se edificar as margens da estrada da Penha. Em 1857, a Câmara Municipal via a necessidade de implantar melhorias que servisse de trânsito fácil e seguro para os veículos de tração animal (seges², coches, carruagens, carroças, trole e tálburi). O caminho para a cidade era longo e poeirento, uma estrada cheia de buracos e pontes que sempre demandavam consertos; a construção da nova estrada foi concluída em 1864, conforme relatório do vice-presidente da província, prometia “em futuro não remoto ficará uma rua até a igreja da Penha, muito concorrida pela grande devoção de fiéis” (BRUNO, 1954, p. 568).

1.2 A chegada da ferrovia e o crescimento populacional e econômico

O desenvolvimento das cidades e de seus arredores sempre esteve condicionado a uma infraestrutura de transportes adequada para a movimentação de pessoas, e, principalmente, bens e serviços, dos locais de produção aos pontos de consumo. No século XVII, os caminhos utilizados eram difíceis e precários, no decorrer no tempo, eles foram substituídos por estradas, mais largas e transitáveis, permitindo maior movimentação de veículos. Com a criação da máquina a vapor no século XVIII e a invenção das locomotivas no século XIX, o tempo de percurso e as distâncias puderam ser reduzidas.

Durante os séculos XVII a XIX, o caminho da Penha era utilizado para se chegar as aldeias de Guarulhos e São Miguel, mais tarde rota para as Minas Gerais e Vale do Paraíba, somente no século XIX, surgem as primeiras iniciativas de melhorias para esta rota. Para Bruno (1954, p. 1053), a decadência de certos caminhos se deve a implantação das ferrovias:

Acentuou-se logo depois de 1870 uma tendência que se observará na fase anterior da existência de São Paulo: a decadência de certos caminhos antigos e de locais como a Freguesia do Ó, a Penha, o Ipiranga, São Bernardo – que deviam a essas vias de comunicação a vitalidade do seu comercio – em consequência da multiplicação das estradas de ferro.

Em 1867, a *São Paulo Railway Company* inaugura o trajeto que liga os municípios paulistas de Santos a Jundiaí, tendo como principal ponto de passagem a cidade de São Paulo. Este fator reduziu o movimento de tropas e carros nos caminhos para o Rio de Janeiro, de Santos

² Carruagem de duas rodas, com um único assento, puxada por dois cavalos.

e de Jundiáí. O comércio de venda de estrada começa a desaparecer e “o próprio comércio de localidades como Penha, Ó, Ipiranga e São Bernardo, decaíram de modo pronunciado, desde que não contaram com aquelas tropas e aqueles viajantes passando para cima e para baixo”. (BRUNO, 1954).

A construção da Estrada de Ferro D. Pedro II, uma das mais importantes do Brasil, ligando as províncias de Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais, teve início a partir de 1855 e com a Proclamação da República seu nome foi alterado para Estrada de Ferro Central do Brasil. Em 1867, começou a ser construída, por fazendeiros do Vale do Paraíba, a Estrada de Ferro do Norte ou Estrada de Ferro São Paulo-Rio; o primeiro trecho ligava o bairro do Brás até a Penha, em São Paulo.

Figura 4: Estação Guaiaúna – Penha (1940)



Fonte: AZEVEDO (1945: *apud* DORO, 2006)

A primeira estação inaugurada no bairro em 1894 tinha como nome Guayauna³ (figura 4), mais tarde nomeada como Estação Engenheiro Carlos de Campos, mas em 1886, o Coronel Proost Rodovalho, tendo amizade com D. Pedro II, obteve a construção de um ramal entre a estação de Guaiaúna e as proximidades do Largo da Penha para facilitar a chegada dos devotos e romeiros de Nossa Senhora da Penha, além de estar próxima a sua mansão (BOMTEMPI, 1968).

O palacete Rodovalho (figura 5) ficava próximo a Igreja de Nossa Senhora da Penha, no fundo da imagem é possível observar a várzea do rio Aricanduva que é a linha limítrofe entre

³ Caranguejo negro em guarani.

o bairro da Penha e Tatuapé, já a direita, a Estrada Velha da Penha que margeava o rio Tiete, e no centro a Estrada Intendente, além da antiga Estação Ferrovia da Penha. Em 1871, teve início em São Paulo a instalação de trilhos de ferro para a locomoção de bondes puxados por animais, porém somente em 1889, com a contratação de Guilherme Rudge, houve um aditamento do contrato levando os trilhos⁴ até o bairro da Penha.

Figura 5: Vista da Rua Coronel Rodovalho (1920)



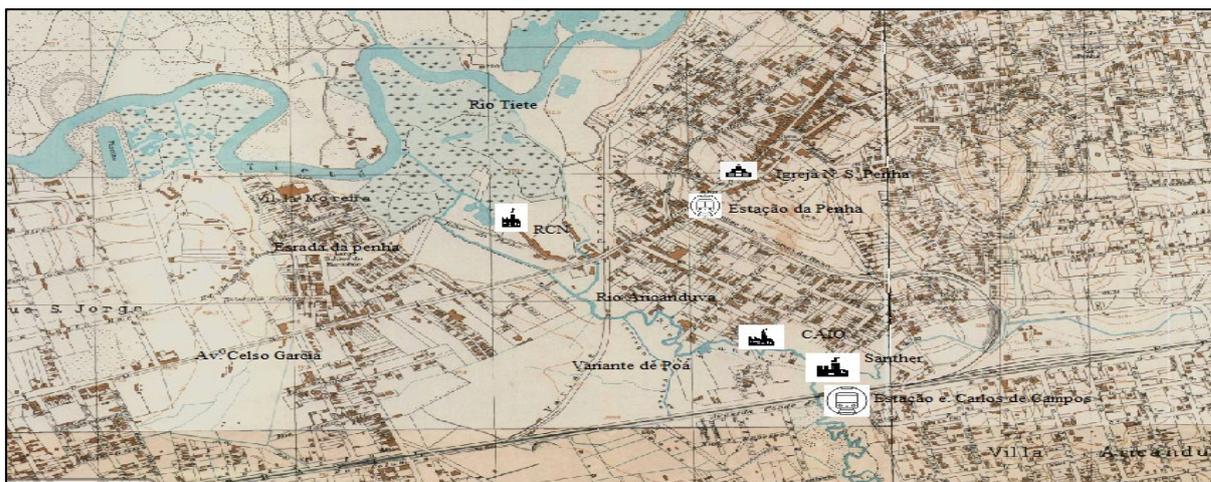
Fonte: Pacianotto (2014)

Nas três primeiras décadas, a função econômica estava centrada em torno da plantação e criação de animais; produção de barcos; olarias e portos de areia, além da religiosidade, principal elo com a cidade, presente desde a sua fundação. “Mas apesar das mudanças, o isolamento geográfico, as relações sociais e a cultura ainda eram marcadas pelo tradicionalismo construído ao longo dos três séculos anteriores” (JESUS, 2006, p. 96). A ferrovia permitiu a redução do distanciamento, além das melhorias na estrada Velha da Penha e na avenida Intendente (mais tarde Celso Garcia, garantindo o melhor acesso à região central e junto o desenvolvimento da região).

As mudanças na infraestrutura - transportes, energia elétrica, abastecimento de água e saneamento - favoreceram a expansão da indústria e do setor de comércio, proporcionando crescente necessidade de mão-de-obra. Segundo Jesus (2006), o crescimento da população do bairro estava relacionado ao crescimento das indústrias paulistanas, sendo os novos moradores, operários de baixo poder aquisitivo. A partir de 1920, amplia-se o aparecimento de loteamentos, permitido pelo maior tráfego de passageiros pelas ferrovias, levando a construção de moradias, alterando a imagem rural do bairro.

⁴ Em 1897 inicia-se a exploração dos bondes elétricos em São Paulo, a concessão pertencia ao Comendador A. Augusto de Souza e foi transferida em 1901 para a *Light & Power*, logo após várias linhas já estavam em funcionamento com pontos de partida as ruas São Bento, Jose Bonifácio, Direita, e largos de São Bento, do Tesouro e da Sé. (BRUNO, 1954).

Figura 6: Mapa da Penha – localização das indústrias e estações ferroviárias (1930)



Fonte: Geosampa (adaptado)

O núcleo populacional cresceu ao entorno da igreja (figura 6) aos pés da colina, entre as margens do antigo leito dos rios Aricanduva (limítrofe com o bairro do Tatuapé) e Tiete (limítrofe com o bairro Parque Novo mundo e divisa com o município de Guarulhos). Com a instalação da malha ferroviária nas áreas mais distantes do antigo núcleo, instalam-se novas indústrias nas várzeas do rio Aricanduva e Tiete, além disso, na maioria das vezes, estes imóveis eram planos, com grandes dimensões e preços baixos, além de estarem próximos a malha rodoviária e ferroviária. O transporte sobre trilhos possibilitou a intensificação do processo de urbanização, passando de rural para urbano, continuava sendo um local distante do centro da cidade, sendo atribuído a condição de subúrbio nas primeiras décadas do século XX. Em 1934, a Penha contava com 30.716 moradores (PMSP, 2003), 44.369 em 1940 e esse número quase dobrou em 1950, possuindo 88.844 habitantes, apresentando grande crescimento nas décadas seguintes, (tabela 1).

Tabela 1: População do Município de São Paulo e do bairro da Penha - Recenseada (1950-70)

Unidade Territorial	1950	1960	1970
Município de São Paulo	2.151.313	3.667.899	5.924.615
Penha	105.015	206.463	336.279
Artur Alvim	16.549	35.396	68.637
Cangaíba	13.495	34.742	65.638
Penha	55.507	96.315	127.642
Vila Matilde	19.464	40.010	74.363

Fonte: Prefeitura de São Paulo (2020)

No velho núcleo da Penha e nas vilas satélites, a função predominante era a residencial; a função comercial se concentrava na Rua da Penha e na Praça Oito de Setembro, entretanto algumas atividades econômicas começam a surgir, instalam-se próximo à malha ferroviária e ao sistema viário urbano, Fabrica de Santa Terezinha, indústria de fabricação de papel e celulose (1938), encarroçadora de ônibus (1948), fabricação de peças forjadas⁵ e usinadas⁶ para o setor automotivo (1953) e no setor de serviços a instalação de garagens de auto-ônibus.

1.3 A educação no bairro e a criação da escola

Os primeiros registros de instrução pública na Penha datam de 1845, “quando o padre Antônio Benedito de Camargo foi nomeado professor público [...]” (JESUS, 2006, p. 138). O sacerdote esteve à frente da igreja de Nossa Senhora da Penha de 1844 a 1905, o padre desempenhava além de vigário, inspetor escolar, e as aulas eram dadas no Lar das Vicentinas, atual Colégio São Vicente de Paula, e recebiam o nome de escolas Paroquiais. Segundo Jesus (2006), funcionavam no bairro oito escolas paroquiais até o ano de 1924, (São Vicente, Sant’Ana, Vila Concordia, Ponte Grande, Guaiaúna, Vila Esperança, São Pedro e Maranhão).

Criada em 1913, a primeira escola pública de ensino primário da Penha, denominada Grupo Escolar da Penha atual Grupo Escolar “Santos Dumont”, na Praça Oito de Setembro. Além das escolas paroquiais e pública, também funcionavam estabelecimentos de ensino particular: “Liceu Bernardino de Campos, instalado na Mansão Rodovalho de regime interno, somente para meninos de famílias abastadas eram aceitos” (ALMEIDA; MACEDO, 2003, p. 64). Todos os estabelecimentos ofereciam apenas o ensino primário; somente em 1933, com a instalação do Ateneu de Rui Barbosa, é criado o primeiro estabelecimento particular de ensino médio. O governo paulista, em 1948, cria outro estabelecimento público o Colégio (Ginásio) Estadual da Penha elevado, em 1953, a Instituto de Educação Nossa Senhora da Penha, onde se ofertava curso primário, ginásio, normal e científico.

Para Sposito (2001, p.171), a criação e abertura de novas unidades escolares deve-se a transformações observadas na sociedade brasileira, entre elas o “crescimento urbano e a industrialização”, surgindo novas “necessidades e aspirações nos habitantes das cidades”, que reivindicavam meios para suprir essa satisfação.

O ensino técnico, profissional e industrial consta pela primeira vez na constituição brasileira (BRASIL, 1937), sendo dever do Estado criar institutos de ensino profissional

⁵ Peças forjadas - processo mecânico de compressão sobre material dúctil.

⁶ Usinadas - processo de modificação que garante forma e tamanho específico.

destinados às classes menos favorecidas. As transformações na estrutura ocorrem com a criação do Ministério da Educação e Saúde Pública (1930), que supervisiona as Escolas de Aprendizes e Artífices por meio da Inspetoria do Ensino Profissional Técnico antes ligada ao Ministério da Agricultura. Em 1934, a inspetoria é transformada em Superintendência do Ensino Industrial, impulsionada pela “política de criação introdução de novas especializações nas escolas existentes” (MEC, 2009 p. 4).

O órgão era subordinado ao Ministério da Educação e Saúde Pública, e tinha como função fiscalizar os estabelecimentos de ensino industrial. O ensino profissional passa a ser considerado de nível médio, e o ingresso era por meio de exames de admissão. Sua criação está relacionada as mudanças ocorridas nos estabelecimentos industriais e oficinas, e a ausência de operários e contramestres, sendo necessário a formação de operários face as novas técnicas produtivas.

Para atender a esta demanda dentre outras, era necessário organizar e estruturar o ensino profissional, assim o governo federal promove diversas reformas a partir de 1942 por meio das Leis Orgânicas de Ensino, tanto para o ensino primário e secundário, apresentando na forma de diversos decretos-lei, buscando normatizar e estruturar a educação. Em janeiro de 1942, o Ministro da Educação, Gustavo Capanema, apresenta o projeto da Lei Orgânica do Ensino Industrial sendo:

[...] destinado a estabelecer os princípios gerais normativos da organização dos estabelecimentos de ensino industrial e do funcionamento dos cursos, das diferentes categorias e modalidades, que os mesmos estabelecimentos possam ministrar. (LAURINDO, 1962, pg. 24).

A partir da Reforma Capanema, entram em vigor leis que remodelam todo o ensino no país. Entre os anos de 1942 e 1943, o Estado Novo publica e começa a execução dos seguintes decretos-lei:

- a) Decreto-lei 4.073, de 30 de janeiro de 1942, que dispõem sobre a Lei Orgânica do Ensino Industrial;
- b) Decreto-lei 4.048, de 22 de janeiro de 1942, sobre a criação do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial;
- c) Decreto-lei 4.119, de 21 de fevereiro de 1942, disposições transitórias para execução da Lei organiza do Ensino Industrial;
- d) Decreto-lei 4.244, de 9 de abril de 1942, a Lei Orgânica do Ensino Secundário.

Para o ensino profissional, é decretado o Decreto-lei n.º 4073, no dia 30 de janeiro de 1942, que ficaria conhecido como Lei Orgânica do Ensino Industrial, a qual estabelece os conceitos fundamentais do ensino industrial. Em 1961, é fixado a Lei n.º 4.024 que fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, considerando o ensino técnico de grau médio, abrangendo os cursos industriais, agrícolas e comercial.

Os motivos para a apresentação do projeto da Lei Orgânica do Ensino Industrial foram apresentados ao presidente da República em 5 de janeiro de 1942 pelo Ministro Gustavo Capanema (CORREIO DA MANHÃ, 1942):

Sr. Presidente: Tenho a hora de submeter a consideração de v. excelência dois projetos, um de decreto-lei e outro de decreto, e que tem por objetivo fixar as bases de organização do ensino industrial em todo o país.

O primeiro dos documentos referidos é o projeto da lei orgânica do ensino industrial, destinada a estabelecer os princípios gerais da organização dos estabelecimentos de ensino industrial e do funcionamento das diferentes categorias e modalidades, que os mesmos estabelecimentos possam ministrar.

O segundo é o projeto de regulamento dos diferentes cursos que as nossas atuais condições econômicas estão a reclamar.

Não dispõe ainda o nosso país de uma legislação nacional do ensino industrial, sendo esta modalidade de ensino dada, pelos poderes públicos e por particulares, sem uniformidade de conceituação e de diretrizes sem métodos e processos pedagógicos precisos e determinados, sem nenhum sistema de normas de organização e de regime, mas com tantas definições e preceitos quantos grupos de estabelecimentos, ou quantos estabelecimentos.

Esta ausência de legislação elucidada pela experiência e, por outro lado, a extrema dificuldade do assunto, que só modernamente tem encontrado no espírito dos pedagogos e dos administradores de ensino a consideração de vossa excelência, grande importância pedagógica e cultural e que ainda me autorizam a declarar a vossa excelência que não podem ser considerados como temos finais de um estudo que somente há poucos anos iniciamos em nosso país.

A experiência vira demonstrar até que ponto a legislação ora empreendida se ajusta as nossas necessidades e possibilidades e, portanto, da experiência é que poderemos esperar as retificações e as confirmações a respeito dos termos com que o trabalho presente se acha configurado.

Devo acrescentar que os projetos que ora apresento a vossa excelência, foram estudados não somente com a informação constante das doutrinas pedagógicas e da legislação comparada, mas também e sobretudo com o permanente e detalhado número de pessoas que, em nosso país, se tornaram conhecidas por possuir no terreno da educação profissional, estudo, ilustração ou experiência.

Aos dois documentos legislativos acima referidos, junto um terceiro, um projeto de decreto-lei que institui o Serviço Nacional de Aprendizagem dos Industriários, destinado a realizar logo, no vasto terreno das indústrias enquadradas na Confederação Nacional da Indústria, o programa que o projeto de lei orgânica do ensino industrial estabelece como parcela importante de sua finalidade: a formação profissional dos aprendizes.

Espero apresentar a vossa excelência, dentro em pouco, dois outros projetos de decreto lei, um destinado a regular a passagem da situação pedagógica vigente a nova situação criada, e outro com o objetivo de organizar a rede dos estabelecimentos federais de ensino industrial.

Estes cinco documentos constituirão os elementos com que o Ministério da Educação conta poder iniciar a organização da educação industrial em todo o território nacional. Tem vossa excelência dado atenção particular ao problema do ensino industrial, e manifestado frequentemente o seu propósito de conferir a este ramo da educação a organização, o regime e o impulso, que as condições econômicas de nosso país estão a exigir.

Certo estou de que, nos documentos legislativos iniciais, ora preparados ou em elaboração terá vossa excelência instrumentos essenciais a realização daqueles objetivos superiores por vossa excelência prometidos.

Apresento a vossa excelência os meus protestos de profundo respeito. Gustavo Capanema.

Segundo Silva (1969, p. 297), a Lei Orgânica foi a forma de o Governo Federal impor a todos o ensino secundário, tornando obrigatório por meio dos dispositivos legais a direção do trabalho educativo, bem “como resultado da atividade profissional dos educadores e do funcionamento da escola como instituição efetivamente integrada ao meio social”.

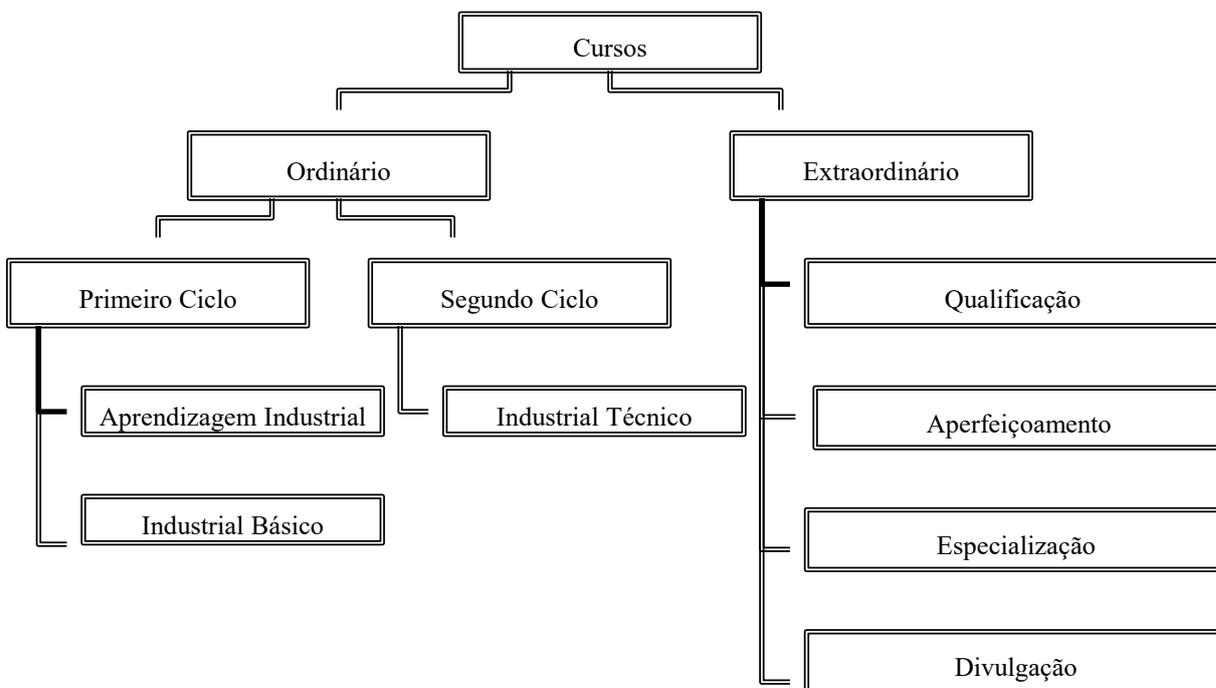
O Decreto-Lei n.º 4.073/1942 da Lei Orgânica do Ensino Industrial, organizava o ensino industrial, sendo considerado um ramo do nível médio, dividido em ciclo, ordem e seção. Em abril, é publicado o Decreto-lei n.º 4.244/1942 (BRASIL, 1942c), apresentando a Lei Orgânica do Ensino Secundário dividido em dois ciclos; um fundamental, geralmente de quatro anos, ou seja, o primeiro ciclo correspondia ao curso ginásial com duração de quatro anos; e outro técnico de três a quatro anos, o segundo ciclo compreendia dois cursos paralelos, o clássico e o científico, com duração de três anos. Os dois ciclos correspondem ao novo ensino médio. O objetivo do segundo ciclo era consolidar o conhecimento adquirido no curso ginásial, bem como desenvolver e aperfeiçoar a formação. Para Santos (2000, p. 218), as reformas estruturais no ensino industrial foram importantes; para os “alunos formados nos cursos técnicos estava interdita a candidatura irrestrita ao curso superior, já que os seus egressos somente poderiam se inscrever nos exames vestibulares dos cursos que se relacionassem diretamente com os estudos realizados”.

Com a implantação da Lei Orgânica do Ensino Industrial em 1942, a ideia de que o ensino profissional era destinado as “classes baixas” ou “classes menos favorecidas”, manifestado na Constituição de 1937 se desfaz, agora o ensino profissional era destinado a todos, desde que estejam aptos e capazes, independente das condições econômica para sua permanência (FONSECA, 1961). Sendo obrigatório para admissão no ensino ginásial, a certificação de formação no ensino primário e seleção por meio de exame de admissão, privilegiando os mais aptos ao exercício profissional.

Em 1959, é editado o Decreto n.º 47.038, de 16 de outubro de 1959, aprovando o Regulamento do Ensino Industrial, classificando como um ramo da educação de grau médio, e com as seguintes finalidades em seu artigo 1º (BRASIL, 1959): a) “proporcionar base de cultura geral e iniciação técnica que permitam aos educandos integrar-se na comunidade e participar do trabalho produtivo ou prosseguir seus estudos”, desta forma o aluno disporia de condições técnicas para atuação no mercado de trabalho e cultura geral representando um progresso em

relação a vida. b) “preparar o educando para o exercício de atividade especializada, de nível médio”, oferecer as condições necessárias ao desenvolvimento profissional e atender as demandas do mercado de trabalho.

Figura 7: Organização dos Cursos de Ensino Industrial (1959)



Fonte: Decreto n.º 47.038 (Elaborado pelo autor)

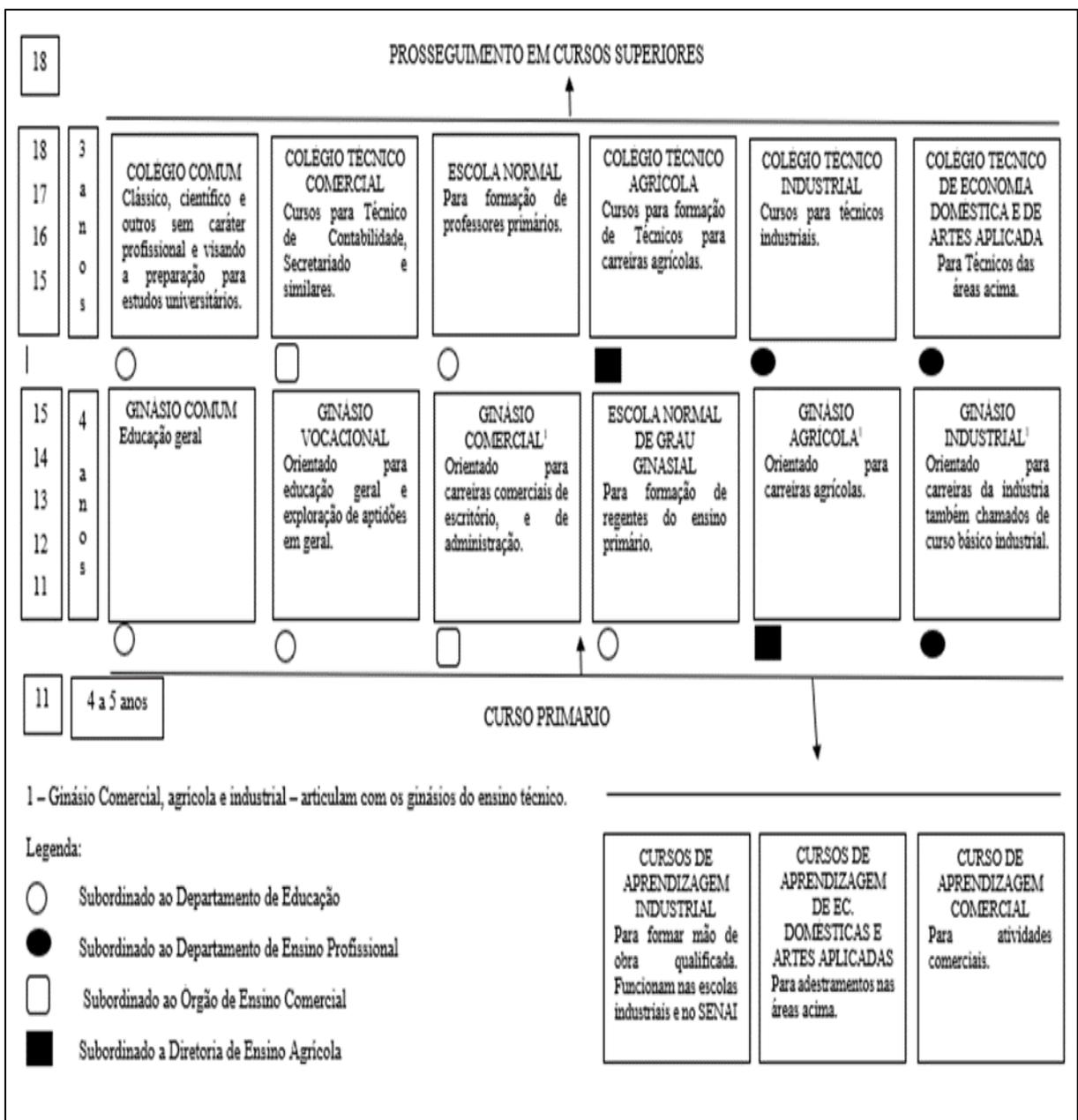
Desta forma, os cursos do Ensino Industrial eram ministrados em cursos ordinários e extraordinários (figura 7) sobre a organização dos cursos de Ensino Industrial, chamado inicialmente de 1º ciclo do ensino industrial; o curso básico industrial resulta “da promoção ao nível pós-primário dos cursos de formação de artificies ou operários, herdeiros das instituições que abrigavam órfãos e miseráveis para submetê-los a aprendizagem de ofício” (CUNHA, 2000, pg. 143), ou seja, os cursos de primeiro ciclo tinham como objetivo formar trabalhadores para as oficinas industriais, enquanto os de segundo ciclo a formação de técnicos para atuar em laboratórios, escritórios de projetos ou na direção da produção.

O Presidente da República Juscelino Kubitschek, em 1959, publica a Lei Federal 3.552, de 16 de fevereiro de 1959, dispondo sobre a nova organização escolar e administrativa dos estabelecimentos de ensino industrial estaduais, municipais e particulares. Quando a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional foi promulgada, em fins de 1961, “muitas das suas inovações já tinham sido realizadas, total ou parcialmente, por várias leis e decretos, em particular a equivalência dos ramos do ensino médio, para efeito propedêutico, e o conteúdo

não profissional do curso industrial, 1º ciclo” (CUNHA, 2000. P. 165). A Lei de Diretrizes manteve no essencial a estrutura anterior do ensino médio:

[...] representada pelo paralelismo de ramos de ensino diferenciado desde o primeiro ciclo. Não o fez, porém, em obediência a um conceito definido acerca do que deveria orientar o desenvolvimento futuro do ensino médio, mas pela força da inercia da situação estabelecida. No mesmo sentido, incorporou a equivalência entre os vários ramos do ensino médio na forma adotada em 1953, ao mesmo tempo em que tornou mais fáceis as transferências dos alunos dos ramos profissionais para o secundário, como, ainda, estenderam aos ciclos destes últimos, as denominações antes privativas do secundário – ginasial e colegial – e, sobretudo, estabeleceu a igualdade completa de todos os ramos para fins de ingresso no ensino superior. (SILVA, 1969, p. 386)

Figura 8: Cursos Ordinários de Grau Médio no Sistema Educacional do Brasil e de SP (1964)



Fonte: Santos (1964 – adaptado pelo Autor)

A figura 8 apresenta os cursos ordinários ou de formação profissional de grau médio no Sistema Educacional do Brasil e de São Paulo; o ensino médio ou de grau médio dividia-se em vários ramos educacionais e profissionais (SANTOS, 1964, p. 10):

Ensino secundário: compreendendo os ginásios e colégios comuns que se destinam a preparar para os cursos superiores;

Ensino técnico: compreende ginásios industriais, comerciais e agrícolas e colégios com cursos técnicos, industriais, comerciais e agrícolas. Tais cursos visam, respectivamente, orientar e preparar para as atividades profissionais dos ramos acima citados. Os ginásios não visam especificamente a essa preparação, mas possibilitam, ao lado da cultura geral, uma exploração de aptidões para as atividades futuras a serem desenvolvidas nos cursos colegiais dos respectivos ramos;

Ensino normal: para formação de professores para ensino primário e pós-primário;

Cursos de aprendizagem: indústrias ou comerciais, para formar pessoal qualificado para atividades típicas da indústria ou do comércio, de imediatamente superior ao primário.

Para Silva (1969, p. 19), “a expressão, secundário designa um grau ou nível do processo educativo, e, dessa forma, teria o mesmo significado de ensino médio, de segundo grau ou pós-primário”. Na antiga Lei Orgânica do Ensino Secundário, sua finalidade era a formação educacional da elite, das “individualidades condutoras”, o ensino secundário era direcionado ao ensino das classes mais baixas. A escola primária era destinada à base, constituída por alunos provenientes das camadas mais baixas da sociedade, sendo considerado inadequado o ensino de tipo secundário (SANTOS, 1969).

Os cursos do primeiro ciclo de grau médio visavam dar formação básica aos trabalhadores, enquanto os de segundo ciclo, de formação técnica, buscava dar continuidade a sua trajetória inicial, dando continuidade na formação do profissional, saindo do básico para o técnico. Segundo Cunha (2000, p.159-160), os principais pontos que marcam as diferenças nos dois cursos:

a) O curso industrial era de cultura geral; as práticas de oficinas tinham o objetivo de servir de suporte a cultura geral e, também, de permitir futuras opções profissionais; o curso de aprendizagem era profissional, objetivando a formação de artificies;

b) O curso industrial era predominantemente propedêutico ao segundo ciclo, fosse ao curso secundário, fosse ao técnico industrial; o curso de aprendizagem era terminal; seu valor propedêutico era dificultado pelos exames de verificação da “capacidade do aluno” de modo a classificá-lo na série adequada do curso industrial;

c) No curso industrial as práticas de oficina eram politécnicas, enquanto no curso de aprendizagem eram monotécnicas; neste, as práticas eram desenvolvidas de modo metódico, ao passo que, no primeiro, não havia exigência de que fossem exclusivamente deste tipo. No mais, tanto a lei quanto o regulamento confirmaram os dispositivos anteriores relativos à aprendizagem.

No Estado de São Paulo, a criação dos cursos práticos de ensino profissional estava subordinada à Superintendência do Ensino Profissional da Secretaria da Educação e Saúde

Pública (tabela 2), antiga Superintendência da Educação Profissional e Doméstica, criada pelo decreto n.º 6.604, de 13 de agosto de 1934. A superintendência fiscalizava e orientava os estabelecimentos de ensino profissional oficial do Estado e cursos e estabelecimentos municipais e particulares, além do Seminários das Educandas e os cursos e núcleos de ensino profissional ferroviário, assim foi possível unificar as diretrizes gerais administrativas e pedagógicas das escolas profissionais do estado. A criação da superintendência provocou diversas realizações: os enquadramentos das escolas profissionais particulares, a criação e instalação de novas escolas técnico profissionais e agrícolas e de novos cursos (LAURINDO, 1962).

Tabela 2: Escolas registradas na Superintendência da Educação Profissional (1934 -1942)

	Escolas Particulares	Escolas Equiparadas⁷	Escolas prof. 1ª e 2ª do Estado	Escolas Agric. Ind. do Estado	Núcleos de Ens. prof. (coop. Est. de ferro)	Esc. prof. municipais
Capital	396	6	3	1	0	0
Interior	254	0	13	3	4	4
Total	650	6	16	4	4	4

Fonte: Laurindo (1962, adaptado pelo autor).

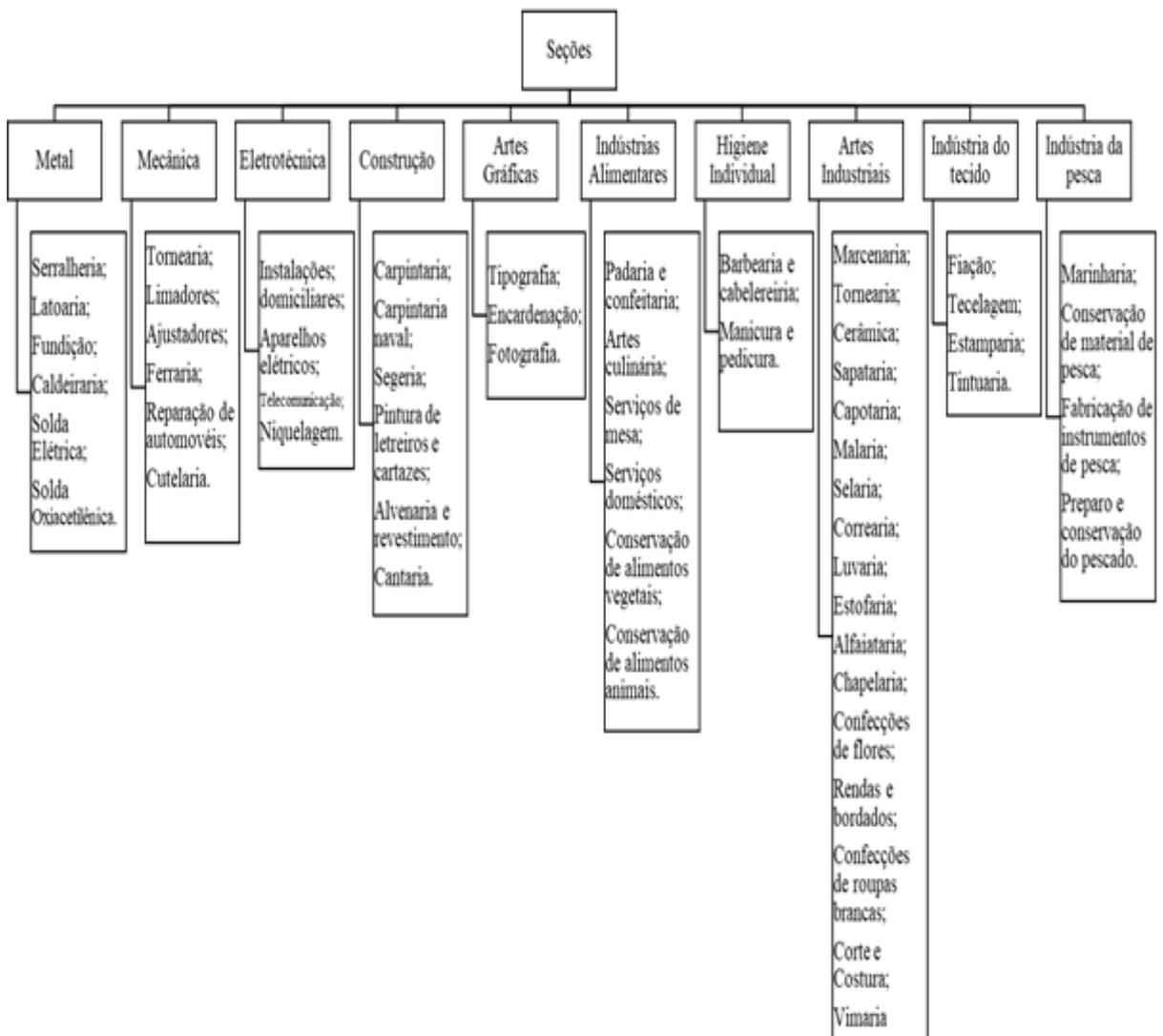
Enquanto na capital encontrava-se três escolas de ensino profissional secundários e primários, sendo o Instituto Profissional Masculino (anexo: Escola Técnica Profissional e Cursos de Ferroviários) e o Instituto Profissional Feminino, ambos criados pelo Decreto n.º 2118-B de 28 de setembro de 1911, destinados ao ensino de artes e ofícios a alunos do sexo masculino, e de economia doméstica e prendas manuais a alunos do sexo feminino. A Escola Profissional Secundária Feminina do Seminário de Educandas (anexo um internato para alunas), a criação desta unidade se dá pelo Decreto n.º 7.216 de 18 de junho de 1935, o qual celebra o contrato entre a Secretaria da Educação e Saúde Pública e a Congregação das Irmãs de São José, para a direção do Patronato Profissional para órfãs, ficando a cargo da

⁷ Escolas e Cursos profissionais particulares, equiparados ou reconhecidos pelo Estado, no período de 1935 a 1942, de acordo com o Decreto n. 7.096, de 10 de abril, de 1935. Estabelece condições para o reconhecimento de diplomas expedidos por estabelecimentos de educação técnica-profissional e doméstica, e dá providências sobre o ensino profissional oficial.

Superintendência fiscalizar o Seminário, técnica e administrativamente.

Com a motivação de instruir menores e adultos na aprendizagem de habilitação profissional, é editado o Decreto-Lei n.º 16.108, de 14 de setembro de 1946, que autorizava a criação de cursos práticos de ensino profissional (figura 9) no Estado de São Paulo. A criação e instalação destes estava subordinado a Superintendência de Ensino Profissional, cabendo ser conveniente ao governo e mediante a inquérito prévio de modo a comprovar a necessidade de mão-de-obra, segundo as indústrias e produtos predominantes no município interessado na criação.

Figura 9: Cursos práticos de Ensino Industrial (1946)



Fonte: Decreto-Lei n.º 16.108/1946 (adaptado pelo autor).

Os cursos práticos tinham como finalidade ensinar menores e adultos em uma habilitação profissional, seu currículo era reduzido, compreendendo as disciplinas de Português, Matemática, Tecnologia e Desenho Técnico. Os concluintes dos cursos práticos não

tinham direito ao acesso aos cursos básicos industriais, tal fato somente foi possível com a criação das escolas artesanais a partir de 1954.

Os cursos práticos de ensino industrial dividiam-se em dez seções, sendo os cursos práticos em trabalho de metal, indústria mecânica, eletrotécnica, indústria da construção, artes gráficas, industriais alimentares, higiene individual, artes industriais, indústria do tecido e indústria da pesca; em cada seção ficavam estabelecidos os cursos práticos a serem ministrados (figura 9), ademais, os cursos teriam duração entre um a dois anos, no ensino de ofício industrial simples, seu funcionamento em horários e sobre orientação pedagógica flexíveis, conforme as peculiaridades locais.

Para a realização da matrícula, o candidato deveria satisfazer as seguintes condições: ter doze anos completos, estar vacinado e não ser portador de doença contagiosa, ter capacidade física e mental para a realização do curso, verificada mediante a exame médico, ter concluído o ensino primário ou ter recebido ensino primário suficiente, verificado por meio de exame de admissão. Admitido em um dos cursos, o aluno frequentaria as disciplinas de cultura geral (português e aritmética), destinadas a auxiliar no aprendizado, e as disciplinas de cultura técnica, essenciais no exercício de ofício, bem como as de desenho técnico e tecnologia. Todas as disciplinas teriam caráter obrigatório em todos os cursos, no auxílio do aprendizado das disciplinas de cultura técnica.

Para o ensino de um ofício (MEC, 1965), era necessário levantar o número, as características e segmento das indústrias locais, reconhecendo os elementos necessários que compõem esse ofício; estas informações poderiam indicar a necessidade de mão-de-obra dos ofícios na indústria local ou regional, logo, tais informações poderiam indicar o número de aprendizes que devem ser preparados de acordo com o plano profissional. Este levantamento industrial determinaria quais as “indústrias típicas da região ou comunidade, “qual a necessidade da mão de obra qualificada para cada indústria”, “grau de preparação necessário aos diferentes tipos de mão-de-obra qualificada a ser treinada”, “as tarefas e operações que cada tipo de operário qualificado executa” , “máquinas, ferramentas e materiais com que cada tipo de operário qualificado, na execução de suas tarefas e operações”, “as qualidades de personalidade requeridas para a eficiência do trabalhador” e “os padrões para avaliação do trabalho adotado pelas empresas”.

Segundo Singer (1988, p. 59), a formação da classe operaria entra numa nova etapa a partir dos anos 40, devido ao processo de industrialização:

Constitui-se no País a chamada grande indústria, formada por estabelecimentos em geral de grande porte, em que são fabricados produtos intermediários (aço, alumínio cimento, vidro, papel, plástico etc.), bens duráveis de consumo (automóveis

sobretudo, eletrodomésticos televisores etc.) e bens de capital (máquinas de todas espécie, motores, caminhões, navios, aviões, tratores etc.). Estes estabelecimentos são em maioria propriedade não de um indivíduos ou famílias, mas de empresas multinacionais, do Estado ou de associações de capitais estatais, estrangeiros e nacionais privados. Eles são administrados não por seus donos mas por uma burguesia gerencial, isto é, por administradores de carreira, que também são assalariados. As técnicas tendem a ser altamente mecanizadas ou automatizadas, de modo que quase não se empregam operários qualificados, no sentido de trabalhadores possuidores de habilidades adquiridas em períodos longos de aprendizagem. O proletariado da grande industrial se constitui de duas partes bem distintas: uma maioria de executantes semiquilificados (que podem ser formados em algumas semanas ou meses de treinamento); e uma minoria de técnicos e pessoal administrativo, com escolaridade secundária ou superior que se encarrega de tarefas de planejamento e controle.

São Paulo, tinha a maior “concentração espacial de capital”, possuindo um parque industrial mais desenvolvido do País, na década de 50, “a cidade de São Paulo e municípios vizinhos tiveram crescimento ainda mais acentuado em virtude da instalação de grandes indústrias, em particular o setor automobilístico, transformando qualitativamente o parque industrial da região” (SPOSITO, 2001, p. 172).

Cabia as prefeituras comprovarem as necessidades locais, além de doarem o terreno e por intermédio da municipalidade a construção dos prédios que receberiam estes cursos. A partir de 1948, começam a ser criados e instalados os cursos práticos de ensino profissional no Estado de São Paulo nas cidades de Araçatuba, Assis, Bananal, Batatais, Barretos, Bebedouro, Birigui, Bragança Paulista, Caçapava, Catanduva, Guaratinguetá, Ibitinga, Igarapava, Iguape, Ipauçú, Itatiba, Marília, Mirassol, Orlândia, Ourinhos, Pirajuí, Porto Ferreira, Presidente Prudente, Promissão, Salto, Tietê e Tupã. Em 1954, estes estabelecimentos foram transformados em Escolas Artesanais conforme determinado pelo Decreto n.º 23.227-E, de 24 de março de 1954.

Em de janeiro de 1954, é editado a lei n.º 2.663 que revoga o Decreto-Lei n.º 16.108 e transforma em escolas artesanais ou iniciação agrícolas os atuais cursos práticos de ensino profissional. No artigo 2º, “o ensino nas escolas artesanais e escolas de iniciação agrícola obedecerá às leis e regulamentos expedidos pelo Governo Federal e às Instituições baixadas pelos órgãos federais e estaduais competentes”. Além das vinte e sete escolas em funcionamento, outras onze unidades são instaladas no interior até dezembro de 1961, nas cidades de Adamantina, Aguai, Americana, Araras, Avaré, Garça, Itapetininga, Oswaldo Cruz, São Joaquim da Barra, São Jose do Rio Preto e Taquaritinga. Na capital, foram instaladas quatro Escolas Artesanais: Vila Maria (Etec Prof.º Horácio Augusto da Silveira), Lapa (Etec Prof.º Basíledes de Godoy), Mooca (Etec Albert Einstein) e Penha (Etec Prof.º Aprígio Gonzaga).

O ensino industrial buscava preparar profissionais para a indústria e as atividades artesanais, o aumento e a capacitação de mais trabalhadores, visando atender a demanda

acelerada do processo de industrialização no país durante pós Segunda Guerra Mundial, este período influencia o desenvolvimento da indústria automotiva, devido a demanda reprimida dos mercados fornecedores internacionais na aquisição de peças e componentes para reposição e o transporte internacional destes produtos. Além disso, a expansão no sistema de transporte rodoviário poderia representar maior integração econômica dadas as dimensões geográficas do país. Segundo Almeida (1952, p.10), o modo de realizar o transporte de carga mudou, ou seja, o tipo de transporte utilizado, nesse caso, o modal rodoviário apresentou uma expansão. Dentre os diversos fatores, podemos apresentar os fatores econômicos, a deficiência na infraestrutura do modal ferroviário e aquaviário:

O desenvolvimento do tráfego rodoviário, como alternativa para atender as necessidades do transporte, apresenta sobre os demais sistemas de superfície – terrestre e marítimo de cabotagem – algumas vantagens, tais como: menor período de maturação dos investimentos, maior economicidade destes, maior flexibilidade, permitindo diversificar mais as correntes de tráfego. Havia que considerar, concomitantemente, a deterioração do sistema ferroviário e de navegação e de cabotagem, devido, respectivamente: a falta de reequipamentos, conservação e expansão nas ferrovias oriundas de políticas tarifárias inadequadas e ineficiência nas suas operações; as deficiências nas instalações portuárias; ao obsoletismo das unidades destinadas ao serviço de cabotagem e a política salarial para as atividades ligadas ao transporte marítimo que influiu profundamente sobre os custos desse sistema de transporte.

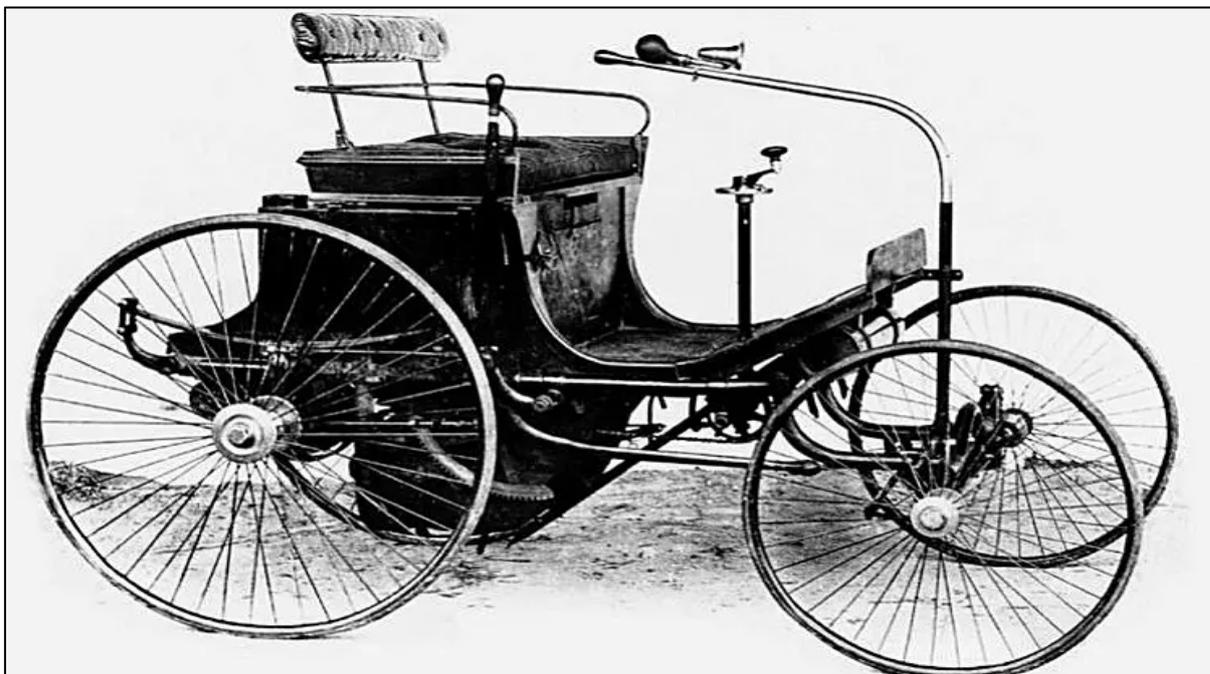
Enquanto o modal ferroviário melhora na eficiência no transporte de commodities, transportando maior volume de cargas em menor tempo, este fator permitiu o aumento nas exportações destes produtos; outro fator importante desde a implantação, foi o surgimento de indústrias ao redor da malha ferroviária, melhorando o transporte da produção possibilitando o adensamento e surgimento de núcleo populacionais, mas com a redução das exportações a partir de 1930, o modal ferroviário propulsor da economia brasileira entra em declínio, permitindo a expansão do modal rodoviário.

Pioneira na organização da produção e do trabalho, a indústria automobilista, seja no chão de fábrica ou no sistema de produção, apresentou desde o início do século XX diversos métodos e programas, que possibilitaram a produção em massa, com a racionalização do processo de fabricação, a padronização dos processos e redução dos tempos de fabricação, isso permitiu a redução nos custos de produção, portanto, o preço de venda dos automóveis (GOUNET, 1999).

O primeiro veículo movido a gasolina a desembarcar no Brasil pelo porto de Santos ocorreu em 1891, quando Alberto Santos Dumont, com intuito de estudar, importa da França o veículo de modelo Peugeot Type 3 Vis-a-Visc, mais conhecido como Peugeot Voiturette (figura

10). O veículo apresentava as semelhanças com uma charrete, e chegava a uma velocidade máxima de 18 km/h (DYNA, 2020).

Figura 10: Peugeot Voiturette (1891)



Fonte: Anfavea (2022)

Com o aumento na importação de veículos por particulares, o doutor Pedro Vicente de Carvalho, prefeito do Município de São Paulo, em sessão realizada na Câmara em 20 de dezembro de 1900, Decreta a Lei n.º 493, onde se lê no art. 29 (PMSP, 1900), o pagamento obrigatório de imposto sobre veículo (automóveis, barca, bote, bicicleta para cargas, canoa, etc.), sendo o valor para automóveis de 100\$000 (Cem mil Contos de Réis) e para carros particulares, de praça ou de aluguel, de quatro rodas 96\$000 (Noventa e seis mil Contos de Réis).

Em 1903, o prefeito Antonio Prado, decreta o Ato n.º 146 de fevereiro de 1903, sobre a circulação de automóveis nas ruas, praças, estradas e caminhos público, ficando sujeito, o registro de alvará de licença especial; para sua obtenção era necessário indicar o nome e domicílio do proprietário, fabricante, tipo de veículo, assim como especificar limites de peso, velocidade e força de motor dos veículos munidos de motor mecânica. Sendo obrigatório possuir carta de habilitação, concedida pela prefeitura, somente após realização de exames, no qual o proprietário mostrava conhecimento do funcionamento do veículo e sua forma de manobrar, e como requisito necessário a prudência, sangue frio e visualidade (PMSP, 1903). Neste ano, é emplacado o primeiro veículo no país, um Packard (figura 11) de placa P-1 (P – carro particular) de propriedade do conde Francisco Matarazzo.

Figura 11: Packard de Placa P-1 (1903)



Fonte: Anfavea (2022)

No estado de São Paulo, a frota de veículos até 1917 era de aproximadamente 2,6 mil automóveis (ANFAVEA, 2022), quando em 1919, Henry Ford decide abrir uma filial no Brasil, a fábrica é instalada na cidade de São Paulo, importando parte e peças da matriz americana, e montando seus modelos (carros e caminhões).

Entre os anos de 1925 e 1955, instalam-se outras indústrias automotivas na região do grande ABC e interior do estado de São Paulo. A General Motor (1925) montando veículos de passageiros e caminhões, a Internacional Harvest Máquinas S/A (1926), com a montagem de caminhões já em 1945, a Vemag S/A instala a linha de montagem e distribuição de veículos, caminhões e máquinas agrícolas; no ano de 1950, iniciam suas atividades no país a Volkswagen, com a implementação do modo de produção em massa. Em 1955, a Mercedes-Benz instala-se na cidade de São Paulo e passa a produzir ônibus e caminhões (PEDROCHI, 2007).

Em dezembro de 1945, o imigrante italiano Jose Massa e os irmãos Piedade Gonçalves, fundam a Companhia Americana Industrial de Ônibus (C.A.I.O), produzindo o primeiro ônibus da marca Jardineira (figura 12), em um barracão instalado na Avenida Celso Garcia, no Brás, em São Paulo, com 120 operários; a primeira unidade demorou 30 dias para ser produzida de forma totalmente artesanal.

Figura 12: Jardineira (1946)



Fonte: Diário do Transporte (2015)

As jardineiras eram montadas sobre chassis de caminhões (importados), tendo toda sua estrutura em madeira, como laterais, tetos, frente, traseira e piso, já os estofamentos de couro legítimo. A produção mensal era de dozes veículos, sendo a maior parte da matéria prima importada, principalmente o chassi, um dos maiores problemas da época. A partir de 1947, a fábrica atinge a sua capacidade máxima, com a produção de 319 carrocerias. No ano seguinte, com a necessidade ampliar a produtividade, a empresa adquire um terreno na rua Guaiaúna, no bairro da Penha; neste mesmo ano, é incorporada ao Grupo C.A.I.O a Companhia Auto Carroceria Cermava, do Rio de Janeiro (DIARIO DO TRANSPORTES, 2015).

Figura 13: Fábrica da Caio na Rua Guaiaúna, no bairro da Penha, (1952)



Fonte: Automotive Business (2021)

Na década de 50, a empresa é considerada a maior encarroçadora de ônibus urbanos (figura 13) do país, precursora na produção de trólebus, micro-ônibus e articulados. A RCN Indústrias Metalúrgicas é outra empresa fundada no bairro em 1953. Na década de 60, a C.A.I.O produzia cinquenta unidade mensalmente, empregando 746 colaboradores. Em 1982, inaugura a unidade de Botucatu/SP, sendo encerrada as atividades no bairro.

Em 1840, é inaugurada a primeira cervejaria de São Paulo, no bairro da Penha, somente a partir de 1930 que o setor industrial é impulsionado com a chegada da ferrovia. Instalam-se próximo ao rio Aricanduva e a linha férrea, a Fábrica de Papeis Santa Teresinha e a Companhia Americana Industrial de Ônibus (ALMEIDA e MACEDO, 2017). Antes a economia do bairro girava em torno da religiosidade e na produção produtos para subsistência, além disso, o rio proporcionava a retirada de barro matéria prima para a fabricação de tijolos e telhas nas olarias e na extração de areia e cascalho do fundo das lagoas formadas após a cheias; entre estes, os produtos agrícolas eram transportados por meio de bondes, carroças e ônibus pelo próprio rio e seus afluentes até o porto existente na atual Ladeira Porto Geral, os barcos eram fabricados no bairro, como também as embarcações a remo e pesca para as práticas esportivas.

Nas margens do rio Tiete existiam aproximadamente vinte e três olarias e portos para a extração de areia, além de pequena indústria para a construção e conserto de barcos, e próximo as várzeas dos afluentes do rio Tiete (Tiquatira, Aricanduva, Guaiaúna e na baixada oeste do bairro da Cangaíba e nas planícies onde percorria a Estrada Velha da Penha) existia o cultivo de flores (cravo, dalias, margaridas e copos-de-leite, etc.) e também a produção de legumes que eram comercializados no mercado municipal e doze fabricas (JESUS, 2006).

Complementando a vida regional do antigo núcleo do bairro, com uma vintena de fábricas espalhadas nas vilas ao redor da colina, Vila Esperança, Vila Matilde e Guaiaúna, têm-se a Fábrica de Artefatos Galite Atlântico (na colina da Penha) produtoras de artefatos de galalite⁸, Fabrica Técnico-cerâmica de isolantes elétrico, União Mecânica na produção de fechaduras e chaves, Cia Nacional de Anilinas⁹, Fabrica Vulcão de tintas, esmaltes, vernizes, Fabrica de produtos químicos, Vale do Paraíba na produção de carbonato de magnésio e cálcio etc. (AZEVEDO, 1958).

Quanto à distribuição da população no bairro, para Almeida e Macedo (2017) até a década de 30, a população se concentrava no antigo núcleo próximo a Igreja de Nossa Senhora da Penha, sendo formada por descendente das famílias tradicionais, por imigrantes

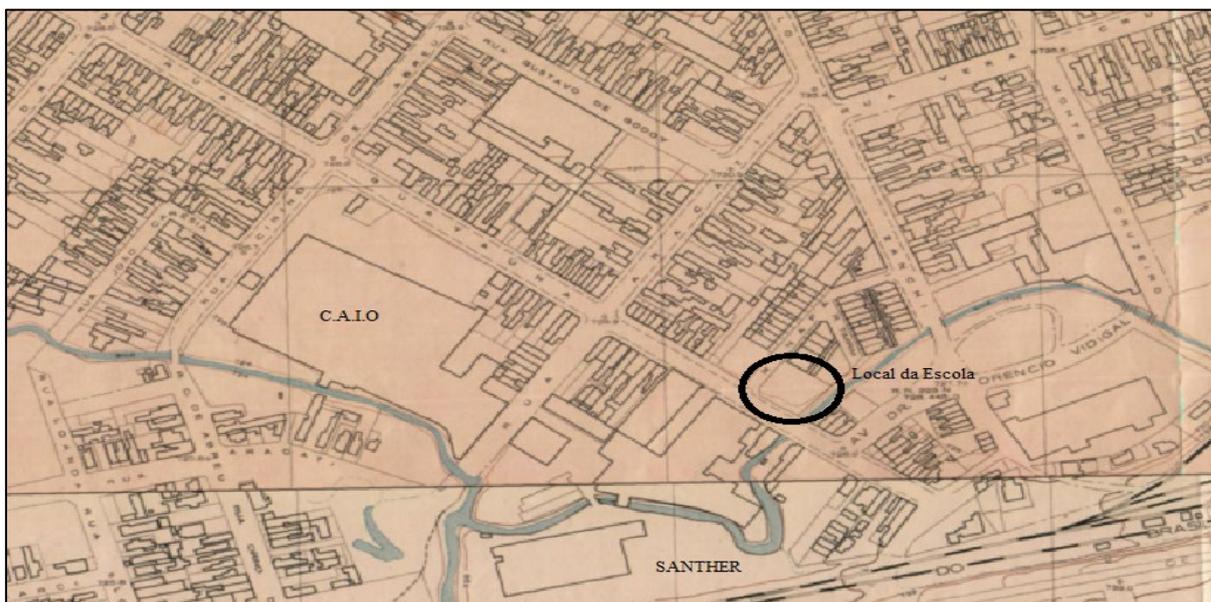
⁸ Galalite é um material plástico, natural, de origem proteica, obtido de substâncias orgânicas, especialmente o leite.

⁹ Anilina matéria prima para inúmeros corantes.

principalmente portugueses, espanhóis, italianos e árabes, e por filhos e netos de antigos escravos. Após a Segunda Guerra Mundial, mais imigrantes europeus e migrantes de outras regiões chegaram à região devido, principalmente, a vastas áreas desabitadas nas regiões periféricas do bairro (Guaiaúna, Vila Matilde, Vila Esperança, Vila Ré, Cangaíba, Vila Cisper, Vila Salete, Vila Penteadado, Vila Buenos Aires, Cidade Patriarca e muitas outras), também devido à proximidade com as indústrias do bairro do Brás. Para Jesus (2006), o aumento da população ocasionou diversos problemas como o engarrafamento devido as vias serem estreitas, a falta de água e saneamento básico, os atrasos e a superlotação do transporte público, a falta de habitação dentre outros problemas, entretanto, apesar desses problemas, a população teve que se adequar ao processo de urbanização e crescimento industrial.

Essas alterações ocorridas no campo social como o crescimento da população devido a ampliação dos loteamentos residenciais, transporte público e saneamento; e no campo econômico devido ao baixo valor dos imóveis no bairro propiciaram a chegada de diversas indústrias, em destaque a montadora de auto-ônibus, as quais tiveram papel importante na instalação da escola artesanal no bairro em 1958, sendo o primeiro curso voltado a área de mecânica de automóveis. A criação da unidade escolar e do curso extraordinário oferecido pela instituição, deu-se com base na localização da unidade próximo de indústrias e empresas do setor automotivo. Na figura 14 é apresentado o mapa do bairro da Penha (1954), no qual é possível identificar o local onde será instalada a escola artesanal; neste ano, o terreno ainda não possui nenhuma edificação conforme planta da prefeitura de São Paulo, e sem as alterações no trajeto do leito do córrego Rincão (antes denominado Guaiaúna) afluente do Rio Aricanduva.

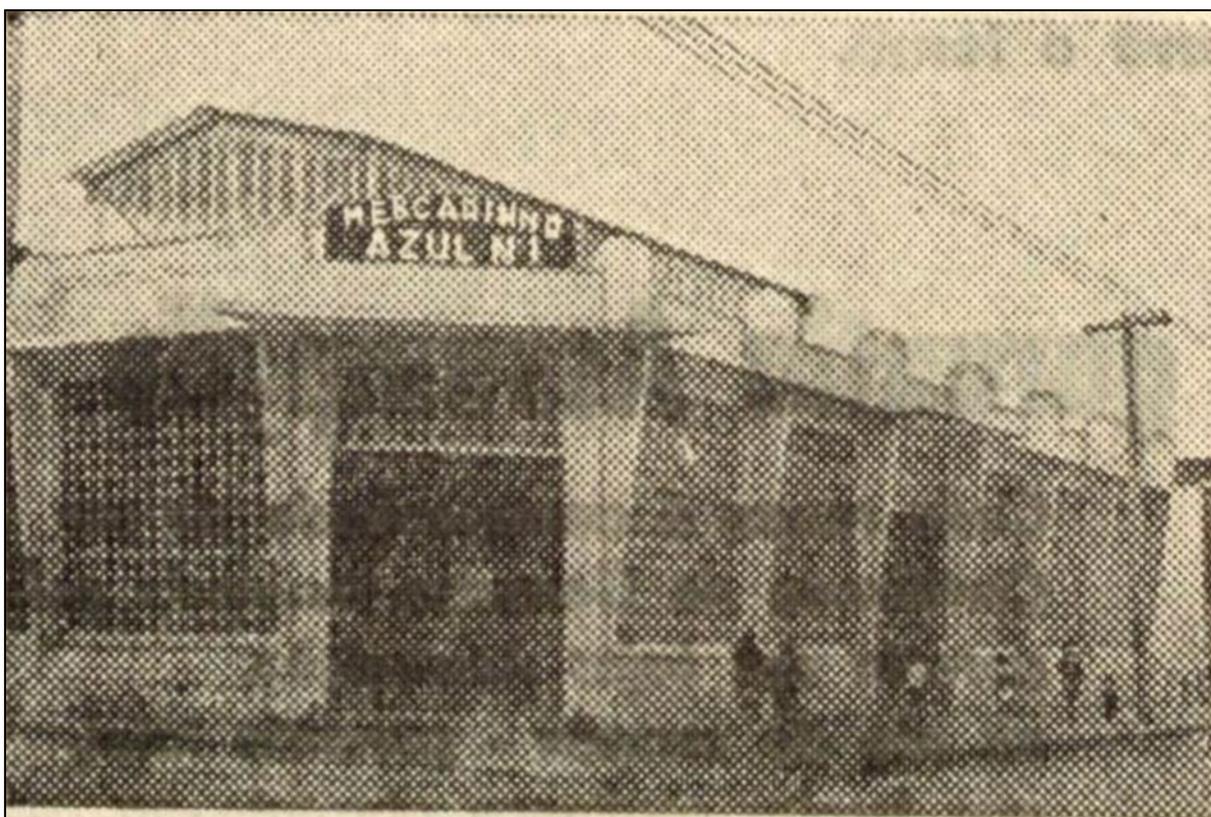
Figura 14: Mapa da localização da Escola – Rua Guaiaúna 751 (1954)



Fonte: Geosampa

Para a instalação da unidade, foi realizado o contrato de locação, promulgado por meio do Decreto n.º 32.996, de 28 de junho de 1958 assinado pelo governador do Estado de São Paulo, Jânio Quadro, que dispõe sobre a localização de uma escola artesanal localizada no bairro da Penha, na capital de São Paulo. Em 23 de julho de 1958, o Tribunal de Contas do Estado de São Paulo divulga, por meio da ata de n.º 69 em sessão ordinária, o termo celebrado entre a Secretaria da Educação e o senhor George Selim Skaff e Orlando Bocater, quanto à locação de imóvel localizado à Rua Guaiaúna, n.º 751, no bairro da Penha (figura 15), por um período de quatro anos, no valor total de Cr\$5.280.000,00 (Cinco milhões e duzentos e oitenta mil Cruzeiros), para os primeiros 26 meses, o valor de Cr\$100.000,00 (Cem mil Cruzeiros, Cr\$120.000,00 (Cento e vinte mil Cruzeiros) para os 120 meses seguintes, Cr\$130.000,00 (Cento e trinta mil Cruzeiros) para o penúltimo mês e Cr\$150.000,00 (Cento e cinquenta mil cruzeiros) para o último mês.

Figura 15: Fachada do imóvel entre a Rua Guaiaúna/Rua Napa (1955)



Fonte: A Gazeta Esportiva (1955, p. 20)

Conforme campanha publicitária divulgada no jornal A Gazeta Esportiva (1955, p.5), o imóvel destinava a instalação da rede Mercadinho Azul n.º1 (figura 16), com câmaras frigorificadas, depósitos para cereais e instalações sanitárias completas, para a venda de frutas,

aves abatidas, açougue, frios ou artigos domésticos em boxes.

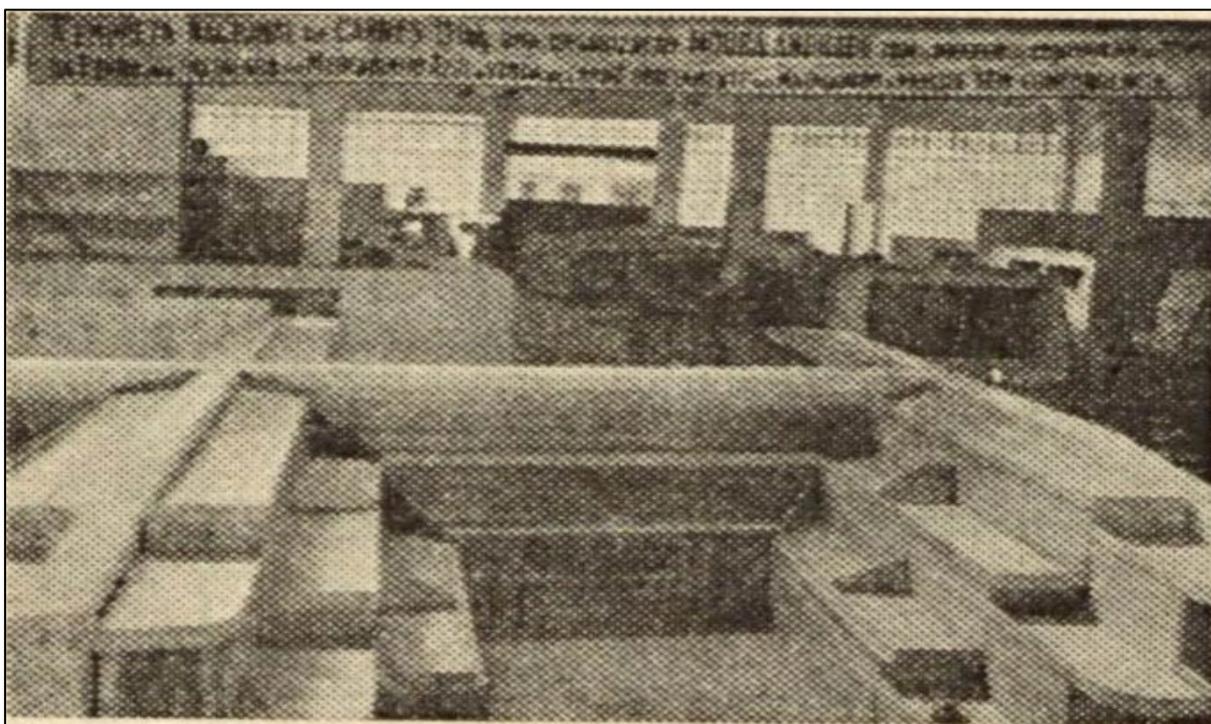
Figura 16: Fachadas laterais do imóvel entre a Rua Guaiaúna/Rua Napa (1955)



Fonte: A Gazeta Esportiva (1955, p. 20)

Os luxuosos boxes (figura 17), modernos e confiáveis eram vendidos ou alugados a um valor Cr\$90.000,00 (Noventa mil Cruzeiros), com vinte por cento de entrada e o restante facilitado em dez anos corrigidos pela Tabela Price, e mensalidade de Cr\$1.000,00 (Mil Cruzeiros). A peça publicitaria indicava que haveria em breve a instalação de um mercadinho em cada bairro. Com entrada para a rua Guaiaúna, os boxes deram lugar para a instalação da sala da Direção, Secretaria Acadêmica, Orientação Pedagógica e Professores, Almojarifado, Cozinha e Oficina mecânica e industrial para a saída para Rua Timirim, e um mezanino com quatro salas de aula, duas para a Rua Napa e duas para a Rua Guaiaúna.

Figura 17: Interior do Mercadinho Azul n.º 1 (1955)



Fonte: A Gazeta Esportiva (1955, p. 20)

A Escola Artesanal da Penha é criada, iniciando o primeiro ano letivo em março de 1959, com o objetivo de formar profissionais na modalidade denominada curso artesanal, antes denominado curso prático de ensino industrial, destinado ao ensino de ofício e duração reduzida, entre um e dois anos. Em 1961, é transformada em Escola Industrial da Penha, com o curso de aprendizagem, duração e regime de horário reduzido, destinado ao ensino de ofício aos aprendizes dos estabelecimentos industriais, e, em 1963, cursos industriais, cursos que requeriam o ensino completo de um ofício com duração mais longa.

Em 1967, é emitido um recibo em nome do Sr. Jose Fanelli, referente a construção de paredes, assentamento de pia e encanamento para a cozinha, local de preparação dos lanches dos alunos. Em 1971, Orlando Rosalino, Encanador e Consertos em Geral, emite a nota no valor de NCr\$285,00 (Duzentos e Oitenta e Cinco Cruzeiros Novos), referente a aplicação de Cascolac¹⁰ nas seguintes dependências: Diretoria, Secretaria, sala dos Docentes e Portaria. Durante o período de 1967 a 1971, a unidade escolar adquire diversos materiais (Anexo S (c)) que possivelmente seriam utilizados para a manutenção do prédio. Armando Munhoz & Cia Ltda, era o principal fornecedor da escola, localizava-se na rua Guaiaúna, 369. A escola funcionou no local até o ano de 1973, quando foi transferida para o imóvel na avenida Doutor Orêncio Vidigal, n.º 212, Vila Carlos de Campos (figura 18), a um quilômetro do antigo prédio. Figura 18: Locais de desapropriações para a instalação da Escola (1958)



Fonte: Geoportal (adaptado)

¹⁰ Cascolac – cola adesiva para a conservação de pisos de madeira e pedras naturais.

Uma década após a criação da unidade, é verificada a necessidade de instalações próprias para a escola. No ano de 1968, o imóvel foi considerado de utilidade pública para fins de desapropriação¹¹, sendo ele descrito no decreto n.º 50.299, de 20 de agosto de 1968, que desapropria o imóvel onde a escola estava localizada na rua Guaiaúna destinado ao Ginásio Industrial Estadual Professor Aprígio Gonzaga, porém, por questões desconhecidas, a desapropriação não ocorreu. Além deste imóvel, outros imóveis foram decretados como utilidade pública. O decreto n.º 51.304¹², de 22 de janeiro de 1969, sita o imóvel localizado na avenida Celso Garcia, na altura do número 5.819, um terreno de forma irregular, com 12.708,80 m², que consta pertencer ao espólio de Pedro Morand e outros.

Em 12 de junho de 1970, é decretado de utilidade pública, para fins de desapropriação o imóvel de 6.810,50 m² situado no distrito do município e comarca da Capital, 3.º subdistrito da Penha, necessário para a construção da Escola Industrial, pertencente à Companhia Cervejaria Brahma. O mesmo imóvel, em 1962, por meio do decreto n.º 39.813, de 20 de fevereiro de 1962, já havia sido declarado de utilidade pública para a construção do Grupo Escolar da Vila Carlos de Campos, que consta pertencer a João Pekny¹³. Pekny era proprietário da floricultura Hortulândia Paulista, instalada no vale do Guaiaúna deste 1916, o local possuía oito alqueires e quarenta funcionários, sendo considerada a principal chácara comercial

¹¹ Artigo 1.º - Fica declarado de utilidade pública, a fim de ser desapropriado, um imóvel com a área de terreno de 1.130,57 m², situado na Penha de França, Comarca da Capital, necessário ao funcionamento do G.I.E. "Prof. Aprígio Gonzaga", que consta pertencer a George Selim Skaff e Orlando Bocater, com as medidas e confrontações seguintes: frente para a rua Guaiaúna n. 751, com 30,30 metros, frente secundária para passagem particular, com 24,70 metros, fundos para praça particular, com 22,20 metros, divisando à esquerda com o córrego Guaiaúna, na extensão, de 37,50 metros, e à direita com propriedades particulares, na extensão de 43,00 metros, havendo no terreno edificações. (ALESP, 1968)

¹² Artigo 1.º - Fica declarado de utilidade pública a fim de ser desapropriada pela Fazenda do Estado, de 12.708,80 m², constituída dos lotes, situado no município. Subdistrito da Penha de Franca - necessária à instalação da E.I. da Penha, que consta pertencer ao Espólio de Pedro Morrand e outros, com as medidas e confrontações da planta anexa ao processo PGE. 25.754-64, a saber no pinto A que se acha localizado junto à Avenida Celio Garcia de n.º 5.819, dividindo com a propriedade de Adolfo Biagio Carlucci e Outros: daí, segue confrontando com estes últimos na distância de 120,00 m. até alcançar o ponto B; daí deflete à direita e segue confrontando com terras que constam pertencer ao Espólio de Pedro Morand, na distância de 112,50 m. até alcançar o ponto C: daí deflete novamente à direita e segue confrontando com terras de propriedade de Alves Zugaibe e Ltda. na distância de 120,00 m. até alcançar o ponto D que se acha junto à Avenida Celso Garcia: daí finalmente deflete à direita e segue pela referidas Avenida Celso Garcia em direção ao ponto A. numa distância de 112,50 m." (ALESP, 1969).

¹³ Joao Pekny, conhecido como Pai dos floristas brasileiros (CORREIO DO POVO, 1958), foi proprietário da Hortulania Paulista (floricultura, horticultura, pomicultura, plantas, mudas e sementes) na Rua Joao Bricola n.º 18 no Centro Histórico de São Paulo. Também proprietário da Chácara Hortulania Paulista na Penha de França, com uma área de 28.719m², situada na parte do antigo Sítio do Córrego Secco, na chácara Hortolândia Paulista em Guaiaúna, que assim se descreve: começa no ponto H da planta geral do imóvel, distante 40,00 m do ponto G, situado no lado direito da Av. Drº Orêncio Vidigal, daí segue na distância de 116,00 m, dividindo com Ilzik Hler e Leon Gorenstein, respectivamente, até o ponto O, situado na margem esquerda da rede Ferroviária Federal S/A, antiga Estrada de ferro Central do Brasil, com quem divide; seguindo daí, em linha reta, até o ponto N, na distância de 270,00 m, de onde deflete à esquerda seguindo na distância de 116,00 m, onde divide com os outorgantes vendedores, até o ponto I, situado à margem esquerda do córrego, de onde, também em linha reta, na distância de 270,00 m, segue até o ponto H (FARO ONLINE, 2012).

penhense (JESUS, 2006). A desapropriação ocorreu no ano de 1970 para a edificação da escola industrial e não o grupo escolar.

1.3.1 Cursos

Na década de 1940, o país apresenta crescimento econômico, industrial e urbano, exigindo a “formação de uma nova cultura empresarial e de um novo tipo de trabalhador qualificado, apto a gerência e ao controle dos tempos e movimentos” (PEDROSA e RAMOS, 2020). Com a promulgação da Lei Orgânica do Ensino Industrial (BRASIL, 1942a), subsidiada a partir de estudos dos processos de ensino industrial em países mais desenvolvidos e adaptados à realidade brasileira, por uma comissão de educadores do Ministério da Educação e Saúde (SHIMUZI, 2010), o decreto estabelecia os tipos de cursos, a forma de admissão, da certificação e o reconhecimento das habilitações e das práticas pedagógicas. Apresentando, assim, os cursos foram classificados nas seguintes modalidades; a) ordinário ou de formação profissional; b) extraordinário ou de qualificação, aperfeiçoamento ou especialização profissional e c) avulso, ou de ilustração profissional. Os cursos ordinários no primeiro ciclo compreendiam entre industriais, mestria, artesanais e aprendizagem (quadro 1).

Quadro 1: Cursos Ordinários (1942)

Industriais	Mestria	Artesanais	Aprendizagem
Formação profissional (longa duração)	Formação de mestre	Ensino de ofício (duração reduzida)	Formação de mão-de-obra qualificada (período variável)

Fonte: Decreto-Lei n.º 4.073 (Adaptado pelo autor)

Com duração de três anos para cursos industriais e de mestria, o curso industrial tinha como objetivo formar trabalhadores completos em determinado ofício, sendo necessário maior tempo para a sua formação, enquanto o curso de mestria, para alunos já formados em cursos industriais, dá maior formação necessária ao exercício da função de mestre. Com idade em torno de 18 anos, os alunos de mestria encontravam dificuldades de colocação no mercado de trabalho na função de mestre, “porquanto os operários encanecidos no exercício do ofício não aceitavam cumprir ordens dadas por elementos jovens, quase sempre menores de idade” (SHIMUZI, 2010, p. 10). Os cursos artesanais ou de aprendizagem tinham duração entre um e dois anos, no curso artesanal, buscava-se o ensino de ofício simples em curto período e os de aprendizagem eram destinados a formação dos aprendizes dos estabelecimentos industriais. No ensino artesanal, o aprendizado dos ofícios e artes práticas, para Silva (1969, p. 56):

[...] implicava uma participação efetiva do aprendiz na atividade produtiva, mediante a qual a aquisição por este das técnicas de trabalho empregadas pelo mestre se realizava em situação concretamente vivida, inclusive sob o aspecto de uma estreita vinculação associativa entre mestre e aprendiz”

Os cursos extraordinários eram divididos em três modalidades conforme Decreto-lei n.º 4.073/1942: de continuação, aperfeiçoamento e especialização. Assim, buscava-se habilitar profissionais na execução das atividades industriais, oferecer ensino de ofício a jovens sem formação profissional e prepará-los para o mercado de trabalho:

§ 1º Os cursos de continuação destinam-se a dar a jovens e a adultos não diplomados ou habilitados uma qualificação profissional.

§ 2º Os cursos de aperfeiçoamento e os cursos de especialização tem por finalidade, respectivamente, ampliar os conhecimentos e capacidades, ou ensinar uma especialidade definida, a trabalhadores diplomados ou habilitados em curso de formação profissional de ambos os ciclos, e bem assim a professores de disciplinas de cultura técnica ou de cultura pedagógica, incluídas nos cursos de ensino industrial, ou a administradores de serviços relativos ao ensino industrial (BRASIL, 1942a).

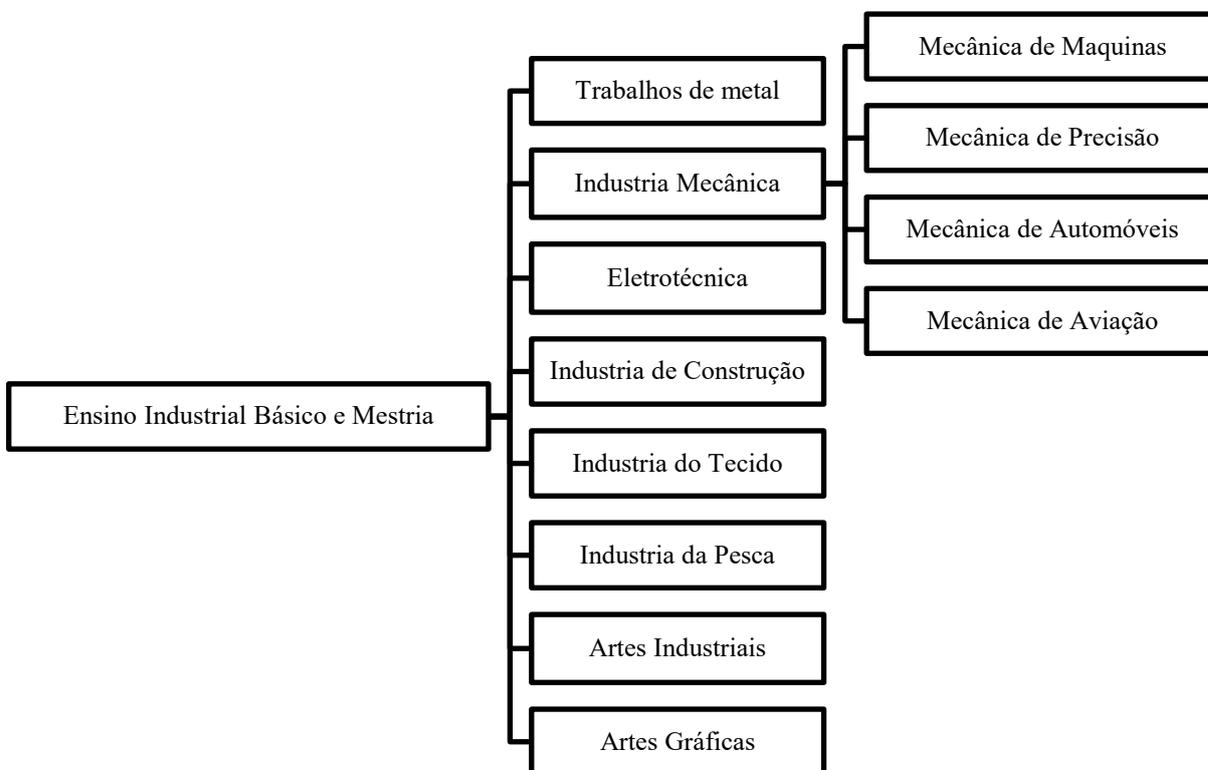
Enquanto os cursos avulsos ou de ilustração profissional buscavam dar conhecimentos de novas técnicas industriais aos interessados em geral. Aos concluintes dos cursos industriais, mestría e aprendizagem era conferido diploma, e certificado aos de formação profissional ou extraordinário.

O decreto federal de 8.673/42, que complementava a Lei Orgânica, determinava, além, das disciplinas específicas de cada ofício e as de disciplina geral, no entanto, não definia as matérias que deveriam ser abordadas, de acordo Shimizu (2010, p. 9):

A Lei Orgânica do Ensino Industrial, apesar de ser bastante detalhista, não estipulava quais as matérias que deveriam ser abordadas nesses cursos. Assim a portaria Ministerial 162/43 regulava a seriação das disciplinas tanto as de cultura geral como as de cultura técnica nos cursos industriais, de mestría e técnicos.

O quadro dos cursos do Ensino Industrial (figura 19), conforme decreto n.º 8.673/1942, aprovava o regulamento dos cursos do ensino industrial e de mestría, divididos em seções e cursos. Discrimina as oito seções do ensino industrial e o ensino de mestría conforme o ramo da indústria. Os cursos do ensino industrial teriam duração de quatro anos, enquanto os de mestría com duração de dois. O decreto estabelecia as disciplinas de cultura geral (Português, Matemática, Ciências Físicas e Naturais, Geografia e História do Brasil) para os cursos industriais e para os cursos de mestría somente as disciplinas de Português e Matemática. Quanto as disciplinas de cultura técnicas, seriam estabelecidas conforme ramo da indústria e tipo de curso. Na seção de Industria Mecânica, ficam instituído os cursos industriais de mecânica de máquinas, precisão, automóveis e aviação.

Figura 19: Cursos do Ensino Industrial (1942)



Fonte: Decreto-Lei n.º 4.073 (adaptado pelo autor)

No Estado de São Paulo, a criação dos cursos práticos de ensino profissional se dá pelo Decreto-lei n.º 16.108¹⁴ (ALESP, 1946), que tinha como objetivo ensinar jovens e adultos uma habilitação profissional. Era necessário satisfazer as condições mínimas para a matrícula em qualquer série dos cursos industriais, artesanais ou aprendizagem: idade mínima de doze anos e menor de dezessete anos; estar vacinado e não ser portador de doença contagiosa; capacidade física e mental, além do diploma do curso primário ou ter recebido o ensino primário em grau considerado suficiente, verificado em exame de admissão.

A realização de testes de capacidade física e mental e os exames vestibulares difere dos moldes de recrutamento das escolas de aprendizes artificiais, que tinham como função o assistencialismo, ou seja, a origem social e cultural deixa de ser o único critério para o aprendizado de um ofício, busca-se, então, formar mão-de-obra qualificada em um ofício específico, sendo assim, é incorporado a aptidão e desempenho para exercer qualquer atividade

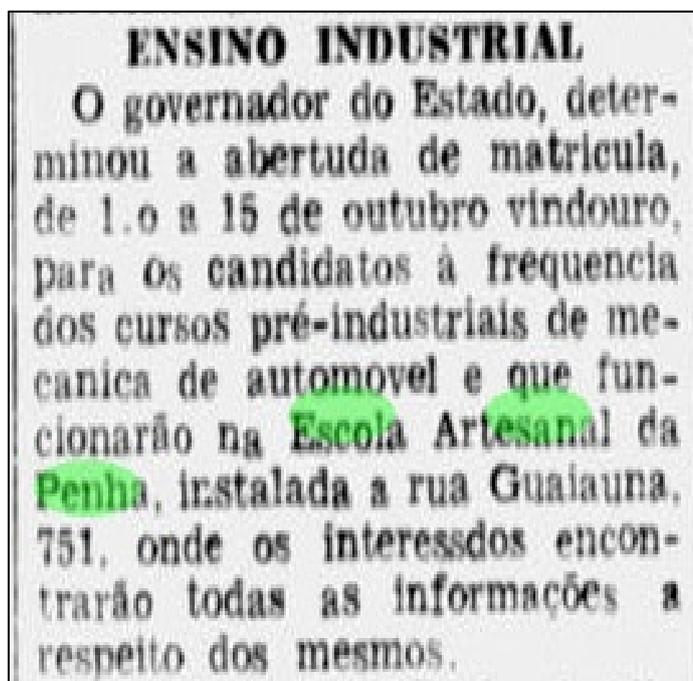
¹⁴ Em 21 de janeiro de 1954 é editado a lei n.º 2.663 que revoga o Decreto-Lei n.º 16.108

industrial, dentro do processo de admissão de novos alunos. A realização de exame de admissão só é possível graças ao aumento da oferta da rede de escolas de ensino primário, mantidas principalmente pelos estados e municípios, isto é, só poderia ingressar no ensino profissional o aluno portador de diploma do ensino primário e que o grau de conhecimento fosse considerado suficiente para ser admitido nas escolas profissionalizantes (CUNHA, 2000).

Satisfeitas as condições mínimas necessárias para a admissão, o aluno habilita-se para a realização da matrícula na primeira ou única série do curso. Os cursos oferecidos na Escola Artesanal da Penha (EAP), durante o período de 1959 a 1970, eram todos de primeiro ciclo tanto nas modalidades ordinárias ou de formação profissional e extraordinárias, ou de qualificação, aperfeiçoamento ou especialização profissional. No primeiro ciclo, o único não oferecido pela unidade era de mestria destinados aos diplomados em cursos industriais, formação profissional necessária para o exercício da função de mestre.

O curso extraordinário de Mecânica de Automóveis, denominado cursos pré-industriais (figura 20), foi o primeiro a ser implantado, em abril de 1959 até 1961; o curso tinha a duração de dois anos e funcionava de segunda a sexta-feira, das 07h às 12h30; era destinado ao sexo masculino com idade mínima de 12 anos, curso primário completo e aprovação em exame vestibular de admissão¹⁵.

Figura 20: Divulgação do Curso Extraordinário em Mecânica de Automóveis (1958)



Fonte: Correio Paulistano (1958, p. 4)

¹⁵ As inscrições para matrícula de primeira época ocorreriam de 16 a 30 de novembro e de segunda época 16 a 31 de janeiro.

Para a formação profissional, a aprendizagem abrangia as disciplinas de cultura geral (Português e Aritmética), “destinadas exclusivamente a dar conhecimentos gerais que auxiliem no aprendizado” e cultura técnica (Desenho e Tecnologia) que serão obrigatórias em todos os cursos, essenciais no desenvolvimento do ofício (BRASIL, 1942^a). O curso extraordinário em Mecânica de Automóveis, conforme prontuário dos alunos, apresenta a seriação das disciplinas, tanto as de cultura geral (Português e Matemática), quanto às de cultura técnica; as primeiras eram destinadas exclusivamente a dar conhecimento geral e auxiliar no aprendizado das disciplinas de cultura técnica primordiais ao ensino do ofício. Dentre as disciplinas de cultura técnica constavam: Desenho Técnico e Tecnologias, obrigatórias em todos os cursos listados no Decreto-lei n.º 16.108 (ALESP, 1946) e a disciplina de Oficina para o curso de Mecânica. O quadro 2 mostra essa estrutura do curso extraordinário em Mecânica de Automóveis da EAP a (1959 a 1961).

Quadro 2: Curso extraordinário de Mecânica de Automóveis da EAP (1959-1961)

1º ANO		2º ANO	
Cultura Geral	Cultura Técnica	Cultura Geral	Cultura Técnica
Português	Desenho	Português	Desenho
Matemática	Tecnologia	Matemática	Tecnologia
	Oficina		Oficina

Fonte: Prontuário dos alunos da EAP (adaptado pelo Autor)

Em 1961, a escola é transformada em Escola Industrial da Penha (EIP) deixando de oferecer cursos extraordinários e ofertando o Curso de Aprendizagem Profissional em Mecânica de Automóveis (1962 a 1964). No parágrafo 4.º da Lei Orgânica do Ensino Industrial (BRASIL, 1942a), consta que “os cursos de aprendizagem são destinados a ensinar, metodicamente aos aprendizes dos estabelecimentos industriais, em período variável, e sob regime de horário reduzido, o seu ofício”. Esses cursos possuíam equivalência parcial com o curso ginásial industrial, sendo o portador de certificado de habilitação, em cursos de aprendizagem de dois anos pelo menos, os alunos poderiam se matricular na segunda série do curso industrial; se quisessem prosseguir nos estudos, deveriam ingressar no ginásio do respectivo ramo e realizarem os exames vestibulares especiais (SANTOS, 1964).

Segundo a Lei n.º 6.052, de 3 de fevereiro de 1961 (ALESP, 1961), em seu artigo 4º “a formação profissional, de grau médio, no setor do Ensino Industrial e no de Economia Doméstica e de Artes Aplicadas far-se-á através dos cursos seguintes”:

- 1º Ciclo: Iniciação e Básico vocacional ou outros cursos equivalentes e industrial ou de Economia Doméstica e de Artes Aplicadas, de aprendizagem profissional; e
- 2º Ciclo: Técnico Industrial ou de Economia Doméstica e de Artes Aplicada.

Os cursos industriais de aprendizagem profissional, com duração variável, conforme a natureza do ofício, tinham como objetivo a formação de operários qualificados para a indústria. Iniciando em 1962, a oferta do curso ordinário de Aprendizagem Profissional em Mecânica de Autos era destinada aos jovens de 14 anos. Esse curso tinha caráter intensivo, podendo o aluno ingressar em umas das séries do ensino básico após a conclusão, mediante a verificação prévia de seus conhecimentos. O currículo do curso compreendia as matérias de Cultura Geral e Técnica, além das Práticas Educativas. O quadro 3 apresenta a estrutura do ensino em aprendizagem profissional em mecânica de autos (1962 a 1964), no qual se ensinam tarefas típicas de certas profissões como Desenho, Tecnologias e Práticas, além das disciplinas de quaisquer ramos, ginásio secundário, industrial, comercial e agrícola (SILVA, 1959).

Quadro 3: Curso ordinário em Aprendizagem Profissional em Mecânica de Auto (1962)

1º ANO	2º ANO	3º ANO
Cultura Geral	Disciplina	Disciplina
Português	Português	Português
Matemática	Matemática	Matemática
Ciências	Ciências	Ciências
Geografia	Geografia	História
História	História	Geografia
Práticas Educativas	Desenho	Desenho
Ed. Musical	Tecnologia	Tecnologia
Ed. Física	Práticas	Práticas
Cultura Técnica	Ed. Física	Ed. Física
Desenho	Canto Orfeônico	Canto Orfeônico
Tecnologia		
Práticas		

Fonte: Prontuário dos alunos da EIP (adaptado pelo Autor)

Os alunos do curso de Aprendizagem Profissional em Mecânica de Autos ingressavam no período vespertino no horário das 13h às 17h30, de segunda a sexta-feira e aos sábados, 07h às 11h30. No primeiro ano, eram cinco aulas diárias, com duração de cinquenta minutos e intervalo de 20 minutos entre a segunda e a terceira aula. Perfazendo um total de 30 aulas semanais, sendo 20 aulas de cultura Técnica (Práticas profissionais, Tecnologia e Desenho) e

10 aulas de Cultura Geral. As aulas de Prática profissional representavam no primeiro ano 57% do conhecimento obtido pelo aluno conforme quadro de horário (quadro 4) para o curso de Aprendizagem Profissional em Mecânica de Automóveis em 1962.

Quadro 4: Horário - Curso em Aprendizagem Profissional em Mecânica de Auto (1962)

Horário	Seg. Feira	Ter. Feira	Qua. Feira	Quí. Feira	Sex. feira	Sábado
13h – 13h50	Português	Matemática	Ciências	Matemática	Ciências	
13h50 – 14h40	Prat. Prof.	Est. S. Hist.	Prat. Prof.	Prat. Prof.	Est. S. Geo.	
14h40 – 15h	Recreio	Recreio	Recreio	Recreio	Recreio	
15h – 15h50	Prat. Prof.	Prat. Prof.	Prat. Prof.	Prat. Prof.	Prat. Prof.	
16h50 – 16h40	Prat. Prof.	Prat. Prof.	Prat. Prof.	Prat. Prof.	Prat. Prof.	
16h40 – 17h30	Prat. Prof.	Prat. Prof.	Prat. Prof.	Prat. Prof.	Prat. Prof.	
07h – 07h50						Ed. Física
07h50 – 08h40						Ed. Artística
08h40 – 09h30						Português
09h30 – 09h50						Recreio
09h50 – 10h40						Desenho
10h40 – 11h30						Desenho

Fonte: Prontuário dos alunos da EIP (adaptado pelo Autor)

Enquanto os cursos de aprendizagem industrial tinham duração de três anos e buscavam ensinar um ofício aos aprendizes dos estabelecimentos industriais, o curso Básico Industrial, com duração de quatro anos, era destinado ao ensino de forma mais completa, cujo o exercício de ofício exigisse uma formação mais longa; este curso abrangia as disciplinas de Cultura geral e técnica e Práticas Educativas, “a fim de proporcionar cultura geral, explorar as aptidões do educando e desenvolver suas capacidades, dando-lhe iniciação técnica e orientando-o em face das oportunidades de trabalho e de estudos” (LAURINDO, 1962, p. 349), ao término do primeiro ciclo, o aluno poderia ingressar em qualquer curso do segundo ciclo de ensino, de grau médio.

No ano de 1963, a escola foi transformada em Ginásio Industrial da Penha (GIP); a unidade passou a oferecer o curso industrial, com duração de quatro anos como as demais categorias de ginásio (comum, vocacional, comercial, escola normal de grau ginásial e agrícola). Segundo Santos (1963, p. 15), para o ingresso em qualquer categoria de ginásio era necessário: ter idade mínima de 11 anos, ser aprovado em exame de admissão e apresentar outros documentos.

O exame de admissão ou vestibular era requisito obrigatório para o ingresso na série inicial dos cursos, mantidos pelos estabelecimentos de ensino secundário, de acordo com Silva (2018, p. 2):

Obrigatórios para a matrícula na 1ª série do secundário, os exames marcariam a vida dos estudantes, de suas famílias e de seus professores, particularmente aqueles que se incumbiam (ou eram incumbidos) de prepará-los para que obtivessem sucesso nas provas escritas e orais em quatro áreas de conhecimento: Português, Matemática, História do Brasil e Geografia. A inscrição para prestar os exames era paga, a idade mínima era de 11 anos e as provas eram realizadas nas escolas secundárias (públicas ou privadas) em que as crianças pretendiam estudar. Eram elaboradas, aplicadas e corrigidas pelos professores da própria escola, seguindo o programa oficial determinado pelas leis vigentes.

A unidade deveria publicar a abertura das inscrições, em editais afixados na portaria do estabelecimento, podendo ser divulgado pela imprensa local. Em 1971, é extinto oficialmente a exigência de seleção, ou seja, os exames de admissão nos estabelecimentos de ensino secundário.

O ginásio industrial era subordinado ao Departamento de Ensino profissional, sendo as duas primeiras séries iguais em todos os ginásios no que se refere a parte obrigatória do currículo a partir de 1963 (quadro 5). A lei que institui os cursos do ensino industrial (BRASIL, 1942b) apresenta as bases de organização do ensino secundário, abrangendo as disciplinas de cultura geral: Português, Matemática, Ciências Físicas e Naturais, Geografia e História do Brasil.

Quadro 5: Curso Ordinário – Ginásio Industrial (1963)

1º ANO	2º ANO	3º ANO	4º ANO
Português	Português	Português	Português
Matemática	Matemática	Matemática	Matemática
História	História	Geografia	História
Geografia	Geografia	Ciências	Ciências
Ciências	Ciências	Inglês	Inglês
Inglês	Desenho	Desenho	Desenho
Desenho	Artes Industriais	In. Profissional	In. Profissional
Artes Industriais	Ed. Física	Ed. Física	Ed. Física
Ed. Física	Canto Orfeônico	Canto Orfeônico	Canto Orfeônico
Canto Orfeônico			

Fonte: Prontuário dos alunos da GIP (adaptado pelo Autor)

As disciplinas de História e Geografia eram oferecidas alternadas no terceiro e quarto ano; o programa continha as aulas obrigatórias de Educação Física a todos os alunos até a idade de 21 anos, compreendendo a educação militar aos alunos do sexo masculino; aos menores de dezesseis anos, a instrução pré-militar e a instrução militar aos alunos que tiverem completado essa idade; suas orientações pedagógicas eram determinadas pelo Ministério da Guerra. Pelo Decreto-Lei n.º 4244 (BRASIL, 1942c), a oferta da Educação Religiosa era lícita e sua frequência era facultativa aos alunos dos estabelecimentos de ensino secundário, parte integrante da educação tanto no primeiro ciclo quanto no segundo ciclo, sendo que seu programa e o seu regime didático seriam determinados por autoridade eclesiástica.

No programa de Educação Moral e Cívica, o Decreto-lei destaca a necessidade de desenvolvimento de elementos essenciais para a moralidade: “espírito de disciplina, dedicação aos ideais e consciência de responsabilidade”. A legislação diz que estes conceitos devem ser executados não de um programa específico, mas sim de forma interdisciplinar, buscando a interligação com as disciplinas e na vida escolar, em todas as atividades e circunstâncias.

Conforme o Decreto-Lei n.º 4.244, 09 de abril de 1942, com a redação que lhe foi dada pelo de n.º 4.347, de 10 de dezembro de 1945, e 4.545, de 31 de julho de 1942 institui em 26 de abril de 1961, no Decreto nº 50.505, as disposições relativas à Educação Moral e Cívica nos estabelecimentos de ensino, tornando obrigatória as práticas de atividades extraescolares, de natureza moral e cívica, e outras de caráter facultativo (BRASIL, 1961):

- I - hasteamento do Pavilhão Nacional, com a presença do corpo discente e antes do início dos trabalhos escolares semanais;
- II - execução do Hino Nacional, do Hino à Bandeira e de outros que sejam expressão coletiva das tradições do país e das conquistas de seu progresso;
- III - comemoração de datas cívicas;
- IV - estudo e divulgação da biografia e da importância história das personalidades de marcada influência na formação da nacionalidade brasileira; V - ensino do desenho da Bandeira Nacional e do canto do Hino Nacional;
- VI - divulgação de dados básicos relativos à realidade econômica e social do país;
- VII - divulgação dos princípios essenciais de uma educação para o desenvolvimento nacional;
- VIII - difusão de conhecimentos básicos concernentes da posição internacional do país e ao seu progresso comparado;
- IX - divulgação dos princípios fundamentais da Constituição Federal, dos valores que a informa, e dos direitos e garantias individuais.

O hasteamento do Pavilhão e execução do Hino Nacional deveriam obedecer às normas prescritas no Decreto-Lei n.º 4.545, cabendo o Departamento Nacional de Educação editar e distribuir o Calendário Cívico e os respectivos programas de comemorações. A organização e a divulgação do material didático constantes no inciso IV e IX, deveriam ser providenciadas pelo Ministério da Educação e Cultura.

A prática de Canto Orfeônico obrigatória nos currículos das escolas buscava disciplinar e despertar os cidadãos ao espírito nacionalista e patriota, interesses determinantes do governo. Conforme artigo 24.º e incisos Decreto-Lei n.º 4.244 (BRASIL, 1942c):

§ 1.º Para a formação da consciência patriótica, serão com frequência utilizados os estudos históricos e geográficos, devendo, no ensino de história geral e de geografia geral, ser postas em evidência as correlações de uma e outra, respectivamente, com a história do Brasil e a geografia do Brasil.

§ 2.º Incluir-se-á nos programas de história do Brasil e de geografia do Brasil dos cursos clássico e científico o estudo dos problemas vitais do país.

§ 3.º Formar-se-á a consciência patriótica de modo especial pela fiel execução do serviço cívico próprio do Juventude Brasileira, na conformidade de suas prescrições.

§ 4.º A prática do canto orfeônico de sentido patriótico é obrigatória nos estabelecimentos de ensino secundário para todos os alunos de primeiro e de segundo ciclo.

Em 1965, a GIP passa a oferecer, no período noturno, o curso Desenho Técnico Mecânico (quadro 6). No Decreto n.º 38.643 (ALESP, 1961), o currículo dos cursos industriais, de aprendizagem profissional compreendia as matérias de cultura geral e técnica além das práticas educativas. Segundo o Decreto n.º 38.643 (ALESP, 1961) em seu artigo 11.º incisos:

§ 1.º O ensino de Português terá como principal finalidade o desenvolvimento da Linguagem, oral e escrita, e a compreensão da leitura geral e profissional.

§ 2.º O ensino de Matemática visará a aplicação de conhecimentos aos trabalhos profissionais próprios da modalidade de curso.

§ 3.º O ensino de Ciência incluirá conhecimentos teóricos e práticos, diretamente selecionados com as necessidades profissionais.

§ 4.º O ensino de Estudos Sociais incluirá Geografia e História, Geral e do Brasil bem como noções de legislação trabalhista, Educação cívica e outros conhecimentos com as práticas e necessidades da vida social.

§ 5.º O ensino de Desenho incluirá desenho geométrico, noções de desenho técnico geral bem como desenho aplicado ao ofício ensinado.

§ 6.º Serão dispensados das matérias de Cultura Geral os alunos que estiverem concluído qualquer curso básico de primeiro ciclo, do ensino de grau médio ou que estejam frequentando tais cursos em série escolar equivalente ou superior à do curso de aprendizagem em que estejam matriculados.

§ 7.º Sempre que a natureza do curso o exigir, nele serão incluídas outras modalidades de cultura geral.

O curso industrial noturno tinha duração mínima de quatro anos, com carga horária semanal mínima de 33 aulas, não podendo ultrapassar as 22 horas o trabalho diário. Ao aluno era facultado frequentar o curso noturno parceladamente, indicando as matérias a serem cursadas no ano letivo, devendo ser inferior ao número de matérias existentes em cada série do curso, e podendo a escola estabelecer atendimento prioritário na matrícula de matérias isoladas, conforme as dependências do ensino.

Quadro 6: Curso Ordinário- Desenho Técnico Mecânico (1965)

1º ANO	2º ANO	3º ANO	4º ANO
Português	Português	Português	Português
Matemática	Matemática	Matemática	Matemática
História	Ciências	Geografia	História
Geografia	Desenho Técnico	Ciências	Ciências
Ciências	Estudos Sociais	Inglês	Inglês
Desenho Geométrico		Desenho	Desenho
Desenho Técnico		In. Profissional	In. Profissional
Tecnologia		Ed. Física	Ed. Física
		Canto orfeônico	Canto orfeônico

Fonte: Prontuário dos alunos da GIPAG (adaptado pelo Autor)

1.4 O patrono: Aprígio de Almeida Gonzaga

Aprígio de Almeida Gonzaga (figura 21), nasceu na cidade do Rio de Janeiro, em 8 de março de 1882, mudou-se para a cidade de São Paulo, possivelmente por conta dos serviços de seu pai, o Major Carlos Gonzaga. Aos 19 anos, matricula-se na Escola Normal Caetano de Campos, formando-se como professor normalista em 1904 (HAGIO, 2019).

Figura 21: Aprígio Gonzaga (1930)



Fonte: Hagio (2016)

No ano seguinte, é nomeado professor na cidade de Caconde, iniciando sua carreira no magistério público; em junho do mesmo ano, é transferido como professor para a cidade de Pedreira, local em que permaneceu até ser transferido para a cidade de Santos e assumir a direção, em 1908, do Grupo Escolar Cesário Bastos. Transferido para a capital de São Paulo no ano de 1911 com o cargo de adjunto do Grupo Escolar da Consolação, mais tarde, ele seria indicado para diretor da Escola Profissional Masculina da capital, criada pela Lei n.º 1.214.

O normalista Aprígio Gonzaga, formado pela Escola Normal de São Paulo, foi o primeiro diretor da Escola profissional Masculina, no Brás de 1911 a 1934 (figura 22), unidade destinada ao ensino de artes e ofícios, visando a formação e qualificação das camadas populares para o mercado de trabalho. Os ginásios industriais eram orientados para carreiras industriais também chamado curso Básico Industrial e funcionavam nas escolas.

Figura 22: Instituto Profissional Masculino - Rua Piratininga – Brás (1927)



Fonte: Gonzaga (1927)

Durante o período como adjunto do Grupo Escolar, ele se dedicou a trabalhos relativos à instalação e montagem da Escola Profissional Masculina como a escolha de local, compra de maquinários, instalações elétricas dentre outros. Em 28 de setembro de 1911, a escola é criada e instalada em 17 de novembro do mesmo ano. A primeira escola profissional masculina da capital se encontrava na rua Miller, n.º 4, no bairro do Brás, tradicional bairro industrial e operário, com uma grande concentração de imigrantes e de fábricas; também se concentrava casas operárias, pequenas oficinas e grandes fábricas (ASSUNÇÃO, 2016). Instalada a Escola

Profissional Masculina, Aprígio Gonzaga parte para a Argentina em busca de um plano de ensino para preparar o operariado paulista. Entre os anos de 1913 e 1915, foi projetado a construção de um edifício próprio, o que ocorreu em 1917.

Para Marques (2003), o conceito de “operário completo”, defendido por Aprígio Gonzaga quanto a sua formação, deveria conhecer os procedimentos fundamentais de transformação, reconhecimento e acabamento de determinada matéria-prima, sem especializar em determinado procedimento. Constituído o curso teórico, priorizando hierarquicamente desenho e matemática no processo de qualificação (GONZAGA, 1919 apud MARQUES, 2003, p. 52):

(...) Começamos fazendo ver ao aluno, e, para isso, organizamos uma série de “coisas” desmontáveis, que o aluno vê, desenha e aplica sob medidas, sem cansá-lo com um desenho à mão livre, que seria, para o nosso caso, uma redundância. De acordo com a natureza, vendo e desenhando o que vê, como médio educativo, aplicando as medidas e procurando ser exato, vamos preparando o aprendiz durante o primeiro ano para, no segundo e no terceiro, iniciar o desenho geométrico, com aparelhos, e em seguida o desenho profissional propriamente chamado. Isso é tão importante que, além de ser obrigatório para cada curso, esta Diretoria imaginou ainda um plano seriado para todas as profissões e editou um livro “*O desenho profissional*” para a base e consulta dos alunos em geral das escolas profissionais.

Não há, na Escola Profissional Masculina de São Paulo, tipos fixos, imóveis, e padrões chefes, mas uma série de ideias, um plano geral que para muitas séries de trabalho ou de desenhos, se realiza e se consubstancia. É claro que, para assim acontecer, o mestre tem ampla liberdade de iniciativa e o aluno a permissão para criar, ou modificar, tomando parte ativa, como uma inteligência que é, e não um títere, ou máquina a que se imprima o movimento. (..)

Assim, no ensino do desenho, em vez do estudo de figuras, planos, ângulos etc., mais vale que a criança copie da natureza tal como ela se nos apresenta, sem selecionar, o conjunto de faces planas e curvas, porque o que se busca não é o artista, mas o indivíduo capaz de saber ver e ler o desenho, como saber ler e escrever a sua língua que é importantíssimo, pois o desenho, como arte em geral, é uma língua universal. Os defeitos da lógica, os erros comuns de apreciação são quase sempre devidos à falta de visão, pois a maioria dos homens tem olhos e não saber ver, por não lhes terem ensinado a empregá-los e a tirar deduções do seu campo de ação.

O desenho técnico era considerado por Gonzaga a mais importante disciplina educativa, as primeiras instituições mantinham um caráter mais assistencialista, todavia, ele propunha uma educação profissional buscando desenvolver no aluno a parte técnica e intelectual, como moral e cívica, afastando dos vícios e estimulando amor à pátria e ao trabalho.

Devido aos serviços prestados à comunidade, o governador do Estado de São Paulo edita o Decreto n.º 23.382, de 28 de maio de 1954, sobre a nova denominação da Escola Industrial de Rio Claro, Escola Industrial Professor Aprígio Gonzaga. De acordo com o Decreto (ALESP, 1954), a homenagem se dá:

Considerando que o poder público tem procurado cultivar, a memória dos cidadãos que se destacam no seio das coletividades pelos relevantes serviços prestados à comunidade e que se apresentam, destarte, como protótipos dignos de serem apontados como modelos às novas gerações.

Considerando que o prof. Aprígio Gonzaga foi um dos precursores do ensino técnico profissional em São Paulo, tendo elaborado um plano de organização alerta daquela modalidade de ensino, e as bases para a fundação das escolas profissionais masculinas do Estado sendo incumbido de organizar a "Escola Profissional Masculina" de São Paulo.

Considerando que o Prof. Aprígio Gonzaga exerceu o magistério público por vários anos na escola Industrial de Rio Claro;

Segundo o decreto o professor atuou na Escola Industrial de Rio Claro, não possuímos nenhuma informação do presente fato, o mesmo solicitou aposentadoria após a saída da direção da Escola Profissional Masculina. Esta homenagem durou até o ano de 1965, quando é publicado o Decreto n.º 44.533, de 18 de fevereiro, alterando a denominação dos estabelecimentos de ensino do Departamento de Ensino Profissional, da Secretaria de Estado dos Negócios da Educação, dentre eles, a Escola Industrial da Penha, transformada em Ginásio Industrial tendo como patrono o “Professor Aprígio Gonzaga”, ex-patrono da Escola Industrial de Rio Claro (SP).

1.5 A Organização Escolar

Segundo a legislação em vigor no período de 1958 a 1972 (BRASIL, 1942a), a autoridade da Administração Escolar era centrada na figura do diretor, sendo responsável por orientar e eliminar todas as pendências sobre a rotina escolar, promovendo e executando medidas realistas e eficientes que julgar necessária na promoção das atividades de ensino. Ficando a cargo dos governos estaduais e municipais estabelecer as respectivas legislações, obedecendo as bases da Legislação Federal ou adotar a organização prevista na lei federal quanto às escolas de Ensino Industrial (BRASIL, 1959). No Estado de São Paulo, a direção de cada estabelecimento de Ensino Industrial estava a cargo do Diretor, devendo este supervisionar os trabalhos dos docentes e demais funcionários, as atividades dos alunos e as relações da escola com a comunidade (ALESP, 1959).

Segundo Ribeiro (1968, p. 18), a Administração Escolar envolve três naturezas: a técnica, a didática e cultural:

A Administração Escolar apresenta-se com natureza e função diversa. No primeiro caso, ela será de natureza eminentemente técnica, exercendo função estritamente instrumental, a serviço da direção de um sistema ou de uma unidade escolar. No segundo caso, ela apresentar-se-á com natureza especificamente didática, exercendo função informativa como parte de um conjunto (currículo) destinado à preparação de candidatos a tarefas de direção, que precisam dos conhecimentos da Administração, mas não somente deles, e sim, também de outros, que hão de compor um todo harmônico e mais amplo, superior ao da Administração propriamente dita. Finalmente, no terceiro caso, ela não será de natureza técnica nem didática, mas cultural, desempenhando a função de um interesse de estudo científico, sem

compromisso imediato nem direto com o ensino e com qualquer exercício profissional.

Quanto à natureza técnica, podemos inferir sobre sua estrutura administrativa e sua forma, e como funciona as hierarquias das funções que compõem a unidade escolar, funções necessária para o desenvolvimento de atividades de cunho administrativo e pedagógico. A composição do corpo administrativo é designada pela Lei n.º 6.052, de 03 de fevereiro de 1961, e sua regulamentação pelo Decreto n.º 38.643, sobre o sistema estadual de Ensino Industrial de Economia Doméstica e de Artes Aplicadas no Estado de São Paulo, quanto à Administração Escolar e do Pessoal em seu Título XII, capítulo III do pessoal (ALESP, 1961):

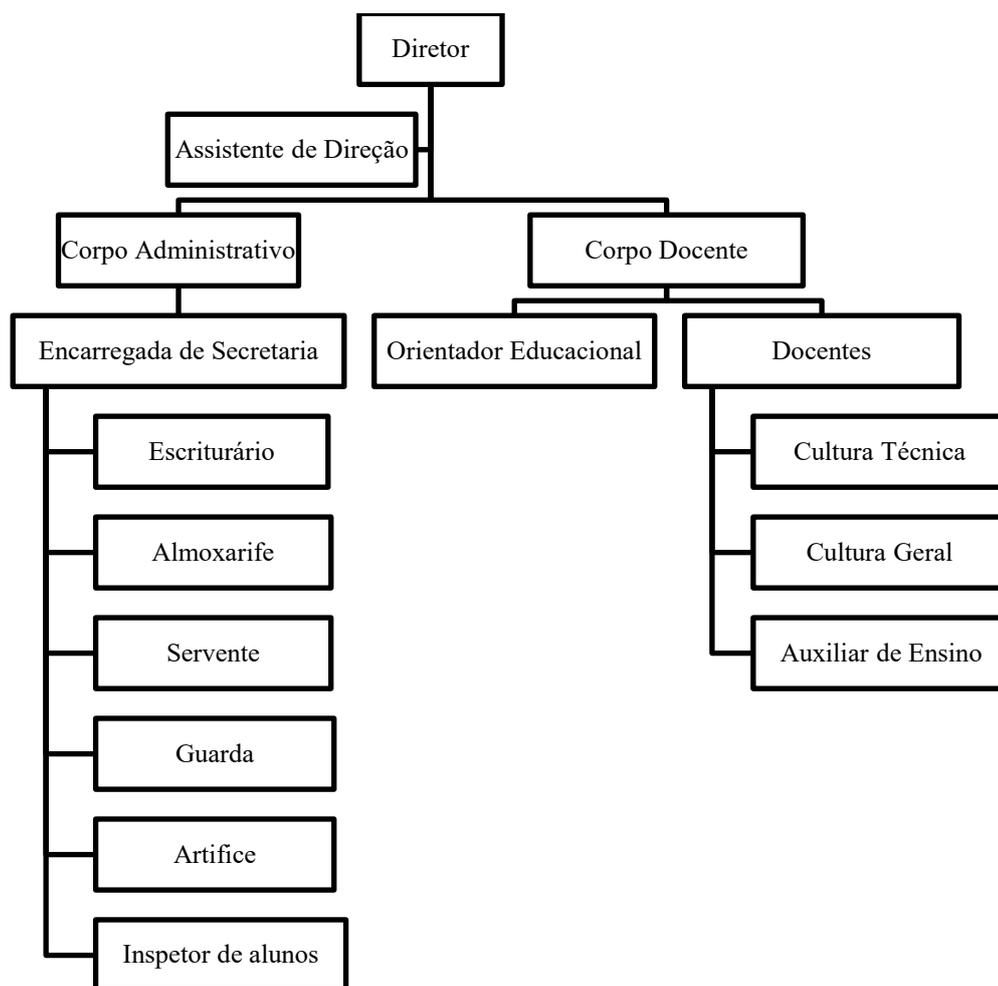
Artigo 166 - O corpo administrativo técnico e docente dos estabelecimentos de ensino previstos no item 1, do Artigo 149, será constituído:

- 1) - pela nomeação, em caráter efetivo, por concurso, conforme o disposto neste decreto e na legislação sobre o assunto;
- 2) - Pela admissão ou contrato de extranumerário, mediante processo adequado de seleção;
- 3) - pela admissão ou contrato de professores, mediante remuneração por aula;
- 4) - por designação nos casos previstos em lei ou regulamento.

Nomeado o diretor, o educador qualificado, somente poderia exercer esta função com devido registro expedido pela Diretoria de Ensino Secundário, além disso, o estabelecimento deveria dispor de secretaria responsável pela escrituração e arquivos, além dos demais serviços como orientação educativa. Quanto ao corpo docente, para o exercício da função de professor, era necessário estar registrado no Ministério da Educação e Cultura, conforme as disposições legais de trabalho de professor. Assim cada estabelecimento de ensino é único, seja ele público ou privado, de pequeno, médio ou grande porte. Possui determinado perfil de alunos, docentes, funcionários, portanto, além de uma série de atividades prefixadas, que segundo seus horários e programas combinados definem suas características e peculiaridades de trabalho.

Segundo Candido (1974, apud PARO, 2007), “a estrutura administrativa de uma escola exprime a sua organização no plano consciente, e corresponde a uma ordenação racional, deliberada pelo Poder Público”. Assim, o organograma (figura 23) permite representar a estrutura organizacional do corpo administrativo técnico e docentes, apresentando hierarquicamente em nível de departamento e cargos. A partir das informações de documentos coletados nas pastas dos arquivos (Questionário informativo de títulos, Certificado de Sanidade e Capacidade Física, Atestado de frequência, Portarias, Curriculum Vitae etc.) encontrados na Diretoria de Serviços Administrativos, foi possível elaborar um organograma com o propósito de representar o corpo técnico administrativo e docentes no estabelecimento de ensino.

Figura 23: Organograma da Escola (1959 – 1970)



Fonte: Prontuário de funcionários (Elaborado pelo autor).

A partir de 19 de agosto de 1965, é aprovado o novo regulamento interno dos estabelecimentos de ensino secundário e normal do Estado de São Paulo, o Decreto n.º 45.159-A, a norma, por meio dos seus 173 artigos, estabelece a forma como as escolas estaduais de ensino secundário e normal devem se organizar e conduzir suas atividades.

1.5.1 Corpo Administrativo

A localização da Escola Artesanal foi determinada pelo Decreto n.º 32.996, de 28 de junho de 1958, estabelecendo o bairro da Penha como local a ser criada a unidade, sendo designado o Diretor, corpo administrativo e docente da unidade, com a lotação de quatro Mestres¹⁶ subordinados ao Departamento do Ensino profissional e destinados à disciplina de

¹⁶ (QE-PP-II) conforme o Decreto n.º 33.229, de 26 de julho de 1958, do quadro de ensino (QE), parte permanente (PP) do grupo de cargos isolados de provimento efetivo (II), sendo assistentes de padrão K criados pelo Decreto-lei n.º 15.005 de 4 de setembro de 1945, cuja denominação alterada pela lei n.º 2.962, de 27 de janeiro de 1955.

Mecânica de Automóveis (SÃO PAULO, 1958, p. 2). Sendo Mestre (mecânica de máquinas) Carlos Augusto Francisco Soffredi¹⁷, da Escola Industrial “Escolástica Rosa” de Santos; os Mestres Padrão “K”, Benedito Bento Lolatto¹⁸ e Durval Francisco Richieri; o Mestre Padrão “L” e Diretor Mario Augusto Martins da Escola Técnica Getúlio Vargas. Além dos mestres, são admitidos para exercerem como extranumerários mensalistas nas funções de Auxiliar de Ensino, Ronald Menechino e Antonio Ballerini, a Escriturária Sybil Lazzarato, os Serventes extranumerários diaristas Nestor Alves Ferreira, Luiz Pelege e Ignez Toledo (SÃO PAULO, 1958, p. 7). A partir de 1962, com a transformação em escola industrial e a entrada de mais alunos, são admitidos novos funcionários para compor o quadro em cargos como: Orientador Educacional, Inspetor de alunos, Artífice e Professores de cultura geral.

Cabia ao diretor da unidade organizar os quadros dos docentes, técnicos e administrativos mediante a verificação de títulos, conhecimentos e capacidade conforme as necessidades dos cargos a serem ocupados. Durante o período de 1958 a 1972 (tabela 3), foram encontradas noventa pastas de funcionários que executaram atividades administrativas (29%), e atividades pedagógicas (71%). Apesar de ser uma escola destinada ao público masculino, tanto homens, quanto mulheres compunham os quadros funcionais, sendo a predominância masculina (51%). As mulheres representavam número maior nas atividades administrativas (61%).

Tabela 3: Divisão das Áreas/Sexo

Area	Quant.	%	Sexo	Quant.	%
Corpo Administrativo	26	29	Homem	10	39
			Mulher	16	61
			Homem	36	56
Corpo Docente	64	71	Mulher	28	44

Fonte: Prontuário de funcionários (Elaborado pelo autor).

¹⁷ Carlos Augusto Francisco Soffredi (1918-2009) Professor, inventor e veterano de 1932. Professor Soffredi, como costumava ser chamado Carlos Augusto Francisco Soffredi, era um homem enérgico, lembra o filho Roberto, engenheiro civil. Além de ter dado aulas, participou da Revolução Constitucionalista de 1932 e era membro da Associação dos Inventores. Nascido em Alegrete (RS), veio criança a SP com os pais, de navio -seu tio, um arquiteto que trabalhou na construção do edifício Martinelli, convencera a família a se mudar. Era filho de mãe italiana e pai argentino -com descendência italiana. Durante os três meses em que São Paulo recorreu às armas contra o governo de Getúlio Vargas, Carlos trabalhou numa fábrica de artefatos bélicos, usados no conflito. "Ele não chegou a ir ao front", conta o filho. Até 2000 -quando a saúde piorou-, ia a todos os desfiles de 9 de Julho reencontrar os amigos veteranos. Como professor, lembra o filho, deu aulas de mecânica de máquinas na Escola Técnica Getúlio Vargas e no Liceu de Artes e Ofícios, além de ter lecionado em Santos (SP) e dirigido uma escola em Adamantina (SP). Aposentou-se como professor. Já como inventor, trabalhou num projeto de uma escada usada por bombeiros, entre outras criações (BERTONI, 2009).

¹⁸ Benedito Bento Lolatto – Professor de Mecânica de Automóveis, nomeado em 1975 como Vice Diretor do Colégio Técnico Industrial Jorge Street.

Em novembro de 1964, é registrado o Termo de Abertura destinado ao registro das atas de reuniões do pessoal administrativo da Escola Industrial da Penha conforme o Regimento Interno Padrão das Escolas de Ensino Médio de 1º Ciclo (Decreto nº 39.334 de 10 de novembro de 1961), cabendo ao Diretor presidir as reuniões de professores, funcionário, alunos e de entidades; nos arquivos da Etec Prof.º Aprígio Gonzaga somente estão disponíveis as reuniões ocorridas com os funcionários., Durante o período de 1964 a 1975, foram registradas 14 reuniões ocorridas, com a participação do corpo administrativo, sendo a primeira reunião realizada no dia 14 de novembro de 1964 (Anexo M).

1.5.2 Diretor

A administração das escolas industriais e técnicas era centrada na autoridade do diretor conforme a legislação, cabendo ao diretor orientar a rotina e promover medidas conforme estabelecimento de ensino, de forma eficiente (BRASIL, 1942a). Para a Escola Artesanal da Penha, foi designado para o cargo de diretor, Mario Augusto Martins¹⁹. O cargo de diretor nos estabelecimentos de ensino industrial era provido por ocupantes de cargo de carreira de Técnico de Educação, lotado na Superintendência do Ensino Profissional ou por professor de ensino industrial efetivo ou por licenciado em pedagogia por Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, oficial ou reconhecida (ALESP, 1947).

O Instituto Pedagógico do Ensino Industrial, subordinado ao Departamento do Ensino Industrial, da Secretaria de Educação de São Paulo, estabelece que o curso de Administração Escolar com duração de duas séries compreenderá o ensino das disciplinas (ALESP, 1957):

- I – Pedagogia;
- II - Psicologia Educacional;
- III - Metodologia do Ensino Industrial;
- IV - Orientação Educacional e Profissional;
- V - Estatística Educacional;
- VI - Administração e Legislação Escolar;
- VII - Higiene Escolar e Higiene Industrial;
- VIII - Organização do Trabalho e Noções de Contabilidade Industrial;
- IX - Teoria e Prática de Oficina.

Para a inscrição e matrícula no curso de Administração escolar, o candidato deveria satisfazer uma das exigências discriminadas no decreto em seu artigo 6º (ALESP, 1957):

- I - ser ocupante efetivo. Em estabelecimento de ensino subordinado ao Departamento do Ensino Profissional de um dos seguintes cargos: - Diretor, Vice-Diretor, Orientador Educacional, Professor e Mestre do Ensino Industrial;
- II - ser Técnico do Ensino Profissional. Efetivo, do Departamento do Ensino Profissional;

¹⁹ Mario Augusto Martins, era casado, e residia à Rua Major Ângelo Zanchi, n.º 104, Penha, a 800 metro da escola.

III - ser diplomado por um dos cursos oficiais, equiparados ou reconhecidos, adiante enumerados: a) Curso Técnico do Ensino Industrial. b) Curso de Mestría do Ensino Industrial. c) Curso de Formação de Professores de Educação Doméstica e Trabalhos Manuais. d) Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (Licenciado). e) Escola Normal. f) Faculdade de Engenharia
 IV - Ser diplomado pelo Curso De Didático.

Martins era lotado na Escola Técnica “Getúlio Vargas”, antigo Instituto Profissional Masculino da Capital, com o cargo de Professor de Marcenaria - Entalhação, quando foi transferido para a Escola Artesanal da Penha em 1958, com nomeação em caráter efetivo²⁰. Atuou na escola até 31 de março de 1977, quando solicitou a aposentadoria.

Como Diretor de escola, o Mestre²¹, possuía diversas atribuições, a primeira sendo velar pelo cumprimento, no âmbito de suas ações, de “todas as Leis, decretos, atos, portarias e ordens referentes ao sistema escolar de Ensino Industrial e de Ensino de Economia Doméstica e Artes Aplicadas” (Anexo A). Em seu plano de trabalho consta como atribuição a visita a outros estabelecimentos (Anexo B).

1.5.2.1 Atribuições e visitas

Dentre os documentos encontrados no prontuário, citamos Ofício n.º 50/59 de 28 de abril de 1959, sobre a visita realizada pelo diretor a Escola Industrial “Bento Quirino”, de Campinas, sobre a disponibilidade de um caminhão, marca Chevrolet, ano de 1934, e não se encontrava em uso. O veículo tinha como objeto o uso nos estudos dos alunos; na visita foi verificado as ótimas condições; mas a transferência para a escola não foi realizada, porque o Diretor da escola industrial de Campinas propôs reformá-lo e utilizar para o transporte da escola.

Outros documentos encontrados no prontuário estão relacionados aquisição de produtos por meio de adiantamento financeiro, indicados como atividades no plano de trabalho do Diretor; sendo adquirido em agosto de 1960, no valor de Cr\$5.000,00 (cinco mil cruzeiros), despesas efetuadas com a compra de gêneros alimentícios; 1600 pães da Padaria e Confeitaria Continental, em setembro de 1960, no valor de Cr\$2.720,00 (dois mil e setecentos e vinte cruzeiros). Além da aquisição de passes da Companhia Metropolitana de Transporte Coletivo (C.M.T.C) com o Fundo do Ensino Profissional para a condução dos funcionários quando a serviço da escola. Outros pagamentos realizados, estão a prestação de serviços médios, entre os períodos de 1970 a 1972, ao Dr. J.V.L, no valor de NCr\$1,00 (Um Cruzeiro Novo) por cada

²⁰ QE-PP-II²⁰, referência “65” se dá pelo Decreto n.º 37.442 de 27 de outubro de 1960. QE: Quadro de Ensino – PP: Parte permanente – II: Mestres e Contramestres

²¹ Formado em Mestre em Marcenaria, pela Escola Técnica “Getúlio Vargas” na turma de 1949.

exame médico-biométricos realizado nos alunos. Conforme os dados (figura 24), durante o período fora realizado quinhentos e trinta e dois exames em alunos da 5.^a a 8.^a série do ensino industrial, sendo quatro alunos dispensados dos exames, e todos os alunos foram considerados aptos a realizar as atividades estudantis.

Figura 24: Exame médico e biométrico (1972)

Endereço: Rua Pelotas, 138 - Vila Mariana - São Paulo						
TURMAS	Nº de Alunos	Nº de alunos dispensados por lei	Nº de alunos dispensados pelo médico	Nº de alunos considerados aptos	Nº de alunos examinados	Montante a receber Cr. \$
1ª série "A"	29	-	-	23	23	23,00
1ª série "B"	30	-	-	25	25	25,00
1ª série "C"	25	-	-	22	22	22,00
2ª série	33	-	1	32	33	33,00
3ª série	40	-	-	35	35	35,00
4ª série	34	-	-	33	33	33,00
Totais:	191	-	1	170	171	171,00

Observações:- Faltaram 6(seis) alunos da 1ª série "A"
 5(cinco) alunos da 1ª série "B"
 3(três) alunos da 1ª série "C"
 5(cinco) alunos da 3ª série
 1 (um) aluno da 4ª série
 São Paulo, 07 de abril de 1971

Fonte: Prontuários funcionários

A realização dos exames médico-biométricos seria para atestar se os alunos estavam aptos a realização das atividades de educação física, conforme Decreto n.º 45.560, de 24 de novembro de 1965, devendo ser realizada em todos os estabelecimentos oficiais de ensino de grau médio, sendo o médico designado pelo diretor, de preferência especializado em educação física.

Após quinze dias da conclusão dos exames, o diretor deveria encaminhar para fins de pagamento, o mapa indicando: a) relação numérica dos alunos matriculados no estabelecimento, por ciclo, curso e série; b) número de alunos matriculados; c) número de alunos dispensados para as aulas de educação física; d) número de alunos dispensados por lei das atividades de educação física; e) nome e endereço do médico encarregado dos exames e f) importância a ser paga pelos exames (ALESP, 1965). Na ausência do diretor, em períodos de licenças ou férias, um dos Mestres efetivos da unidade era o responsável por assumir a direção.

Dentre as atribuições o diretor na unidade, estava a de presidir o Órgão de Cooperação Escolar (O.C.E), antes denominada Caixa de Cooperação Escolar. Em outubro de 1958, a Secretaria de Educação, atendendo ao diretor do Departamento de Ensino Profissional de São Paulo, elabora o Estatuto-Padrão (ANEXO N) dos estabelecimentos de ensino subordinados ao Departamento de Ensino Profissional.

O O.C.E era mantido por meio de contribuições dos associados definido pelo diretor do estabelecimento (alunos, docentes e funcionários, amigos da escola, subvenções oficiais, auxílio do Fundo do Ensino Profissional, donativos de toda espécie e rendas de atividades promovidas pela unidade), e tinha como finalidade a aquisição de materiais, subsídio para alunos carentes e diversos eventos (O.C.E, 1958):

- a) A união entre os alunos;
- b) O intercâmbio entre pais, professores e amigos da Escola;
- c) As iniciativas que visem prestigiar a Escola;
- d) A assistência as demais Instituições Escolares;
- e) A assistência social e material aos alunos;
- f) O intercâmbio cultural, técnico, recreativo e esportivo com outras instituições;
- g) Festas escolares de caráter cultural e cívico;
- h) A organização de campanhas para aquisição de livros, material didático em geral, inclusive fonografo e gravações, aparelhos projetores, mimeógrafos, material para o gabinete dentário e tudo quanto possa auxiliar a obra educativa da escola;
- i) A mimeografar, encadernar e vender, a preços módicos, aulas, palestras e conferências de professores e convidados especiais;
- k) A organização de excursões de estudo, quando não afetos a outras instituições, custeando-lhes, se possível, as despesas;
- l) A concessão de bolsas de estudo, de acordo com as suas possibilidades;
- m) A instituição e regulamentação da doação de prêmios a alunos que se distingam durante o curso;
- n) O encaminhamento de sugestões a Direção da Escola, sobre todos os assuntos pertinentes a vida escolar, mormente aqueles que digam respeito ao círculo de atividades próprias do educando;
- o) A fundação de novas instituições auxiliares.

O O.C.E iniciou a apresentação dos balancetes a partir de agosto de 1959 e mensalmente apresentou as contribuições realizadas pelos associados, tendo como receita total no ano de 1959 o valor de Cr\$2.425,00 (Dois mil e quatrocentos e vinte e cinco Cruzeiros), não havendo despesas no período. A contribuição entre o período de 1959 até 1970 se manteve igual, sendo estabelecido o valor de Cr\$10,00 e NCr\$1,00 com a mudança da moeda em 1967, realizado mensalmente pelos associados nos cursos extraordinários e de aperfeiçoamento, e anualmente somente pelos alunos dos cursos ordinários. Em agosto de 1959, contribuíram para o O.C.E, 42 associados, e as contribuições eram realizadas mensalmente, o valor da contribuição

representava menos de um por cento do salário-mínimo ²² e mesmo com a correção do salário-mínimo os valores de contribuição permaneceram inalterados, reduzindo a porcentagem do parâmetro da contribuição sobre o salário-mínimo, o valor mensal para cada tipo de associado: 1 – Diretor – Cr\$25,00; 5 – Docente – Cr\$20,00; 31 – Discente – Cr\$10,00 ; 1 – Escriturário – Cr\$10,00; 3 – Serventes – Cr\$10,00; 1 – Guarda – Cr\$10,00.

No arquivo, não foi encontrado o registro do estatuto do O.C.E. da unidade, tendo funcionado até abril de 1970, quando o Ginásio Industrial Estadual “Professor Aprígio Gonzaga apresenta o Estatuto da Associação de Pais e Mestres (A.P.M.), observando o Comunicado n.º 17, da Chefia do Ensino Secundário e Normal sobre a importância da A.P.M. e as normas estatutárias a serem elaboradas e aprovadas para as unidades que ainda não tenham criado seu próprio estatuto. A A.P.M. foi instituída pelo Art. n.º 154 do Decreto n.º 47.404, e regulamentado pela Portaria n.º 45 de 14/11/1968.

Em janeiro de 1971, o governador do estado de São Paulo publica o decreto n.º 52.608 sobre a forma de constituição das Associações de Pais e Mestres, estimulando a fusão das atuais Associações de Pais e Mestres, Caixas Escolares e Órgão de Cooperação Escolar e outras instituições similares, “assim como de novas Associações de Pais e Mestres cujos atos constitutivos observem, de modo geral, as prescrições do Estatuto Padrão” (ALESP, 1971).

Com o Estatuto elaborado e aprovado pela Associação, no ano 1971, a A.P.M elabora e apresenta o movimento financeiro, tendo uma receita de Cr\$10.228,78 (Dez mil e duzentos e vinte e oito Cruzeiros) e despesa de Cr\$5.179,15 (Cinco mil e cento e setenta e nove Cruzeiros),

²² Tabela de Salário-mínimo (1959-1972)

Período	Legislação	Salário-Mínimo	Valor de Contribuição	%
jan./59	Decreto n° 45106-A, de 1958	Cr\$6.000,00	Cr\$10,00	0,17
out./60	Decreto n° 49119-A, de 1960	Cr\$9.600,00	Cr\$10,00	0,10
out./61	Decreto n° 51336, de 1961	Cr\$13.440,00	Cr\$10,00	0,07
jan./63	Decreto n° 51631, de 1962	Cr\$21.000,00	Cr\$10,00	0,05
fev./64	Decreto n° 53578, de 1964	Cr\$42.000,00	Cr\$10,00	0,02
fev./65	Decreto n° 55803, de 1965	Cr\$66.000,00	Cr\$10,00	0,02
mar./66	Decreto n° 57900, de 1966	Cr\$84.000,00	Cr\$10,00	0,01
mar./67	Decreto n° 60231, de 1967	NCr\$ 105,00	NCr\$1,00	0,95
mar./68	Decreto n° 62461, de 1968	NCr\$ 129,60	NCr\$1,00	0,77
mai./69	Decreto n° 64442, de 1969	NCr\$ 156,00	NCr\$1,00	0,64
mai./70	Decreto n° 66523, de 1970	NCr\$ 187,20	NCr\$1,00	0,53
mai./71	Decreto n° 68576, de 1971	Cr\$ 225,60	NCr\$1,00	0,44
mai./72	Decreto n° 70465, de 1972	Cr\$ 268,80	NCr\$1,00	0,37

Fonte: Audtec Gestão Contábil (2022)

obtendo um saldo para o exercício de 1972 de Cr\$5.049,63 (Cinco mil e quarenta e nove e sessenta e três centavos de Cruzeiros) (Tabela 4).

Tabela 4 – Movimento Financeiro da Associação de Pais e Mestres (1971)

RECEITA	DÉBITO	CRÉDITO
Saldo transferido do O.C.E.	6111,38	
Contribuição dos alunos	3320,00	
Contribuição dos alunos (06/1971)	450,00	
Contribuição dos alunos (Curso preparatório)	70,00	
Venda de folhas de desenho	62,00	
Saldo do pagamento de cédulas de passe.	90,00	
Curso preparatório	60,00	
Deposito da importância que consta na despesa de março, referente a exercício anterior.	34,90	
Saldo de relação de vendas	30,50	
DESPESAS		
Correios e telégrafos		40,00
Imprensa Oficial do Estado		3,00
Gráfica Cruzeiro do Sul S/A		898,61
Despesas do exercício anterior		
Vidraçaria Santa Adélia		1,40
Papelaria Souza Campos		9,00
Casa Modelo		2,00
Prolar		4,50
Posto Autorizado City		2,50
Margarida Brancadio Rosalez		20,00
Transporte de aluno acidentado		2,00
Recibo de condução (ônibus e taxi)		10,60
Casas Gomes Ltda		81,00
Mercadão das balanças Ltda		220,00
Jora Musical Lyda		675,00
Lojas das máquinas S/A		550,00
Independência S/A		480,00
Emiguel Ltda		509,09
Industria de Etiquetas Ltda		483,00
Armando Munhoz Cia Ltda		17,60
Orlando Rosalino		285,00
Turismo Chingotti Ltda		350,00
Rody Creações		19,00
O Mundo Esportivo		379,35
Botijão de Gás		13,00
Empresa Fornecedora Escolar		103,50
Agostinho Rodrigues de Oliveira		20,00
SOMA		5179,15
SALDO		5049,63
TOTAL (Cr\$)	10228,78	10228,78

Fonte: Arquivos da EAP (adaptado pelo Autor)

Em 10 de abril de 1970, o diretor da unidade abre a Portaria 2/70-A e designa os professores, N.F.M., M.L.S.C. e a orientadora educacional, M.G.C, para constituírem a comissão encarregada de elaborar os estatutos da A.P.M., devendo apresentá-lo a diretoria até a data de 23 de abril de 1970. Em 25 de abril de 1970, é fundada a Associação de Pais e Mestres

do Ginásio Estadual “Prof. Aprígio Gonzaga”, com sede na cidade de São Paulo, na Rua Guaiaúna, 751, constituída por professores, pais e elementos capazes de cooperar na tarefa educativa a cargo do estabelecimento. Em 12 de março de 1971, é aberto a portaria 3/71 sobre a convocação para a eleição do Conselho Consultivo da referida Associação, realizada em 15 de março de 1971. Foram eleitos por meio de voto secretos os seguintes pais (4): Agostinho Serreto, Joao dos Reis Cabral, Wilma Saquis Garcia e Jarbas Monteiro; e os seguintes professores (4): Zuleica Fortunato, Ivone de Paula Siqueira, Jane Kari e Maria de Lourdes Stocco Cicalise. O mandato do Conselho Consultivo e da Diretoria era de um ano, sendo permitida a recondução. A primeira gestão da A.P.M do ginásio ocorreu entre o período 15/03/1971 a 14/03/1972, ficando constituída da seguinte forma: Conselho Consultivo: Pais – Agostinho Serreto, Joao dos Reis Cabral, Wilma Saquiz Garcia e Jarbas Monteiro, Professores – Jane Kari, Ivone de Paula Siqueira, Maria de Lourdes Stocco Cicalise e Zuleica Fortunato. Diretoria: Presidente – Maria Augusto Martins, Vice-Presidente – Antonio de Souza Campos, Secretario - Marlene da Graça Costa, Tesoureiro – Orlanda Antônia D’Ignazio e Conselho Fiscal – Antonio Elpidio da Silva, Durval Francisco Richieri e Valdemar Caetano.

1.5.3 Administrativo

Podemos definir a área administrativa como o setor responsável por prever, organizar, comandar, coordenar e controlar os elementos necessários para a execução dos órgãos de uma unidade. De forma eficiente e eficaz, buscando produzir resultados com a utilização mínima de recursos e alcançando os resultados propostos, apesar destes conceitos serem recentes na esfera pública, os recursos, tanto humanos quanto materiais, eram escassos, devendo o funcionário público zelar para sua correta utilização. O corpo administrativo nos estabelecimentos de ensino secundário era constituído por secretário, escriturário, inspetores de alunos, porteiro e serventes (ALESP, 1961). Não foi designado nenhum funcionário para a função secretário para a unidade, este seria responsável por todo o serviço de escrituração, arquivos, fichários e correspondência do estabelecimento, sendo designado a encarregada dos escriturários para esta função. Na unidade, identificamos estes recursos humanos, os quais apresentaremos as principais características dos funcionários e algumas atividades exercidas na prestação de serviço.

1.5.3.1 Escriturário

Responsável pela distribuição e registros dos exames de admissões, atas de inscrições, fichas de identificação, editais e horários dentre outras atividades (anexo D), o Escriturário

(quadro 7), – assistente da direção é o que promove a organização dos documentos para o bom funcionamento da escola. Segundo o artigo 50 do Regimento Interno, compete aos escriturários o desempenho das atividades:

- 1) Substituir o secretario durante seus impedimentos ou ausência eventual;
- 2) executar os serviços de escrituração distribuídos pelo secretário, cabendo-lhes responsabilidade por sua guarda e execução;
- 3) colaborar na manutenção da ordem na secretaria;
- 4) levar ao conhecimento do secretário as faltas e falhas na escrituração;
- 5) subscrever, juntamente com o secretario, fichas, listas ou atas, quando for o caso;
- 6) atender as pessoas que tenham assunto a tratar na secretaria, desde que por determinação do secretário;

Quadro 7: Escriturários (1958 – 1972)

Ident.	Sexo	Natural	Nasc.	Form.	Adm.	Deslig.	
S.L.	Fem.	São Paulo	SP	02/12/1936	Curso Científico	01/12/1958	29/01/1965
Z.S.F.	Fem.	Tatuí	SP	15/07/1922	Mestre Ed. Doméstica	28/09/1959	09/05/1967
G.B.	Fem.	São Paulo	SP	16/01/1964		27/10/1962	09/05/1966
M.L.S.M	Fem.	São Paulo	SP	20/12/1946	Curso Científico	12/11/1965	12/10/1970
A.J.F.	Masc.	Piracaia	SP	09/07/1946	Curso Científico	19/12/1968	31/12/1972

Fonte: Prontuário de funcionários (adaptado pelo autor)²³

Quanto às atividades realizadas pelos Escriturários, durante o período de 1964 a 1973 foram registradas algumas recomendações do Diretor aos Escriturários, referente ao cumprimento dos prazos para o envio de documentações, a manutenção das máquinas de escrever e falhas na escrituração dos documentos.

O número de escriturários para cada estabelecimentos era descrito no artigo 126 do Regimento Interno sendo “um escriturário para cada grupo de cinco classe, até no máximo de dez” (ALESP, 1961), ou seja, a até o ano de 1962, o número de escriturários estava de acordo com a regras, mas a partir de 1965 com a implantação do curso noturno essa quantidade é insuficiente para atender a demanda da unidade. No prontuário dos funcionários, que se encontra na Diretoria de Serviços da Escola Técnica Estadual Professor Aprígio Gonzaga, foram identificadas nove pastas de funcionários que exerceram este cargo durante o período 1958 a 1972, somente cinco em efetivo exercício, sendo os outros não assumiram ou tiveram a permanência em período curto. Todos os funcionários eram mensalistas, com exceção, a Encarregada da Secretaria, sendo está com cargo efetivo em Regime de Dedicção Exclusiva.

²³ Foram utilizadas as iniciais dos nomes para manter o anonimato dos funcionários.

A secretaria mantinha o horário de funcionamento de segunda a sexta-feira, nos períodos: manhã das 07h às 11h45, vespertino das 13h às 17h, em 1965, no período noturno das 18h30 às 22h30, e aos sábados das 07h às 12h30.

O cargo de Escrivão era predominantemente exercido por mulheres, sendo a Encarregada da Secretaria formada em Mestrado em Educação Doméstica. Desde a sua instalação até a mudança de localização, este é o único cargo administrativo que em nenhum momento houve falta de funcionários, apesar de a quantidade ser inferior à necessidade da escola com o aumento do número de alunos a partir da criação dos cursos vespertino e noturno.

1.5.3.2 Inspetor de Alunos

O cargo de Inspetor de Alunos (quadro 8) tem como função cuidar da segurança dos alunos nas dependências da unidade e nas proximidades da escola, inspecionando o comportamento no ambiente escolar, e orientando sobre as regras e procedimentos da unidade.

Quadro 8: Inspetor de Alunos (1965 – 1977)

Ident.	Sexo	Natural		Nasc.	Adm.	Deslig.
A.C.	Fem.	Guarulhos	SP	26/04/1940	13/11/1965	17/02/1966
O.B.R.	Fem.	Monte Santo	BA	15/08/1913	22/11/1965	31/2/1977
A.Q.N	Masc.	Iacanga	SP	19/07/1913	23/02/1966	Desconhecido

Fonte: Prontuário de funcionários (adaptado pelo autor)

Durante o período de 1959 a 1964, não existe nenhum registro da contratação de inspetor de alunos, sendo que o Decreto n.º 38.538 (ALESP, 1961) estabelecia “um inspetor de alunos para cada grupo de quatro classes, até no máximo de doze”. No registro não foi encontrado o plano de trabalhos dos inspetores de alunos, sendo somente três registros de funcionários que desempenharam esta função, e somente a inspetora O.B.R permaneceu no quadro até o ano de 1977, os outros dois inspetores desempenharam a função em período menor a doze meses. Competia ao Inspetor de Alunos, conforme art. 93 do Decreto n.º 45.159 sobre o Regimento interno (ALESP, 1965):

- a) estar presente à entrada e saída dos alunos das classes, zelando pelo seu comportamento;
- b) vigiar a movimentação dos alunos na escola imediações orientando-os;
- c) recolher diariamente as cadernetas escolares e nelas registrar a presença do aluno;
- d) atender os alunos enfermos e encaminhá-los ao orientador educacional;
- e) exigir o uso do uniforme;
- f) levar ao orientador educacional ou, na sua ausência, ao diretor o aluno retardatário;
- g) prestar colaboração ao orientador educacional e ao professor inspetor;
- h) atender aos professores em matéria de serviço;
- i) colaborar na organização de festa ou solenidade escolar e a elas comparecer;
- j) auxiliar a divulgação de notas e outras informações;

l) cumprir as determinações do diretor;

Dentre as determinações do Diretor aos inspetores de alunos, orienta estar presente na entrada e saída dos alunos devido as más condições das carteiras e a solicitação de confecção de capas com intuito de não danificá-las, também sobre uso de uniformes pelos alunos, recomendando “não chamar o aluno por apelido, ou nacionalidade de seus pais, tão pouco referir-se ao aluno, mencionando a profissão dos pais, pois isso contraria a orientação dessa diretoria que poderá trazer graves consequências (ANEXO M, 1965).

1.5.3.3 Almojarife

O Almojarife (quadro 9) função responsável pela guarda e escrituração e movimento dos materiais, controle de entrada e saída de materiais recebidos e expedidos, inventariar os bens e estoques armazenados nas dependências da unidade.

Quadro 9: Almojarife (1964 – 1969)

Ident.	Sexo	Natural		Nasc.	Formação	Adm.	Deslig.
M.E.G	Fem.	São Paulo	SP	13/10/1931	Técnico em Contabilidade	05/03/1964	16/05/1964
L. C. L.	Fem.	São Paulo	SP	20/11/1943	Técnico em Secretariado	30/12/1967	03/03/1969

Fonte: Prontuário de funcionários (adaptado pelo Autor)

Durante o período de instalação, esta função foi exercida pelo escriturário, sendo realocado, em março de 1964, a Técnica em Contabilidade para esta função, esta foi redistribuída para outra instituição em maio do mesmo ano. Somente em dezembro de 1967, o cargo de Almojarife é ocupado pela Técnica em Secretariado, ficando até março de 1969, retornando as funções para a Secretaria Administrativa. Entre 1958 e 1964, e 1969 a 1972, os escriturários eram responsáveis pelo almojarifado, não havendo no quadro de funcionários pessoal destinado a esta função.

1.5.3.4 Servente

Conforme anexo F, a partir de 1970, o diretor da unidade elabora o plano de trabalho para os servidores da categoria servente (quadro 10). Estes executavam diversas atividades como abrir e fechar a unidade, a limpeza e conservação das dependências internas e externas da escola, realização de pequenos reparos e manutenções, serviços externos como entrega de malotes ou mesmo a realização de pequenas compras, e pequenos curativos nos alunos, devido

a acidentes nas oficinas. Conforme artigo 55 do Decreto 39.334, compete aos serventes as atividades:

- 1) - cuidar da limpeza do prédio, os jardins e pátios do estabelecimento;
- 2) - zelar pela conservação e estado de asseio do edifício, dos móveis e utensílios;
- 3) - proceder a reparos e reformas de pequena monta do prédio e mobiliário escolar, quando autorizado pelo diretor;
- 4) - auxiliar na manutenção da disciplina geral do estabelecimento;
- 5) - prestar serviços de mensageiro;
- 6) - cumprir as determinações do diretor e do porteiro.

Quadro 10: Servente (1958 -1972)

Ident.	Sexo	Natural		Nasc.	Adm.	Deslig.
N.A.F.	Masc.	Taubaté	SP	08/12/1932	11/12/1958	03/04/1962
I.T.O.	Fem.	Piracaia	SP	23/12/1917	13/12/1958	11/04/1966
B.B.	Masc.	Araraquara	SP	25/07/1911	04/06/1959	14/04/1971
F.A.S.	Fem.	São Paulo	SP	30/06/1929	18/02/1964	13/09/1977
V.S.	Fem.	Candido Mota	SP	19/06/1931	04/03/1965	22/04/1966
F.C.	Masc.	Piracicaba	SP	27/04/1910	19/05/1965	31/03/1977
L.A.C.	Fem.	São Paulo	SP	05/04/1931	24/09/1965	31/05/1969
A. B.	Fem.	São Paulo	SP	16/06/1921	04/11/1965	30/05/1970
L.F.	Fem.	Campinas	SP	09/05/1927	11/11/1965	18/10/1973
B. M. N	Masc.	Ribeirão Bonito	SP	26/04/1921	20/11/1965	30/04/1968
M.L.C	Fem.	São Paulo	SP	18/01/1947	22/11/1965	31/03/1977
M.S.P.	Fem.	São Paulo	SP		29/11/1965	17/01/1977
A.L.B.N.	Masc.	Olimpia	SP	12/11/1925	02/05/1968	31/12/1972

Fonte: Prontuário de funcionários (adaptado pelo Autor)

Os servente na unidade, além das funções desempenhadas, executavam outras funções, como a de porteiro, função sem registros de contratação na unidade, assim elas “zelavam pela conservação e estado de asseio do edifício, moveis e utensílios”, “recebimento e entrega da correspondência oficial”, “preencher, diariamente, o livro do ponto anotando as faltas de professores e funcionários”, entrega do cartão de ponto cinco minutos antes da entrada dos professores e funcionários e na saída somente após o horário estabelecido. Estas atividades estão descritas nas atas de reunião do pessoal administrativo (ANEXO M, 1964 – 1973).

Dentre todos os cargos disponíveis na unidade, o cargo de servente é um dos únicos que não é possível identificar o grau de formação dos funcionários. Sendo exercido principalmente por mulheres. Todos os serventes eram nascidos no estado de São Paulo, principalmente do município de São Paulo e outros migrados de outras cidades do estado.

1.5.3.5 Guarda de Escola

Exercendo a função de Guarda ou vigia de escola, o Sr. R.F. (quadro 11) respondia também pela zeladoria da unidade (Anexo G). O Ato n.º 95, de 27 de outubro de 1964, regulamenta a ocupação de dependências destinadas à zeladoria dos estabelecimentos de ensino.

Quadro 11: Guarda de Escola (1959 -1977)

Ident.	Sexo	Natural		Nasc.	Adm.	Deslig.
R.F.	Masc.	Colina	SP	11/08/1923	26/05/1959	31/03/1977

Fonte: Prontuário de funcionários (adaptado pelo Autor)

Apesar do Ato informar que as dependências deveriam ser ocupadas por servente do sexo masculino e não havendo pessoas nestas condições a preferência por servente do sexo feminino, casada, desde que seja provada a idoneidade moral do cônjuge. O servente-morador deve assinar um Termo de Compromisso antes de assumir a residência; este termo não está disponibilizado nos arquivos do funcionário, somente copia do Ato. Em seu artigo 10, os servidores residentes mantidos antes deste ato, serão mantidos na zeladoria, ou seja, existe a possibilidade de o Guarda estar residente na unidade desde a sua instalação, por ser morador do bairro próximo à unidade.

1.5.3.6 Artífice

Artífice-Auxiliar (quadro 12) é o cargo que executa tarefas de menor complexidade, sendo a principal atividade realizada na unidade: servir lanches aos alunos.

Quadro 12: Artífice - auxiliar (1965 – 1968)

Ident.	Sexo	Natural		Nasc.	Adm.	Deslig.
M.B.	Fem.	São Paulo	SP	31/03/1937	16/11/1965	09/02/1969
A.R.	Fem.	Santa Cruz das Palmeiras	SP	20/11/1928	22/11/1965	04/06/1968

Fonte: Prontuário de funcionários (adaptado pelo Autor)

No anexo S (c), encontra-se a lista de produtos adquiridos pela O.C.E durante o período de 1966 a 1970, referente a compra de produtos alimentícios (Café, Açúcar, Frios e Refrigerantes) que seriam oferecidos aos funcionários da escola, ou vendido aos alunos. Durante o período de 1967, houve um desentendimento entre as funcionárias, com provocações e cenas inconvenientes, A.R., solicita transferência para o Departamento de Ensino Industrial. Uma portaria aberta em setembro de 1967, relata um incidente provocado M.B., sendo necessário abrir uma Comissão Interna de Sindicância para relatar o incidente e coletar

o depoimento de todas as pessoas envolvidas. Não existe registro no prontuário sobre os motivos da sindicância, somente sobre a transferência de A.R., para outra unidade, sendo que os fatos ocorreram no mesmo período. Após dois dias do ocorrido, houve a reunião do Conselho Administrativo e foi apresentado os fatos ocorridos em 21/09/1967 (Anexo M, 1967):

O senhor diretor advertiu sobre o tratamento grosseiro que tem sido dado pela artífice ao inspetor de alunos no exercício da função tendo dia 21 p.p. a inspetora pedido diretoria que autorize encaminhar os alunos para receberem o lanche alguns minutos antes do horário normal, por motivo de falta de professores e a referida artífice a distrau na frente dos alunos dizendo que ninguém lhe dava ordem e até ele, diretor foi destrutado quando teve que intervir, tendo a mesma naquele momento jogado a bandeja de pães sobre a cadeira, derrubando pães pelo chão e deixando de servir o café aos professores nesse dia, alegando que não cumpria mais ordem de ninguém a vista disso a diretoria tomou as providências cabíveis que o caso requer. Como medida preliminar a diretoria resolveu modificar o horário das artificies, considerando unicamente o interesse dos alunos que não pode ser prejudicado. Durante a reunião a artífice fez afirmações que não tinha conhecimento, mas que disse ter ouvido dizer, tendo a diretoria por falta de provas não levado isso em consideração. Dirigiu-se a inspetora em termos de baixo calão, prometendo surrá-la na saída, disse também que iria à Secretaria da Educação dar queixa do diretor. No intervalo para elaboração dessa ata a referida servidora portou-se de maneira violenta fazendo ameaças no corredor do ginásio.

Após esta ocorrência, a Artífice é transferida de turno conforme orientação do Diretor da unidade e, somente em 04 de julho de 1968, o Departamento de Ensino Industrial autoriza a transferência para outra unidade.

CAPÍTULO 2 – O CORPO DOCENTE

A área pedagógica é uma área específica da instituição de ensino, responsável pelo planejamento e execução do plano pedagógico da unidade em conjunto com a direção da escola, definindo as diretrizes e práticas educacionais que deverão ser adotadas. Nos arquivos da Etec, foram identificadas sessenta e quatro pastas, sendo sete com dados incompletos de professores que atuaram na unidade entre os anos de 1959 a 1972, sendo um no cargo de Orientador Educacional (1964-1976), dois Auxiliares de Ensino (1958-1965) para as disciplinas de Português e Matemática no curso extraordinário e de aprendizagem, nove de Docente de Cultura Técnica (1959-1984) e quarenta e cinco Docentes de Cultura Geral (1960-1979), que serão descritos abaixo.

2.1 Orientador Educacional

A Orientação Educacional teve início em 1924, no Liceu de Artes e Ofício de São Paulo, mas em 1931, Lourenço Filho, cria o Serviço de Orientação Profissional e Educacional no Estado de São Paulo, com o objetivo de orientar as escolhas profissionais dos indivíduos.

Em 1942, no Decreto-Lei n.º 4073, sobre a Lei Orgânica do Ensino Industrial nos artigos (50, 51 e 52), institui a Orientação Educacional, buscando aplicar processos pedagógicos adequados no processo de aprendizagem de cada aluno, além de auxiliar a direção escolar e os alunos na criação de condições favoráveis a educação social dos escolares. Esta percepção sobre a função segundo Porto (2009) é uma “visão simplista e pouco acadêmica” sobre o assunto. Na Lei n.º 4.244 sobre Lei Orgânica do Ensino Secundário, submete-se aos Orientadores Educacionais os mesmos preceitos relativos aos professores, instituído como um dos preceitos em seu artigo 81, o de “cooperar no sentido de que cada aluno se encaminhe convenientemente nos estudos e na escolha da sua profissão, ministrando-lhe esclarecimentos e conselhos, sempre em entendimento com a sua família” (BRASIL, 1942c).

Em dezembro do mesmo ano, o governo do estado de São Paulo edita o Decreto-Lei n.º 13.125, sobre o Instituto Profissional Masculina da capital, que é convertido em Escola Técnica de São Paulo, subordinada a Superintendência de Ensino Profissional do Estado de São Paulo, destinado a formar jovens no Ensino Industrial Básico, Mestres para a indústria, além de aperfeiçoar e especializar profissionais que atuavam nas indústrias, promover e preparar técnicos e “especializar técnicos e mestres para as funções de docência nos estabelecimentos de ensino industrial bem como formar administradores para os mesmos” (ALESP, 1942). O

Ensino Pedagógico para mestres e técnicos, considerado de segundo ciclo, destinaria para o exercício de docência e administração educacional, tinham duração de um ano, e abrangia os cursos de Didática do Ensino Industrial e Administração do Ensino Industrial.

O artigo 14, do Decreto-Lei, apresenta as disciplinas que comporiam os cursos pedagógicos, sendo Psicologia Educacional, Orientação e Seleção Profissional, História da Indústria e do Ensino Industrial, Metodologia para o curso de Didática, e para o curso de Administração as disciplinas de Orientação e Seleção Profissional, Administração Educacional e Escolar, História da Indústria e do Ensino Industrial e Orientação Educacional (ALESP, 1942). Desta forma, buscava capacitar pessoal técnico para o exercício das rotinas escolares, além de aperfeiçoar os mestres no exercício das atividades pedagógicas.

Em 1957, o governo paulista cria o Instituto Pedagógico do Ensino Industrial (IPEI), subordinado ao Departamento do Ensino Industrial, por meio da Lei n.º 3.959, que tinha como finalidade de (ALESP, 1957):

- I - Habilitar pessoal para o exercício das funções de orientação, direção e docência do ensino industrial.
- II - Ministrando cursos de especialização, aperfeiçoamento e de divulgação para pessoal do quadro docente do ensino industrial.
- III - Realizar pesquisas sobre problemas educacionais do ensino industrial.

No inciso primeiro da Lei n.º 3.959/1959, deixa claro a quem se destina os cursos do IPEI, dentre eles, a preparação de profissionais para exercerem cargos de Orientadores, Diretores e Docentes do Ensino Industrial. O curso para Orientadores Educacionais, oferecido pelo IPEI, buscava formar especialistas em orientação educacional para o ensino industrial, com duração de um ano, em única série, e compreendia as disciplinas (ALESP, 1957):

- I - Pedagogia;
- II - Psicologia Educacional;
- III - Orientação Educacional e Profissional;
- IV - Metodologia do Ensino Industrial;
- V - Estatística Educacional;
- VI - Administração e Legislação Escolar;
- VII - Organização do Trabalho;
- VIII - Higiene Escolar e Higiene Industrial;
- XI - Teoria e Prática de Oficina.

Para a inscrição e matrícula no curso, os candidatos deveriam satisfazer uma das seguintes condições: “ser diplomado por Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (Licenciado pela Seção Pedagógica) ou Escola Normal, Oficial ou Equiparadas; ou possuir idade mínima de vinte e um anos. Além destas exigências a matrícula somente seria efetivada se o candidato fosse aprovado em exame médico, para verificação das condições de saúde física e mental, e aprovado nos vestibulares, que constavam com provas de Psicotécnica, Sociologia Educacional

e Matemática. O Decreto também estabelecia que cinquenta por cento das vagas seriam destinadas aos candidatos que forem efetivos do Departamento do Ensino Profissional, ou em estabelecimentos a ele subordinados (ALESP, 1957).

Criado em 1957, e instalado somente em abril de 1958, os cursos pedagógicos do IPEI segundo Carvalho (2017), receberam a mesma denominação proposta no Decreto-Lei n.º 13.125/1942, conforme Diário Oficial do Estado de São Paulo de 1958 (DOESP, 1958):

INSTITUTO PEDAGÓGICO DO ENSINO INDUSTRIAL – Realizou-se no dia 28 do corrente a instalação do Instituto Pedagógico do Ensino Industrial subordinado ao Departamento de Ensino Profissional da Secretaria da Educação. Ao ato compareceram os senhores Ministro Vicente de Paula Lima, Secretário da Educação e representante do Senhor Governador, Prof. Arnaldo Laurindo, Diretor do Departamento de Ensino Profissional, Dr. Ítalo Bologna, Diretor Regional do Senai e o representante do Prof. Carlos Mascaro, Diretor do Departamento de Educação, além dos Professores e alunos do Instituto Pedagógico e convidados. (*) Trata-se de uma iniciativa resultante da Lei n. 3.959 de 24-7-1957 e que constitui a primeira iniciativa, de caráter oficial, já realizada no Brasil. Os objetivos da instituição consistem, essencialmente, em preparar elementos para os quadros superiores do ensino técnico industrial, notadamente diretores de escolas e professores. Os cursos são de natureza pedagógica, e organizados de forma a permitirem currículos em regime integral ou parcial consoante os interesses e as possibilidades dos alunos. O Instituto Pedagógico do Ensino Industrial resulta da necessidade de se preparar pessoal para, por seu turno, preparar elementos para a indústria pois que, com o aumento constante das iniciativas industriais entre nós, urge dotar o ensino técnico de elementos capazes para dirigir escolas desse setor de ensino e, principalmente, professores que estejam habilitados a desenvolver treinamento rápido e eficiente de artifices, mestres e técnicos industriais. O Instituto Pedagógico do Ensino Industrial está funcionando, provisoriamente à Rua Rego Freitas 474, nesta Capital e mantém dois cursos em funcionamento: o Curso de Administração Escolar, com 24 alunos matriculados e o Curso de Didática, com 23. O primeiro tem duração de dois anos e o último de um ano. As disciplinas básicas de tais cursos pertencem, todos, à área pedagógica tais como Metodologia do Ensino Industrial, Psicologia Educacional, Orientação Educacional e Profissional, Administração e Legislação Escolar, Estatística Educacional, Organização do Trabalho, Noções de Contabilidade Industrial e Teoria e Prática de Oficina. Por essa razão e tendo em vista as peculiaridades da instituição, mereceu cuidado especial a escolha de professores para comporem seu corpo docente. O IPEI mantém, também, bolsas de estudos, isto é, pois pode admitir, dentro dos limites máximos fixados pelo Governo, um certo número de funcionários do ensino industrial para frequentarem os cursos afastados de suas funções normais. É o Governo de São Paulo o primeiro a instituir e instalar um Instituto Pedagógico do Ensino Industrial. Evidentemente, sendo uma instituição nascente, sem paralelo em nossa organização educacional, conta com inúmeros problemas a serem resolvidos nesta etapa inicial de funcionamento. Espera-se, contudo, que dentro de alguns anos já esteja o IPEI produzindo benefícios imensos na formação de pessoal habilitado para o ensino técnico profissional.

Sobre o Serviço de Orientação Educacional e Profissional, o artigo 79 do Decreto Lei n.º 47.038, de 16 de outubro de 1959 (BRASIL, 1959), que aprova o Regulamento do Ensino Industrial, trata sobre os objetivos da orientação profissional, que visa prestar auxílio aos alunos e cooperar para o processo educativo. Em 1961, a Lei sobre as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, destaca sobre a formação do Orientador Educacional, sendo necessário a realização

de cursos especiais, que “atendam às condições do grau, do tipo de ensino e do meio social a que se destinam” (BRASIL, 1961).

A lei n.º 4.244/1942, que trazia que a função do Orientador Educacional era de “cooperar no sentido de que cada aluno se encaminhe convenientemente nos estudos e na escolha da sua profissão, ministrando-lhe esclarecimentos e conselhos, sempre em entendimento com a sua família” (BRASIL, 1942c). A Lei n.º 6.052/1961, agora define que função da Orientação Educacional é de “assistir os alunos nos seus problemas de escolha de matérias optativas e profissões, bem como no seu ajustamento psicológico geral”, além de “cooperar para que o processo educativo e os sistemas de formação profissional se desenvolvam tendo em vista o ajustamento individual e social” (ALESP, 1961). De maneira geral, a função e os objetivos do Orientador Educacional, em ambas as leis se mantem iguais, em outras palavras, auxiliar o aluno em suas escolhas no campo educacional e profissional.

O Regulamento Interno dos Estabelecimentos do Ensino Secundário e Normal de São Paulo apresenta, de forma geral, como os orientadores educacionais devem atingir estes objetivos dentre outros; ademais, conforme Decreto nº 39.334, de 10 de novembro de 1961 (ALESP, 1961), a orientação educacional tinha como objetivo “promover o ajustamento dos educandos na escola e no seu meio individualmente ou em grupos, visando ao desenvolvimento da personalidade e ao encaminhamento vocacional e profissional”, além de “integrar-se, organicamente, com a equipe dos educadores que atuam na comunidade escolar”, cabendo ao encarregado de orientação educacional (ALESP, 1961) em seu artigo 58:

- 1) - auxiliar os alunos a conhecerem as oportunidades educacionais da cidade, do Estado e do País;
- 2) - levar os alunos a conhecerem as profissões e a compreenderem os problemas de trabalho de forma que possam preparar-se para a vida na comunidade;
- 3) - auxiliar os alunos a realizarem os seus objetivos;
- 4) - estudar os problemas escolares que lhe forem propostos pelo diretor;
- 5) - prestar assistência aos educandos, em problemas de conduta, ainda que não relacionados com a vida escolar;
- 6) - organizar o fichário dos alunos;
- 7) - cooperar com a direção e com os professores no sentido da boa execução dos trabalhos escolares;
- 8) - velar para que o estudo, a recreação, o descanso dos alunos decorram em condições de maior conveniência pedagógicas;
- 9) - cooperar com o bibliotecário na orientação da leitura dos alunos; completar a educação dos alunos;
- 10) - promover atividades extracurriculares, que concorram para completar a educação dos alunos;
- 11) - pesquisar as causas de fracasso dos alunos no estudo, anotando os dados que puder recolher em visitas domiciliares, em entendimento com os professores e através da sua própria observação;
- 12) - cooperar no preparo das comemorações cívicas e solenidades da escola;
- 13) - colaborar nos trabalhos de exames,
- 14) - realizar palestras e promover reuniões de estudos em classes, nas faltas dos professores;

- 15) - elaborar gráficos de aproveitamento e de assiduidade;
- 16) - sugerir a direção as medidas mais adequadas ao bom aproveitamento dos alunos e ao melhor rendimento do ensino;
- 17) - prestar assistência aos alunos que enfermarem ou sofrerem acidentes dentro do estabelecimento;
- 18) - ter sob sua guarda as sabatinas mensais, quando lhes forem entregues pelos professores;
- 19) - realizar nas classes palestras com os alunos, divulgando o regimento interno, no tocante a disciplina, a legislação e ao regime de notas e faltas;
- 20) - entregar, anualmente, ao diretor, relatório de atividades.

No GIP, a Orientadora Educacional participava das reuniões do pessoal administrativo e da Associação de Pais e Mestres, além de seguir o Regimento Interno; no início do ano letivo em 1967, a Orientadora Educacional submete ao diretor da unidade seu Programa de Trabalho (Anexo C), onde descreve todas as atividades que serão realizadas, dentre elas a realização de palestras, reuniões (alunos, pais, professores e direção), aconselhamentos psicológicos e rotinas administrativas. Além disso, consta em seu prontuário cópia das atribuições da Orientadora Educacional (Anexo D), presentes no Decreto n.º 38.643 de 27 de junho de 1961 que regulamenta a Lei n.º 6.052, de 3 de fevereiro de 1961 sobre o Ensino Industrial, Ensino de Economia Doméstica e de Artes Aplicadas e Cursos Vocacionais do Estado de São Paulo.

Quadro 13: Orientador Educacional (1964 -1976)

Ident.	Sexo	Natural		Nasc.	Formação	Adm.	Deslig.
M.G.C.	Fem	São Paulo	SP	06/02/1936	Escola Normal	29/05/1964	25/08/1976

Fonte: Prontuário de funcionários (adaptado pelo Autor)

A Orientadora Educacional do Escola Industrial (quadro 13) era formada no curso de formação profissional de Professor do Ensino Primário, e atuava no Grupo Escolar do Parque Bristol (1956 – 1964), a Orientadora Educacional estava devidamente habilitada, tendo realizado o curso de Orientação Educacional, expedido pela Escola Universitária de São Paulo (sem data). Nomeada em 29 de maio de 1964, para exercer as funções de Orientadora Educacional, de categoria interina na Escola Industrial da Penha. e Atuou até ser relotada para o C.E.I. “Professor Camargo Aranha”. Além da função de Orientação Pedagógica, a professora M.G.C. participava das reuniões do pessoal administrativo da escola, e atuava como Secretária do Órgão de Cooperação Escolar, mais tarde denominado Associação de Pais e Mestres.

Em 1966, a O.C.E. adquire dois livros, tendo como título *Psicologia*, de Robert S. Woodworth²⁴, editado pela Cia. Editora Nacional, pelo valor de Cr\$6.300,00 (Seis Mil e Trezentos Cruzeiros). De acordo com Robert S. Woodworth, “a psicologia tem de levar em conta o próprio organismo, que se interpõe entre o estímulo e a resposta. Conclui-se disso que o objeto de estudo da psicologia tem de ser tanto a consciência como o comportamento, uma posição mais tarde adotada pelos psicólogos humanistas” (SCHULTZ E SCHULTZ, 2019 p. 168). Após dois anos, é adquirido um exemplar do Código das Leis do Trabalho, da Livraria Freitas Barros, pelo valor de NCr\$15,00 (Quinze Cruzeiros Novos). Não temos informação de quem solicitou a compra destes exemplares, e nem sobre sua localização.

2.2 Auxiliar de Ensino

Curso extraordinário de Mecânica de Automóveis da EAP (1959-1961), abrangia as disciplinas de Cultura Técnica (Desenho, Tecnologias e Oficina) e Cultura Geral (Português e Matemática). Durante o período de março de 1959 a março de 1962, não foi encontrado nenhuma informação sobre os professores das disciplinas de Português e Matemática no curso extraordinário em Mecânica de automóveis. Os registros de ponto do referido período, somente encontra-se as assinaturas dos Mestres e Auxiliares de Ensino, e somente a assinatura de Professor de Cultura Geral a partir de março de 1962. Nos registros dos Auxiliares de Ensino, consta no questionário informativo de janeiro de 1959, no campo observações, que os referidos funcionários exercerão a função de docente. Pode se supor que as disciplinas de Português de Matemáticas eram lecionadas pelos Auxiliares de Ensino, sendo ambos formados no Curso Normal.

Quadro 14: Auxiliar de Ensino (1958 -1965)

Ident.	Sexo	Natural		Nasc.	Formação	Adm.	Deslig.
A.B.	Masc.	São Simão	SP	20/02/1933	Curso B. Ind. E Normal	31/12/1958	20/12/1961
R.M.	Masc.	São J. do R. Preto	SP	25/06/1934	Curso Normal	31/12/1958	12/10/1965

Fonte: Prontuário de funcionários (adaptado pelo Autor)

Auxiliar de Ensino (quadro 14), também chamado Auxiliar Docente, de Instrução, Classe ou Preceptor tinha como função realizar tarefas administrativas inerentes a área

²⁴ Robert Sessions Woodworth (1869–1962): psicólogo americano. Graduado em Harvard e Columbia. *Psychology: A study of mental life* (1921), foi a primeira introdução à psicologia. *Psicologia Experimental* (1938). Ele é conhecido por introduzir a fórmula de comportamento estímulo-organismo-resposta (STRINGFIXER, 2022).

profissional de atuação, complementando o trabalho do mestre ou professor, organizando os ambientes pedagógicos e colaborando na construção de competências e atitudes juntos aos alunos (ZABALA, 1999).

O Ensino Normal de Grau Médio, tinha como finalidade formar docente para as escolas primárias, habilitar administradores escolares e desenvolver e propagar os conhecimentos e técnicas relativas à educação da infância. O Ensino Normal tinha como estrutura os cursos de Regente (quatro anos) articulado com o curso Primário e Formação de Professores (três anos) com o curso Ginásial. Aos que concluíssem o curso de segundo ciclo, eram emitido o diploma de Professor Primário. Segundo artigo 40 do Decreto-Lei n.º 8.530/1946 (BRASIL, 1946), onde se torne conveniente era possível outorgar mandato para ministrarem cursos de Ensino Normal, do primeiro ou do segundo ciclo conforme conveniência.

Até 1946, o Ensino Normal era de exclusiva competência dos Estados, com a promulgação da Lei Orgânica do Ensino Normal, essa competência de regular, promover reformas e estabelecer diretrizes que orientassem a formação dos professores, passa a ser centralizada pelo governo federal. Segundo Martins (2000):

A partir de 1946 essas diretrizes são centralizadas pelo governo federal, devendo o ensino normal em todo o território nacional adotar as seguintes finalidades: promover a formação do pessoal docente necessário às escolas primárias; habilitar administradores escolares destinados às mesmas escolas; desenvolver e propagar os conhecimentos e técnicas relativas à educação da infância.

Para Mazur (2021), a Lei Orgânica do Ensino Normal, em seu conteúdo demonstrava certa preocupação na formação do docente por parte do governo federal, além de assegurar o direito de ingresso em cursos da Faculdade de Filosofia, aos alunos concluintes do segundo ciclo do Ensino Normal.

Durante a formação de professores, com duração de três séries anuais, o curso compreendia as seguintes disciplinas, conforme artigo 8º da Lei Orgânica do Ensino Normal (BRASIL, 1946):

Primeira série: 1) Português. 2) Matemática. 3) Física e Química. 4) Anatomia e Fisiologia Humanas. 5) Música e Canto. 6) Desenho e Artes Aplicadas. 7) Educação Física, Recreação, e Jogos.

Segunda série: 1) Biologia Educacional. 2) Psicologia Educacional. 3) Higiene e Educação Sanitária. 4) Metodologia do Ensino Primário. 5) Desenho e Artes Aplicadas. 6) Música e Canto. 7) Educação Física, Recreação e Jogos.

Terceira série: 1) Psicologia Educacional. 2) Sociologia Educacional. 3) História e Filosofia da Educação. 4) Higiene e Puericultura. 5) Metodologia do Ensino Primário. 6) Desenho e Artes Aplicadas. 7) Música e Canto, 8) Prática do Ensino. 9) Educação Física, Recreação e Jogos.

Assim, atuavam como professores das disciplinas de Português e Matemática, os admitidos como Auxiliares de Ensino extranumerários de acordo com o Decreto-lei n.º 7.850/1945, de acordo com o funcionamento dos cursos extraordinários previsto pela Lei Orgânica do Ensino Industrial, os ensinamentos deveriam ser ministrados por professores designados pelo Diretor da Escola, entre técnicos nacionais e estrangeiros, servidores do Estado ou não, podendo ser admitido como extranumerários.

2.3 Docentes

No Brasil, o processo formativo dos professores acompanhou a lentidão de como o país desenvolveu a educação básica, a partir das políticas econômicas de desenvolvimento, verificou a necessidade de ampliar a escolarização, principalmente por questões relativas ao mundo do trabalho, incentivando os cursos profissionalizantes, com pouco ou nenhum incentivo nas políticas para a formação de professores.

No Estado de São Paulo, em fevereiro de 1935, o governador Doutor Armando de Salles de Oliveira, introduz mudanças nas organizações das escolas profissionais, criando a carreira de Diretor e Mestre por meio do Decreto n.º 6.942, o qual assegurava a constituição de um corpo Docente de Mestres capazes no desenvolvimento de suas atividades, sendo efetuados por meio de concurso, com provas práticas e teóricas, em que somente os ajudantes e os diplomados pelos cursos de aperfeiçoamento dos Institutos Profissionais Masculino e Feminino poderiam se candidatar, sendo de notas (para os cargos iniciais), e por meio de provas para as promoções.

A prova teórica para o provimento dos cargos de Geral e Mestres tinham como conteúdo as matérias de Português, Direção de Oficina, Desenho Profissional e Escrituração Escolar e Industrial, obrigatória para os cargos de professor de Desenho Industrial, Plástica, Química, Higiene Alimentar, Puericultura e Higiene, e Contabilidade Doméstica. O julgamento dessas provas se dava por meio de notas de 0 a 100, multiplicadas pelo coeficiente segundo Parágrafo Único (ALESP, 1935), letra: a) Matéria Básica (que o candidato pretende ensinar): 10 pontos, Português: 5 pontos, Direção de Oficina: 4 pontos, Desenho Industrial: 3 pontos, e Escrituração: 2 pontos. A média para classificação era de 1.200 pontos, sendo 2.400 o total dos pontos. Sendo feita a classificação, os três mais bem classificados eram enviados para a escolha do candidato a ser contratado.

Algumas alterações foram introduzidas em 1937, pela Lei n.º 2.915, que instala nos Institutos e Escolas Profissionais, a título precário, os cursos de Eletrotécnica, Química Industrial, Serralheria Artística, Artes Gráficas em Geral e Linotipia Mecânica, Artes

Decorativas e Laticínios e Noções de Veterinária, somente adquiriam o caráter definitivo após dois anos de funcionamento, mediante proposta da Superintendência do Ensino Profissional e aprovada pelo Conselho de Educação, sendo criados os cargos de Professores e Mestres que seriam contratados e dispensados durante o funcionamento dos cursos em caráter precário, e por meio de concurso após a definitiva instalação destes cursos. Além do curso para formação de Diretores das escolas profissionais (LAURINDO, 1962).

Outras mudanças ocorreram com o Decreto-Lei n.º 11.812/1941 (ALESP, 1941), quanto ao concurso por meio de títulos e provas, tendo validade de um ano a partir da data de publicação para provimentos dos cargos de Mestre Geral, Mestre, Mestre Auxiliar, Professor de Desenho, Plástica, Educação Doméstica e Desenho Profissional. Os títulos apresentados à banca examinadora poderiam ser o diploma, certificado, estágio, estudos, obras publicadas ou qualquer outro trabalho idôneo, referente as especialidades do referido concurso, cabendo à banca, examinar e julgar o valor dos títulos e conferir nota que entender. Quanto às provas, os candidatos deveriam versar sobre as seguintes matérias, conforme Artigo 29 (ALESP, 1941):

- a) - no concurso para provimento do cargo de processara de Educação Doméstica, Português, Orientação do Ensino, Dietética e Puericultura e Contabilidade Doméstica;
- b) - nos demais concursos para provimento de vagas nas secções masculina e feminina: Português, Direção de Oficina, Desenho Técnico, Escritura escolar e industrial e matéria básica ou oficina.

Quando a Lei Orgânica do Ensino Industrial (BRASIL, 1942) foi promulgada, esta definia as escolas em industriais e técnicas, sendo professores de uma ou mais categorias de acordo com as possibilidades e necessidades de cada estabelecimento, devendo ser realizado cursos apropriados para a formação de professores nas disciplinas de Cultura Geral, Técnica ou de Cultura Pedagógica. O provimento nos cargos de professor se dava por meio da prestação de concurso de caráter efetivo, dependente do registro de professor no Ministério da Educação.

Como o país apresentava número reduzido de professores com formação no ensino superior atuando nas escolas secundarias brasileiras, em 1946, de forma emergencial, o governo edita o Decreto n.º 8.777, de 22 de janeiro de 1946, definindo sobre o registro de professores de ensino secundário, admitido o registro a professores que apresentarem as seguintes condições conforme seu art. 2º (BRASIL, 1946):

- I - a) diploma de licenciado, expedido pela Faculdade Nacional de Filosofia ou estabelecimento congênere. Reconhecido; b) ou prova de habilitação na disciplina ou disciplinas em que desejem registro, obtida em concurso para professor catedrático, adjunto ou livre docente de estabelecimento de ensino superior ou professor catedrático de estabelecimento de ensino secundário, mantido pela União, pelos Estados ou pelo Distrito Federal; c) ou prova do exercício de magistério na Faculdade Nacional de Filosofia, ou estabelecimento a ela equiparado.
- II - prova de idoneidade moral.
- III - folha corrida.

- IV - prova de idade mínima de vinte e um anos.
- V - prova de quitação com o serviço militar.
- VI - atestado de sanidade física e mental, expedido por serviço médico oficial.
- VII - prova de identidade.

Quanto à prova de habilitação na disciplina ou disciplinas em que desejasse o registro, deveria o candidato indicar o estabelecimento que seria contratado, realizar a prova de suficiência, e o registro somente seria emitido nas regiões nas quais o número de diplomados não fosse suficiente. A prova de suficiência consistia em prova escrita, prática se fosse o caso e didática a ser realizada no Distrito Federal na Faculdade Nacional de Filosofia, ou nos Estados em Faculdade de Filosofia Oficial ou Institutos Congêneres. O registro definitivo possibilitava ao candidato exercer o magistério no ciclo ginásial, mas se optasse por lecionar no ciclo do colégio, era necessário requerer autorização demonstrando capacidade profissional, prova de que preenchem uma das seguintes condições (BRASIL, 1946):

- a) cinco anos de exercício efetivo do magistério secundário como professor da disciplina, ou das disciplinas requeridas;
- b) conclusão de curso superior, onde tenha havido o ensino da disciplina, em estabelecimento idôneo;
- c) aprovação em exame final da disciplina ou disciplinas em que pretenda registro, prestado em estabelecimento de ensino superior julgado idôneo pelo Departamento Nacional de Educação, mesmo quando não haja o requerente concluído o respectivo curso.

Mesmo com essas condições, o número de professores formados em Faculdade de Filosofia era considerado insuficiente em diversos estados do país. Desta forma, havendo ausência de docentes diplomados ou em número menor as necessidades, o governo federal edita o Decreto n.º 34.638, de 14 de novembro de 1953, que cria a Campanha de Aperfeiçoamento e Difusão do Ensino Secundário (C.A.D.E.S); a campanha tinha como objetivo promover “as medidas necessárias a elevação do nível e a difusão do ensino secundário no país”, tendo como finalidade: “ tornar a educação secundária mais ajustadas aos interesses e possibilidades dos estudantes bem como as reais condições e necessidades do meio à que a escola serve, conferindo assim, ao ensino secundário maior eficácia e sentido social”. Além de “possibilitar o maior número de jovens brasileiros acesso a escola secundária” (BRASIL, 1953).

Para conseguir atingir este objetivo, seriam necessários promover diversas ações elencadas no art. 3, do Decreto 34.638 (BRASIL, 1953):

- a) promover a realização de cursos e estágios de especialização e aperfeiçoamento para professores, técnicos e administradores de estabelecimentos de ensino secundário;
- b) conceder e incentivar a concessão de bolsas de estudo a professores secundários a fim de realizarem cursos ou estágios de especialização e aperfeiçoamento promovidos por outras entidades, no país ou no estrangeiro;

- c) colaborar com os estabelecimentos de ensino secundário, em fase de implantação ou reorganização, proporcionando-lhes a assistência de técnicos remunerados pela Campanha;
- d) promover estudos dos programas do curso secundário e dos métodos de ensino das várias disciplinas, a fim de melhor ajustar o ensino aos interesses dos alunos e às condições e exigências do meio;
- e) elaborar e promover e elaboração de material didático, especialmente audiovisual, para as escolas secundárias;
- f) estudar e adotar providências destinadas à melhoria e ao barateamento do livro didático;
- g) organizar missões culturais, técnicas e pedagógicas, para dar assistência a estabelecimentos distantes dos grandes centros;
- h) elaborar e aplicar provas objetivas para avaliação do rendimento escolar;
- i) incentivar a criação e o desenvolvimento de serviços de orientação educacional nas escolas de ensino secundário;
- j) organizar e administrar plano de concessão de bolsas de estudo a alunos bem dotados e de poucos recursos;
- k) cooperar com os estabelecimentos de ensino secundário no estudo de projetos de prédios, instalações, oficinas escolares e laboratórios adaptados às diversas regiões do país, bem como de novos tipos de mobiliário escolar;
- l) realizar, diretamente e em cooperação com os órgãos técnicos federais, estaduais e municipais, levantamentos das necessidades e possibilidades das diversas regiões do país quanto à localização da escola secundária;
- m) divulgar atos, experiências e iniciativas julgadas de interesse ao ensino secundário, bem como promover o intercâmbio entre escolas e educadores nacionais e estrangeiros;
- n) promover o esclarecimento da opinião pública, quanto às vantagens asseguradas pela boa educação secundária.

De acordo com Baraldi (2016), a C.A.D.E.S, apresentou quatro momentos distintos durante sua existência: implantação (1953 -1956); consolidação e expansão (1956 – 1963); renovação administrativo-pedagógica (1963-1964); e declínio e desaparecimento (1964-1970). Durante a fase de implantação, a realização do exame, para o exercício do magistério nos cursos secundários, era constituído por banca examinadoras que se deslocavam até o local requerente para comprovar a não existência de pretendentes ao exercício de magistério licenciados por Faculdade de Filosofia, não havendo candidatos o suficiente, o Ministério da Educação e Cultura submetia a realização do exame de suficiência quando julgasse necessário conforme Lei n.º 2.430, de 19 de fevereiro de 1955 (BRASIL, 1955). Como a maior parte dos candidatos era reprovado no exame de suficiência, ficava condicionado a realização do exame a participação em cursos, “referentes aos aspectos pedagógicos e aos conteúdos específicos das disciplinas que iriam lecionar ou que já lecionavam (BARALDI, 2016).

Assim, o candidato somente poderia realizar a inscrição para o preenchimento da vaga de docente em posse do prévio registro no Ministérios da Educação e Cultura, devendo obedecer às condições mínimas (BRASIL, 1959):

- a) para o registro nas matérias de cultura geral serão exigidas as condições vigentes para o registro de professor do ensino secundário;

- b) para registro em desenho e matérias teóricas de cultura técnica, será exigida preparação técnica relativa à matéria, obtida em curso imediatamente superior ou, na falta deste, em nível julgado suficiente pelo órgão competente;
- c) para o registro de professor de práticas de oficina, será exigido certificado que prove realização de curso de professor da especialidade, ou diploma de técnico industrial ou curso equivalente, a critério do órgão competente;
- d) para o registro de auxiliar de ensino de práticas de oficina, será exigida prova de conclusão do curso industrial básico.

Cumpridas as exigências, o Diretor da escola elaborava o processo de seleção, aprovado pelo Conselho de Representantes, e respeitado os critérios segundo o Regulamento do Ensino Industrial (BRASIL, 1959), em seu artigo 108:

- 1 - as provas para docente de matérias de cultura geral serão de títulos, conhecimentos e qualidades didáticas;
- 2 - as provas para docente de desenho e matéria de cultura técnica (teóricas) serão de títulos e qualidades didáticas, de modo a permitir a aferição de conhecimentos técnicos;
- 3 - as provas para docentes de práticas de oficina serão de conhecimentos práticos e qualidades didáticas;
- 4 - as provas para o pessoal administrativo, com exceção dos empregado subalternos, além de conhecimentos gerais, compreenderão as aptidões específicas exigidas pela função;
- 5 - as provas para o pessoal subalterno serão de simples verificação de aptidões.

Aprovado no processo de seleção, o Docente era contratado por um prazo não superior a três anos, sendo admitido a renovação sucessiva, por igual tempo, a critério do Conselho de Representantes; as relações de emprego eram regidas pela Legislação Trabalhista. E quanto a modalidade na prestação de serviço, poderia ser de dedicação exclusiva: “quando o contrato fixar tempo integral de serviço e estipular a exclusividade de trabalho para a escola”, parcial: “quando o contrato fixar o horário de serviço sem estipular exclusividade de trabalho na escola”, por hora ou por aula e por tarefa: “implicará na remuneração pelo trabalho efetivamente realizado, respeitados os dispositivos da legislação trabalhista. A maioria dos docentes de cultura geral foram contratados na modalidade por hora aula.

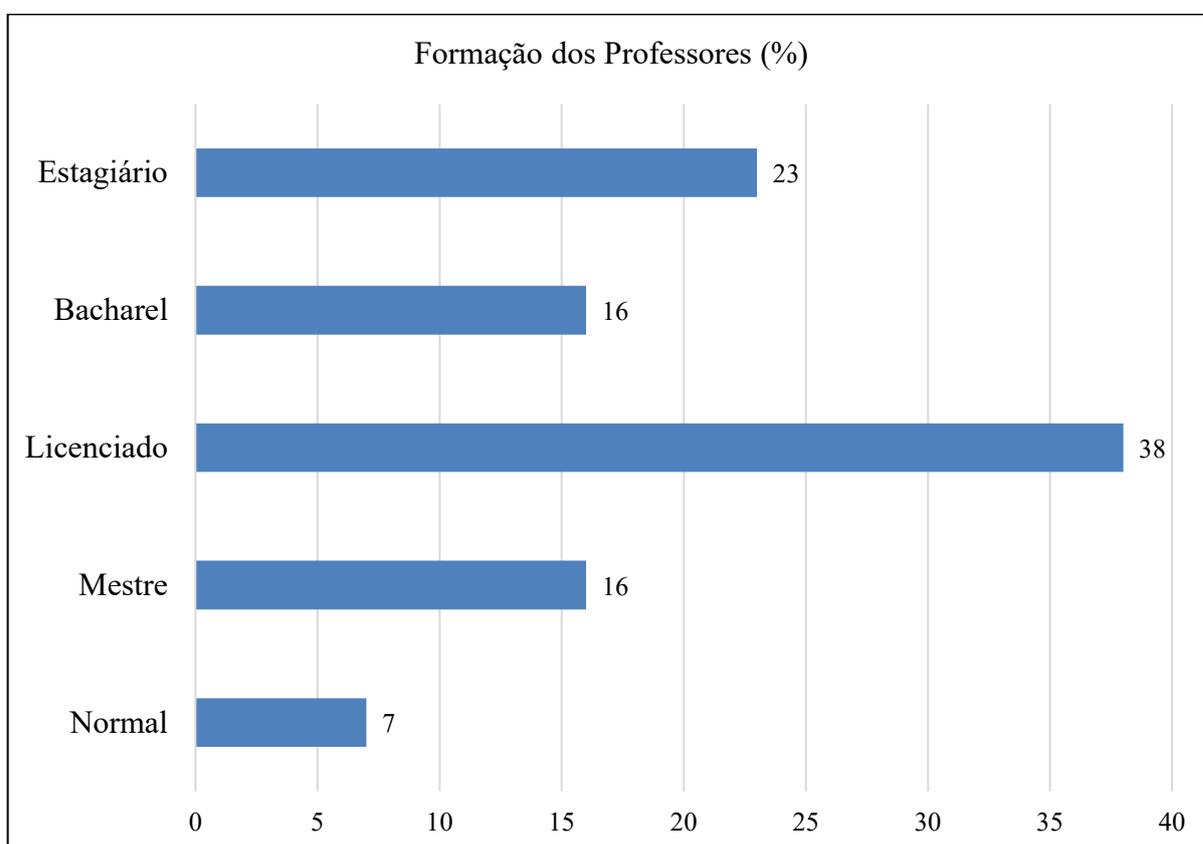
Para a admissão dos docentes, o diretor da unidade deveria seguir conforme os critérios do artigo 2º do Decreto:

- I - Para a regência de aulas excedentes, terá preferência o professor efetivo da disciplina ou, na desistência, professor, efetivo de disciplina a fim, respeitado o limite de aulas mensais legalmente estabelecido
- II - Nos demais casos, previstos nos itens II a IV do artigo 1º a preferência caberá, desde que não exerça outro cargo público, nem seja aposentado: a) a candidato aprovado em concurso e não aproveitado por falta de vaga, ou licenciado por Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, na seção correspondente à disciplina, e que se comprometa a dar todas as aulas que lhe forem atribuídas pela direção; b) a candidato que, não preenchendo as condições da alínea anterior assume, também, o compromisso nela referido; c) a candidato que, lecionando em outro estabelecimento, aceite igualmente o número de aulas que a direção atribuir, não excedendo o limite legal. Parágrafo único. Nas hipóteses previstas no item. II desde artigo, o candidato

residente na localidade terá sempre precedência, desde que enquadrado na mesma alínea, sobre qualquer outro.

O gráfico 1 apresenta a porcentagem de professores e sua formação acadêmica durante o período de 1958 a 1972. Quanto à formação dos professores na Escola Artesanal da Penha 1959 e 1972, identificou-se a seguinte configuração: 7% Normal – formados em Colégio Comum (Clássico ou Científico), 16% Mestria – com formação em Ginásios Industriais, e com nível Superior – 38% Licenciados ou 16% Bacharel e ainda em formação 23%. A partir de 1962, com a implantação do curso ordinário de aprendizagem, 77% dos professores apresentaram diploma de nível superior ou estavam matriculados em curso superior, 16% com formação ginásial os mestres e 7% com formação científica.

Gráfico 1: Formação dos professores (%)



Fonte: Prontuário de funcionários (Elaborado pelo autor).

Entre os anos de 1935 e 1961, o governo do estado de São Paulo (quadro 15) publica diversas Leis, Decretos e Atos para o provimento de caráter efetivo (remoção, promoção e ingresso) por meio de concurso, ou caráter interino (designação ou substituição) para os cargos de Professores, Mestres e Contramestres nos estabelecimentos de ensino subordinados ao Departamento de Ensino Profissional enquadradas na Lei Orgânica do Ensino Industrial.

Quadro 15: Provimento dos cargos de Docentes (1935 a 1961) no estado de São Paulo

Ordem	Ano	Efetivos	Interinos
		Concurso	Designação ou substituição
1	1935	Decreto n.º 6.942	
2	1937	Lei n.º 2915	
3	1941	Decreto-Lei n.º 11.812	
4	1942	Decreto-Lei n.º 13.125	
5	1945	Decreto-Lei n.º 15.005	
6	1946	Decreto n.º 15.823	
7		Decreto-Lei n.º 16.284	
8		Decreto-Lei n.º 16.108	
9	1947	Decreto n.º 17.698 (art. 936 a 972 consolidação das Leis do Ensino). 1110 a 1113 (Concurso Especial))	Decreto. n.º 17.698 (art. 932, 933 (substitutos efetivos), 973, 975 (interinos), 976,979 (substituições), 983,986 (reg. de disciplinas de c. extraordinários noturnos). 1110 a 1113 (pessoal dos c. Práticos de E. Prof.).
10	1949	Lei n.º 239	Lei n.º 254 (aulas extraordinárias)
11		Lei n.º 275	
12		Ato n.º 55 (acum. de cargos)	
13	1950	Lei n.º 644	
14		Ato n.º 72 (altera o Ato n.º 55)	
15	1951	Ato n.º 76 (acumulação)	
16	1954	Lei n.º 2.857	Lei n.º 2.663 (pessoal das Escolas Artesanais)
17	1955	Lei n.º 2.962	
18		Lei n.º 3.305	
19		Lei n.º 3.324	
20	1956	Decreto n.º 26.359	Decreto n.º 26.625 (aulas extraordinárias)
21			Decreto n.º 26.762 (substitutos efetivos)
21	1957	Decreto n.º 27.279	
22		Lei n.º 3.855	
22		Lei n.º 3.959	
23	1958		Lei n.º 5.067 (aulas extraordinárias)
24	1960		Lei n.º 5.567 (prov. funções gratificadas)
25	1961	Lei n.º 6.052	
26		Decreto n.º 38.643	Decreto n.º 39.263
27		Decreto n.º 39.469	

Fonte: Laurindo (1962 – adaptado pelo autor)

O corpo docente, segundo o Regimento Interno (ALESP, 1961), era constituído por professores efetivos, estáveis, pelos interinos ou substitutos, admitidos a darem aulas excedentes ou extraordinárias e pelos substitutos. Cabendo aos professores:

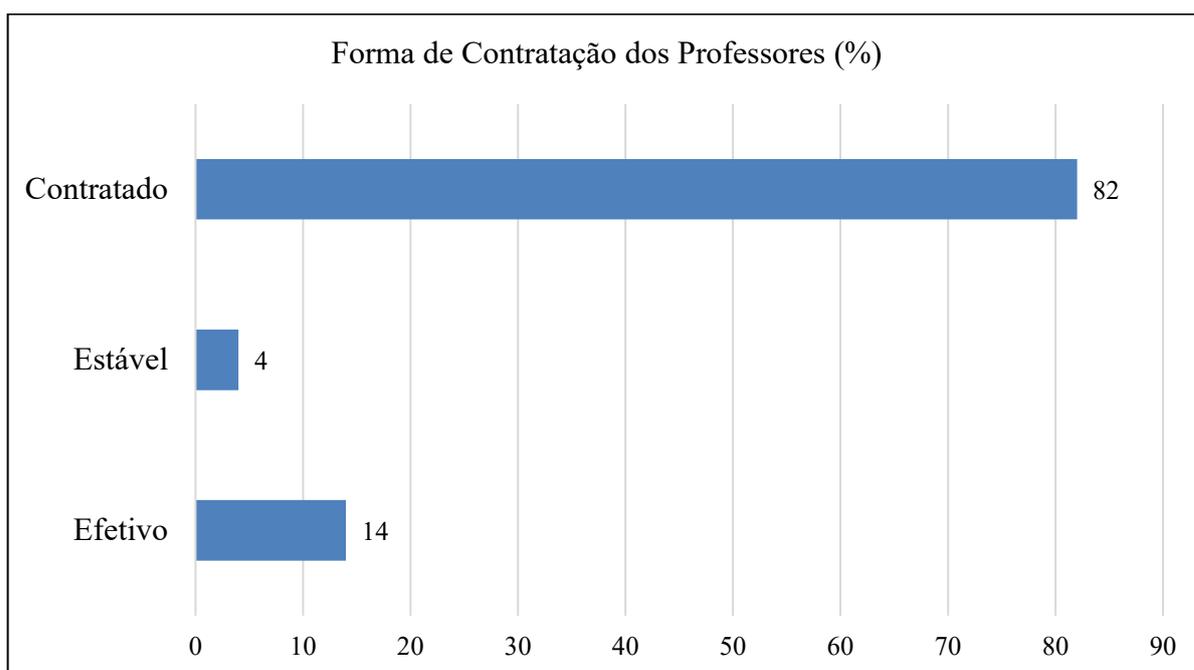
- a) - comparecer com pontualidade ao estabelecimento e reger as aulas, dentro dos horários elaborados, ocupando-se, em classe, com o ensino de sua disciplina;
- b) - comparecer as sessões da Congregação;
- c) - cumprir programas em vigor;
- d) - manter atualizados os conhecimentos relativos à sua disciplina.
- e) - colaborar na formação moral e cívica dos alunos, dando a estes, por palavras, atitudes e ações, exemplos de elevado padrão de urbanidade, civismo e exatidão no cumprimento do dever;
- f) - anotar nos diários de classe as faltas dos alunos às aulas;
- g) - organizar as listas de pontos para cada exame, entregando-as na secretaria do estabelecimento, pelo menos cinco (5) dias antes do início das provas;
- h) - corrigir, com o devido cuidado, os trabalhos escolares dos alunos;
- i) - organizar as sabatinas ou exercícios realizados durante as mesmas, dosando a matéria de modo a aproveitar todo o tempo disponível da aula;
- j) - entregar, até o quinto dia útil de cada mês, os boletins de notas e faltas dos alunos;
- l) - entregar dentro de cinco (5) dias após a sua realização, as provas de exames convenientemente julgadas;
- m) - registrar no livro competente à matéria lecionada;
- n) - colaborar na preparação dos alunos para os torneios de competição em que o estabelecimento tenha que se fazer representar;
- o) - tomar parte, quando designado, nas bancas examinadoras e em outros trabalhos de sua competência;
- p) - competir às sessões cívicas e solenidades escolares e reuniões do corpo docente;
- q) - impedir a entrada e saída dos alunos depois de iniciada a aula ou sabatina, salvo motivo justificado;
- r) - manter a disciplina em classe e colaborar para a ordem e disciplina, do estabelecimento;
- s) - propor, por escrito, ao diretor a aquisição de livros para a biblioteca e tudo que seja necessário à eficiência de seu trabalho didático;
- t) - manter com os colegas e demais funcionários espírito de colaboração indispensável à eficiência da obra educativa que se processa no estabelecimento;
- u) - colaborar com a orientação educacional em assuntos referentes a conduta e aproveitamento dos alunos;
- v) - comentar com os alunos, as sabatinas e provas, esclarecendo os erros que tenham cometido e o critério adotado no julgamento;
- x) - proceder à revisão de provas escritas quando determinada por autoridade competente;
- y) - comparecer a seminários de estudo, certames culturais, pedagógicos e outros, sempre que convocado pela Secretaria da Educação;
- z) - atender as solicitações do diretor feitas no interesse do ensino.

O processo de admissão de professores, conforme disposto na Lei n.º 6.812 de 15 de junho de 1962 e regulamentada pelo Decreto 42.088 de 24 de junho de 1963, era realizada nos estabelecimentos de ensino secundário e normal, industrial e de economia doméstica e artes aplicadas, para a regências das aulas excedentes, aulas específicas, aulas cujos titulares não podiam assumir por qualquer motivo ou aulas em cargas que vierem a vagar. No gráfico 2 da escola, encontramos as formas de contratação: efetivo, estável e contratado. Sendo a maioria dos professores mestres efetivos, e os licenciados ou bacharéis na forma contratado (82%).

Além de cumprir estas exigências, era vedado ao professor, em qualquer situação, dentro do estabelecimento, as seguintes proibições (ALESP, 1961):

- 1) - manter, direta ou indiretamente, curso de ensino particular ou nele exercer atividade didática, desde que um ou outro sirva para aulas de repetição a alunos do estabelecimento ou de preparatório de candidatos a ingresso no mesmo;
- 2) - entrar com atraso em classe ou desta sair antes de findar a aula;
- 3) - prevenir os alunos de suas eventuais faltas;
- 4) - dispensar os alunos antes de findar a aula mesmo nos dias de sabatina;
- 5) - ditar a matéria;
- 6) - fumar em classe;
- 7) - aplicar penalidade aos alunos;
- 8) - ferir a suscetibilidade dos alunos, no que diz respeito as suas convicções religiosas e políticas, à sua nacionalidade e cor, a sua capacidade intelectual e condição social;
- 9) - sob o pretexto de liberdade de cátedra, fazer proselitismo religioso ou político partidário, bem como pregar doutrinas contrárias ao interesse nacional, ou insuflar nos alunos clara ou disfarçadamente, atitudes de indisciplina ou agitação;
- 10) - dar nota zero ao aluno por motivo disciplinar ou diminuir-lhe a nota pela mesma razão.

Gráfico 2: Forma de contratação dos professores (%)



Fonte: Prontuário de funcionários (Elaborado pelo autor).

O professor, além das atribuições e proibições, era responsável pela ordem em classe.

Segundo Huberman (2000, p. 54):

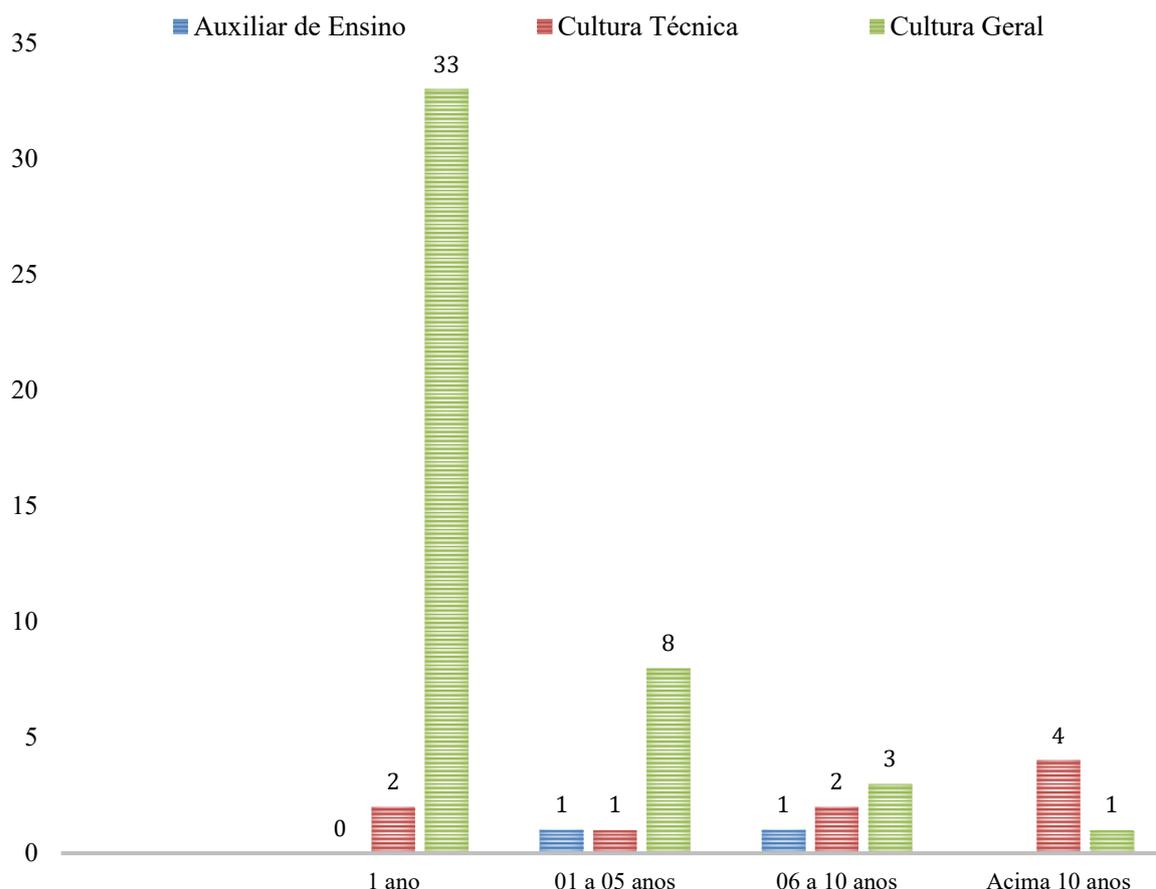
Torna-se, assim, muito difícil estudar o ciclo da vida profissional pretendendo extrair perfis-tipo, sequências, fases ou determinantes de um desfecho feliz ou infeliz. É particularmente arriscado integrar num mesmo grupo que parecem partilhar traços em comum, mas cujos antecedentes ou meios sociais são diferentes.

Desta forma, busca-se apresentar algumas constantes ou componentes que apresentam nos registros dos professores e delimitar a partir destes dados uma etapa da vida profissional na

carreira de docente do ensino secundário. O término deste ciclo na unidade se dava pela dispensa ou demissão, cabendo ao diretor, além dos casos previsto em lei, “incapacidade didática ou desídia no cumprimento dos deveres, desde que provadas em processo regular”. A dispensa de professor efetivo se dava somente após a abertura de processo administrativo, e a dispensa de professor interino e substituto, mediante a processo fundamentado, podendo ser ou não aberto processo administrativo determinado pelo órgão competente (ALESP, 1961).

Os professores de cultura geral eram admitidos por meio de contrato, 61% destes docentes lecionaram na unidade durante um único período letivo, 18% entre um e cinco anos e 7% dos professores da cultura técnica permaneceram na unidade durante todo o período estudado. O gráfico 3, apresenta o tempo de atuação na unidade durante o período de 1958 a 1972.

Gráfico 3: Tempo de Atuação na Unidade (anos)



Fonte: Prontuário de funcionários (Elaborado pelo autor).

Retornando a diretrizes da Lei Orgânica do Ensino Industrial/1957, sobre a criação do I.P.E.I, quanto ao exercício de docente nas escolas de ensino industrial, a realização de cursos para docentes e de especialização e aperfeiçoamento realizados pelos instituto, o governo

paulista buscava formas de habilitar os alunos docentes a ministrarem cursos nas escolas do estado e garantir aos portadores de diploma ingresso nos quadros públicos; assim, conforme artigo 43 (ALESP, 1957), os alunos que concluírem terão assegurado preferência nos provimentos de cargos do ensino industrial, correspondentes aos cursos concluídos.

Conforme Regulamento do Ensino Industrial, cabia ao Diretor da unidade organizar os quadros de professores, técnicos e administrativos necessário ao funcionamento dos cursos, sendo que os professores deveriam ter prévio registro no Ministério da Educação e Cultura, tendo as condições mínimas para o exercício desta função, de acordo com Parágrafo único (BRASIL, 1959) :

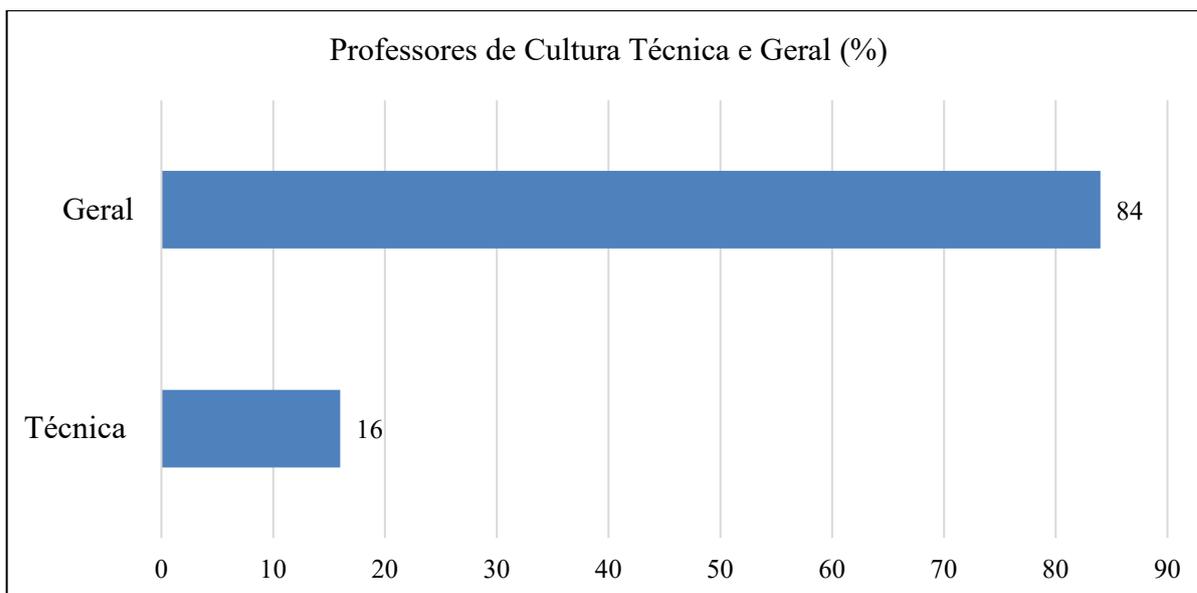
- a) para o registro nas matérias de cultura geral serão exigidas as condições vigentes para o registro de professor do ensino secundário;
- b) para registro em desenho e matérias teóricas de cultura técnica, será exigida preparação técnica relativa à matéria, obtida em curso imediatamente superior ou, na falta deste, em nível julgado suficiente pelo órgão competente;
- c) para o registro de professor de práticas de oficina, será exigido certificado que prove realização de curso de professor da especialidade, ou diploma de técnico industrial ou curso equivalente, a critério do órgão competente;
- d) para o registro de auxiliar de ensino de práticas de oficina, será exigida prova de conclusão do curso industrial básico.

Entre os anos de 1959 e 1960, a escola era composta de professores Mestres para as disciplinas de Desenho, Tecnologias e Práticas; e Auxiliares de Ensino para as disciplinas de Português e Matemática. Em 1961, a escola é transformada em Escola Industrial, e com a implantação do curso ordinário em Aprendizagem em Mecânica de Automóveis em 1962, o currículo de toda sua formação profissional era composto de disciplinas de Cultura Técnica e Cultura Geral. Optamos em utilizar os mesmos termos para classificar os docentes que compunham os quadros da unidade.

As matérias de Cultura Técnica incluíam a Prática em Oficinas, Obras, Laboratórios ou Trabalhos de Campos, enquanto as de Cultura Geral proporcionavam a base comum, e permitiam o diplomado integrar-se na sociedade, participando do trabalho produtivo, ou prosseguir os seus estudos (BRASIL, 1959).

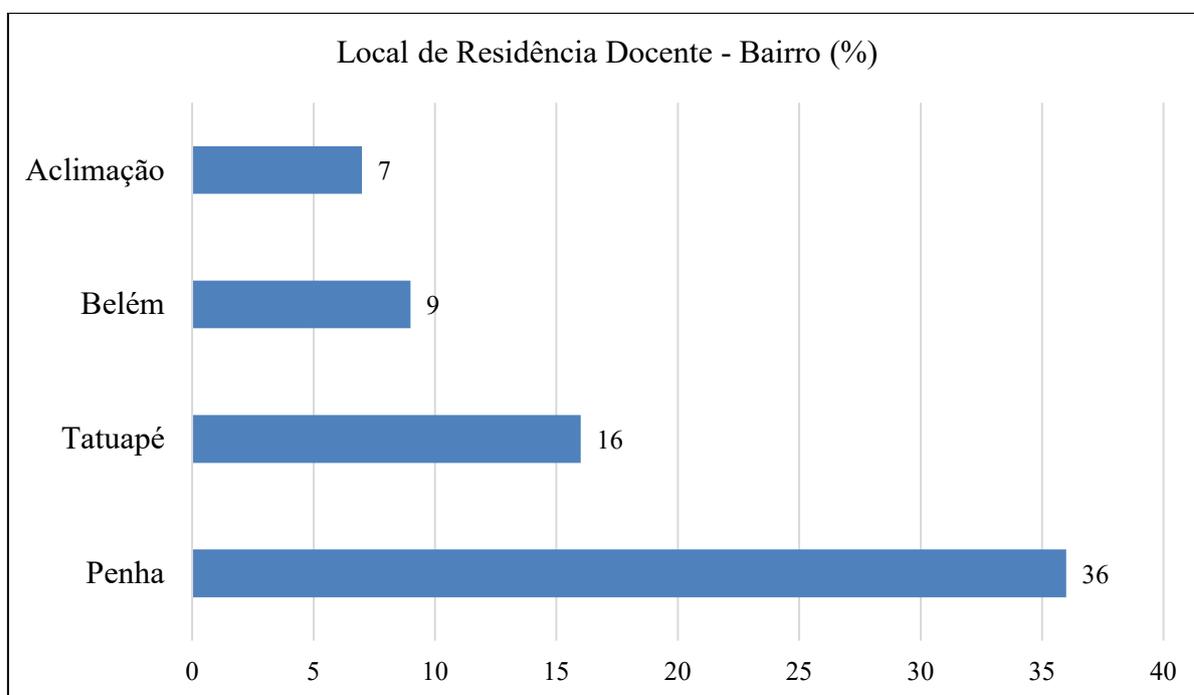
O quadro de professores era composto na sua maioria por professores da Cultura Geral quarenta e sete professores, contratados a partir de 1961 e nove Mestres (gráfico 4), isso não significa que a maior parte da carga horária do currículo dos cursos seja de disciplinas da Cultura Geral, no curso de aprendizagem a carga das disciplinas de cultura técnica representava 60% na formação dos alunos no primeiro ano do curso.

Gráfico 4: Professores de Cultura Técnica e Geral (%)

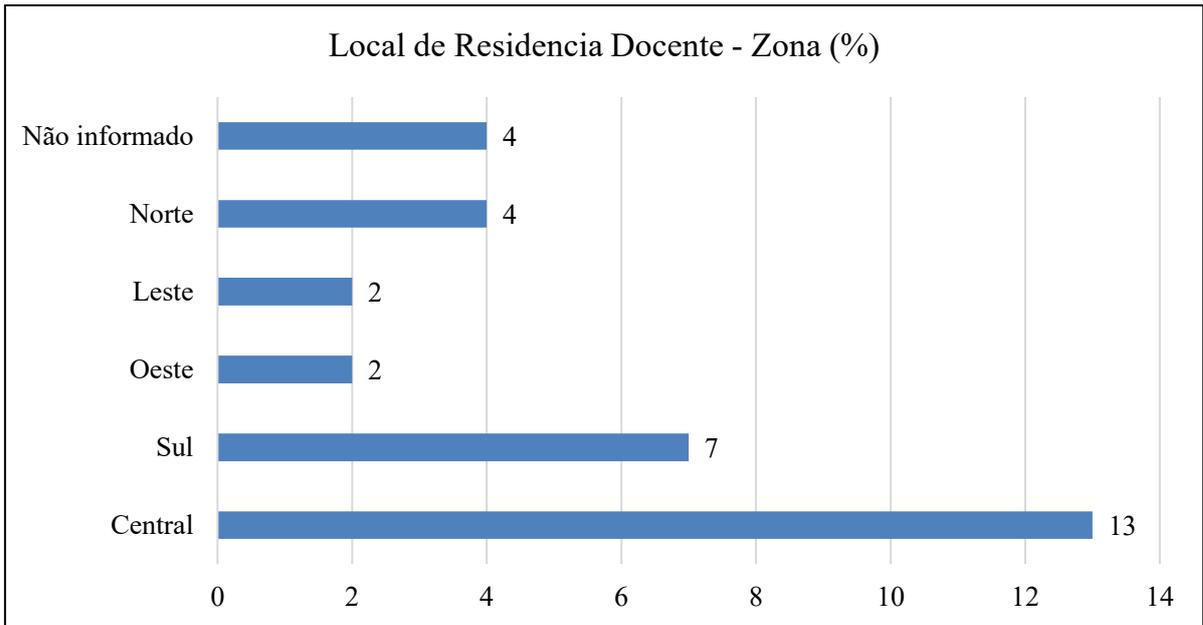


Fonte: Prontuário de funcionários (Elaborado pelo autor).

Conforme parágrafo único (BRASIL, 1959), o candidato residente próximo a localidade da unidade terá a precedência para assumir as aulas, visto isto, verifica-se que todos os professores admitidos na unidade tinham como residência o município de São Paulo, sendo os bairros da Penha e o Tatuapé (52%) domiciliados próximo a escola (gráfico 5).

Gráfico 5: Local de Residência Docente²⁵ (%)

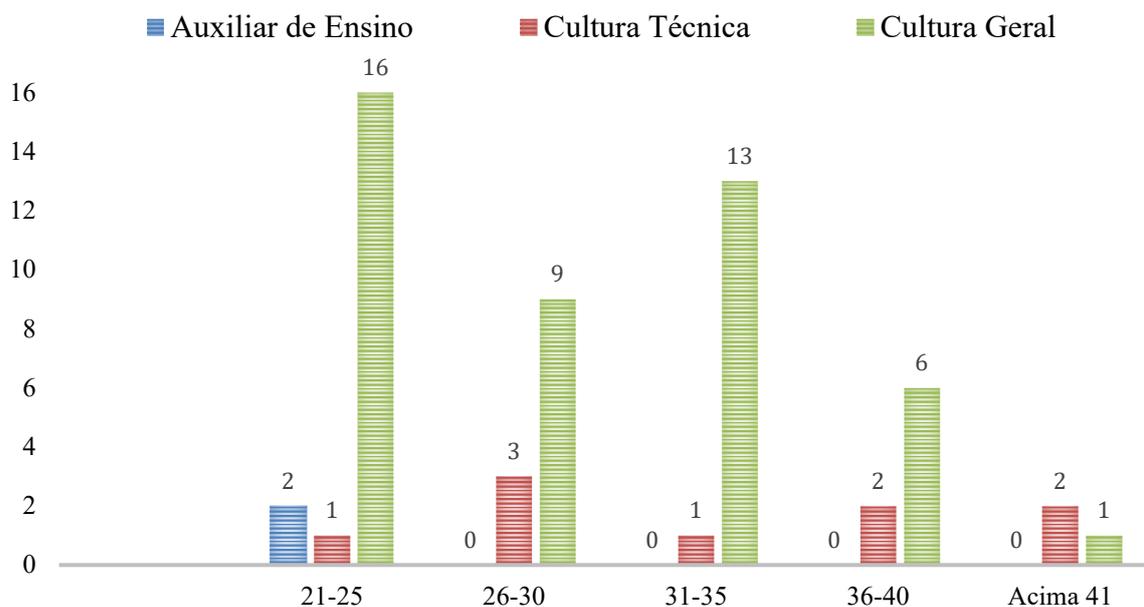
²⁵ Bairros somente com 1 residente: (ZL – Aricanduva), (Central - Brás, Consolação, Campos Elíseos, Sta. Cecília, Higienópolis, Cambuci), (ZS -VI. Mariana, Pinheiros, Chác. Inglesa, Jd. América), (ZO – Lapa), (ZN – VI. Maria e Jd. Brasil).



Fonte: Prontuário de funcionários (Elaborado pelo autor).

Com os dados coletados nos arquivos de 1958 a 1972, a distribuição dos professores por idade revela que 80% tinham entre 21 e 35 anos de idade, tendo a maior distribuição 34% entre professores de 21 a 25 anos, e 25% o intervalo de 31 a 35 anos de idade. A variação da idade apresenta principalmente na classe de professores de Cultura Geral, enquanto aos professores de Cultura Técnica ela é estável, tendo dois professores em cada intervalo de idade. A distribuição do número de professores por idade, no intervalo de 21 a acima de 41 anos, é apresentado no gráfico 6.

Gráfico 6: Faixa Etária dos Professores (quant.)



Fonte: Prontuário de funcionários (Elaborado pelo autor).

Para Petesossi (1997), até a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação de 1961, “a formação dos docentes e as exigências para o seu recrutamento e desempenho obedece a norma que não guardam entre si uma ordenação e uma sistemática clara”. Conforme a Lei 4.024/1961 (BRASIL, 1961), “a formação de professores para o ensino médio será feita nas Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras e as de professores de disciplinas específicas de Ensino Médio Técnico em cursos especiais de Educação Técnica”, ou seja, a lei demonstrava a existência de dois tipos de professores, os formados nas Faculdades de Filosofia e os professores de disciplinas específicas do Ensino Técnico. Assim, a lei regulamentava o que já estava sendo realizado na prática, e exigia dos docentes a formação didática e a graduação em curso superior (PETEROSI, 1997).

A formação didática para os professores das disciplinas específicas, eram realizados em cursos de especialização, aperfeiçoamento e de divulgação, chamados de “esquema”, segundo Oliveira (2008); estes cursos buscavam complementar a formação pedagógica e também dos conteúdos de tecnologia para os profissionais com formação em nível superior “Esquema I”, quanto para os com formação com nível técnico de nível médio “Esquema II”, pois um dos problemas era a ausência de professores nas disciplinas específicas no Ensino Técnico em nível médio.

No artigo 117 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) de 1961, era necessário que o professor fosse licenciado em Faculdade de Filosofia, quando não houvesse número adequado a habilitação o exercício do magistério era feita a partir de exame de suficiência realizado nas Faculdade de Filosofia oficial indicada pelo Conselho Federal de Educação. No que tange aos profissionais formados pelos cursos especiais de educação, artigo 118, era possível aproveitar os professores de disciplinas específicas do ensino médio, profissionais liberais de cursos superiores ou técnicos diplomados nas especialidades quando o número não era suficiente (BRASIL, 1961). Assim, era possível suprir a demanda de professores nas escolas de ensino profissional, aceitando os exames de suficiência no lugar dos cursos de formação pedagógica (OLIVEIRA, 2008).

Segundo Gatti (2019, p. 24), no Censo Escolar realizado em 1964, no curso primário, somente 56% tinham realizado curso para formação de docência. E os cursos de licenciatura especializadas em disciplinas:

Continuavam a valer as orientações de currículo mínimo normatizada pelo então Conselho Federal de Educação (CNE) pelo qual vigente o Registro de Professor no Ministério da Educação e Cultura (MEC), pelo qual, além da disciplina específica, permitia a licenciados lecionar várias outras disciplinas além de sua formação específica.

A partir de 1964, a Diretoria do Ensino Industrial cria diversos centros de educação técnica para formarem professores e administradores, com cursos de Didática do Ensino Industrial e Administração Escolar. Inicialmente, os cursos pedagógicos eram pouco sistematizados e não oferecidos frequentemente, todavia, São Paulo e Rio Grande do Sul, de acordo com Cunha (2001), organizaram centros especializados nesses cursos.

Os centros criados neste período foram: 1962 - CETERGS (Centro de Educação Técnica do Rio Grande do Sul, denominado Instituto Pedagógico), 1964 - CENAFOR (Centro Nacional de Aperfeiçoamento de Pessoal para Formação Profissional de São Paulo sobre denominação CETESP), CETEG (Centro de Educação Técnica da Guanabara), 1966 – CET/UTRAMIG (Centro de Educação Técnica da Universidade do Trabalho de Minas Gerais), 1967 – CETENE (Centro de Educação Técnica do Nordeste), 1968 – CETEAM (Centro de Educação Técnica da Amazonia), CETEB (Centro de Educação Técnica de Brasília) e CETEBA (Centro de Educação Técnica da Bahia). Outro fator que colaborou com a instituição de mais centros foi o convênio entre as Escolas Técnicas e a Comissão Brasileira-Americana de Ensino Industrial (CBAI).

Para Peterossi (1997, p. 101), sobre o Parecer 12/67 do Conselho Federal de Educação (CFE), ampliava essa dicotomia entre professor do ensino médio e professor de ensino médio técnico:

Para justificar a distinção, o Parecer chama a atenção para os termos “educação técnica” e “especial” utilizados no artigo 59 da LDB. “Mais do que preparação ou formação em cursos regulares onde a parte teórica, costuma prevalecer, trata-se de dar aos professores das disciplinas específicas um curso especial de educação técnica, onde, ao lado do conteúdo e de processos didáticos, deve incluir-se toda uma filosofia do desenvolvimento industrial, tão necessária no estágio por que passa atualmente o país. [...] o Temo especial é palavra de duplo sentido. Quando a LDB reserva o termo especial para esse tipo de curso, já não tem em vista somente o conteúdo, mas a modalidade de sua organização especial aqui significa que o curso não se enquadra necessariamente na sistemática comum.”

Com a promulgação da Lei n.º 5.540, de 28 de novembro de 1968, que fixa as normas de organização do ensino superior e sua articulação com a escola média, estabelece que tanto os professores do Ensino Técnico, quanto os professores da chamada Educação Geral deveriam ser formados em cursos de nível superior. Para Peterossi (1997, p. 105-106), a lei não garantia a quantidade necessária de professores na rede de ensino técnico, sendo assim:

A nova exigência legal vai encontrar tanto as universidades, como os estabelecimentos isolados de ensino superior totalmente despreparados para promover a formação dos professores reclamados pelo ensino técnico. Prevendo o possível impasse que poderia ocorrer na oferta de professores, o decreto lei 464 vem complementar a Lei 5540 estabelecendo quem enquanto não houvesse número suficientes de professores, a habilitação seria feita mediante “exame de suficiência”, realizado em instituições oficiais de ensino superior, indicadas pelo CFE.

Durante os governos militares, dos anos de 1960 até meados dos anos de 1980, surgem instituições particulares ofertando formação de professores tanto em nível médio como de nível superior. Gatti (2009, p. 24):

Também vigoravam os exames de suficiência e os cursos de formação complementar de curta duração, para graduados que desejassem lecionar no secundário, e, após as mudanças advindas da reforma do ensino em 1971, nos anos finais do ensino fundamental e no ensino médio. No curso de Pedagogia foram instituídas as habilitações, com formações específicas para administração escolar, orientação educacional, supervisão de ensino etc.

Entre o período de 1958 a 1972, a composição de docentes da unidade de ensino possuía formação no Ensino Médio, principalmente para as disciplinas de Cultura Técnica, na qual estes tinham cargo de professores efetivo, e de formação superior, para as disciplinas de Cultura Geral, com cargo de docente contratado, permanecendo em média um a dois anos no estabelecimento. Outro ponto que podemos levantar, é que a maioria dos professores tinham como local de residência, no bairro da unidade ou em bairros próximos.

2.3.1 Cultura Técnica

O curso de Mestría visava a formação cargos de Mestre para a indústria e para as disciplinas Técnicas e Práticas de Oficina, aptos a exercer uma atividade profissional, conforme sua formação e atendimento das demandas provenientes do mercado. A Lei Orgânica (BRASIL, 1942a), em seu artigo 28, sobre o ensino das disciplinas de Cultura Geral e Técnica e Práticas Educativas, “serão organizados, e periodicamente revistos, programas que deverão conter, além do sumario das matérias, a indicação do método e dos processos pedagógicos adequados”.

Buscando elevar o nível educacional desenvolvido no ensino técnico industrial, o Ministério da Educação e Saúde celebra acordo de cooperação e aperfeiçoamento da educação industrial com a *Inter-American Educational Foundation Inc.* por meio do Decreto-Lei n.º 9.724, de 3 de setembro de 1946. Essa decisão se deve às conferências realizadas entre os anos de 1943 e 1963 entre os países da América Latina (MEC, 1965), que buscavam encontrar soluções aos problemas no desenvolvimento da educação e econômico e social. Foram realizadas três conferências sobre Educação (Panamá, 1943; Lima, 1956 e Bogotá, 1963) e duas sobre Educação e Desenvolvimento Econômico e Social (Punta del Este, 1961 e Santiago, 1962).

A primeira Reunião Interamericana de Ministros da Educação foi realizada no Panamá no final de 1943, recomendava aos governos o desenvolvimento do ensino técnico industrial em todas as categorias (MEC, 1965, p. 12-13):

A Primeira Conferência de Ministros e Diretores de Educação das Repúblicas Americanas, considerando que o pós-guerra trará nova concepção de vida, determinando a participação de número sempre crescente de indivíduos no processo da produção e nas atividades de direção, fiscalização e execução do trabalho organizado; que a mecanização progressiva da indústria, longe de eliminar a mão-de-obra especializada, a tornará cada vez mais exigente, reclamando maior capacidade, maior perfeição no manejo das máquinas, mais tensão psíquica e orgânica, mais destreza e maior senso da responsabilidade; que para a consecução desses objetivos será preciso, por um lado, incorporar o ensino técnico às escolas comuns, estabelecendo nelas um serviço adequado de orientação vocacional, e, por outro, multiplicar as escolas técnicas especiais, mas sem desvirtuá-las com conhecimentos exclusivamente teóricos, desejando-se, ao contrário, que os trabalhos práticos e as experiências em oficinas e laboratórios constituam o eixo de toda a sua atividade; que convém aos países americanos possuidores de enormes riquezas em matérias-primas desenvolver o ensino técnico, pois que a maior capacidade dos trabalhadores corresponderão sempre benefícios positivos para a economia nacional, recomenda:

1. Que nos últimos anos do ensino primário comum a educação-tenha sentido pré-vocacional, capaz de propiciar o descobrimento das aptidões individuais, relacionadas com as atividades produtoras.
2. Que seja multiplicado o número de escolas técnicas especiais, industriais, agropecuárias e comerciais, adaptadas às necessidades específicas de cada região e articuladas com os planos da educação primária e secundária.
3. Que, paralelamente aos sistemas de ensino profissional oficial, se estabeleçam escolas de ensino industrial ou cursos de aprendizagem, comuns a várias fábricas, ou oficinas, ou para cada indústria separadamente, segundo suas possibilidades econômicas; escolas e cursos que serão mantidos com a contribuição direta das empresas e o auxílio do Estado, e dirigido por órgãos próprios nos quais; essas empresas e as autoridades do país estejam representadas.
4. Que no ensino industrial e profissional de todas as categorias predomine a preparação técnica para o trabalho, sem prejuízos das disciplinas de caráter cultural, a fim de favorecer o melhoramento e o desenvolvimento das aptidões e capacidades de cada trabalhador.
5. Que, segundo as possibilidades, se estabeleçam serviços de orientação profissional, que permitam descobrir as aptidões e capacidades dos alunos, e examiná-las para o seu melhor aproveitamento individual e social (4 de outubro de 1943).

O acordo firmado entre o governo brasileiro e governo norte-americano, criava a Comissão Brasileira-Americana de Educação Industrial (CBAI), “onde-se promovia cursos, visitas técnicas e um amplo programa editorial, que atingiam principalmente, diretores e professores das escolas técnicas federais” (CUNHA e FALCAO, 2009), em 1962, a CBAI foi extinta, por iniciativa do governo brasileiro.

Em janeiro de 1951, o Senado Federal edita o Decreto Legislativo n.º 1, no qual aprova o Acordo celebrado a 14 de outubro de 1950, entre o Ministério da Educação e Saúde e o *The Institute of Inter-American Affairs* predecessora do *Inter-American Educational Foundation Inc.*, repartição corporativa do Governo dos Estados Unidos da América, a fim de realizar

programas de cooperação em educação industrial, o programa visava conforme clausula I (BRASIL, 1951):

- a) Estreitar a amizade, promover maior compreensão entre os povos dos Estados Unidos do Brasil e dos Estados Unidos da América e favorecer o bem-estar geral;
- b) Possibilitar atividades educacionais, no setor do ensino profissional do Brasil, através de programas de cooperação;
- c) Estimular e ampliar o intercâmbio de ideias e de processos pedagógicos, no campo da educação profissional.

Para Cunha e Falcão (2009), os projetos desenvolvidos pelo Acordo deveriam beneficiar primeiramente as instituições federais e estaduais, bem como outras instituições brasileiras, devendo atuar sobre os seguintes aspectos clausula II (BRASIL, 1961):

- a) A cessão, por parte do Instituto, de um corpo de especialistas (doravante chamado “corpo de especialistas”) para colaborar na realização do programa;
- b) o planejamento e realização de atividades referentes a: 1. estudo e pesquisas relativos às necessidades educacionais do Brasil, especialmente no que diz respeito à educação profissional e aos recursos para atender a essas necessidades, bem como a formulação, administração e adaptação contínua de um programa adequado para facilitar a satisfação de tais necessidades; 2. meios que permitam a administradores, educadores e técnicos brasileiros irem aos Estados Unidos da América, com o fim de estudar, proferir conferências, lecionar e permutar ideias e experiências com administradores, educadores e técnicos daquele país; 3. realização de programas de treinamento de professores e técnicos do ensino industrial; 4. seleção e orientação educacional e profissional nas escolas de ensino industrial; e 5. aquisição de equipamento, preparação de material de ensino e de auxílios didáticos, bem como prestação de serviços biblioteconômicos.
- c) a utilização de quaisquer outros processos e meios considerados, por ambas as partes, convenientes à realização deste programa de cooperação educacional.

A maior parte dos cursos eram realizados no Rio de Janeiro, São Paulo, Recife e Porto Alegre, onde concentrava-se o aperfeiçoamento dos professores de Ofício e de Cultura Geral, orientando sobre as metodologias de ensino, supervisão de tarefas e as séries metódicas (PETEROSSO, 1997).

A atuação da CBAI, segundo Cunha e Falcão (2009), limitava-se aos seguintes aspectos: Coordenação e difusão por meio de palestras e reuniões com diretores sobre temas administrativos e pedagógicos; Cursos sobre as especialidades artesanais e industriais, além dos cursos de férias sobre organização de programas e processos de ensino, trabalhos nas oficinas, registros acadêmicos, organização do ensino industrial, dentre outros cursos voltados a administração escolar e Publicações. A CBAI durante o período de 1947 a 1961, publicou 124 livros e folhetos, sendo o Boletim da CBAI o instrumento de maior alcance e publicação contínua; e Pedagogia e Ideologia.

Quando a CBAI foi extinta, o governo federal edita o Decreto n.º 53.041/1963, que atribui ao Grupo de Trabalho de Expansão do Ensino Industrial (GTEEI) órgão técnico

vinculado a Diretoria do Ensino Industrial, os serviços técnicos realizado pela CBAI, o rompimento do contrato se deve às dificuldades em implantar os em sua totalidade os programas desenvolvidos pela CBAI, sendo necessário implantar direta ou indiretamente segundo o artigo n.º 1 “convênios com entidades públicas e privadas especializadas, de formação e aperfeiçoamento do pessoal docente, técnico e administrativo para o ensino industrial” (BRASIL, 1963). Em dezembro do mesmo ano, o governo federal publica o Decreto n.º 53.324 que institui o Programa Intensivo de Preparação da mão de obra industrial (PIPMOI).

O programa PIPMOI foi implantado no ano de 1964, previsto para funcionar durante um período de vinte meses, durou até 1982, primeiramente nas áreas que necessitavam maior quantidade de mão de obra qualificada, como a de Mecânica, Transportes, Eletrotécnica, Química e Construção Civil, tendo como objetivo “especializar, retreinar e aperfeiçoar o pessoal empregado na Indústria; habilitar profissionais para a indústria; e preparar pessoal docente, técnico e administrativo para o ensino industrial (MEC, 1971, p. 21). O PIPMOI foi “um mecanismo criado pelo Estado no sentido de institucionalizar, através do poder jurídico, uma atividade já desenvolvida pela CBAI (BARRADAS, 1986, p. 68).

Os treinamento empreendidos pelo CBAI eram, em sua maioria, executados pelas instituições de ensino profissionalizante, os quais mais tarde seriam exercidos pelo PIPMOI, havendo ampla concordância e aceitação de diversos segmentos dos programas executados, além disso, para Barradas (1986, p. 48), “houve plena aceitação por parte dos intelectuais do MEC, das lideranças de formação profissional, bem como das empresas quanto a necessidade urgente de se adestrar um considerável número de trabalhadores para dar continuidade ao processo de industrialização”, ou seja, no campo administrativo e pedagógico nas unidades de ensino, o treinamento e a preparação de docentes, técnicos e administrativos disseminados pelos programas, se deve a problemas de carência de mestres, nas indústrias e também nas escolas, sendo obrigatório a oferta de cursos de Mestria, sendo necessário formar mestres, com o objetivo que os ex-alunos compusessem os quadros nas oficinas, conforme artigo 43 da Lei n.º 3959 (ALESP, 1957):

Aos alunos que concluírem regularmente qualquer um dos cursos ordinários do Instituto Pedagógico do Educação Industrial (I.P.E.I.) serão conferidos os diplomas respectivos, que lhes assegurarão preferência no provimento dos cargos do ensino industrial, correspondente ao curso concluído.

O corpo docente da área técnica da unidade da Penha durante o período de 1958 a 1972 era formado por professores do sexo masculino com formação em Mestria e pertenciam ao quadro de efetivos e contratados. Nos cargos efetivos a maioria dos professores era formado

em Mecânica de Autos ou Máquinas (quadro 16) sendo que alguns permaneceram até o ano de 1981 na função.

Quadro 16: Professores Efetivos (1952 – 1981)

Nome	Natural		Nasc.	C. Mestria	Inst.	Nomea.	Cargo	Adm	Desl
A.S.C	Amparo	SP	19/02/1933	Mec. de Máq.	E.T.G.V	23/03/1960	Mec. de Máquinas	1952	1984
B.B.L	Itatinga	SP	22/03/1924	Máq. e Mot.	E.T.A ²⁶	30/03/1959	Mec. de Autos	1959	1984
C.A.F.S	Alegrete	RS	27/08/1918	Mec. de Maq.		26/02/1959	Mec. de Máquinas	1959	1961
D.F.R.	Jurucê	SP	22/08/1933	Mec. de Auto.	E.I.J.M.S. ²⁷	25/05/1959	Mec. de Autos	1959	1977
J.S.F	Piracicaba	SP	15/03/1931	C. Maq. e Mot.	Senai	13/11/1959	Mec. de Autos	1959	1966
T.L.C	Mococa	SP	05/12/1911	Ferramentaria		14/05/1959	Mec. de Autos	1959	1981

Fonte: Prontuário de funcionários (adaptado pelo Autor)

Quanto aos professores contratados (quadro 17), também com formação em Mestria, durante o período de 1959 a 1960, o de Ajustagem Mecânica, e após a implantação do curso de Aprendizagem e Desenho Técnico os professores de Desenho Técnico, somente o professor S.F.B. de Desenho Técnico Mecânico permaneceu por um período superior a um ano.

Quadro 17: Professores Contratados (1959 – 1965)

Nome	Natural		Nasc.	C. Mestria	Inst.	Nomea.	Cargo	Adm	Desl.
J.F.B	São Simão	SP	31/08/1934	Mec. Máq.	E.I.R.P.	16/12/1959	Aj. Mecânica	1959	1960
S.F.B	São Paulo	SP	21/09/1924	Ent. Artística	I.P.S.P	07/13/1963	D. T. Mec.	1963	1971
N.L.C.	São Paulo	SP	31/05/1926			17/08/1964	D. T. Mec.	1964	1965

Fonte: Prontuário de funcionários (adaptado pelo Autor)

No ano de 1962, os professores do curso extraordinário em Mecânica de Automóveis em parceria com a CBAI, por meio do Projeto de Coordenação do Treinamento Intensivo de Pessoa da Indústria (PCTPI) ministraram cursos especiais de Mecânica de Automóveis no período noturno²⁸, nas seguintes especialidades: Afinação de Motores, Alinhamento de Rodas

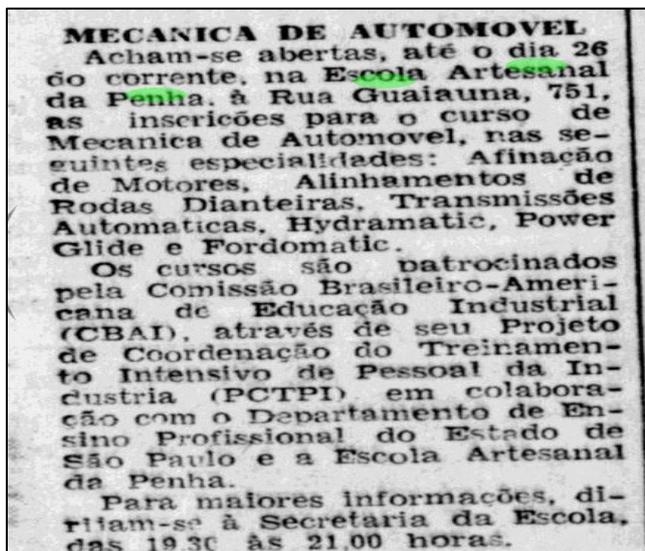
²⁶ Escola Industrial Antartica – criada em 1943 como E. Pré-Voc. Pres. Getúlio Vargas pela Fund. Zerrenner, Agua Branca, destinada a filhos de funcionários da Cia Antartica e a comunidade da região, no ano de 1950 a E.V. Antartica passa a se chamar Escola Industrial Antartica com o currículo técnico abrangendo os cursos de Eletrotécnica, Mecânica, Construção de Maquinas e Motores, Desenho de maquinas e Química Industrial, continha também uma seção feminina que ministrava cursos de Arte culinária, Aproveitamento de materiais, Corte e costura e Cultura em geral, os cursos eram devidamente reconhecido pelo governo federal (SOUZA, 2017).

²⁷ A Escola Industrial de Ribeirão Preto – criada em 30 de junho de 1927 na cidade de Ribeirão Preto, em 1946 passa a denominar-se Escola Industrial "José Martiniano da Silva", oferecendo ensino industrial básico para os cursos de Fundição, Máquinas e Instalações Elétricas, Mecânica de máquinas e Corte e costura.

²⁸ Movimentação financeira da O.C.E indica o recebimento de CR\$550,00 dos alunos do período noturno, ou seja estes cursos já eram oferecidos antes da doação dos motores.

Dianteiras, Transmissões Automáticas, Hidramatic²⁹, Power Glide³⁰ e Fordmatic³¹. Não foram encontradas informações destes cursos nos arquivos da unidade escolar, somente temos informação da divulgação realizada no ano de 1961 no jornal o Correio Paulistano (figura 25).

Figura 25: Jornal Correio Paulistano sobre cursos de Mecânica de Automóveis (1961)



Fonte: Correio Paulistano (1961, p. 8)

A implantação dos cursos especiais de Mecânica de Automóveis se deve a doação (figura 26) realizada em agosto de 1961, pela empresa do ramo da indústria automobilística *Willys Overland* do Brasil, que doou e entregou dois motores um “Renault” e outro “Willys” para a EAP, dentro do projeto de Coordenação do Treinamento do Pessoal da Indústria, instituído pela Comissão Brasileira-Americana de Educação Industrial (CBAI) e com cooperação do Conselho Consultivo de Mecânica do Automóvel (CORREIO PAULISTANO, 1961, p. 8):

WILLIS CONTRIBUI COM 2 MOTORES PARA CURSOS ESPECIALIZADOS PARA MECANICOS. Foi a *Willys-Overland* do Brasil a primeira indústria automobilística a doar e entregar dois motores de sua fabricação aos Cursos Especializados para Mecânicos, dentro do Projeto de Coordenação do Treinamento Intensivo do Pessoal da Industria, instituído pela Comissão Brasileiro-Americana de Educação Industrial (CBAI) e com cooperação do Conselho Consultivo de Mecânica do Automóvel. Os dois motores, um “*Renault*” e outro “*Willys*” foram entregues em ato realizado na Escola Artesanal da Penha, onde estão desenvolvendo os cursos noturnos de Afinação de Motores, Caixa de Transmissão Automática e Alinhamento das Rodas Dianteiras (esse último a iniciar-se). Esses cursos, destinados ao aperfeiçoamento de mecânicos, realizam-se a noite, três vezes por semana, nas instalações da Escola Artesanal da Penha, cedida para esse fim pelo Governo do Estado. São ministrados sob a supervisão do diretor, sr. Mario Augusto Martins, e por quatro instrutores. O curso de Afinação de Motores terá a duração de 198 horas e o de

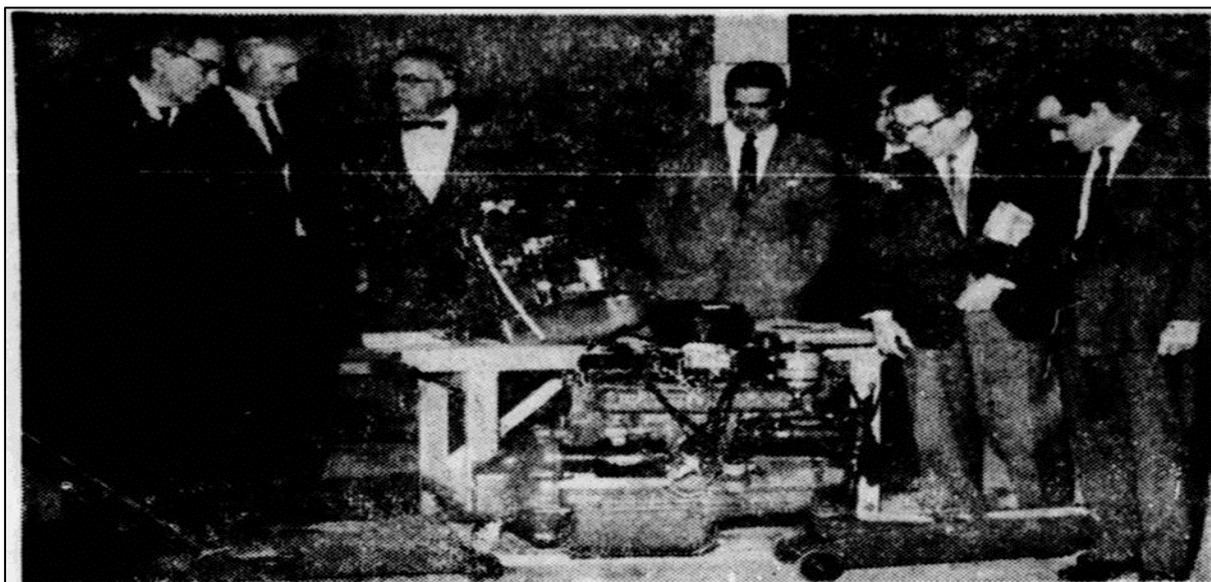
²⁹ Hydra-matic – General Motor: primeiro sistema de câmbio completamente automático.

³⁰ Power Glide – Chevrolet: sistema de transmissão.

³¹ Ford-matic – Ford: câmbio manual de três marchas ou automático.

Transmissão Automática de 117 horas. Estiveram presentes a entrega de motores da *Willys-Overland* do Brasil, seus representantes, srs. Albert G. Lohr, professor Carlos Greilet Netto, Luiz Carlos Prado e Edmundo Rossi. Representaram a CBAI, os srs. Marcos Pontual codiretor, técnico Robert Goulet e J.C. Nobrega, coordenador além de outras pessoas. Após a entrega o sr. Marcos Pontual agradeceu a diretoria da *Willys-Overland* e sua contribuição, congratulando-se com essa empresa, que nunca se furtou a maior colaboração em prol do ensino industrial. A doação da *Willys*, salientou s.s., é ponto vital para o êxito dos cursos. Na gravura, representantes da *Willys* ao efetuarem a entrega dos dois motores aos Cursos Especiais sobre Mecânica.

Figura 26: Gravura de doação de motores automotivos *Willys-Overland* (1961)



Fonte: Correio Paulistano (1961, p. 8)

Conforme Barradas (1986), o PCTPI foi estabelecido pela parceria entre o Estado de São Paulo, a CBAI e a Diretoria do Ensino Industrial do Ministério da Educação e Cultura, uma clara demonstração de cooperação entre os dois países no desenvolvimento do ensino profissional, uma vez que se buscava capacitar e qualificar a mão-de-obra, devido à escassez de força de trabalho qualificada.

Publicada em 1961, a Lei n.º 4.024, fixava as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, segundo o artigo 38, definia que a organização do ensino de grau médio deveria observar as normas, entre elas o “cumprimento dos programas elaborados tendo-se em vista o período de trabalho escolar”. Quanto ao programa de trabalho escolar, durante o período de 1961 a 1969, não foi encontrado nos arquivos do GIPAG nenhum registro do programa adotado nos cursos de Aprendizagem em Mecânica de Automóveis, ou mesmo no Ginásio Industrial e Desenho Técnico. Somente a partir de 1969, é identificado nas pastas dos professores o Plano de Trabalho Docente (Anexo H) dividido em três partes, sendo a primeira padronizada para todos os professores, desenvolvendo atividades como a orientação a alunos/pais, reuniões de

planejamento e atividades escolares, e a colaboração com a direção e a preparação de aulas de recuperação.

A parte II, sobre o desenvolvimento dos trabalhos, refere-se ao planejamento das atividades conforme a carga horária atribuída ao professor e os locais em que as atividades poderiam ser realizadas, em sala de aula, sala dos docentes ou na oficina. Quanto aos objetivos, técnicas e avaliações foram encontradas os registros de forma padronizada em quase todos os registros dos professores efetivos: Objetivos: Alcançar maior rendimento escolar; b) Dar ao equipamento das oficinas condições de serem utilizados; c) Evitar interrupções no trabalho. d) Evitar acidentes; e) Maior entrosamento na aplicação dos trabalhos escolares. Técnicas: a) Planejamento das aulas práticas; b) Reparos nos equipamentos e máquinas; c) Suprir deficiências do local de trabalho. d) Preparação de ferramentas; e) Coordenação dos trabalhos escolares. Avaliação: o professor apresentara relatório mensal das atividades que serão julgadas e servirão para instruir, relatório semestral da Diretoria.

Para o desenvolvimento das técnicas, práticas e preparação das ferramentas para disciplinas de Cultura Técnicas, realizadas na Oficina Mecânica e Industrial, seriam necessários equipamentos e recursos materiais. Além dos motores doados pelo convenio com a CBAI, não encontramos o inventário dos equipamentos e maquinário disponível na unidade. Durante o ano de 1966 e 1972, foram adquiridos materiais por meio dos fundos pelo O.C.E e A.P.M, que devem ter sido utilizados pelos professores da área técnica, nas atividades desenvolvidas na Oficina, para as aulas práticas de reparo de equipamentos e máquinas (Quadro 18).

Quadro 18: Compra de materiais de reparo (1966-1972)

Data	Fornecedor	Local	Quant.	Unid.	Material	Valor
23/11/1966	Casa Modelo	Penha	7	Unid.	Pistões	2,80
26/05/1968	Ferragista Radiosil	Penha	2	Unid.	Molas	0,70
06/09/1968	Salus Comercio de Filtros	Brás	2	Unid.	Talha Salus 220	52,00
	Salus Comercio de Filtros	Brás	1	Unid.	Filtro Salus 541	15,00
	Salus Comercio de Filtros	Brás	1	Unid.	Tampa p/ filtro 541	2,50
	Salus Comercio de Filtros	Brás	1	Unid.	Vela Salus 602	1,90
03/10/1970	Sostenes P. Autorizado	Penha	1	par	Molas	2,50
05/05/1971	Casas Gomes	Sé	1	par	Óculos	81,00
04/06/1972	Gufer Com. Ferro e Aço	Penha	12,5	kg	Chap. de Ferro 3/16	21,25
07/08/1972	Auto Posto Michel	Penha			Gasolina	20,00
TOTAL						NCr\$199,65

Fonte: Registros da O.C.E e A.P.M. (Adaptado pelo autor)

Apesar de constar no plano de trabalho docente, a necessidade de evitar acidentes nas atividades práticas desenvolvidas na oficina mecânica e industrial, os registros da O.C.E. demonstram a aquisição de materiais simples como gases, algodão, esparadrapos e antissépticos (Quadro 19), para o atendimento de ocorrências em decorrência de pequenas quedas, ferimentos dentre outras situações, além de remédios para dores de cabeça ou resfriado. Apesar destes cuidados, ocorreram alguns acidentes na unidade, havendo a necessidade de transportar o aluno até um hospital, dentre eles, podemos citar o evento ocorrido em 23 de março e 18 de abril de 1966, no entanto, os registros não informam o tipo de acidente ocorrido.

Quadro 19: Compra de materiais para primeiros socorros (1966-1967)

Data	Fornecedor	Local	Quant.	Unid.	Material	Valor
1966 e 1967	Droga Nova	Penha	3	Unid.	Mercúrio	22,00
			5	Unid.	Mertiolate	36,00
			3	Unid.	Iodo	24,00
			2	Unid.	Algodão	13,60
			2	Unid.	Esparadrapo 1x5	67,50
			2	Unid.	Esparadrapo 38/45	28,00
			20	rolo	Gases 8cc	32,00
			70	Unid.	Cibalena	45,00
			55	Unid.	Melhoral	57,50
			1	Unid.	Sedomase	16,75
			6	litros	Álcool	3,00
			3	pacotes	Algodão 200g	42,00
			1	Unid.	Pomada Piato	50,00
TOTAL						NCr\$437,35

Fonte: Registros da O.C.E (Adaptado pelo autor)

2.3.2 Cultura Geral

Em 1956, é realizada a segunda Reunião Interamericana de Ministros da Educação, realizada em Lima no Peru, que demonstrada que a escassez de professores, excedia o número de graduados em institutos de formação docente, sendo recomendado aos Governos dos Estados-membros conforme a conferência a formação de professores (MEC, 1965, p.49-50):

1. Que no planejamento integral da educação procurem o incremento e a melhora dos centros de formação do pessoal docente.
2. Que deem atenção especial às escolas normais superiores, faculdades de pedagogia e demais institutos onde se prepare o pessoal docente e de direção de escolas normais.
3. Que adotem as medidas destinadas a elevar o nível profissional do magistério.

4. Que garantam condições satisfatórias relativamente à estabilidade, remuneração, consideração social e às oportunidades de aperfeiçoamento e de promoção.
5. Que equiparem o nível de preparação e as condições profissionais dos professores rurais e urbanos.
6. Que estabeleçam um sistema de compensações para estimular o exercício da docência em zonas rurais.
7. Que façam a revisão do plano de formação de professores para conseguir a distribuição adequada dos centros normais, para fomentar a criação dos centros necessários e para estimular a vocação para o magistério.
8. Que assegurem o exercício da docência aos professores que tenham recebido a preparação profissional.
9. Que intensifiquem as atividades relacionadas com o aperfeiçoamento profissional dos professores em exercício.
10. Que procurem celebrar Seminários nacionais e internacionais sobre a formação do professorado

No Brasil, as universidades eram divididas em quatro seções: Filosofia, Ciências, Letras e Pedagogia, padrão nas universidades brasileiras, e seguia o modelo da Faculdade Nacional de Filosofia, criada em 1939. O bacharel em Pedagogia se habilitava em licenciatura para docência no ensino secundário com uma seção especial de Didática. Este padrão, inicialmente em São Paulo e no Distrito Federal se disseminaram para os outros entes da federação.

Segundo o artigo n.º 59, da Lei n.º 4.024, os professores para o Ensino Médio, deveriam ter formação feita nas faculdades de Filosofia, Ciências e Letras e de professores de disciplinas específicas do ensino médio técnico em cursos especiais de educação técnica. Segundo o Parecer n.º 371/1963, da Câmara de Ensino Primário sobre os Orientadores ou Mestres de Práticas Educativas não se enquadram neste artigo, conforme os motivos:

- a) O artigo acima não modificou substancialmente a não ser no seu inciso final, as exigências anteriores, consignadas na Lei Orgânica, ora o Decreto-Lei n.º 8.777/1946, que regulamentava o registro de professores de grau médio, só dispunha sobre registro de “disciplinas”.
- b) O contexto do próprio artigo n.º 59 da LDB se refere a disciplina mais do que as práticas; tanto assim que, após falar de professores para o “ensino médio, acrescenta que, para as “disciplinas específicas no ensino médio técnico, os professores se formarão em cursos especiais de educação técnica;
- c) Em nenhum artigo da LDB, se organiza ou restringe a lista de práticas educativas que a escola pode escolher; tem elas o âmbito mais largo. Deste modo, não há possibilidade de formação em cursos regulares das faculdades de filosofia por exemplo para todas as atividades regionais típicas, que convém preservar e que a escola pode eleger como práticas do seu currículo;
- d) A formação pedagógica e didática, utilíssima e recomendável, se fara gradualmente “dentro das necessidades e possibilidades locais” (art. 44 § 2º), nas próprias escolas, em cursos volantes promovidos pelo MEC ou organizados nas faculdades da região;
- e) Naturalmente quando há cursos específicos no setor das práticas educativas escolhidas, deve-se dar preferência ao que tenham tais cursos, como acentuou o Parecer 214/1963 sobre o professor de atividade teatral, parecer várias vezes citado aqui. Assim práticas como datilógrafos, técnicas comerciais, etc. poderão requer no professor a qualificação exigida pelo art. 59 da lei. Mas ainda nestes casos cumpre evitar toda rigidez formal no processo de autorização, a fim de não afastar elementos que seriam de grande valia para a escola

Sendo assim, “até que se formassem os professores necessário para as diversas matérias da parte de formação especial, as escolas valer-se-iam dos professores disponíveis e com algumas práticas nessas áreas, é o que prevê o artigo 77 da Lei n.º 5.692/71 (CARAYON, 1987, p. 208), conforme parecer n.º 339/72, atendendo a regra do Parecer n.º 371/1963.

Obedecendo LDB de 1961, quanto as atribuições do Conselho Federal de Educação, tendo em vista os artigos n.º 9, alínea e, e 46, §2º, no qual se indica as disciplinas obrigatórias que constituirão o sistema de ensino médio de primeiro e segundo ciclo, sendo Português (sete séries), História e Matemática (seis séries), Geografia (cinco séries), Ciências (sob a forma de iniciação a Ciência, 2 séries, sob a forma de Ciências físicas e biológicas, 4 séries). Complementando as disciplinas obrigatórias: Desenho e Organização Social e Política Brasileira, ou Desenho ou uma Língua Estrangeira Moderna, dentre outras configurações. Quanto às disciplinas optativas no ciclo ginásial: Língua Estrangeira Moderna, Música (Canto Orfeônico), Artes Industriais, Técnicas Comerciais e Agrícolas. Também conta como disciplina obrigatória Educação Física, poderão ser consideradas Práticas Educativas: Educação Cívica, Educação Artística, Doméstica, Artes Femininas e Industriais.

Diferentemente dos professores de Cultura Técnica, em que a maioria dos professores pertencia ao quadro efetivo da unidade, os professores da Cultura Geral eram em sua maioria professores contratados. Foram encontradas quarenta e sete pastas de professores, lecionando as diferentes disciplinas oferecidas, sendo somente quatro professores com contrato efetivo³² ou estável³³ e os outros foram contratados em diferentes períodos durante a permanência da unidade a Rua Guaiaúna.

As professoras efetivas, que garantiram direito a estabilidade foram a professora do Curso Preparatório e professora de Português. A disposição da Escola Industrial da Penha desde 1964 a 1970, a professora do Curso Preparatório era efetiva e lotada no Grupo Escolar “Santos Dumont” no bairro da Penha, a professora normalista D.G.T, era responsável pelo Curso Preparatório de Admissão aos cursos oferecidos na unidade. M.L.S.C admitida em 1957 e efetivada no cargo de professora de Português no ano de 1964, formada pela Escola Normal Livre Santo André de Jaboaticabal (1950), era Licenciada em Letras Neolatinas pela Faculdade de Filosofia do Instituto “*Sedes Sapientiae*” em 12 de dezembro de 1954. A professora bacharel em Canto Orfeônico, formada pelo Conservatório Est. de Canto Orfeônico do Instituto de Educação Caetano de Campos e o professor licenciado em Educação física pela Escola Superior de Educação Física de São Paulo, eram professores estáveis (quadro 20).

³² Efetivo: é a estabilidade em um cargo, por aproveitamento, no cargo de professor primário.

³³ Estável: direito de permanência no serviço público.

Quadro 20: Professores Efetivo/Estável (1957 -1977)

Ident.	Sexo	Natural		Nasc.	Nomeado	Cargo	Adm.	Desl	Res.
M.L.S.C.	Fem.	Sta. Adélia	SP	23/11/1932	11/03/1964	Português	1957	1977	Cambuci
A.F.	Fem.	São Paulo	SP	13/12/1924	28/08/1962	C. Orfeônico	1962	1971	Belém
E.S.R.	Fem.	Lins	SP	20/03/1935	01/08/1962	Ed. Física	1962	1972	Penha

Fonte: Prontuário de funcionários (adaptado pelo Autor)

A Educação Física integrava todos os níveis de ensino, além de estar presente fora do ambiente escolar, em atividade de lazer e recreação. Segundo o C.F.E (1968) por meio da Educação Física, “prepara-se a juventude para os seus deveres de cidadania e também se oferece a oportunidade para boa utilização do lazer. Isso sem falar que ela é elemento indispensável a saúde, ao desenvolvimento harmônico do corpo, refletindo-se, também, no espírito”. Esta demonstração de cidadania e seu desenvolvimento de espírito, era manifestado nos eventos realizados no Estádio do Pacaembu (São Paulo, Capital), em comemoração ao aniversário da Independência. Encontramos recibos de transporte nos anos de 1964 e 1965, relativos a treinamento relacionados com a demonstração de Educação Física na Semana da Pátria. Em agosto de 1972, a empresa T.T.P – Transporte, Turismo Penhense Ltda, emite recibo no valor de Cr\$1.200,00 (Um Mil e Duzentos Cruzeiros), referente a prestação de serviços de transporte de alunos nos dias (Quadro 21):

Quadro 21: Número de partidas para o estádio do Pacaembu (1972)

Dia	Horário	Destino	N.º Ônibus
22/ago.	13h	Pacaembu	2
23/ago.	08h	Pacaembu	2
24/ago.	13h	Pacaembu	2
25/ago.	08h	Pacaembu	2
26/ago.	13h	Pacaembu	2

Fonte: Arquivos da A.P.M (Adaptado pelo autor)

Em comemoração ao 150º aniversário da independência, mais de vinte mil alunos, participaram do evento entre os dias 23 de agosto a 26 de agosto, realizando demonstrações de ginástica e coral, interpretando “Canção do Expedicionário”, o “Cisne Branco” e “Canção dos Aviadores”, além do Hino Nacional (ALMEIDA,2009). No dia 26 de agosto, segundo Diário Oficial do Estado de São Paulo (1972, p. 1), houve uma concentração cívica de estudantes no Pacaembu, a matéria descreve a rigidez no comprimento do programa das festividades:

A apresentação de um coral de vinte mil vozes será o ponto alto das festividades de hoje, sábado, no Estádio do Pacaembu, a partir das 14 horas, em sequência a

programação oficial dos festejos do Sesquicentenário da Independência. Além do coral, seis mil estudantes da Capital farão demonstrações de ginástica, em duas turmas a primeira formada exclusivamente por meninas, e a segunda, de estudantes do sexo masculino. As festividades no Pacaembu deverão se encerrar as 17 horas. De início, a programação estudantil para as 14 horas a execução das marchas pelas bandas militares, doze minutos após, a chegada das autoridades, coro orfeônico. As 14h30, chegada ao Estádio do governador Laudo Natel e do presidente da Comissão Estadual dos Festejos do Sesquicentenário, sr. Pedro de Magalhães Padilha. As 14h35, coro orfeônico; 14h40, entrada de colegiais em desfile; 15h40, entrada do Pavilhão Nacional; 15h45: Hino Nacional a ser cantado por coro orfeônico; 15h50: salva de artilharia, entrada do melhor atleta do Campeonato Colegial do DEFE, com a tocha para acender a pira olímpica, além de uma revoada de pombos. As 16 horas, coro orfeônico; as 16h10: demonstração de ginástica, grupo feminino; 16h40, coro orfeônico com a “Marcha do Sesquicentenário da Independência”; 16h45, demonstração de ginástica com grupo de estudantes do sexo masculino.

Essas atividades entre outras encontram-se descritas nos planos Plano de Trabalho Docente: Português/Canto Orfeônico/Ed. Física (EF): Objetivos: a) Alcançar maior rendimento escolar; b) Promover o trabalho de equipe; c) Desenvolver a parte psicotécnica; d) Maior intercambio entre alunos de todas as series (EF); e) Desenvolvimento do espírito esportivo (EF). Técnicas: a) Planejamento das aulas; b) Motivação; c) Estudo dirigido; d) Seleção de alunos (EF); e) Aplicação dos ensinamentos ministrados (EF). Avaliação: o professor apresentara relatório mensal das atividades que serão julgadas e servirão para instruir relatório semestral da diretoria.

Nos registros da professora de Canto Orfeônico, de 20 de fevereiro de 1970, encontra-se plano de trabalho docente escrito à mão sobre matéria de Canto Orfeônico, descrevendo a programação semanal: 1) Preparação de solenidades cívicas artísticas e esportivas ou festividades ligadas a vida do estabelecimento do bairro ou da cidade; 2) Conjunto orfeônico; 3) Reunião de alunos com palestras ilustradas com cartazes e gravações; e 4) Reuniões de professores para planejamento de atividades técnico-pedagógicas.

Mensalmente, os professores deveriam apresentar o relatório das atividades extraclasse desenvolvidas pelos professores, na pasta do professor de Educação Física encontra-se o registro de agosto de 1969 com os trabalhos realizados: 1) 15/08: 13:00 as 15:00: competição poliesportiva entre escolas industriais. Preenchimento de fichas de inscrição das equipes de futebol de salão e bola ao cesto; 2) 16/08: 08h às 09h: planejamento para os treinos das equipes de bola ao cesto e futebol de salão; 3) 22/08: 13h as 15h: preenchimento de fichas de alunos transferidos. Preparação das aulas de bola ao cesto; 4) 23/08: 08h as 09h: preparação das aulas de futebol de salão; 5) 29/08: 13h as 15h: desenhos relacionados aos fundamentos de bola ao cesto. Sequência pedagógica de bandeja, arremesso a cesta, marcação por zona; 6) 30/08: 08h as 09h: encerramento das cadernetas de chamadas. Entrega das papeletas de faltas; 7) 30/08:

13h as 15h: reunião com os alunos a respeito do uniforme de bola ao cesto (cor, modelo etc.).
Planejamento dos treinos (continuação): bola ao cesto e futebol de salão.

Até a data de 01 de abril de 1970, as aulas de Educação Física eram ministradas nas dependências do Clube Esportivo da Penha ³⁴ a um quilometro e meio da unidade, devido à escola não possuir local adequado para a realização das atividades, conforme relato do professor, os alunos deveriam comparecer ao estabelecimento no horário das aulas, efetuando o registro de presença e realizar os exercícios que forem possíveis, até que outra solução seja dada para o caso. Em outro registro, de 04 de agosto de 1971, o professor cita o Centro Educacional Esportivo da Moóca³⁵ (sete quilômetros de distância), local onde as aulas ocorreriam, em que o docente solicita a mudança de horário das aulas de Educação Física, em virtude das comemorações da Semana da Pátria, devido à falta de espaço da escola, tornando-se impossível o ensaio dos alunos para a demonstração no dia 5 de setembro no Estádio Paulo de Carvalho, no Pacaembu.

Fundado em 1930, o Clube Esportivo da Penha se destaca como importante referência no cotidiano da população penhense. Destacando os esportes aquáticos, como remo e natação, além de bola ao cesto (basquete), boxe e futebol realizados nas quadras poliesportivas (JESUS, 2006). Fundado em 1876, o Centro Educacional Esportivo da Moóca, no local abrigava o antigo Jôquei Clube da Moca, tendo suas atividades encerradas em 1941, e suas pistas adaptadas para campo de futebol e utilizado para festas populares e comemorações cívicas, em 1959, o prefeito inaugura as novas dependências do centro educacional e esportivo.

Quanto aos professores contratados, será utilizada a divisão de professores graduados e em formação. A segunda divisão quanto à disciplina ministrada: Português e Inglês, Matemática, Ciências, História, Geografia, Educação Moral e Cívica, Ed. Física e Canto Orfeônico.

³⁴ Clube Esportivo da Penha: fundado por Plínio A. de Camargo, em 01/01/1930, tinha como propósito reunir “aficionados e amadores interessados nas mais diversas práticas esportivas. O clube ficava entre o Ramal Poá da Central do Brasil e as margem do rio Tiete, onde se praticava remo, natação, salto e pescaria (JESUS, 2006).

³⁵ Clube Esportivo da Mooca: chamado de Hipódromo Prado, Centro Educacional, Distrital, Parque da Mooca, Clube Escola Mooca, atualmente, Centro Educ. e Esp. Salim Farah Maluf, rua Taquari nº 635. Originalmente, 1876, abrigava o Jôquei Clube da Mooca, o qual encerrou suas atividades em 1941. Depois disso a pista de corridas foi adaptada para campo de futebol e espaços ocupados para festas populares e comemorações cívicas. Inaugurado em 1959 na gestão do pref. Adhemar de Barros, o CEE ocupa área de 140 mil m². (PORTAL DA MOOCA, 2019).

2.3.2.1 Professores Português/Inglês

Quadro 22: Professores Português/Inglês (1963 – 1972)

Ident.	Sexo	Local Nasc.		Nasc.	Cargo	Adm	Desl	Res.
E.C.B.J	Masc.	Dourado	SP	10/05/1921	Português	1966	1968	Penha
A.F.A.G	Fem.	V. G. do Sul	SP	26/06/1938	Português	1963	1964	Consolação
L.G.G.	Masc.	Pontal	SP	25/07/1931	Inglês	1963	1964	República
Z.F.	Fem.	São Paulo	SP	17/03/1937	Port./Inglês	1968	1968	Penha
A.M.M.	Masc.	Mirandópolis	SP	20/06/1944	Port./Inglês	1970	1972	Penha

Fonte: Prontuário de funcionários (adaptado pelo Autor)

Durante o período, foram identificados cinco professores que lecionavam a disciplinas de Português e Inglês (quadro 22), sendo em sua maioria graduados nos respectivos cargos, com exceção do professor E.C.B.J, professor Normalista, formado pela Escola Guilherme de Almeida (quadro 23).

Quadro 23: Formação dos professores de Português/Inglês

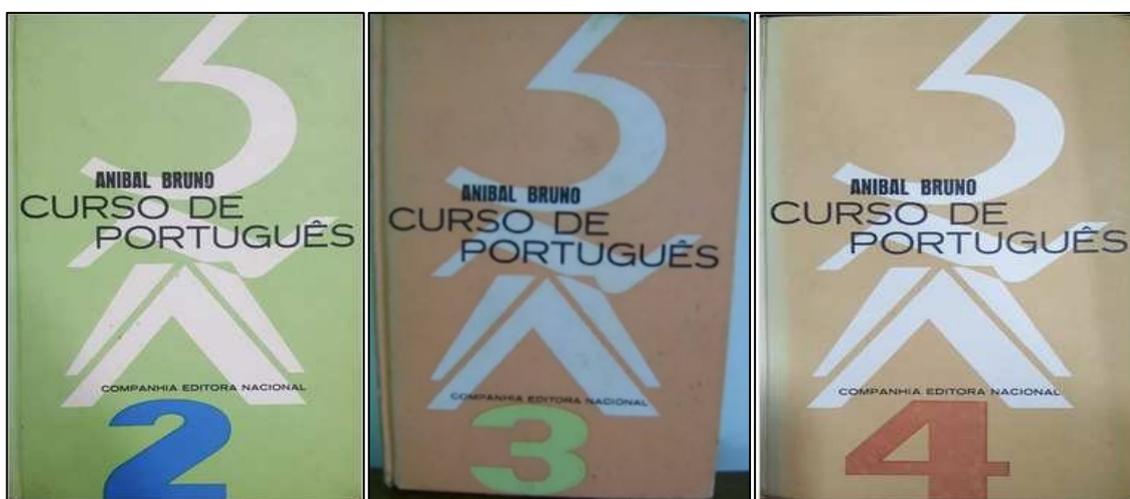
Ind.	Título	Curso	Instituição
E.C.B.J	Científico	Normal	Escola Guilherme de Almeida
A.F.A.G.	Bacharel	Direito	Fac. Católica de Campinas
L.G.G.	Licenciado	Letras: Anglo-germânicas	Fac. de Ciências e Letras de Campinas
Z.F.	Licenciado	Letras: Anglo-germânicas	Univ. Mackenzie/Fac. de Filosofia, Ciências e Letras
A.M.M.	Licenciado	Letras: Português/Inglês	Fac. de Filosofia, Ciências e Letras de Mogi das Cruzes

Fonte: Prontuário de funcionários (adaptado pelo Autor)

O Plano de Trabalho Docente: Português (1969-1970), disponível nos registros de prontuário dos professores descreviam os objetivos, técnicas e métodos de avaliação que seriam utilizados durante o ano letivo: Objetivos: a) Alcançar maior rendimento escolar; b) Despertar no aluno, interesse pelo idioma; c) Capacitar o aluno no manejo do mesmo (sic); d) Possibilitar o reconhecimento de dons inatos. Técnicas: a) Planejamento das aulas; b) Estudo dirigido; c) Desenvolvimento da capacidade de pesquisa; d) Motivação. Avaliação: o professor apresentara relatório mensal das atividades que serão julgadas e servirão para instruir relatório semestral da diretoria.

No ano de 1966, a Companhia Editora Nacional emite nota fiscal para a venda de livros para O.C.E., adquirindo dez unidades do livro Curso de Português (Figura 27), do autor Aníbal Bruno³⁶, sendo duas unidades para o primeiro ano, sete para o segundo ano e uma para o terceiro ano do ginásio, todos com o valor unitário de Cr\$1.050,00 (Um mil e Cinquenta Cruzeiros). Nos registros da O.C.E. somente encontramos uma única aquisição de livros de Português, e pela pequena quantidade de livros adquiridos, podemos supor à falta de recursos financeiros das famílias dos alunos, cabendo encontrar outra forma para a sua aquisição, como a compra de livros usados ou mesmo doados por alunos de outras series.

Figura 27: Capa do livro: Curso de Português – Aníbal Bruno



Fonte: Estante Virtual (2022)

Quanto ao despertar no aluno, o interesse pelo idioma, foi encontrada nota fiscal de aquisição de exemplares da Coleção Bom Livro no ano de 1972 pela A.P.M de 1972, adquiridos da Livraria Agir Editora, pelo valor de NCr\$17,50 (Dezessete Cruzeiros Novos e cinquenta centavos). A Coleção Bom Livro (figura 28), editado pela Editora Ática, é uma série de clássicos da literatura brasileira, dentre eles, o Triste Fim de Policarpo Quaresma -Lima Barreto, Iracema – José de Alencar, O Seminarista – Bernardo Guimarães e A mão e a Luva – Machado de Assis, entre outros títulos. Na mesma nota encontra-se a compra de um exemplar do livro Vinte Mil Léguas Submarinas, de Júlio Verne, pelo valor de NCr\$14,00 (Catorze Cruzeiros Novos), possivelmente editado pela Edições de Ouro, com tradução de Paulo Mendes Campos de 1970.

³⁶ Aníbal Bruno (1889-1976): Bacharel em Ciências e Letras, pelo Ginásio Pernambucano, Doutor em Direito pela Fac. de Direito do Recife e Dr. em Medicina pela Fac. de Med. do Recife, jamais exerceu, dedicando-se totalmente ao magistério. Como professor foi: Catedrático Interino, Docente Livre da Fac. de Direito do Recife; Catedrático de L. Portuguesa, da Escola Normal Oficial do Estado; Docente Livre do Ginásio PE; Prof. da Escola Normal Pinto Júnior, da Escola de Aperfeiçoamento e do I.E. de PE, e da Fac. de Fil. e Ciências Sociais. Foi, ainda, Diretor da Escola Normal Oficial. Publicou vários trabalhos na área do Direito, da Medicina, da Língua Portuguesa e sobre Educação, onde se destaca o seu Programa de Política Educacional, em 1935. (Cf. Cavalcanti,1986, p.165)

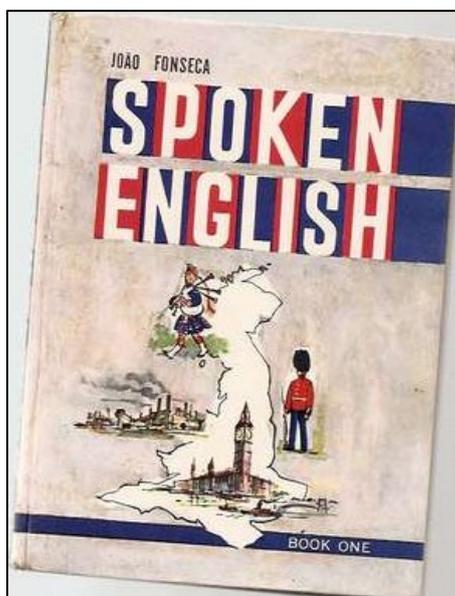
Figura 28: Coleção Bom Livro – Editora Ática



Fonte: Estante Virtual (2022)

Para a disciplina de língua Inglesa, foi adquirido um exemplar do livro Spoken English One (figura 29), do autor Joao Fonseca, que segundo Borba (2008), foi um dos autores de maior sucesso nos cursos ginasiais, sendo utilizados a partir da década de 1950. O livro foi editado e adquirido pela Companhia Editora Nacional, possuía três volumes, um para cada série do ginásio.

Figura 29: Capa do livro: Spoken English: Book One (João Fonseca)



Fonte: Estante Virtual (2022)

2.3.2.2 Professores Matemática

A disciplina de Matemática estava presente nos cursos extraordinários e ordinário de Aprendizagem, Curso Industrial Básico e Desenho Técnico, sendo distribuído em todas as

séries dos cursos, com uma carga horária de três horas semanais. Segundo a tese do professor Celso Gonçalves e Joacy de Abreu Lima, nos Anais do III Congresso Brasileiro do Ensino de Matemática (MEC, 1959), além de importante função formativa, a “Matemática nos cursos industriais, deve ser encarada como instrumento imprescindível a solução de problemas que os aprendizes encontrarão durante o curso”, e durante a sua vida técnico-profissional.

Durante o Congresso, os professores Walfrido Leocádio Freire e Jose Maria Valente Ferreira (MEC, 1959, p. 224), sugerem um programa mínimo para a disciplina de Matemática, nos cursos Industriais Básicos. Tal programa tinha como principais conteúdos:

- 1ª Série: Grandeza e números. Operações. Múltiplos divisores. Frações. Morfologia geométrica. Metrologia e Números complexos.
- 2ª Série: Potenciação e radiciação. Razões e proporções. Médias. Relações trigonométricas no triângulo retângulo. Simbologia e expressões algébricas. Operações algébricas.
- 3ª Série: Eq. e sistemas do 1º grau. Introdução a Geometria dedutiva. Perpendiculares, oblíquas e paralelas. Âng. Polígonos. Congruência de triângulos. Ângulos na circunferência. Semelhanças de polígonos.
- 4ª Série: Equações e sistemas do 2º grau. Trinômio do 2º grau. Relações métricas no triângulo e no círculo. Polígonos regulares. Héas e volumes.

Com a ausência de faculdades destinadas a formação de matemáticos e sem programa de fomento à pesquisa no início do século XX, e como estímulo para a formação de matemáticos pela Faculdade Nacional, o governo federal autoriza a contratação de professores estrangeiros para lecionarem na faculdade. Entre 1939 a 1946, o curso previa a duração de três anos para a formação em Bacharel em Matemática, devendo cumprir o curso de Didática para obter o diploma de Licenciado, da mesma forma que o curso de Letras (SILVA, 2002).

Segundo o professor Jose Manuel da Cruz Valente (MEC, 1959), em sua tese, um dos maiores objetivos nos currículos das Faculdade de Filosofia, nos cursos de Matemática, não era formar professores e sim formar Cientistas, principalmente na Faculdade Nacional. Sendo apresentado como solução, um curso básico de três, cujo currículo fosse orientado a formação do professor de Matemática. Outro ponto levantado no Congresso, é sobre o direito dos Exames de Suficiência, “onde os programas para os Exames de Suficiência do 1º Ciclo devem conter algumas unidades do 2º Ciclo visando assegurar melhor articulação da matéria dois Ciclos”. E para os aprovados a concessão de “autorização provisória para o exercício de magistério no 2º Ciclo, dependendo o registro definitivo da aprovação em exame de suficiência do 2º Ciclo”.

Um dos programas brasileiro para o aperfeiçoamento dos professores, a C.A.D.E.S, durante seu período de atuação (1950-1970) tinha como papel aperfeiçoar e difundir o ensino secundário, por meio de publicações, encontros, mesas redondas, seminários, jornadas e cursos. Dentre os cursos, o de Aperfeiçoamento para professores de Matemática do Ensino Secundário,

de 80 horas; que contemplava os conteúdos de Aritmética, Álgebra, Geometria e Didática (GOMES, 2021).

Na EAP, durante o período de (1960-1970) foram encontrados sete registros de professores contratados para a disciplina de Matemática (quadro 24), sendo a maioria dos professores contratados por um período entre um a dois anos, devido à ausência de registros não foi possível identificar o ano de formação, isso permitirá identificar o porquê somente a partir de 1966 é contratado o primeiro professor para esta disciplina formado no mesmo curso.

Quadro 24: Professores de Matemática (1960 – 1970)

Ident.	Sexo	Natural		Nasc.	Cargo	Adm	Desl	Res.
C.N.S	Masc.	Amparo	SP	16/06/1928	Matemática	1960	1962	Belém
A.I.T	Masc.	São Paulo	SP	16/05/1938	Matemática	1963	1965	Penha
L.D.	Fem.	Pres. Prudente	SP	23/12/1940	Matemática	1966	1967	Aclimação
A.M.	Fem.	São Paulo	SP	19/04/1935	Matemática	1967	1968	Belém
J.I.I.	Masc.	Santos	SP	06/12/1939	Matemática	1967	1970	Penha
K.T.	Fem.	Promissão	SP	12/04/1939	Matemática	1967	1968	Chácara Inglesa
C.A.A.M.	Masc.	São Paulo	SP	17/01/1946	Matemática	1970	1970	Tatuapé

Fonte: Prontuário de funcionários (adaptado pelo Autor)

O primeiro curso voltado ao ensino de Ciências, foi criado em 1943, na Universidade de São Paulo (USP), o de História Natural, esse deu origem ao curso de Ciências Biológicas da Faculdade de Educação (USP), a partir de 1963, o que contribuiu para a formação didática das Ciências Naturais (LOPES et al., 2017).

Em 13 de junho de 1946, o presidente Eurico Gaspar Dutra, assina o Decreto-Lei n.º 9.335, que funda o Instituto Brasileiro de Educação, Ciência e Cultura (I.B.E.C.C), o organismo criado, buscava a cooperação e associação dos principais grupos nacionais que se interessavam pelos problemas de Educação e da Pesquisa Científica e Cultural.

No quadro 25, apresentamos a formação dos professores que lecionavam na disciplina, sendo somente a professora L.D. a única com formação superior em Licenciatura em Matemática. Também com formação superior e lecionando na disciplina, encontramos os Licenciados em Pedagogia, Física e um Bacharelado em Engenharia Química, e professores formados na Escola Normal, que deveriam ter o Registro no MEC, e realizado o Exame de Suficiência para lecionar nos cursos de Primeiro Ciclo. Ou seja, a maioria dos professores que lecionavam na unidade não possuíam formação específica na disciplina, sendo eles normalistas ou com formação superior em outras áreas.

Quadro 25: Formação professores de Matemática

Ident.	Título	Curso	Instituição
C.N.S	Científico	Normal	Escola Normal Livre Manoel da Nobrega
A.I.T	Científico	Normal	Colégio Estadual e Escola Normal Nossa Senhora da Penha
L.D.	Licenciado	Matemática	PUC São Paulo/ Fac. de Filosofia, Ciências e Letras de S. Bento
A.M.	Licenciada	Pedagogia	Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Mogi das Cruzes
J.I.I.	Licenciado	Física	Universidade de São Paulo/Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras
K.T.	Licenciado	Pedagogia	Universidade de São Paulo/Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras
C.A.A.M.	Bacharel	Eng. Quí.	Escola de Engenharia Mauá

Fonte: Prontuário de funcionários (adaptado pelo Autor)

No plano de Trabalho Docente dos professores de Matemática (1969 e 1970), disponível nos prontuários dos professores, descrevem os objetivos, técnicas e métodos de avaliação, sendo eles: Objetivos: a) Alcançar maior rendimento escolar; b) Desenvolver o espírito de equipe, senso de responsabilidade e respeito pelo colega; c) Desenvolver o espírito científico; d) Aplicação e integração da matemática na vida prática e cotidiana; e) Menos verbalismo e maior atividade dos alunos. Técnicas: a) Planejamento das aulas; b) Estudo dirigido; c) Emprego do material didático; d) Ensino programado; e) Confecção de apostilas que promova atividade integral dos alunos durante a aula; f) Desenvolvimento da capacidade de pesquisa; g) Motivação. 3. Avaliação: o professor apresentara relatório mensal das atividades que serão julgadas e servirão para instruir relatório semestral da diretoria.

2.3.2.3 Professores de Ciências

Conforme Resolução n.º 7, de 23 de dezembro de 1963, o Conselho de Educação do Estado de São Paulo, fixa novos critérios para a organização do currículo de nível médio, sendo disciplinas obrigatórias Ciências Físicas e Biológicas (Iniciação) duas séries: 1º e 2ª série, para o Ciclo Ginasial.

Quadro 26: Professores Ciências (1962 – 1968)

Ident.	Sexo	Natural		Nasc.	Cargo	Adm.	Desl.	Res.
D.P.	Fem.	São Paulo	SP	16/08/1937	Ciências	1962	1968	Belém
N.P.S	Fem.	Sorocaba	SP	07/06/1939	Ciências	1966	1969	Belém

Fonte: Prontuário de funcionários (adaptado pelo Autor)

De 1962 a 1963 (quadro 26), o cargo é ocupado por professoras com formação em pedagógica (quadro 27).

Quadro 27: Formação dos professores de Ciência

Ident.	Título	Curso	Instituição
D.P.	Licenciada	Pedagogia	USP/ Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras
N.P.S	Licenciada	Pedagogia	Universidade de São Paulo/Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras

Fonte: Prontuário de funcionários (adaptado pelo Autor)

2.3.2.4 Professores de História, Geografia e Educação Moral e Cívica

O ensino de História guarda relações com a criação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) desde sua criação em 21 de outubro de 1838, a primeira vez a disciplina é implantada foi período do Império no Colégio Pedro II. Com a Lei Orgânica do Ensino Superior e do Fundamental, em 1911 há uma separação entre os docentes de História e Geografia (SANTOS, 2018).

Quadro 28: Professores História/Geografia e Educação Moral e Cívica (1963 – 1969)

Ident.	Sexo	Natural		Nasc.	Cargo	Adm	Desl	Res.
M.S.R	Masc.	Lins	SP	02/11/1931	E.M.C	1970	1970	Tatuapé
M.M	Masc.	S.C.R. Pardo	SP	04/01/1942	E.M.C	1969	1971	Penha
D.A.M.	Fem.	Cravinhos	SP	22/01/1941	E.M.C	1972	1973	Penha
E.O.V.	Masc.	Guanabara	RJ	20/10/1932	Geografia	1970	1971	Tatuapé
N.T.P.A.	Fem.	Morro Agudo	SP	03/01/1932	Geografia	1963	1964	Jd. Paulistano
N.O.M	Masc.	Piracicaba	SP	12/01/1933	Geografia	1964	1969	Tatuapé
R.T.G	Masc.	Bebedouro	SP	14/09/1923	Geografia	1967	1968	Penha
C.M.S.	Masc.	Porteirinha	MG	02/02/1931	História	1963	1963	Vila Maria
M.A.J.S.	Fem.	São Roque	SP	03/09/1938	História	1963	1964	Sta. Cecília
M.J.C.	Fem.	Chavantes	SP	16/11/1929	História	1964	1968	Penha
S.D.	Fem.	São Paulo	SP	11/08/1930	História	1968	1969	Aclimação
A.J.A	Fem.	São Paulo	SP	27/04/1930	História	1964	1964	

Fonte: Prontuário de funcionários (adaptado pelo Autor)

A maioria dos professores contratados foram para a disciplina de História, não havendo nenhum cargo para as disciplinas de Geografia ou Educação Moral e Cívica. No quadro 28, apresentamos os professores destes cargos.

A disciplina de Educação Moral e Cívica (E.M.C.), segundo nota, da Secretaria Geral, do Conselho Federal de Educação (CFE, 1968), Julia Azevedo Acioli, a Educação Moral e

Cívica, “constitui um dos objetivos primordiais do processo educativo”. Assim [...] “não se limita no campo do civismo e da cidadania e a seus efeitos sociais e políticos: tem base na educação moral, e confundo os seus objetivos quando, ao mesmo tempo, procura apurar os valores e hábitos, quer de natureza cívica, quer de natureza ética”, ou seja, todo o comportamento decorre da eficiência educacional, já agora, moral e cívica. O parecer 117/64 do Conselheiro Jose Candido de Albuquerque Mello Mattos, apresenta um esboço para o programa de E.M.C. , dividido em três partes sendo elas (C.F.E, 1964):

Primeira Parte: Princípios Gerais I: Justificação da instituição da cadeira. Utilidade e necessidade desta. II: Direito, Dever, Justiça, Costume e Lei. Distinção entre a Moral e o Direito. Divisões do Direito, Legislação, Códigos. III: Sociedade. Povo. Nação. Estado; Independência, território, governo, constituição. IV: Formação da Pátria brasileira. V: Nacionalidade. Nacional e estrangeiro. Cidadão, seus direitos e deveres. Deveres do Estado para com o cidadão. Das qualidades de cidadão brasileiro; aquisição, suspensão, perda, reaquisição do título de brasileiro. Da condição de estrangeiro no Brasil. VI: Civismo. Patriotismo. Cosmopolitismo. Solidariedade humana. Fraternidade. VII: Símbolos nacionais. Bandeira. Escudo. Hino. VIII : Culto Cívico. Tradições. Datas e festas nacionais. Vultos e fatos gloriosos. Homenagens e honras públicas. Segunda Parte: Org. e Funções do Estado. IX: Constituição Federal Brasileira. Sua história e seu espírito. X: Governo do Brasil. União perpetua e indissolúvel das antigas províncias. Irrevocabilidade da forma republicana federativa. Presidencialismo. XI: Soberania nacional. Autonomia estadual e municipal. XII: Divisão política e circunscrições administrativas. União Federal. Estados. Municípios. Distrito Federal. Território do Acre. XIII: Competência administrativa. Privativa da União. Privativa do Estado. Cumulativa ou concorrente da União e dos Estados. XIV: Poderes públicos. Modo de sua representação. Voto. Eleição. XV: Poder Legislativo, Congresso Nacional, Câmara dos Deputados, Senado. Imunidades parlamentares. Prisão e processo criminal dos deputados e senadores. Infrações criminais. Imputabilidade e culpabilidade criminal. Principais classes de crimes. Leis e resoluções, obrigatoriedade, irretroatividade da lei. XVI: Poder Executivo. Presidente da República. Vice-presidente. Ministros de Estado. Mensagens e relatórios. Decretos, regulamentos, instruções e avisos. XVII: Poder Judiciário. Organização Federal e local. Ministério público. Auxiliares da Justiça. Polícia. Jurisdições e processos. Foro comum, Juri. Juízes especiais. Foro militar. XVIII: Das finanças do Estado. Orçamento e créditos. A despesa pública. A receita. Bens de Estado: bens em geral; bens particulares e públicos; bens federais, estaduais e municipais. Rendas do Estado. Contribuições públicas. Dívida pública. Imposto e taxas. Diversas formas de contribuições e modos do seu pagamento. XIX: Do Tribunal de Contas, sua composição e seus fins. XX: Das forças da terra e mar. Serviço Militar, voluntário, sorteio, Guarda Nacional. XXI: Da administração federal. Funcionalismo público. Condições de investidura dos cargos públicos. Direitos, deveres e responsabilidade dos funcionários públicos. XXII: Da representação internacional do Estado. Relações com os Estados estrangeiros. Corpo diplomático; agentes consulares, Ajustes, convenções e tratados . Guerra. Arbitramento. Terceira Parte: Direitos individuais assegurados pela Constituição Federal. XXIII: Declaração de direitos e garantias constitucionais (Const. art. 72, prime. e 78) Sugestões de garantias. Estado de sítio (Const. art. 80). XXIV: Liberdade individual: só a lei pode conferir direitos, impor obrigações e cominar penas. Liberdade de consciência e de culto: o Estado como pessoa civil não tem religião; secularização dos atos do estado civil, registro de nascimento, óbito e casamento; ensino público leigo. Liberdade de profissão moral e intelectual, de trabalho, comercio e indústria. Liberdade de reunião e de associação. Liberdade: de comunicação de pensamento. Liberdade locomoção. Direito de petição, reclamação e queixa. XXV: Igualdade civil: a lei igual para todos, quer proteja, castigue ou recompensa; igual participação dos cargos sociais; igual acesso aos empregos públicos. A abolição de privilégios de nascimento, títulos de nobreza e ordens honoríficas. XXVI: Segurança individual. Condições de legitimidade das

sentenças judiciais; livre defesa; limitação das penas; revisão da condenação criminal. Prisão; extradição internacional e interestadual. Fiança. habeas corpus. XXVII: Propriedade, desapropriação. Propriedade literária, artística, comercial e indústria. Minas. XXVIII: inviolabilidade do domicílio. XXIX: Inviolabilidade do sigilo de correspondência. Quarta Parte: Atos jurídicos mais usados XXX: Direitos de família. Casamento, sua natureza, condições e efeitos; anulação e divórcio. Poder marital, parentesco e consanguinidade. Pátrio poder, filiação. Proteção dos incapazes; tutela. Sucessão. Testamento. XXXI: Contratos: direitos e obrigações que deles resultam; provas e garantias dos contratou. Princípios gerais e explicações sobre os contratos mais frequentes. XXXII: Crédito. Títulos públicos e particulares. Créditos negociáveis, privilégios, hipotecas, papéis comerciais. XXXIII: Sociedades civis e comerciais; empresas e companhias, bancos.

O quadro 29 apresenta a formação e a instituição que os docentes foram formados, sendo eles de formação em Ciências Sociais, pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de São Paulo.

Quadro 29: Formação dos professores História/Geografia e Educação Moral e Cívica

Ident.	Título	Curso	Instituição
M.S.R	Bacharel	Cien. Jur. e Soc.	Faculdade de Direito de Bauru
M.M	Oficial	Oficial	Academia de Polícia Militar do Estado de São Paulo
D.A.M	Licenciada	Pedagogia	Faculdades Metropolitanas Unidas
E.O.V.	Licenciado	Geografia	Universidade de São Paulo/Fac. de Filosofia, Ciências e Letras
N.T.P.A.	Licenciada	Geografia	Universidade Católica de Campinas
N.O.M	Licenciado	Geografia	Universidade de São Paulo/Fac. de Filosofia, Ciências e Letras
R.T.G	Licenciado	Geo./História	Universidade Católica do Paraná
C.M.S.	Licenciado	História	Universidade de São Paulo/Fac. de Filosofia, Ciências e Letras
M.A.J.S.	Bacharel	Ciências Sociais	Universidade de São Paulo/Fac. de Filosofia, Ciências e Letras
M.J.C.	Bacharel	Ciências Sociais	Universidade de São Paulo/Fac. de Filosofia, Ciências e Letras
S.D.	Licenciado	Ciências Sociais	Universidade de São Paulo/Fac. de Filosofia, Ciências e Letras
A.J.A.	Licenciada	Geografia/História	Universidade de São Paulo/Fac. de Filosofia, Ciências e Letras

Fonte: Prontuário de funcionários (adaptado pelo Autor)

Em maio de 1966, foram comprados na Editora do Brasil, treze livros de História do Brasil, autor Celso Antunes, para o primeiro ano do ensino ginásial, e dois exemplares do livro Ciências Naturais, de Valdemar de Oliveira ³⁷e vinte unidades para cada disciplina de Geografia

³⁷ Valdemar de Oliveira: Recife, 02/05/1900. Ingressou na Fac. e de Ciências Médicas da Bahia (Salvador, 1917). Formou-se médico. Dedicou-se ao magistério, ensinando em diversas escolas de nível secundário, e de nível superior, entre outras instituições de ensino. Entre 1928 e 1965, escreveu e publicou diversos livros didáticos ligados à área de Higiene e História Natural. Também publicou livros de Ciências Naturais, para o ensino ginásial, e algumas apostilas de Botânica, para alunos do curso de História Natural FAFIPE. (FARIAS, 2020, p. 93)

do Brasil, de Celso Antunes³⁸, e História do Brasil de Vitor Mussumeci³⁹, todos para o segundo ano do curso ginásial, com um custo unitário de Cr\$700,00 (Setecentos Cruzeiros). Todos os livros didáticos adquiridos pela O.C.E. seriam vendidos para os alunos matriculados em 1966.

2.3.2.5 Professores de Educação Física e Canto

A Educação Física foi instituída pela primeira vez em 1851, na reforma Couto Ferraz, com o objetivo de melhorar o ensino. No período militar, ela tinha como objetivo formar indivíduos preparados para o combate e a luta. A formação dos profissionais inicialmente deu-se nas escolas da Marinha e Exército, daí seu caráter militar. Entre as décadas de 60 e 80 a inserção dos esportes, também jogos, ginásticas, danças, lutas. O quadro 30 apresenta os professores contratados durante o período de 1970 a 1974, sendo em sua maioria do sexo masculino, e com duração do contrato de trabalho de seis meses a um ano.

Quadro 30: Professores de Educação Física e Canto (1970 – 1974)

Ident.	Sexo	Natural		Nasc.	Cargo	Adm.	Desl.	Res.
F.G.J.	Masc.	São Carlos	SP	30/06/1943	Ed. Física	1970	1971	Pinheiros
D.A.H.	Masc.	São Paulo	SP	16/09/1948	Ed. Física	1973	1974	Penha
A.F.A.	Masc.	São Paulo	SP	01/01/1945	Canto Orfeônico	1971	1971	Tatuapé
E.L.	Fem.	São Paulo	SP	20/08/1950	Canto Orfeônico	1971	1972	Penha

Fonte: Prontuário de funcionários (adaptado pelo Autor)

O ensino de música foi instituído em 1854, oficialmente nas escolas públicas, durante a reforma de Benjamin Constant, é exigida legalmente a formação específica para o professor de música. Na década de 30, o Canto tinha como prática musical cívico-disciplinadora, no qual os princípios básicos como coletividade, disciplina e patriotismo fossem cumpridos.

O parecer nº 383/1962 prevê a criação de cursos superiores de educação musical ou para professores de música conteúdo em sua grade curricular conteúdo específico de música, justapostas as disciplinas pedagógicas. Enquanto o parecer nº 571/1969

³⁸ Celso Antunes: (1937), São Paulo. Formou-se em Geografia pela Fac. de Filosofia, Ciências e Letras da USP. especializou em Inteligência e Cognição. Mestre em Ciências Humanas. Ministrou aulas, publicou mais de 150 livros didáticos. (EDITORA DO BRASIL, 2022).

³⁹ Vitor Seraphim Mussumeci – fundador e diretor da Editora do Brasil. Fez carreira dentro a empresa que ajudou a fundar, como autor e como funcionário. Em 1945, foi transferido para o Rio de Janeiro, a fim de gerenciar a filial da Editora na cidade. Professor e autor na área de História, na Editora Brasil, nos anos 1960, lançou livros de História, Educação Moral e Cívica e Organização Social e Política Brasileira (BRAGHINI, 2010).

propõe a alteração da nomenclatura do Curso de Professor de Música para Licenciatura, pela sugestão do Conselho Federal de Educação (NOGUEIRA, 2016).

Os professores de Canto Orfeônico em sua maioria tinham como formação em bacharel em Harmônica, pelo Conservatório Musical Alberto Nepomuceno e Acordeom, Instituto Normal de Música. Enquanto os professores de Educação Física, eram licenciados pela Escola de Educação Física de São Carlos e Faculdade de Educação Física da Polícia Militar de São Paulo (quadro 31).

Quadro 31: Formação dos professores de Educação Física e Canto

Docente	Título	Curso	Instituição
F.G.J.	Licenciado	Ed. Física	Escola de Educação Física de São Carlos
D.A.H.	Licenciado	Ed. Física	Fac. de Educação Física da Polícia Militar do Estado de São Paulo
A.F.A.	Bacharel	Harmônica	Conservatório Musical Alberto Nepomuceno
E.L.	Bacharel	Acordeom	Instituto Normal de Música

Fonte: Prontuário de funcionários (adaptado pelo Autor)

2.3.2.6 Professores em Formação

Para Andrade e Resende (2010, p. 232), “o estágio curricular obrigatório é um componente fundamental no processo formativo, que oportuniza ao estudante o exercício da atividade profissional na realidade em que vai atuar”. No Decreto-Lei n.º 1.190/1939, que dá a organização da Faculdade Nacional de Filosofia, entre uma das finalidades era de preparar candidatos ao magistério do ensino secundário e normal, sendo dividida em quatro seções: Filosofia, Ciências (Matemática, Física, História Natural, Geografia, História e Ciências Sociais), Letras (Clássicas Neolatinas e Anglo-germânicas) e Pedagogia. Além de uma seção especial, o curso de Didática. Este curso tinha duração de um ano, e constituía-se das disciplinas de Didática Geral, Didática Especial, Psicologia Educacional, Administração Escolar, Fundamentos Biológicos da Educação e Sociológicos da Educação. “O Parecer CFE 292/62, estabeleceu a carga horária das matérias de formação pedagógicas a qual deveria ser acrescida aos que quisessem ir além do bacharelado”. Sendo 1/8 de tempo mínimo nos respectivos cursos, escalonados nos oito semestres letivos e seriados (MEC, 2001). Entre o período de 1963 a 1972, a unidade contratou diversos professores em diferentes disciplinas, ainda em período de sua formação (quadro 32).

Quadro 32: Professores em formação (1963 – 1972)

Ident.	Sexo	Natural		Nasc.	Cargo	Adm	Desl	Res.
O.A.Z.	Masc.	S. S. da Grama	SP	11/06/1923	Matemática	1963	1963	Higienópolis
E.T.S.	Fem.	São Paulo	SP	13/12/1942	Matemática	1966	1966	Aclimação
C.B.P.S.	Masc.	Jacareí	SP	10/08/1935	Matemática	1967	1968	Tatuapé
A.L.	Masc.	Itu	SP	04/04/1944	Ciências	1968	1968	Campos Eliseos
L.A.	Fem.	S. J. do Rio Preto	SP	16/02/1946	Português	1968	1968	Tatuapé
E.C.L.	Masc.	São Paulo	SP	11/07/1944	Ciências	1969	1970	Tatuapé
J.R.M.	Masc.	S.R.P. Quatro	SP	08/07/1944	Geografia	1969	1970	Penha
S.S.	Fem.	São Paulo	SP	09/08/1944	História	1969	1970	Penha
I.S.B.	Fem.	Lins	SP	02/08/1949	Ciências	1970	1979	Penha
L.A.C.	Masc.	São Paulo	SP	23/06/1947	Matemática	1970	1970	Aricanduva
A.E.S.	Masc.	Recife	PE	09/07/1946	Matemática	1971	1972	Penha
A.M.S.	Fem.	São Paulo	SP		Português	1972	1972	Penha

Fonte: Prontuário de funcionários (adaptado pelo Autor)

A maioria destes professores tinha como instituição formadora a Faculdade de Filosofia, Ciência e Letras da USP e da Universidade de Mogi das Cruzes (quadro 33).

Quadro 33: Formação dos professores

Ident.	Título	Curso	Instituição
O.A.Z.	Licenciado	Matemática	USP/Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras
E.T.S.	Bacharel	Matemática	PUC SP/ Fac. de Filosofia, Ciências e Letras de S. Bento
C.B.P.S.	Bacharel	Matemática	Fac. de Filosofia, Ciências e Letras de Mogi das Cruzes
A.L.	Bacharel	Farmácia/Bioquímica	USP/ Faculdade de Farmácia e Bioquímica
L.A.	Licenciado	Letras	Fac. de Filosofia, Ciências e Letras de Mogi das Cruzes
E.C.L.	Bacharel	Ciências Fís./Bio.	Fac. de Filosofia, Ciências e Letras de Mogi das Cruzes
J.R.M.	B./Licenciatura	Geografia	USP/Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras
S.S.	Licenciado	História	USP/Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras
I.S.B.	Bacharel	Ciências Fís./Bio.	Fac. de Filosofia, Ciências e Letras de Mogi das Cruzes
L.A.C.	Licenciado	Ciências Exatas	Fac. de Filosofia, Ciências e Letras de Mogi das Cruzes
A.E.S.	Bacharel	Física	USP/Instituto de Matemática e Estatística
A.M.S.	Licenciado	Letras	Fac. de Filosofia, Ciências e Letras Farias Brito

Fonte: Prontuário de funcionários (adaptado pelo Autor)

CAPÍTULO 3 – O CORPO DISCENTE

O Corpo Discente, neste capítulo será apresentado a composição dos alunos matriculados nos cursos de ensino industrial da Escola Técnica Estadual Professor Aprígio Gonzaga, entre os períodos de 1959 a 1972, sendo o de Mecânica de Automóveis (1959-1962), Aprendizagem em Mecânica de Automóveis (1962 - 1964), Industrial Básico (1965 – 1972) e Desenho Técnico (1967 – 1972). Buscaremos reconstruir o perfil do grupo de alunos, por meio dos prontuários presentes na unidade, e informações aluno obtidas por meio dos registros disponíveis nos arquivos da O.C.E. e A.P.M, durante este período.

Uma das condições básicas para o acesso aos cursos de ensino industrial de primeiro ciclo, ter diploma de ensino primário, nem todos conseguiam atender a esta demanda porque não tinham acesso ao ensino, segundo Biccás e Freitas (2009, p. 182), “a legislação educacional produziu um sistema escolar dual, ou seja, uma escola primária destinada às grandes massas e uma escola secundária dirigida as elites, como estratégia de preparação para o ensino superior”. Apesar da escola primária ser destinada ao grupo mais populares, o acesso não era garantido, o número de vagas necessária para atender as demandas da população era insuficiente, além disso, havia uma dicotomia entre a qualidade e quantidade, ou seja, eram pouco que conseguiam continuar seus estudos.

“A procura de escolas primarias abrangia, praticamente, a totalidade da população dos bairros periféricos: tanto moradores mais antigos como aquelas parcelas de migrantes recém-instaladas na cidade” (SPOSITO, 2001, P. 222). Até a década de 1940 a Penha encontrava-se na transição de subúrbio para bairro paulistano, “ao mesmo tempo, de um bairro afastado e um subúrbio próximo da capital paulista” (JESUS, 2008, p. 99), possuindo oito escolas paroquiais, uma escola particular e uma pública todas de ensino primário. De acordo com Biccás e Freitas (2009, p. 182), “nas décadas de 1950 e 1960, ocorreu uma ampliação da cobertura dos serviços escolares e a história da educação foi palco das sucessivas tentativas de superar aquela dualidade formal do sistema educacional”.

Outro critério exigido para a admissão do candidato até 1971, extinto com a promulgação da lei n.º 5.692/1971 que fixava as Diretrizes e Bases para o ensino de Primeiro e Segundo Grau, ser aprovado nos exames de admissão ou seleção, onde era demandado do aluno conhecimento elementar nas disciplinas de Português e Aritmética e também em Geografia, História do Brasil e Ciências Naturais, cria-se assim uma barreira para o ingresso no ensino secundário, mantendo o caráter seletivo e excludente, para Araujo (2018, p. 41), o “exame reforçava a seletividade do processo”, afetando os alunos com poucos recursos e com menor

instrução, “pois aqueles que tinham condições financeiras participavam de cursinhos e aulas particulares que exigia, na maior parte das vezes, aquisição de livros didáticos preparatórios de alto custo”.

Como os recursos financeiros das famílias eram insuficientes para manter os alunos frequentando o ensino industrial, tanto para a compra de materiais escolares, quanto para a manutenção das famílias, muitos alunos eram reprovados ou abandonavam a escola, aumentando a evasão escolar. Segundo Fonseca (1961, p. 297), “a maior causa da evasão escolar é econômica. Geralmente as famílias retiram os filhos das escolas quando eles já têm certos conhecimentos profissionais que os habilitam a trabalhar e, dessa maneira a ajudar os orçamentos domésticos”. Outro fator que dificultava o acesso as escolas de ensino industrial, a localização e a ausência de transporte, o tempo gasto para ir e voltar da escola, poderia limitar o tempo de sono e a atenção em sala de aula, acarretando exaustão física e emocional.

Com a chegada da ferrovia no bairro, houve uma melhora na infraestrutura, permitindo o uma expansão do antigo núcleo central da Penha, com o surgimento de diversos loteamentos em torno aos trilhos da ferrovia. Mas de acordo com Sposito (2001, p. 176), havia um grandes áreas vazias entre o núcleo os novos loteamentos devido a especulação imobiliária:

O sistema de transporte, foi, por sua vez “acionado pela especulação imobiliária que adotou um método próprio para parcelar a terra da cidade. Tal método consistia no seguinte: o novo loteamento nunca era feito em continuidade ao anterior, já provido de serviços públicos. Ao contrário entre o novo loteamento e o último já equipado, deixava-se uma área de terra vazia, sem lotear. Completando o novo loteamento, a linha de ônibus que o serviria seria, necessariamente, um prolongamento a partir do último centro equipado. Quando estendida, a linha de ônibus passava pela área não loteada, trazendo-lhe imediata valorização.

A ausência de um sistema de transporte adequado, e a distância entre os novos bairros desprovidos de melhoramentos urbanos, com os centro já equipados, poderia ser um problema ao acesso de parte da população ao ensino público e mesmo a permanência nas unidades de ensino, aliado a outros fatores como o trabalho infantil, a má alimentação, entre outros aumentando a taxa de abandono e tendo menores chances de entrar na escola.

3.1 Mecânica de Automóveis (1959)

Com a promulgação das Leis Orgânicas, e a oferta de cursos de formação com duração semelhante as do ensino secundários, as camadas mais populares passaram a buscar as escolas profissionais, por oferecerem cursos de aprendizagem de preparo mais rápido e com duração variável. Isso não significava que as escolas tinham condições necessárias para atender as

necessidades do país. Conforme Romanelli (2013, p. 173), [...] “a possibilidade de ministrar formação dos vários tipos, esse sistema, porém, não tinha condições para comandar o treinamento rápido de mão de obra de que precisava a expansão econômica da época”. Essa falta de condição para ministrar diversos cursos em diferentes sistemas (industrial, comercial e agrícola), estava no fato muito abaixo dos níveis necessários para proporcionar uma preparação elementar, treinamento ou a reciclagem, além de que onerava demasiadamente o sistema escolar (ROMANELLI, 2013).

Apesar da falta de condições, “a formação profissional assume um papel social que vai além dos interesses econômicos, preza pela formação integral do futuro profissional que participa da política-cultural do país” (AZEVEDO, PETEROSI E SILVA, 2022). As Leis Orgânicas tinham como objetivo reforçar o seu papel de integrador, preparar a população menos favorecida economicamente no exercício de um ofício e satisfazer os interesses das empresas.

Em seu artigo 4 da Lei Orgânica do Ensino Industrial (BRASIL, 1942a), “os estabelecimentos de ensino industrial deverão oferecer aos trabalhadores, tenham eles ou não recebido formação profissional, possibilidades de desenvolver seus conhecimentos técnicos ou de adquirir uma qualificação profissional conveniente”. Segundo Armando Hildebrand em seu discurso de posse na Diretoria de Ensino Secundário em 1953, sobre a preparação dos jovens para a vida e o mundo do trabalho:

[...] em nossa escola secundaria urgente necessidade de levar os jovens, sobretudo adolescentes de 12 a 15 anos, a fazerem coisas. Os trabalhos manuais, como hoje são feitos, encontram pequena ou nenhuma receptividade por parte dos alunos, dos pais e das autoridades escolares em virtude da ingenuidade dos exercícios feitos e dos diferentes processos de ensino empregados nestas atividades. São comuns cadernos de trabalhos manuais com receitas dos trabalhos recebidos pelo aluno através do ditado. Impõe-se a criação de verdadeiras oficinas escolares nos estabelecimentos de ensino secundário. Oficinas com máquinas, ferramentas e material para confecção de trabalhos reais e de utilidade, trabalhos em metal, eletricidade, madeira, artes gráficas, atividades agrícolas e de criação nas pequenas comunidades do interior. Para as meninas, arte culinária, decoração de interior, economia doméstica, mas tudo de forma real e viva, aprendendo a fazer fazendo, em situações de realidade e, conseqüentemente de forma significativa e de interesse para o aluno (CARAYON, 1987, p. 36).

Assim, era preciso implementar o sistema de ensino secundário, criando oficinas nas unidades escolares, a fim de preparar o aluno para o mercado de trabalho. Para Cunha (2000) o objetivo era propiciar a extensão da escolaridade obrigatória, conciliando a educação geral com a preparação para o trabalho, tendo como ponto de partida a escola primária, com a educação geral, e a preparação para trabalho no ginásio, por que haveria um intervalo nocivo entre o término do ensino primário, entre 10 e 11 anos, e a idade legalmente permitida para o começo do trabalho a partir de 14 anos.

De forma a atender com rapidez a necessidade de mão de obra para as indústrias, foram implantados os Cursos Extraordinários, nova denominação para os Cursos Práticos de Ensino Profissional, com duração entre um e dois anos, o que poderia possibilitar uma rápida inserção no mercado de trabalho. Existiam três modalidades de cursos extraordinários: continuação, destinados a dar qualificação as pessoas sem profissão; os de especialização, indicado para os profissionais formados em cursos industriais ou técnicos; e os de aperfeiçoamento, visando a aprimorar os conhecimentos dos operários.

Segundo Machado (2012), os cursos de qualificação estavam voltados diretamente para a formação de jovens atuantes nas indústrias, “buscando aumentar a eficiência e produtividade desse grupo e sendo voltada para a aprendizagem industrial, caracterizada por cursos rápidos, com disciplinas centradas na formação técnica”.

Com a inauguração em 1959 da EAP, com o curso extraordinário de continuação em Mecânica de Automóveis, com duração de dois anos, no qual ao final de cada ano do curso o aluno receberia o certificado de conclusão. Exigia-se do candidato no momento da matrícula conforme legislação em vigor, apresentar prova de não ser portador de doença contagiosa e de estar vacinado, além destas, a matrícula ficava condicionada a aprovação em exame vestibular de língua pátria e aritmética, idade mínima de onze anos e máxima de dezessete anos, diploma de ensino primário e aptidão mental e física para o trabalho. Foram encontradas oitenta e quatro fichas de matrícula entre os anos de 1959 e 1961, para o curso de Mecânica de Automóveis, durante os três anos que o curso foi disponibilizado, sendo trinta e três em 1959, trinta em 1960 e vinte em 1961.

Apresentado os documentos obrigatórios e a aprovação no exame de admissão, o registro era efetuado na Ficha de Matrícula e Notas ⁴⁰ (ANEXO I). A ficha de Matrícula e Notas foi utilizada de março de 1959 e em fevereiro de 1962, sendo substituída pelo Prontuário Individual⁴¹ (ANEXO J), a ficha era uma pasta, dividida em quatro partes:

- Frente: Escola, curso, número de matrícula, referência, nome do aluno, data da matrícula, naturalidade, data de nascimento, filiação, nacionalidade dos pais, profissão do pai, religião, residência, diploma e observações.
- Notas: na parte interna da ficha são realizados os registros das notas do 1º e 2º ano do curso e frequência nas disciplinas de Cultura Geral (Português,

⁴⁰ 1, Cód. 300.270/1 - 3.000 - E.I.E.R - Santos

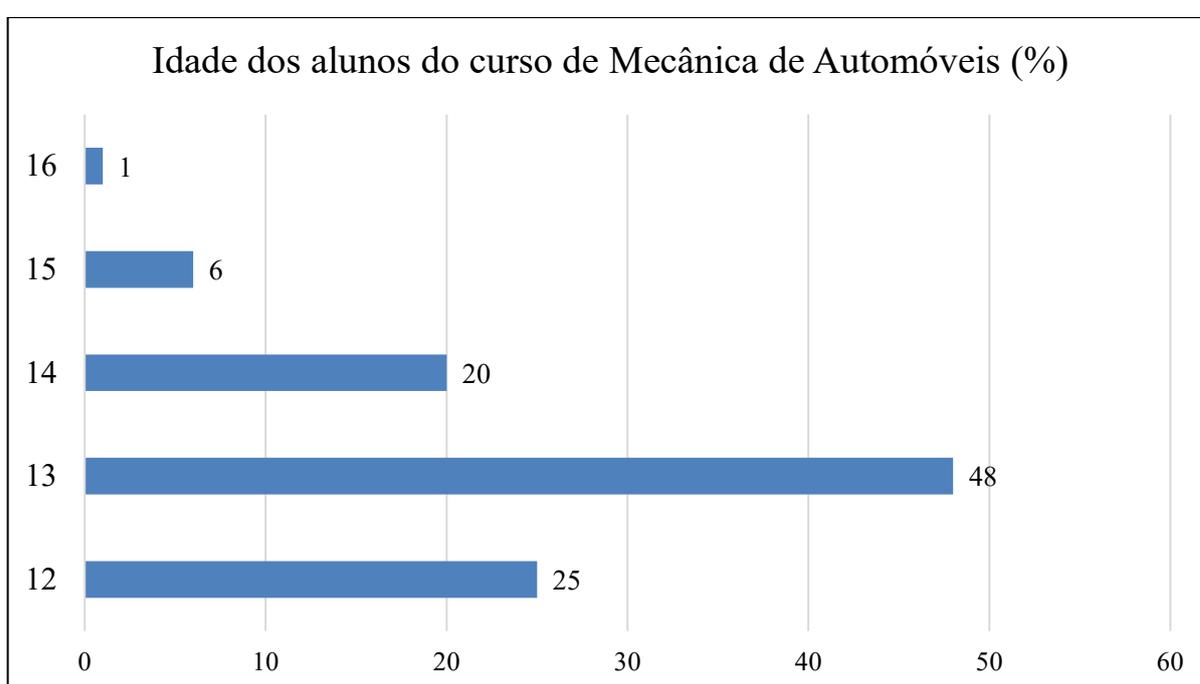
⁴¹ Cód. 0.200.005 – DEP – 50000 – 06/65

Matemática e Ciências⁴²), Práticas Educativas⁴³ (Educação Física, Educação Doméstica e Educação Musical) e Cultura Técnica⁴⁴ (Desenho).

- Verso: campo para observações.

Os alunos matriculados durante o período de 1959 a 1961 (gráfico 7) tinham idades entre 12 e 16 anos. Apesar da idade mínima exigida na legislação ser de 11 anos pelo menos não foram encontrados alunos com essa idade matriculada durante todo o período, sendo 25 % dos alunos no momento da matrícula possuíam de 12 anos idade, variando entre 12 e 16 anos de idade, a maioria dos alunos (48%) com idade de 13 anos no momento da matrícula.

Gráfico 7: Idade dos alunos (%) do curso de Mecânica de Automóveis (1959 -1961)



Fonte: Prontuários de alunos (Elaborado pelo Autor).

Conforme o Censo Demográfico realizado na década de 50, pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 1953) a população residente no município de São Paulo no grupo de idade de 10 a 19 anos apresentava uma população de 411.921 habitantes, sendo 198.378 do sexo masculino e 213.543 do sexo feminino. Entre as décadas de 1950 e 1960, a Penha apresenta crescimento demográfico de 58%, devido as mudanças econômicas, sociais e políticas proporcionadas pelo processo de industrialização e urbanização da cidade e do bairro. Esse processo “atraiu milhares de imigrantes e migrantes que vão se espalhar pela cidade e romper

⁴² No currículo de Mecânica de Automóveis somente constava as disciplinas de Português e Matemática.

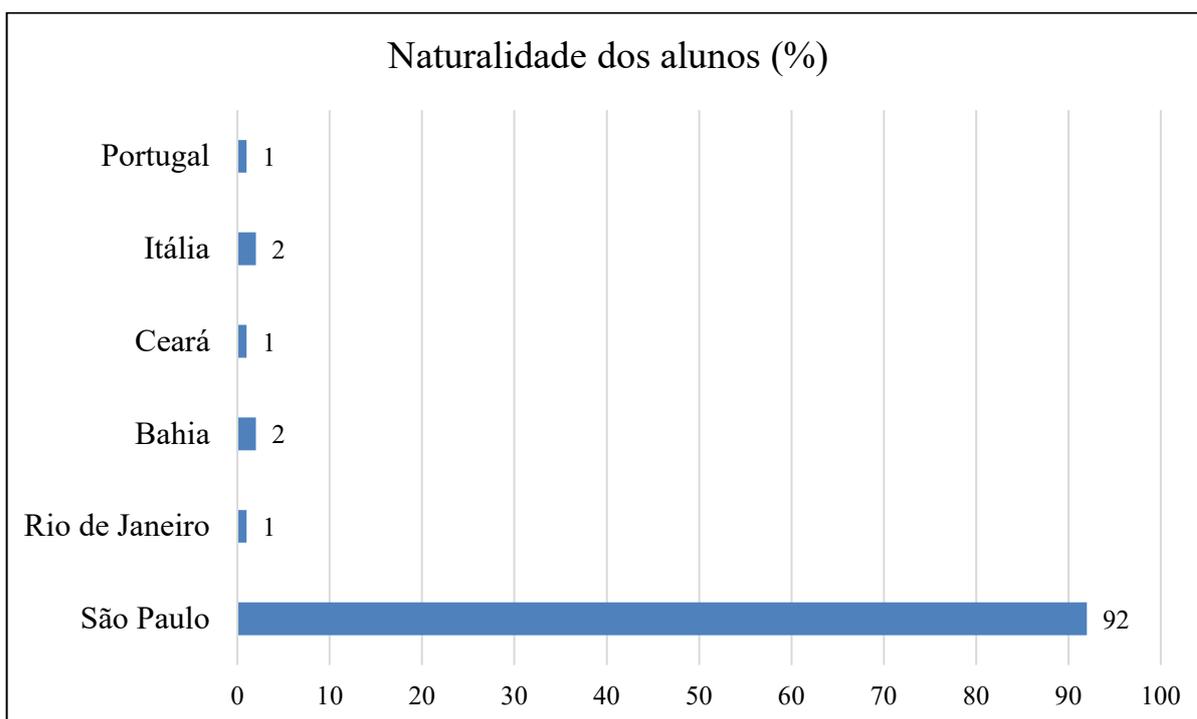
⁴³ Prática Educativas – não consta do currículo do curso.

⁴⁴ Além de Desenho, outras disciplinas na Cultura Técnica: Tecnologia e Oficina.

com os antigos costumes dos bucólicos aglomerados que orbitavam a cidade de São Paulo” (JESUS, 2006, p. 200).

A naturalidade dos alunos (Gráfico 8), apresenta o local de nascimento dos alunos matriculados no curso de Mecânica de Automóveis de 1959 a 1961, sendo a maioria nascidos no Estado de São Paulo em diferentes municípios, sendo a maior parte dos alunos ingressantes, nascidos na capital do Estado. Quatros alunos dos Estados da Bahia, Rio de Janeiro e Ceará (4%) e três alunos de origem italiana e portuguesa (3%).

Gráfico 8: Naturalidade dos alunos do curso de Mecânica de Automóveis (1959 -1961) ⁴⁵



Fonte: Prontuários de alunos (Elaborado pelo Autor)

Durante as primeiras décadas do século XX, a Penha atrai a chegada de imigrantes portugueses, italianos e sírio-libaneses devido aos baixos preços dos loteamentos comercializados na localidade. Quanto a nacionalidade dos pais dos alunos, identificamos a maioria de nacionalidade brasileira (71% dos pais e 76% mães). E de outras nacionalidades, como América do Sul – Argentina; Europa – Portugal, Itália, Espanha, Iugoslávia, Romênia e Lituânia, Ásia – Japão.

Para Jesus (2006), o crescimento da população penhense está ligado ao crescimento industrial do município, sendo composta por principalmente de operários, pessoas de com baixo poder aquisitivo. A maioria das profissões descritas exibem, em sua maioria, são provenientes

⁴⁵ (Município: São Paulo - 63 alunos; Birigui, Jundiaí e Taubaté - 2 alunos de cada município; Mogi das Cruzes, Olímpia, Pilar do Sul, Pompeia, Registro, São Roque, Socorro e Votuporanga -1 aluno de cada município)

das classes social de menor poder aquisitivo, refletindo a situação econômica do país naquele momento, desempenhando principalmente atividades do setor de terciário ou autônomos: comerciantes, carpinteiro, motorista, tintureiro, barbeiro, corretor, feirante, pedreiro, pintor, sapateiro, açougueiro, carregador, chapeleiro, encanador, porteiro, vidreiro e zelador. No setor secundário, podemos destacar operário, industrial, mecânico, tecelão, funileiro, litografo e metalúrgico. No serviço público as funções de funcionário público e ferroviário.

No registro de matrícula também foi possível identificar as profissões desenvolvidas pelos pais, a ficha de matrícula somente registrava a profissão do pai, sendo estas: Comerciante (12); Operário (7); Carpinteiro e Funcionário Público (6); Industrial (5); Ferroviário e Motorista (4); Mecânico e Tintureiro (3); Barbeiro, Caixeiro, Corretor, Feirante, Pedreiro, Pintor, Sapateiro e Tecelão (2); Açougueiro, Aposentado, Carregador, Chapeleiro, Contramestre, Encanador, Engenheiro, Funileiro, Lavrador, Litógrafo⁴⁶, Praianista⁴⁷, Metalúrgico, Porteiro, Militar, Vidreiro e Zelador (1), um dos pais estava falecido no momento da matrícula. As atividades exercidas pelos pais dos alunos, encontramos diversos profissionais nas atividades de prestação de serviços, profissionais autônomos e operários das indústrias, também com formação superior e funcionários públicos. Desta, podemos supor que o acesso a este curso não era destinado a somente as camadas mais pobres, devido a necessidade de instrução primária adequada para a sua manutenção no curso.

A rápida industrialização e urbanização da cidade de São Paulo, incorporaram mudanças socioculturais e socioeconômicas na vida dos moradores da penha, que determinaram a implosão da vida do bairro a partir da década de 1950, onde se concentrava a maior infraestrutura, núcleo comercial e organismo públicos e a moradia da classe mais abastadas e tradicionais do bairro, em contrapartida o maior afastamento das moradias mais simples e rurais (JESUS, 2008).

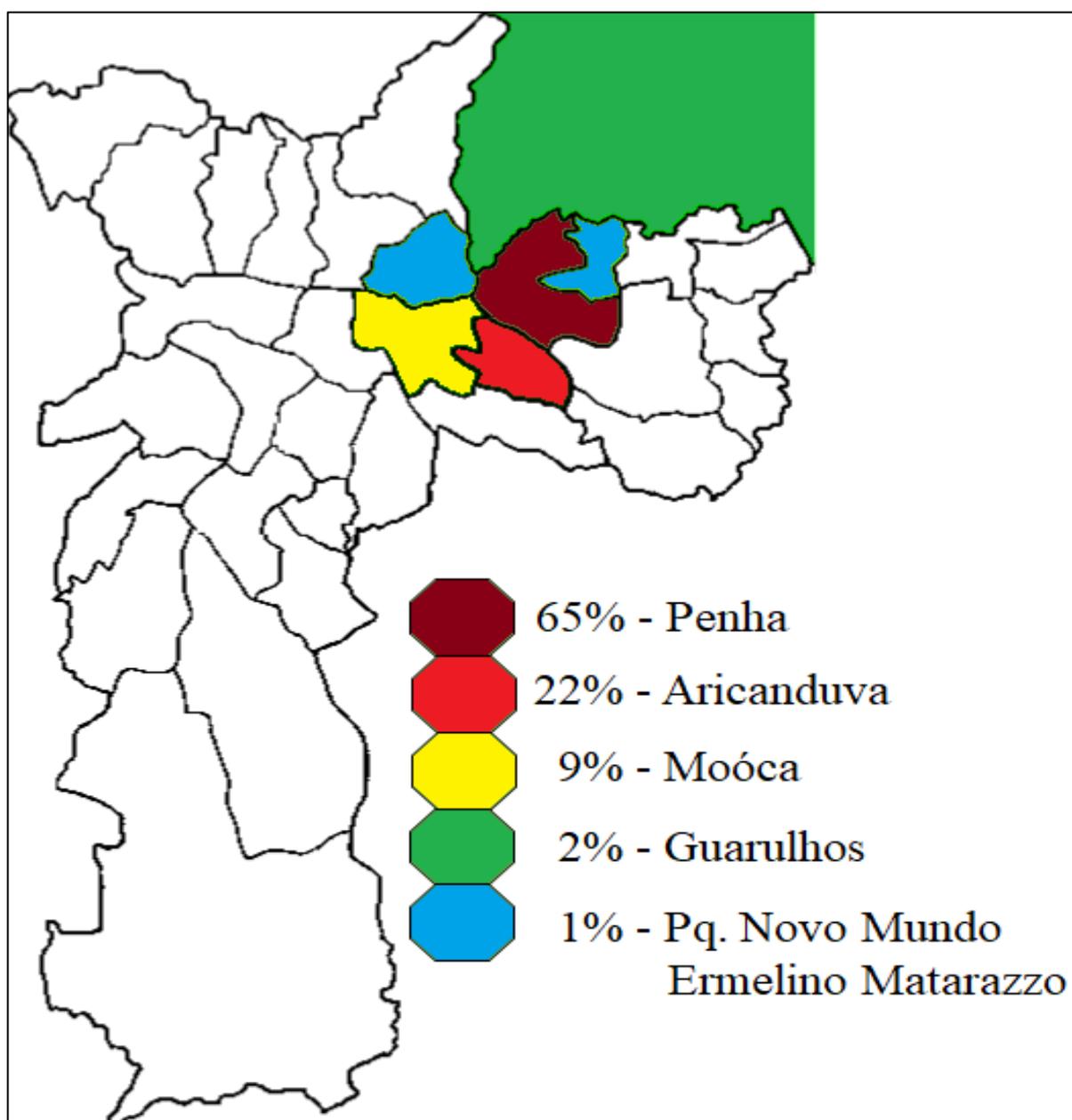
Quanto ao domicílio da população no município de São Paulo, 73% residiam nas áreas urbanas, 20% em distritos suburbanos, as margens das regiões urbanizadas e 7% residiam na zona rural (IBGE, 1950). A região da Penha teve sua constituição inicial em zona rural, e durante o final do século XIX e início do século XX, devido aos processos de transformações ocorridos em diversos aspectos se constituindo como subúrbio; a partir de 1950 o bairro começa a se integrar como unidade a cidade de São Paulo, e torna-se um bairro paulistano (JESUS, 2000).

⁴⁶ Litografo - indivíduo que desenha, grava ou imprime pelo processo litográfico.

⁴⁷ Praianista – atividade desenvolvida na Itália.

Os alunos partiam de suas residências (figura 30), principalmente de bairros próximos a escola, os quais podemos dividir em cinco distritos do município de São Paulo, o principal e de maior números de alunos 65% no distrito da Penha. Podemos incluir neste distrito os bairros: Penha, Cidade Patriarca, Jardim Popular, Vila Ré, Jardim Maringá, Vila Manchester, Vila Matilde e Vila Talarico. 22% no distrito do Aricanduva - Aricanduva e Vila Carrão, distrito da Mooca – Tatuapé; no distrito de Ermelino Matarazzo -Jardim São Carlos, distrito da Vila Maria - Parque Novo Mundo, além alunos do Município de Guarulhos.

Figura 30: Local de Residência dos alunos do curso de Mecânica de Automóveis (1959 -1962)



Fonte: Prontuários de alunos (Elaborado pelo Autor)

No ano de 1958, o Estado de São Paulo contava com 110 unidades escolares de ensino industrial de Ciclo Básico, Mestria e Técnico na esfera Federal, Estadual e Municipal. Sendo na Esfera Estadual, 93 unidades com cursos no Ciclo Básico, 32 de Mestria e cinco pertencentes ao Ciclo Técnico, neste ano, o número de alunos matriculados nas unidades escolares no estado era de 8375 alunos entre homens e mulheres, sendo 3207 alunos do sexo masculino matriculados no ensino Industrial Básico e 129 nos cursos de Mestria. No ano seguinte, o número unidades escolares de Ciclo Básico e Mestria sobre para 138 unidades, um aumento de 9% no número de escolas da rede de ensino industrial, no Censo de 1959, os dados sobre os alunos matriculados nos cursos industriais e de mestria são apresentados unificados, sendo um total de 3721 alunos matriculados, apesar do aumento das unidades escolares, o aumento na oferta de matrículas representou somente um acréscimo de 10% no universos de alunos nos cursos industriais e de mestria (IBGE, 2022).

Segundo Fonseca (1961, p. 280), “apesar das inscrições terem sido sempre numerosas, as deserções, durante o ano, também o foram e o número dos que chegaram a completar os estudos limitou-se a pouca coisa”. Entre 1959 e 1962, a escola teve três turmas de Mecânica de Automóveis, com 84 alunos matriculados no total, sendo 70 alunos conseguiram concluir o primeiro ano do curso, e 26 o segundo ano do curso. O Quadro 34 apresenta os números de matriculados e aprovados em cada turma. O número total de alunos concluintes no curso é de 31%, sendo 57% de alunos do subdistrito da Penha, 11% do Aricanduva, 21% Mooca e 4% Guarulhos. Apesar de a maioria dos alunos residir no bairro da Penha, o número de reprovações deste foi de 75% dos alunos moradores no bairro.

Quadro 34: Aprovados em Mecânica de Automóveis (1959-1962)

Ano	Matriculados	Aprovados	
		1º	2º
1959	33	23	13
1961	31	29	13
1962	20	18	0
TOTAL		70	26

Fonte: Prontuários de alunos (Elaborado pelo Autor)

Segundo Fonseca (1961), a maior causa da evasão é em decorrência da condição econômica da família, com o recebimento dos certificados de conclusão do primeiro ano do

curso, e com alguns conhecimentos profissionais, o que habilitava o jovem ao mercado de trabalho, desta forma, ele poderia ajudar nos orçamentos domésticos.

Durante a permanência do aluno na unidade escolar, ele deveria obrigatoriamente frequentar as aulas, tanto das disciplinas como das práticas educativas, bem como a realização de exercícios que poderiam ser escritos, orais ou práticos, igualmente obrigatórios; no ensino profissional, recomendava-se que os exercícios práticos fossem realizados sempre que possível, na forma de trabalho industrial, manualmente, com a utilização de aparelhos, instrumentos ou máquinas nas oficinas ou em outros. Sendo mensalmente realizado entre os meses de março a novembro em cada disciplina os exames escolares, resultante de seu aproveitamento, por meio de exercícios escolares. No parágrafo único do art. 42, a nota anual de exercícios escolares da disciplina será composta da média aritmética das notas de cada mês (BRASIL, 1942a). O registro de notas era feito da seguinte forma (Anexo I):

- Notas mensais – março, abril, maio, agosto, setembro e outubro – sendo obtido por meio de média aritmética a nota anual;
- Notas parciais: 1.º e 2.ª nota parcial – média condensada = (nota anual + 1.ª prova + 2.ª prova) /3;
- Exame final, Exame de 2.ª Época e Nota Final.

Sobre a Habilitação, o somente era aprovado o aluno que realizar o obtiver aproveitamento em todos dos trabalhos obrigatórios (BRASIL, 1959):

Art. 34. Somente será considerado aprovado em prática de oficina o aluno que houver realizado, com aproveitamento, todos os trabalhos considerados obrigatórios, constantes do programa. Parágrafo único. Nenhum aluno poderá recusar-se a realizar trabalhos suplementares, se o ano letivo o permitir, deste que figurem no programa.

Art. 35. Será considerado habilitado para efeito de promoção ou conclusão de curso o aluno que obtiver: 1 - Nos Cursos de Aprendizagem Industrial - média global 5, pelo menos, no grupo das matérias de cultura geral e no das matérias de cultura técnica, nota final 4, pelo menos, em cada uma das matérias da série cursada. Parágrafo único. Considerar-se-á aprovado independentemente de exame final em cada matéria o aluno que obtiver média anual igual ou superior a 7.

Segundo Portaria Ministerial n.º 458/1948, com dois períodos letivos, cada um com cinco meses, durante doze horas semanais, sendo oito para as disciplinas dedicadas a prática do ofício, Oficina, Desenho, Tecnologia e Práticas de Oficina, e quatro para as disciplinas de Português e Matemática (FONSECA, 1961). O quadro 35 apresenta as notas finais do 2º ano da primeira turma de 1959. As notas em negrito do quadro apresentam as maiores notas do segundo ano do curso, é possível identificar o aluno da classe 11, filho de pedreiro, formado no ensino primário no Grupo Escolar Professor Luiz Antônio Fragoso, em Cidade Patriarca, em 12 de dezembro de 1956.

Quadro 35: Nota Final do 2.º ano da turma de Mecânica de Automóveis (1960)

Aluno	Português	Matemática	Desenho	Tecnologia	Oficina
1	62	62	54	60	54
2	82	71	75	52	66
3	57	55	60	56	66
4	52	61	58	51	76
5	67	52	54	58	62
6	64	74	65	69	71
7	70	71	76	53	59
8	68	66	69	68	72
9	72	62	74	62	58
10	78	66	52	62	52
11	81	82	82	78	68
12	82	52	87	62	70
Média	70	65	67	61	65

Fonte: Prontuários de alunos (Elaborado pelo Autor)

No ano de 1961 (quadro 36), as notas finais do 2.º ano do curso somente foram lançadas as notas das disciplinas de Português, Matemática e Tecnologia, as disciplinas de Desenho e Oficina, não constam a nota do Exame Final e conseqüentemente a nota final, não temos informações sobre qual motivo da falta de lançamento.

Quadro 36: Nota Final do 2.º ano turma de Mecânica de Automóveis (1961)

Aluno	Português	Matemática	Desenho	Tecnologia	Oficina
1	51	42	69	73	64
2	72	60	61	59	66
3	73	70	65	77	75
4	61	45	67	65	67
5	56	48	56	61	68
6	52	51	51	67	61
7	61	41	50	50	58
8	66	59	50	71	61
9	53	52	60	70	79
10	65	52	67	72	65
11	57	45	58	51	65
12	55	48	65	51	59
13	64	64	64	63	59
Média	60	52	60	64	65

Fonte: Prontuários de alunos (Elaborado pelo Autor)

As notas utilizadas nas disciplinas de Desenho e Oficina é a média condensada, percebemos que as notas da segunda turma caíram consideravelmente comparando com as notas da primeira turma.

A terceira turma admitida no ano de 1961 (quadro 37) e com término em 1962, não houve aprovado para o segundo ano, levantamos duas hipóteses: primeira – mudança no currículo do curso, em que o tempo necessário para a formação foi reduzido; segunda – o número de alunos aprovado para o segundo ano não permite a abertura de sala.

Quadro 37: Nota Aprovação do 1.º ano da turma de Mecânica de Automóveis (1961)

Aluno	Cultura Geral	Cultura técnica	Nota de Aprovação
1	69	65	65
2	55	56	56
3	82	92	86
4	57	63	59
5	65	71	63
6	58	56	57
7	62	59	61
8	54	66	60
9	53	60	57
10	57	58	58
11	52	53	53
12	72	82	79
13	54	59	57
14	76	72	76
Média	62	65	63

Fonte: Prontuários de alunos (Elaborado pelo Autor)

O Órgão de Cooperação Escolar (O.C.E), iniciou-se em setembro de 1959, e atuou até o ano de 1969, quando houve alteração para Associação de Pais e Mestres. Durante este período os associados realizavam contribuições mensais para o órgão, sendo a mensalidade para os alunos no valor de Cr\$10,00 (Dez Cruzeiros mensais). Com o valor arrecadado se compravam materiais para a secretaria, materiais para alimentação, materiais diádico, materiais esportivos, materiais escolares, materiais para a oficina mecânica e industrial, materiais para manutenção e reforma, materiais para primeiros socorros, uniforme escolar e utensílios diversos (Anexo S.(c)) O quadro 38 apresenta a evolução das receitas e despesas, durante o período de duração

do curso extraordinário em Mecânica de Automóveis, devido ao aumento de associados neste período.

Quadro 38: Receitas e Despesas da O.C.E. (1959-1961)

PERIODO	1959		1960		1961	
	Receita	Despesa	Receita	Despesa	Receita	Despesa
Saldo	0,00		2425,00		3347,00	
Jan.	0,00	0,00	705,00	170,00	0,00	0,00
Fev.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mar.	0,00	0,00	0,00	1537,00	2500,00	650,00
Abr.	0,00	0,00	995,00	1483,00	3362,00	1260,00
Mai.	0,00	0,00	1560,00	120,00	3020,00	1542,00
Jun.	0,00	0,00	0,00	0,00	2990,00	534,00
Jul.	0,00	0,00	4115,00	3558,00	0,00	0,00
Ago.	745,00	0,00	1010,00	230,00	650,00	1000,00
Set.	410,00	0,00	1790,00	150,00	650,00	1500,00
Out.	370,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Nov.	490,00	0,00	670,00	240,00	310,00	4370,00
Dez.	410,00	0,00	230,00	2665,00	1130,00	4480,00
TOTAL	Cr\$2425,00	Cr\$0,00	Cr\$13500,00	Cr\$10153,00	Cr\$17959,00	Cr\$15336,00

Fonte: Arquivos da O.C.E (Elaborado pelo Autor)

3.2 Aprendizagem profissional de Mecânica de Autos (1962)

Com a fixação das Diretrizes e Bases da Educação Nacional, a Lei n.º 4.024 de dezembro de 1961, é garantido a todos o direito a educação, sendo a obrigação do poder público ministrar o ensino em todos os graus. Suas aplicações de modo geral não representam o acesso e a participação das camadas mais populares pela ausência de integração com outros setores da vida pessoal, condições de infraestrutura e a aplicação da própria lei (ROMANELLI, 2013).

A educação de Ensino Médio ou Grau, ministrado em dois ciclos, ginasial e o colegial, compreendia os cursos secundários, técnicos (industrial, comercial e agrícola) e de formação de professores de ensino primário é pré-primário. Nos estabelecimentos de ensino industrial, era possível a oferta de cursos de Aprendizagem, Básico ou Técnico, e cursos de Artesanal e de Mestria.

Como o menor somente poderia trabalhar a partir dos 14 anos de idade, o curso de aprendizagem era destinado aos aprendizes industriais, composto pela aprendizagem fundamental ou de cultura, e outra para a iniciação da aprendizagem profissional. Para Carayon (1987) [...] o curso de aprendizagem para a formação de jovens e adultos buscava atender as necessidades imediatas das indústrias, para o exercício de um ofício.

Os cursos de aprendizagem industrial, eram, normalmente, instalados em indústrias ou centros industriais de maior densidade, ou em escolas profissionais mantidos por órgãos públicos, Escolas Industriais Federais e Estaduais, ou em colaboração com a indústria, como nos estabelecimentos do Serviço de Aprendizagem Industrial (SENAI), e entidades educativas privadas, para a formação do Aprendiz.

O Aprendiz, considerado por Lei, o maior de 14 anos e menor de 18 anos, apto para executar trabalho em situação de aprendizagem, possibilitava uma formação imediata aos jovens de 14 anos, destinados formar e qualificar os operários, preparando o futuro operário para o mercado de trabalho, ou seja, o trabalhador qualificado. Que ao ingressar no mercado de trabalho, diversos transtornos poderiam ser reduzidos, eliminando a ociosidade do tempo do jovem com atividades profissionais e educacionais, este deixaria de causar problemas profissionais, porque estaria sendo preparado para a execução de um ofício nas indústrias, exercendo a função de aprendiz, auferindo ganhos econômicos, com isso menos encargos a economia da família, atenuando problemas familiares e políticos.

Assim, o processo de aprendizagem, de acordo com a Portaria n.º 127/1956, do Ministério do Trabalho, corresponde ao “processo educacional com desdobramentos do ofício, ou da ocupação, em operações ordenadas de conformidade com um programa, cuja execução se faça sob a direção de um responsável, em ambiente, adequado a aprendizagem” (FONSECA, 1961).

Desta forma, era estabelecido como condição mínima para o ingresso nos cursos de aprendizagem, a idade mínima de 14 anos, conforme Decreto-Lei n.º 5.452/1943, que aprovou a Consolidação das Leis do Trabalho, em seu Parágrafo único, “considera-se aprendiz o trabalhador menor de 18 e maior de 14 anos, sujeito à formação profissional metódica do ofício em que exerça o seu trabalho”, a legislação somente reconhece contrato de aprendizagem aos menores de 18 anos e maiores de 14 anos, tanto nos estabelecimentos industriais, quanto nos de ensino industrial.

Segundo o Decreto n.º 473038/1959, a Prática de Oficinas, deveria ser realizada por meio de series metódicas de exercícios, assim, o exercício de um ofício pode ser entendido como um ramo de atividade ou trabalho que inclui “blocos” ou “Ocupações derivadas”, cada

um destes blocos constitui-se de uma operação, baseada em tarefas realizada pelos indivíduos. De forma ilustrativa, podemos apresentar os blocos contidos no aprendizado do ofício em Mecânica de Automóveis (MEC, 1965): “I - Suspensão; II - Rodagem; III - Freios; IV - Direção; V - Transmissão; VI - Sistemas de Alimentação; VII - Arrefecimento; VIII - Inflamação; IX - Sistema Elétrico; X - Motor; XI - Lubrificação; XII – Afinação”.

Séries Metódicas ou Série Metódicas de Oficina (SMO), era um conjunto de folhas instrucionais, “tarefas típicas e operações básicas do ofício”, apresentada em cadernos de estudo, “organizado em escalas progressivas dos trabalhos práticos” (MEC, 1965), podendo também ser apresentado em formato de quadro, que serviria para auxiliar no processo aprendizagem do aluno e a instrução do docente.

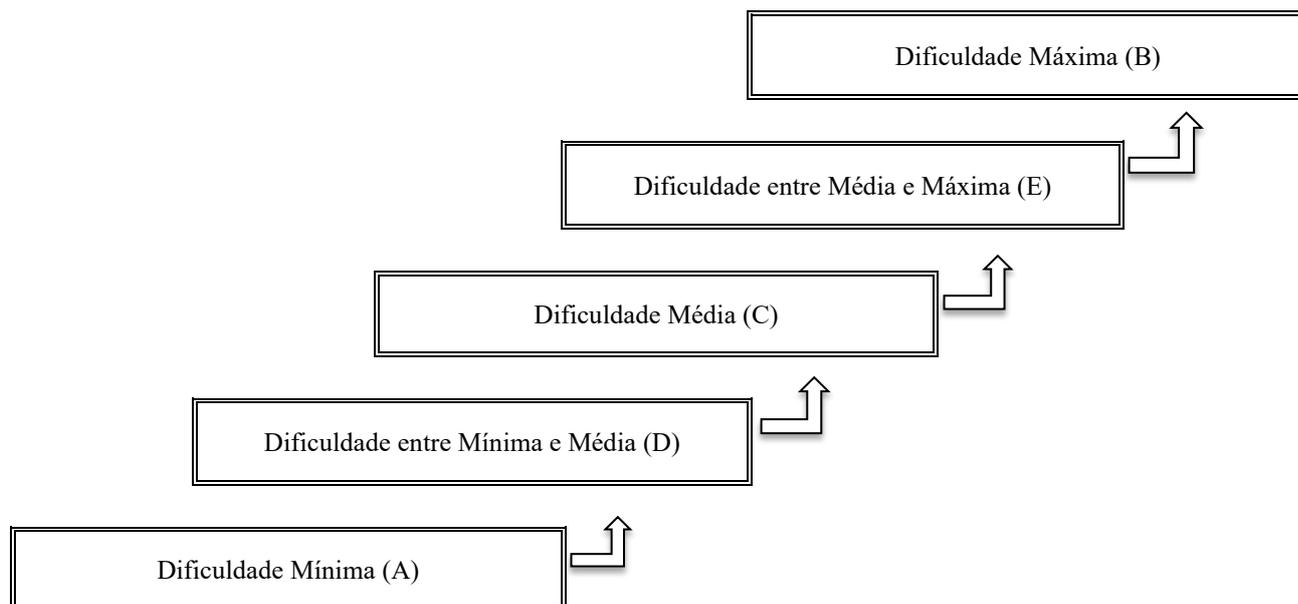
A organização de toda Série Metódica, apresentavam as operações em diferentes graus de complexidades e dificuldade, que muitas vezes divergiam da ordem do processo de fabricação, devendo ser organizada de acordo com o processo (MEC, 1965):

- 1) Escolher a ficha (A) correspondente a operação mais simples;
- 2) Selecionar a ficha (B) da operação mais difícil de todas e colocá-la em último lugar;
- 3) Selecionar a ficha da operação (C) que precede e colocá-la entre as duas primeiras;
- 4) Selecionar uma operação (D), cujo grau de dificuldade se situe entre a mais simples (A) e a de dificuldade média (C) e colocar a ficha correspondente entre (A) e (C);
- 5) Selecionar uma operação (E), cujo grau de dificuldade esteja entre a média (C) e a máxima e colocar a ficha correspondente entre elas.

Conforme Machado (2014), composta por desenhos, o aluno conhecia todas as informações tecnológicas relativas ao “método de trabalho”. Por meio de “quadros demonstrativos e explicativos”, o aluno poderia compreender todos os serviços que orientam na execução dos “processos racionais do trabalho em oficinas mecânicas”, distinguindo o modo correto de utilizar as ferramentas, bem como seu modo incorreto. Desta forma, a Série Metódica, poderia representar a evolução profissional do aluno, iniciando a partir das tarefas menos complexas, as mais complexas.

Cabia ao mestre organizar a sequência didática, organizar e preparar o ambiente da oficina, para que fosse apresentado aos alunos as operações que deveriam ser realizadas, sendo cada operação representada uma ou conjunto de fichas, determinando o grau de escala de dificuldade, da tarefa mais simples para a mais complexa (Figura 31).

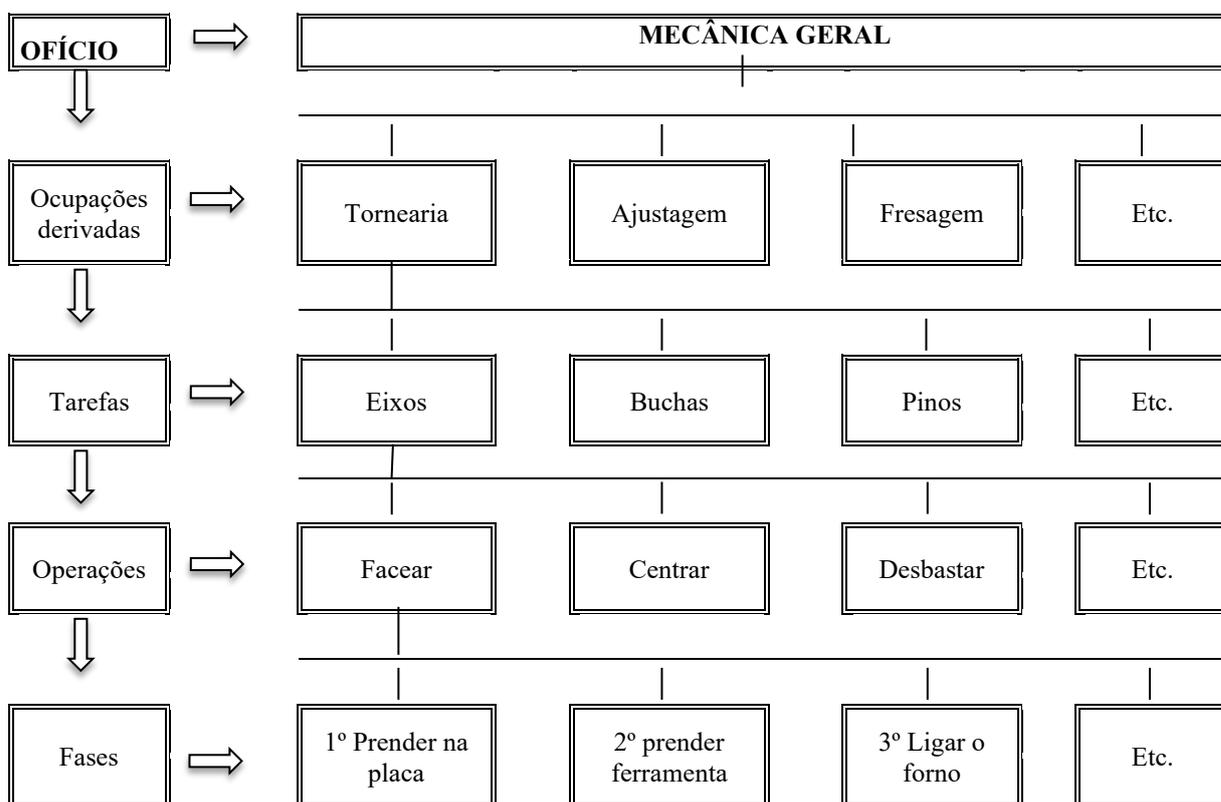
Figura 31: Série Metódica: grau de complexidades das operações



Fonte: MEC (1975, adaptado pelo autor)

A figura 32 apresentamos um exemplo da análise gráfica do curso de Mecânica Geral, indicando a divisão do ofício em ocupações derivadas (unidade ou bloco de um ofício), tarefas (trabalho a ser realizado), operações (parte da tarefa a ser realizada) e fases (decomposição das operações).

Figura 32: Análise gráfica da série metódica

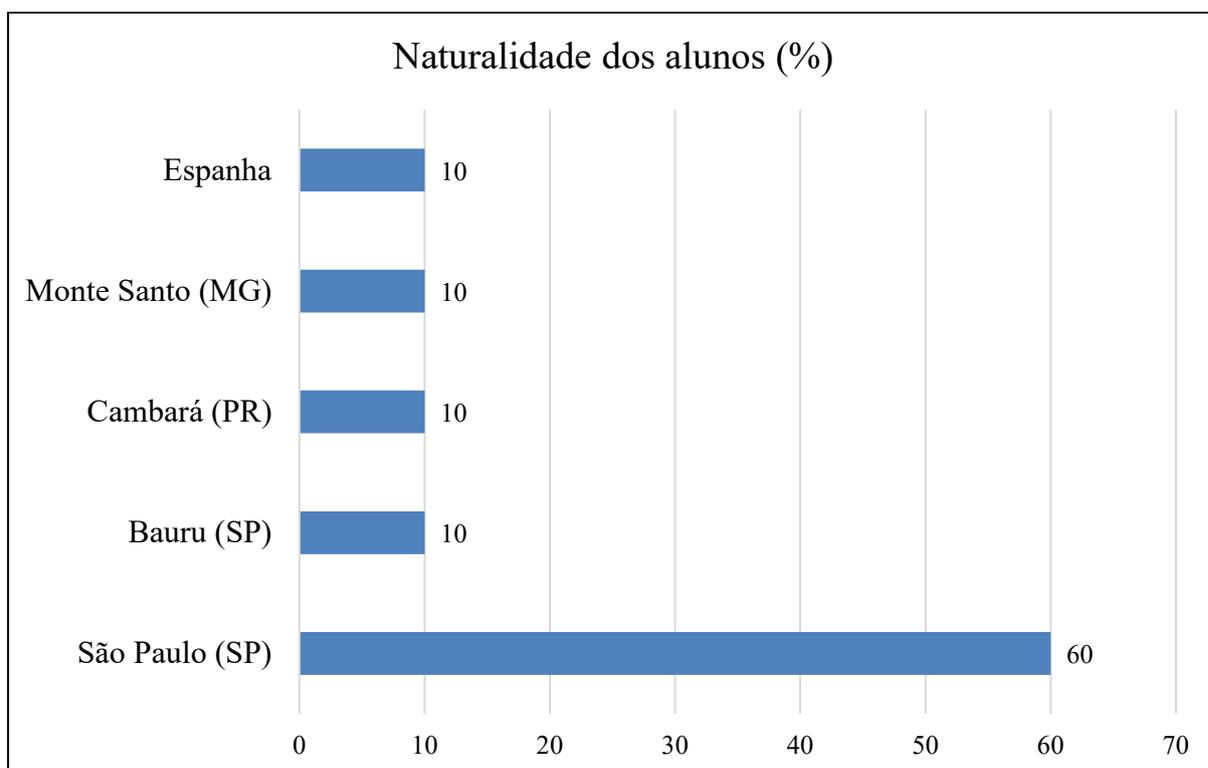


Fonte: MEC (1975, adaptado pelo autor)

Segundo Teixeira (2018), de forma didática o ofício era decomposto em ocupações derivadas, tarefas, operações e fases, sendo que cada tarefa é resultante da decomposição das ocupações derivadas, que representam a execução do produto, processo ou serviço a ser ensinado; as operações, são partes das tarefas, e resultam da decomposição das ações menores. Enquanto as fases dizem respeito aos cuidados técnicos que devem ser observados durante a realização da tarefa e o tempo de execução. A classificação das operações por ordem de dificuldade, em unidades de aprendizagem, possibilitava maior rendimento no processo de aprendizagem do aluno, devendo ser levado outros fatores que poderiam influenciar a execução das operações, como a habilidade manual, conhecimentos necessários, capacidade de julgamento e qualidade do trabalho (MEC, 1965).

Em 24 de fevereiro de 1962, são matriculados os alunos no curso de Aprendizagem Profissional de Mecânica de Automóveis, pela EIP. O curso de primeiro ciclo, sendo considerado ginásio industrial, tinha duração de três anos, as matrículas foram registradas no Prontuário Individual⁴⁸ (Anexo J). O curso era destinado aos jovens a partir de 14 anos, para obtenção de ofício qualificado em conhecimentos básicos e úteis ao desenvolvimento do trabalho industrial.

Gráfico 9: Naturalidade dos alunos do curso de Aprendizagem Profissional em Mecânica de Autos (1962)



Fonte: Prontuários de alunos (Elaborado pelo Autor)

⁴⁸ Cód. 0.200.005 – DEP – 50.000 – 6/65

Os alunos matriculados tinham idade entre 14 (60%) e 15 (40%) anos, quanto a cor ou raça podemos identificar apenas por meio das fotos dos arquivos 80% dos alunos são de cor branca e 20% de cor preta. Não foi possível obter informação sobre baixo número de matrículas, ou mesmo se houve mudanças ou extravios de prontuários. O gráfico 9 apresenta o local de nascimento dos alunos, sendo 70% nascidos no Estado de São Paulo, 20% de outros estados e somente 10% de nacionalidade estrangeira.

Na ficha dos alunos matriculados em 1962, verifica-se o nome da unidade como sendo Ginásio Industrial Estadual “Prof. Aprígio Gonzaga”, esta denominação somente é utilizada a partir de 1965, possivelmente os prontuários dos alunos foram refeitos, não consta nenhuma informação a respeito no prontuário.

O Prontuário Individual (Anexo J) é composto dos seguintes dados sobre o aluno:

- Dados da Matrícula: curso, número e data da matrícula;
- Dados do aluno: nome, naturalidade, nascimento, certidão de nascimento, filiação, quitação militar, título de eleitor, curso primário, residência e religião.
- Exame de admissão: data e notas nas disciplinas: Português, Matemática, Geografia e História do Brasil, Média Geral e Classificação.

Segundo o artigo 31 da Lei n.º 6.052 de 1961 (ALESP, 1961), para a realização da matrícula, o candidato deveria ser aprovado em exame vestibulares, o exame de admissão nos cursos industriais somente era necessário quando o número de candidatos fosse superior ao número de vagas oferecido pela instituição, no curso de Aprendizagem Profissional em Mecânica de Autos foram identificados somente dez prontuários de alunos, não sabemos se houve a necessidade de realização desse exame. Para a efetuação da matrícula era necessário que o candidato atendesse as demais condições conforme Decreto-Lei 38.643 (ALESP, 1961):

Artigo 66 - São condições para inscrição à matrícula nos Cursos Industriais ou de Economia Doméstica e de Artes Aplicadas, de aprendizagem profissional:

- 1) - Ter o candidato, pelo menos, 14 anos de idade, completos, na data de início do curso;
- 2) - Não ser portador de moléstia contagiosa;
- 3) - Estar vacinado contra a varíola;
- 4) - Possuir capacidade física verificada mediante exame médico, para os trabalhos que deva realizar;
- 5) - Ser aprovado em exame de conhecimentos elementares, exigidos para cada curso especificamente, a critério da escola ou possuir certificado ou diploma que demonstre esses conhecimentos;
- 6) - Estar em dia com as obrigações do serviço militar, quando do sexo masculino e maior de 17 anos;
- 7) - Apresentar prova de estar alistado como eleitor, para maiores de 18 anos.

Quanto à nacionalidade dos pais, dos dez alunos matriculados 80% tinham como nacionalidade brasileira, 10% nacionalidade espanhola e 10% italiana. A profissão do pai dos

alunos do curso de Aprendizagem Profissional em Mecânica de Autos, 60% se encontravam no setor de serviços como: ambulantes, comerciantes, pastilheiro, pedreiro, pintor e sapateiro. Os pais aposentados ou falecidos representam 30% e 10% não tinham registro da ocupação laboral. As mães: 70% desempenham funções domésticas, não é possível identificar se havia algum tipo de remuneração, 10% exerciam a função em oficinas de costura e 20% sem descrição de atividade exercida.

Apesar do local de nascimento de 40% os alunos matriculados no curso de Aprendizagem profissional em Mecânica de Autos serem em locais diferentes, 100% dos alunos frequentaram o ensino primário do município de São Paulo, principalmente oriundo do bairro da Penha, e de regiões circunvizinhas, como Vila Matilde, Vila Carrão e Vila Cisper. Como podemos observar no quadro 39 sobre as escolas de Formação no Ensino Primário.

Quadro 39: Escola de Formação no Ensino Primário dos alunos do curso de Aprendizagem Profissional em Mecânica de Autos (1962)

Ensino primário	Bairro	Distância EIP (km)
Grupo Escolar "Barão de Ramalho"	Penha	2,0
Grupo Escolar "Dom Bernardo Rodrigues Nogueira"	VI. Matilde	3,6
Grupo Escolar "João Teodoro"	VI. Matilde	2,2
Grupo Escolar "Santos Dumont"	Penha	1,2
Escolas Agrupadas Municipais "Henrique Pegado"	Cisper	6,8
Grupo Escolar "Dr. Bernardo Rodrigues Nogueira"	VI. Matilde	3,6
Grupo Escolar "Almirante Barroso"	Pari	7,4
Grupo Escolar "Prof. ^a Luiza de Lima Paiva"	Vila Carrão	3,9

Fonte: Prontuários de alunos (Elaborado pelo Autor)

De acordo com regimento interno dos estabelecimentos de ensino industrial, o aproveitamento escolar e a habilitação conforme legislação de 1961 (ALESP, 1961) deveria ser julgado conforme o aprendizado dos conhecimentos e das técnicas de trabalho do currículo, sendo a avaliação expressa em valores numéricos de acordo com os artigos:

Artigo 98 - A avaliação prevista no artigo anterior será expressa em valores numéricos de notas graduadas de zero a dez. Parágrafo único - Usar-se-ão números inteiros e as médias que apresentarem fração igual ou superior a 0,5 (cinco décimos) serão elevadas a unidade imediata desprezando-se a fração menor.

Artigo 99 - A avaliação em consonância com o disposto no artigo anterior, far-se-á através de:

- 1) Notas de prova, por matéria, em número mínimo de três por semestre, de preferência no fim dos meses de abril, maio e junho, para o primeiro semestre, e agosto, setembro e outubro, para o 2.º semestre, e para as matérias de cultura geral ou de cultura técnica teórica;
- 2) Nota anual, por matéria, que será a média aritmética das notas de provas e das notas atribuídas aos trabalhos exigidos dos alunos;
- 3) Nota de exame, por matéria, de primeira ou de segunda época;

4) Nota final, por matéria, sendo a média aritmética simples da nota anual e de exame, salvo no caso previsto no artigo 107;

5) Média Global expressa pela média aritmética simples das notas finais das diversas matérias, calculadas separadamente, para cada um dos grupos de cultura técnica e de cultura geral.

Na ficha de registros de notas e frequências do ano de 1962, a forma de lançamento corresponde as exigidas conforme legislação de 1961, alguns prontuários apresentam dois tipos de impressos, sendo refeito em data posterior no registro das fichas de notas e frequências⁴⁹ (ANEXO J), no qual se apresentava as disciplinas de Português, Matemática, História, Geografia, Ciências, Inglês e Desenho e campo para a inserção de outras disciplinas que compunham o currículo dos cursos e as disciplinas de Artes Industriais, Educação Física, Canto Orfeônico e Economia Doméstica.

A composição das notas apresenta um certo grau de complexidade, devendo a menção bimestral ser multiplicada por peso, conforme o bimestre. As notas de aproveitamentos (quadro 40), referem-se aos quatro bimestres, em que a nota deveria ser multiplicada por um peso conforme o bimestre, soma-se total acrescida do peso, no final do ano era realizado o Exame Final (Nota x 3), e a nota final era obtida pela soma total mais exame final, assim obtendo a nota total e pôr fim a média do aluno. Dos dez registros encontrados, somente seis possuem as notas e a frequência, sendo que eles obtiveram menção seis (dois) nos três anos e menção sete (4) dos três anos.

Quadro 40: Composição das notas do curso de Aprend. Prof. em Mecânica de Autos (1962)

Notas De Aproveitamento				TOTAL	Exame Final	Nota Final		Segunda Época					TOTAL	Média Final
1 ^a	2 ^o	3 ^o	4 ^o					1 ^o	2 ^o	3 ^o	4 ^o	EXAME FINAL		
B.	B.	B.	B.					B	B	B	B	FINAL		
N	N	N	N		N x 3	Total	Média	N	N	N	N	N x 4		
x 1	x 2	x 2	x 2						x 1	x 1	x 2		x 2	

Fonte: Prontuários de alunos (Adaptado pelo Autor)

Nos registros consultados (quadro 41), foi encontrado o quadro que constava a quantidade de aulas semanais, ministradas de segunda a sábado, nas três séries do curso de Aprendizagem em Mecânica de Autos, sendo 60% de aulas destinadas a formação profissional, as disciplinas de Cultura Técnica (Práticas de Oficina (16) , Desenho (2) e Tecnologias (1)), e

⁴⁹ Cód. 0.200.004 – DEP – 200.000 – 6/65

40% de disciplinas de Cultura Geral (Português, Matemática, Ciências e Educação Física, duas aulas semanais, e História, Geografia e Canto Orfeônico, uma aula semanal).

Quadro 41: Carga semanal de aulas de Aprend. Prof. em Mecânica de Autos (1962 - 1964)

Disciplina	Ano		
	1º	2º	3º
Português	2	2	2
Matemática	2	2	2
História	1	1	1
Geografia	1	1	1
Ciências	2	2	2
Desenho	2	2	2
Tecnologia	1	1	1
Práticas	16	16	16
Educação Física	2	2	2
Canto Orfeônico	1	1	1
Total Semanal	30	30	30

Fonte: Prontuários de alunos (Elaborado pelo Autor)

As disciplinas de Educação Física eram obrigatórias aos menores de 18 anos, ministrada fora do estabelecimento da unidade e Canto Orfeônico, também obrigatória a menores de 18 anos, era ensinada por meio de aulas e exercícios de canto orfeônico, sendo em ambas o lançamento da frequência.

Figura 33: Capa e Índice do livro de Ensino Religioso “Luz do Céu”



Fonte: Alexandria Católica (2020)

No ano de 1963, é adquirido da Paróquia de Nossa Senhora da Penha, catorze exemplares do livro “Luz do Céu” (Figura 33), pelo valor de Cr\$2.800,00 (Dois Mil e

Oitocentos Cruzeiros). O livro é uma introdução ao Curso de Religião para o primeiro ano do Ginásio, editado pela Editora Salesiana, o livro teve quatro edições (1953, 1954, 1964 e 1965). Possuindo 152 páginas, apresentava no índice com trinta lições e uma seção de perguntas e respostas. O Artigo 97 e seus inciso da LDB de 1961 apresentam a forma que:

Art. 97. O ensino religioso constitui disciplina dos horários das escolas oficiais, é de matrícula facultativa, e será ministrado sem ônus para os poderes públicos, de acordo com a confissão religiosa do aluno, manifestada por ele, se for capaz, ou pelo seu representante legal ou responsável. § 1º A formação de classe para o ensino religioso independe de número mínimo de alunos. § 2º O registro dos professores de ensino religioso será realizado perante a autoridade religiosa respectiva.

Segundo Cunha e Fernandes (2012), o artigo 97 da LDB foi um produto de ampliação dos interesses religiosos, principalmente da Igreja Católica, apesar da laicidade do estado, a constitucionalidade do ensino religioso nas escolas. Não temos informação de como as aulas de Ensino Religioso eram ministradas, ou mesmo se eram ministradas na unidade, quem ministrava e quais alunos frequentavam as aulas.

3.3 Ginásio Industrial (1963-1972)

A denominação de Ginásio Industrial, conforme a Lei n.º 3.552/59, complementada e regulamentada pelo Decreto n.º 50.492, de 25 de abril de 1961, manteve o caráter geral do curso Básico de Ensino Industrial, com o objetivo de ampliar os “fundamentos da cultura, e explorar as aptidões do educando e desenvolver suas capacidades, orientando, com a colaboração da família, na escolha de oportunidades de trabalhos e estudos ulteriores” (CARAYON, 1987, p. 77).

Pela nova Lei, os diversos cursos industriais básicos de primeiro ciclo, foram fundidos em um único curso, denominado Ginásio Industrial, com duração de quatro anos, para Shimizu (2010) o curso permitia “dar aos jovens uma cultura geral acompanhada de noções sobre vários ofícios, auxiliando o jovem egresso a decidir sua profissão de acordo com os seus pendores”. Em Barradas (1984), conforme o grupo de Coordenação do PIPMO em fevereiro de 1964, definia como Auxiliar Técnico, aquele com formação de primeiro ciclo em Ginásio Industrial, como o “auxiliar imediato do técnico”.

Para a realização da matrícula em qualquer série do curso Secundário e Normal, era necessário a realização de exames de seleção, e ser aprovado na prova escrita de Português e Matemática, conforme o programa do curso ou da série anterior. O exame de seleção deveria acontecer todas as vezes que o número de candidatos exceder o número de vagas ofertado pela unidade escolar (ALESP, 1961). Podemos dizer que o processo seleção reduzia o acesso de

parte da camada da população de baixo poder aquisitivo, devido a seletividade do sistema e a econômica. Quanto aos objetivos do ensino de primeiro e segundo grau, sobre a relação “qualificação para o trabalho” e autorrealização, Edilia Garcia diz que (1979, apud CARAYON, 1987, p. 164):

[...] se o preparo para o exercício de uma profissão é elemento de autorrealização e, pois, necessário a todos, quer nos parecer que seria muito oportuna a colocação da iniciação para o trabalho e mesmo da habilitação profissional em nível de primeiro grau como prioridades dos vários sistemas, por maior que seja o desafio que isso represente.

Em 1963, a rede de ensino industrial no Estado de São Paulo, possuía 43 estabelecimentos (Federal – 2, Estadual – 34 e Particular – 7), com 11.407 alunos matriculados. Para a realização da matrícula em qualquer estabelecimento do Ensino Secundário e Normal do Estado de São Paulo, segundo o Regimento Interno estabelecido pelo Decreto n.º 39.334/61 (ALESP, 1961), no momento da matrícula o candidato além de apresentar os documentos exigidos pela legislação, era necessário apresentação de declaração do pai ou responsável quanto a: aula de religião a ser assistida pelo aluno, valor de contribuição para o Órgão de Cooperação Escolar, conhecimento do Regimento Interno e cancelamento de matrícula após trinta dias de faltas consecutivas sem aviso prévio.

O Regime disciplinar dos alunos está contido no Decreto n.º 39.334/61, quanto ao Regimento Interno dos Estabelecimentos de Ensino Secundário e Normal do Estado de São Paulo, em que o aluno deveria tomar ciência dos quatro artigos que compõem a legislação (88, 89, 90 e 91) sendo dever cumprir os deveres escolares, o que lhe é vedado e as penalidades (ALESP, 1961):

Artigo 87 – Ao aluno cabe zelar pelo bom nome do estabelecimento, honrando-o por sua conduta irrepreensível e pelo cumprimento dos deveres escolares, tais como:

- 1) acatar a autoridade do diretor, dos professores e dos funcionários do estabelecimento e tratá-los com urbanidade e respeito;
- 2) tratar, com urbanidade, os colegas.
- 3) apresentar-se decentemente trajado e com asseio;
- 4) usar uniforme, quando adotado;
- 5) ser assíduo aos trabalhos escolares, comparecendo pontualmente as aulas, provas, sessões de Educação Física, ensaios de orfeão, excursões e outras atividades oficiais do estabelecimento;
- 6) ocupar, em classe, o lugar que lhe for designado, ficando responsável pela respectiva carteira;
- 7) possuir o material escolar exigido conservando-o em ordem;
- 8) levantar-se, em classe, à entrada e saída do professor, do diretor, de autoridade de ensino e visitas;
- 9) comparecer às comemorações civis e demonstrações, desfiles e solenidades escolares e ao Orfeão, quando, para isso, for convocado;
- 10) colaborar com a direção do estabelecimento na conservação do prédio, do mobiliário escolar e de todo o material de uso coletivo, concorrendo, também para que se mantenha rigoroso asseio no edifício e nos pátios;

- 11) observar, no recinto do estabelecimento, o silêncio compatível com a disciplina e a boa ordem do ensino;
- 12) justificar suas ausências e trazer consigo a caderneta escolar e apresentá-la sempre que isto lhe for exigido;
- 13) usar de rigorosa probidade na execução das provas, sabatinas e exercícios, sujeitos a julgamentos;
- 14) indenizar o prejuízo, quando produzir dano material ao estabelecimento, ou em objetos de propriedade de colegas, de funcionários e de professores;
- 15) contribuir para o Órgão de Cooperação Escolar e fazer parte de grêmios, clubes e associações que funcionem no estabelecimento;
- 16) submeter-se à autoridade do diretor e dos professores, onde quer que se encontre, quando uniformizado;
- 17) ter adequado comportamento social, concorrendo sempre, onde quer que se encontre, para elevação do conceito do estabelecimento;
- 18) manter-se atento às aulas e desincumbir-se das tarefas que lhe forem atribuídas pelos professores, dedicando-se ao estudo e a execução dos deveres escolares.

Artigo 88 - É vedado ao aluno:

- 1) entrar em classe ou dela sair sem permissão do professor, e do estabelecimento, sem a do diretor;
 - 2) transitar pelas imediações das salas de aula em funcionamento, a não ser quando necessário;
 - 3) ocupar-se, durante as aulas, de qualquer trabalho estranho a elas;
 - 4) Promover, sem autorização do diretor, coletas e subscrições dentro ou fora do estabelecimento;
 - 5) formar grupos ou promover algazarras e distúrbios nos corredores e pátios, bem como nas imediações do estabelecimento, durante o período das aulas e no seu início ou término;
 - 6) impedir a entrada de colegas na escola ou às aulas ou fora do estabelecimento ou concitá-los a ausências coletivas;
 - 7) solicitar, pessoalmente, ou por outrem, elevação de notas atribuídas, devendo dirigir qualquer reclamação, por escrito, ao funcionário encarregado do Serviço de Orientação Educacional, que será o intermediário para as explicações devidas;
 - 8) trazer para a escola, material estranho as atividades escolares;
 - 9) assacar injúria ou calúnia contra alunos ou funcionários do estabelecimento ou praticar, contra os mesmos, atos de violência;
 - 10) promover ou participar de movimentos de hostilidade ou desprestígio à escola e a seus elementos;
 - 11) praticar, dentro ou fora do estabelecimento, ato ofensivo a moral e aos bons costumes, ou capitulando na lei das contravenções penais;
 - 12) distribuir boletins no recinto do estabelecimento, e fazer publicações na imprensa de assuntos que envolvam o nome da escola, de professores ou funcionários, sem autorização do diretor;
 - 13) utilizar-se de livros, cadernos ou outros materiais de colegas, sem o consentimento deste;
 - 14) distrair a atenção dos companheiros em aula, com objetos, ditos, ou de qualquer outra forma.
 - 15) permanecer, nos recreios e intervalos, fora dos lugares que lhe forem destinados;
 - 16) gravar nas paredes, no assoalho ou em qualquer parte do edifício ou material escolar, palavras, desenhos ou qualquer sinais;
 - 17) fumar na sala de aulas, corredores e outras dependências do estabelecimento;
- Artigo 89 Aos alunos dos cursos normal, pós-graduados, primário anexo e de preparatório ao Ginásio, aplicar-se-ão, pela inobservância dos deveres e das proibições fixadas neste Regimento, as seguintes penalidades:
- 1) admoestação verbal;
 - 2) repreensão por escrito;
 - 3) suspensão até 8 dias;
 - 4) suspensão por mais de 8 e até 15 dias;
 - 5) transferência compulsória;
 - 6) perda de ano;
 - 7) exclusão com interdição de estudos em estabelecimento de ensino oficial.

§ 1.º As penas de suspensão até 15 dias, as transferências compulsórias e a perda do ano no estabelecimento serão aplicadas pelo diretor, de plano, segundo a gravidade da falta.

§ 2.º A pena de perda do ano implicará na retenção dos documentos de transferência, com interdição de estudo em estabelecimento de ensino oficial.

§ 3.º A pena de exclusão será aplicada mediante processo julgado pelo diretor, seguindo-se, sempre que possível, as normas estabelecidas para o processo administrativo.

§ 4.º As penas previstas nos itens 6 e 7 deste artigo serão convertidas em retenção do certificado ou diploma, pelo espaço de um ano.

§ 5.º O aluno suspenso não tem direito a participar de qualquer ato escolar que ocorrer no período da pena.

§ 6.º O estabelecimento não é responsável por extravio, perda de objetos ou de dinheiro dos alunos.

§ 7.º O diretor comunicará aos pais, pela caderneta escolar ou por ofício, a aplicação das penalidades.

Artigo 90 De qualquer penalidade aplicada caberá recurso ao órgão competente, interposto pelos pais ou responsáveis dos alunos. Parágrafo único: Os pais ou responsáveis terão 5 dias de prazo para apresentação do recurso, a partir da notificação. Artigo 91 Aos alunos do curso secundário, aplicar-se-ão, pela inobservância dos deveres e das proibições fixadas neste Regimento, as penas previstas no artigo 89.

Parágrafo único: As penalidades previstas nos itens 4, 5, 6 e 7 do artigo 89, só poderão ser aplicadas ouvida a Inspeção Federal.

A rematrícula para os alunos aprovados em uma das séries obedeceria a seguinte ordem segundo artigo 16 (ALESP, 1961):

- a) – os promovidos na série anterior, no próprio estabelecimento;
- b) – os repetentes pela 1.ª vez, no próprio estabelecimento;
- c) – os aprovados na série anterior, em outros estabelecimentos oficiais;
- d) – os aprovados na série anterior, em estabelecimentos reconhecidos;
- e) – os reprovados por 2 (dois) anos consecutivos, no estabelecimento, desde que apresentem boa conduta escolar, a critério do diretor.

Os alunos que fossem reprovados durante dois anos consecutivos e não satisfizerem a condição da letra “e”, perdiam o direito a renovação da matrícula. Tanto para os alunos reprovado em uma das séries, quanto para os reprovados durante dois períodos consecutivos, a matrícula somente era admitida se houvesse a disponibilidade de vagas na série matriculada, o que normalmente não ocorria devido ao alto grau de desistência ou de mudança de unidade escolar ou domicílio.

Entre os anos de 1963 a 1972, o Ginásio Industrial da Penha, em 1965, Ginásio Industrial Professor Aprígio Gonzaga, passa a oferecer o curso de ginásio industrial, com duração de quatro anos, oferecido no primeiro ano no período matutino, e em 1969 também no período vespertino, durante este período foram realizadas 381 matrículas encontradas no arquivo da Secretaria Acadêmica, tendo uma taxa de aprovação de 40% dos alunos concluintes, somente 154 alunos obtiveram a certificação de conclusão do curso no Ginásio Industrial (quadro 42).

Quadro 42: Número de alunos matriculados e Concluintes (1963 – 1972)

Ano	Turno			
	Matutino		Vespertino	
	Matriculados	Concluintes (%)	Matriculados	Concluintes (%)
1963	24	54	-	-
1964	49	43	-	-
1965	50	52	-	-
1966	26	31	-	-
1967	38	47	-	-
1968	22	55	32	56
1969	28	36	27	67
1970	21	38	17	41
1971	19	-	5	-
1972	23	-	-	-
TOTAL	300	37	81	53

Fonte: Prontuários de alunos (Elaborado pelo Autor)

Para Carayon (1987), a evasão escolar era um problema social e não individual. A desigualdade social estaria na desigualdade do indivíduo, esta desigualdade se manifestava no indivíduo, e expressava uma realidade coletiva e mais ampla. “O evadido é um grupo social ou uma fração de classe e não um caso particularizado. O fato de dizerem que o aluno não tem aptidão consiste numa maneira de legitimar a não produção das condições para que a aprendizagem realmente se efetive”.

De acordo com Fonseca (1961), a maior causa da evasão escolar era a condição econômica da família do aluno, cerca de 20% dos alunos matriculados nos cursos industriais no ano de 1960 chegavam ao término do curso. Segundo Cunha (1980, p. 129), o abandono escolar, não era exclusivo da educação profissional, “as taxas de reprovação e evasão somam-se a oferta limitada de vagas e resultam num afunilamento da distribuição dos alunos pelas diversas séries e graus”

Desta forma, o problema não era somente o sistema de avaliação, sim um conjunto de questões educacionais, tais como, currículo, quadro de professores, equipamentos, além das naturezas sociais, distância da escola, transporte, trabalho infantil e má alimentação (COELHO e GARCIA, 2014).

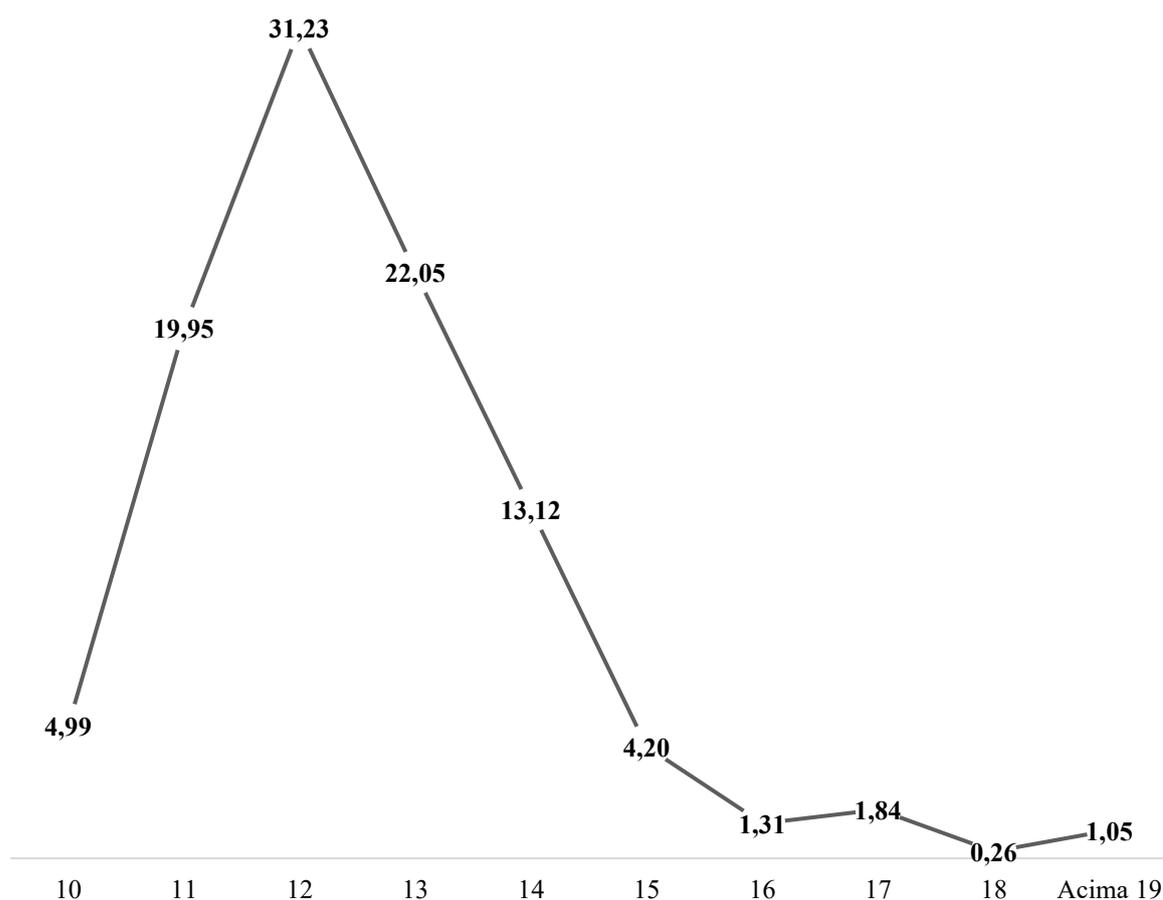
Para a realização da matrícula na primeira série, o candidato para o curso Industrial Básico (BRASIL, 1959) deveria atender as condições:

- a) ter, pelo menos, onze anos completos ou a completar durante o ano letivo;

- b) não ser portador de doença contagiosa;
- c) estar vacinado contra varíola;
- d) ter aprovação no último ano do curso primário ou no exame de verificação de conhecimentos equivalentes;
- e) possuir capacidade física para trabalhos escolares de, pelo menos, uma das atividades de prática em oficina ministradas na escola;
- f) estar em dia com as obrigações do serviço militar.

Quanto a letra “a” do artigo 26 sobre a admissão no curso Industrial Básico, apresentamos o gráfico 10, sobre a variação (%) nas idades dos alunos matriculados no curso Industrial Básico entre os anos de 1963 e 1972 no estabelecimento da Penha. Podemos observar que 53% dos alunos encontravam-se com idade entre 12 e 13 anos.

Gráfico 10: Variação (%) nas idades dos alunos matriculados (1963 -1972)



Fonte: Prontuários de alunos (Elaborado pelo Autor)

A letra “b” e “c”, do referido artigo, estabelece a condição que não ser portador de doença contagiosa e estar vacinado contra varíola. No dia 02 de setembro de 1967, foram

realizadas amostragem entre os alunos do curso Industrial básico, sendo aberta treze fichas médicas de alunos do Ginásio industrial para a realização dos exames (Anexo I).

A primeira etapa está relacionada ao índice de massa corporal (quadro 43), sendo utilizado as informações sobre idade, peso e altura. Dos treze alunos, 53% apresentam peso ideal, tendo massa corporal entre 19 e 22,4 de Índice de Massa Corporal (IMC), 15% apresentam IMC acima do peso, e somente 7% de IMC abaixo do peso.

Quadro 43: Quadro de inspeção médica (1967)

Classe	Inspeção médica	A	B	C	D
1°	Idade	16	14	14	15
	Peso	68	48	48	52
	Altura	1,74	1,49	1,53	1,65
2°	Idade	15	15		
	Peso	44	61		
	Altura	1,52	1,54		
3°	Idade	14			
	Peso	49			
	Altura	1,55			
4°	Idade	15	15	16	
	Peso	58	58	51	
	Altura	1,61	1,58	1,67	

Fonte: Prontuários de alunos (adaptado pelo Autor).

Sobre o quadro de antecedentes familiares, pais e irmão sobre o consumo de substâncias alcoólicas, somente 8% dos alunos afirmaram possuem familiares que possuem algum tipo de dependência ao álcool. Quanto as doenças como moléstias, epilepsia, tuberculose, sífilis, câncer, diabetes ou defeitos físicos, todas as respostas foram negativas.

Na ficha de inspeção médica, era questionado ao aluno quanto a doenças, enfermidades ou moléstias que o aluno já teve (quadro 44). O questionário obteve 100% de respostas negativas para: escarlatina, varíola, reumatismo, meningite, coreia, asma, febre tifoide, pleuris, menarca (somente para o sexo feminino), moléstias venéreas e outras moléstias. Quanto aos casos de maior incidência, podemos citar: varicela (54%), coqueluche, parotidite e desintéria (46%) e verminoses (31%) dos alunos responderam que sim já tiveram este tipo de antecedente. Já os antecedentes de maior ocorrência, estão amigdalite e pneumonia (23%), bronquite (15%), sarampo e impaludismo (8%); 38% dos alunos responderam que já realizaram algum tipo de operação e 8% que sofreram tiveram algum membro faturado.

Quadro 44: Quadro de inspeção médica - Antecedentes – Pessoais (1967)

Antecedentes – Pessoais	Respostas (%)	
	Sim	Não
Sarampo? Sofreu fatura? Impaludismo?	8	92
Varicela?	54	46
Escarlatina? Variola? Febre tifoide? Outras moléstias? Moléstias venéreas? Difteria?		
Reumatismo? Meningite? Coréia? Asma? Pleuris? Menarca?	-	100
Coqueluche? Parotidite? Disenteria?	46	54
Verminose?	31	69
Amigdalites? Pneumonia?	23	77
Bronquite?	15	85
Operado?	38	62

Fonte: Prontuários de alunos (adaptado pelo Autor).

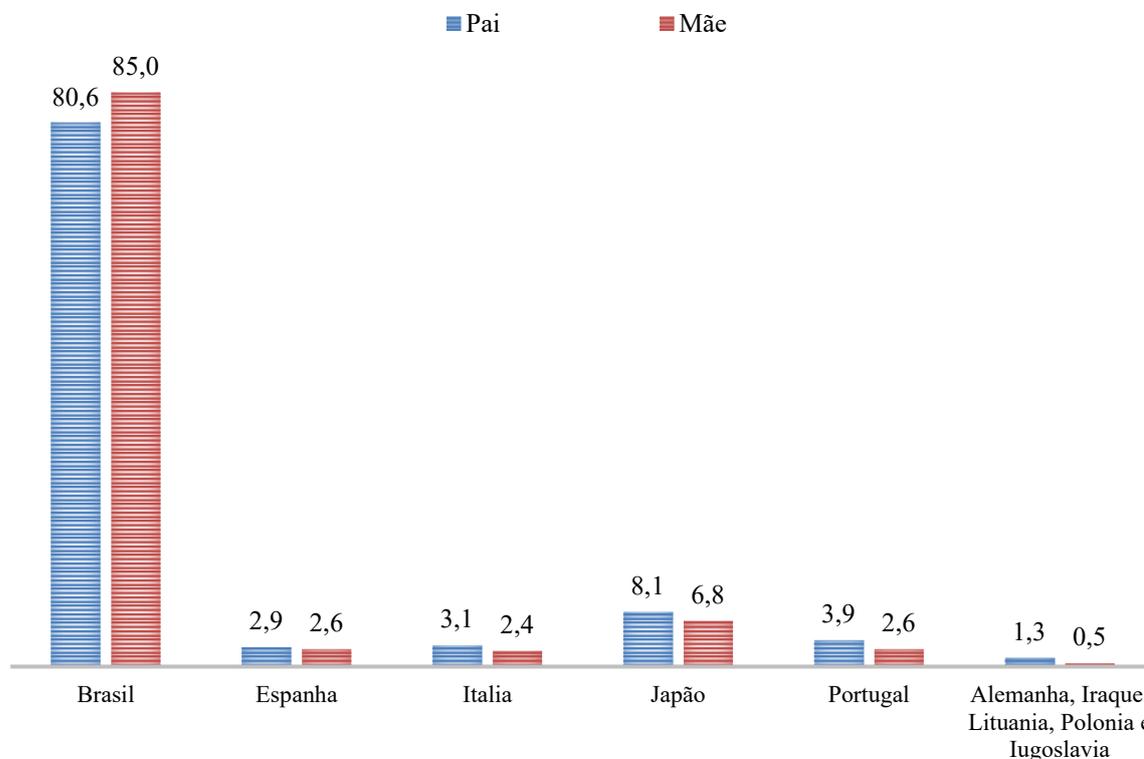
Segundo Sposito (2001, p. 97), “o processo de abertura de novas unidades escolares provocou de imediato, repercussões desfavoráveis e tentativas de resistência empreendidas por setores significativos da sociedade paulista”. Na capital, apesar de crescimento ter se intensificado após a década de 1950, também foi observado, orientações negativas diante da ampliação da rede.

Até 1949, existiam na cidade de São Paulo cerca de 32 Grupos Escolares funcionando, em 1953, este número salta para 71 unidades, entre 1954 e 1959, são adicionadas mais 70 unidades escolares, com o aumento na oferta de vagas para nos cursos primários; este número não foi suficiente para atender a demanda da capital, devido a crescente expansão da cidade e o aumento da população, conseqüentemente o aumento no número de matrículas (BICCAS e FREITAS, 2009).

A letra “d” sobre a realização da matrícula, quanto a aprovação em curso primário ou exame de verificação de conhecimentos equivalentes, em 21% das fichas de matrícula não apresentam a escola na qual o aluno realizou o ensino primário; 48 % dos alunos frequentaram unidade de ensino primário público e estadual, estabelecidos próximo a unidade de ensino industrial, entre as escolas de ensino primário com maior incidência de alunos, podemos citar as localizadas no bairro da Penha: Grupo Escolar Padre Antão (650m), Grupos Escolar Santos Dumont (1,7 km), Grupo Escolar Barão de Ramalho (2,1 km), no Tatuapé o Grupo Escolar Carlos Escobar (1,2km), no bairro de Vila Aricanduva, o Grupo Escolar Zalina Rolin; e 31 % de diversas unidades escolares, com baixa participação de alunos (Anexo U (a)).

Segundo Sposito (2001, p. 222), “a procura de escolas primárias abrangia, praticamente, a totalidade da população dos bairros periféricos: tanto moradores mais antigos como aquelas parcelas de migrantes recém-instaladas nas cidades”. Quanto à nacionalidade dos alunos matriculados, 96,1% de nacionalidade brasileira, 1,6% nacionalidade espanhola, 1,0% nacionalidade portuguesa e 0,5% de nacionalidade japonesa. No gráfico 12, apresentamos a nacionalidade dos pais dos alunos matriculados (1963 – 1972) e podemos observar que 80% dos pais e 85% das mães possuem nacionalidade brasileira e os outros de diferentes nacionalidades, sendo a maioria de origem japonesa (8%), portuguesa e italiana (3%), espanhola (2%) e origens diversas: alemã, iraquiana, lituano, polonesa e iugoslavos (1%). Apesar da baixa quantidade de alunos com nacionalidade estrangeira, o número de alunos com pais de origem estrangeira, representavam quase 20% dos alunos, matriculados, sendo de origem japonesa, o de maior representatividade, quase 9% dos alunos tinham origem ou descendência asiática, podendo ser denominados como Issei (primeira geração) e Nissei (segunda geração). E 10% de alunos com descendência europeia, vindo de países como Portugal, Espanha, Itália e Alemanha (Gráfico 11).

Gráfico 11: Nacionalidade dos Pais dos alunos matriculado (1963 -1972)

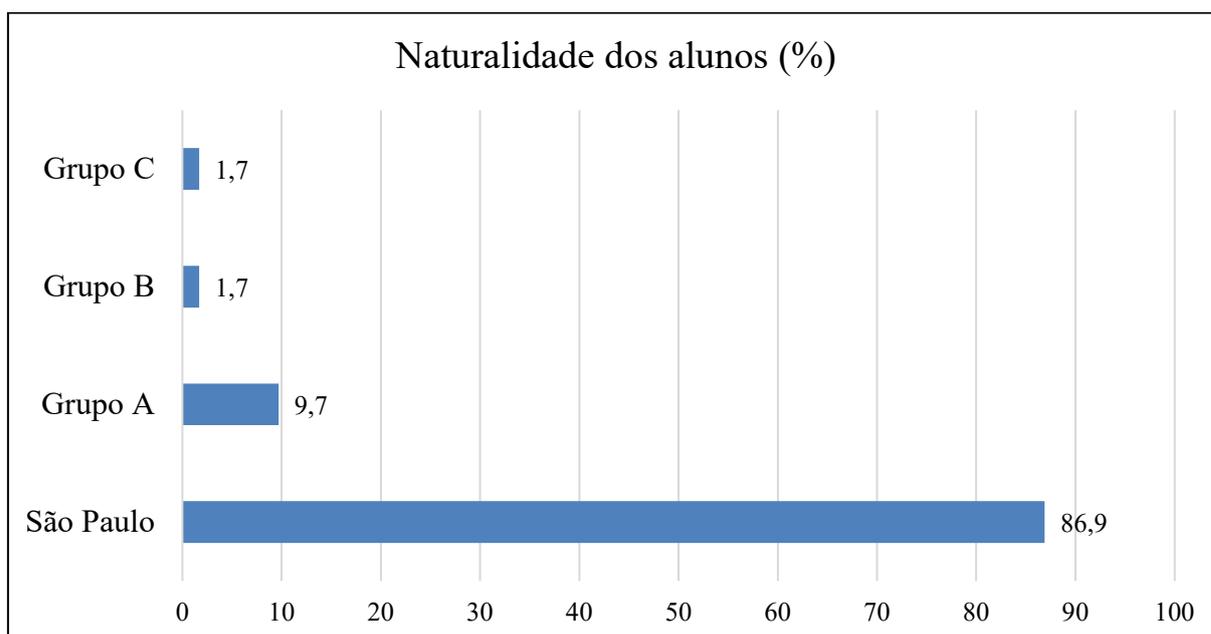


Fonte: Prontuários de alunos (Elaborado pelo Autor)

No curso de Ginásio Industrial, no período diurno, é observado um efeito migratório de 13% dos alunos matriculados, um fluxo rural-urbano, partindo do interior do Estado de São

Paulo para a capital paulistana, havendo uma redistribuição espacial da população, devido ao desenvolvimento econômico na cidade de São Paulo. Assim, o número de alunos com local de nascimento no Estado de São Paulo, representava de 96% dos alunos matriculados, e somente 4% naturais de outros estados do país. Como, Rio de Janeiro, 1,4%, 0,8% de Minas Gerais, 0,5% de Pernambuco, e 0,3% de diferentes estados, como Rio Grande do Sul, Paraná, Bahia, Sergipe e Paraíba. Tendo o município de São Paulo o local de nascimento de 87% dos alunos matriculados na unidade (gráfico 12).

Gráfico 12: Município de nascimento (%) dos alunos matriculados (1963 -1972)⁵⁰



Fonte: Prontuários de alunos (Elaborado pelo Autor)

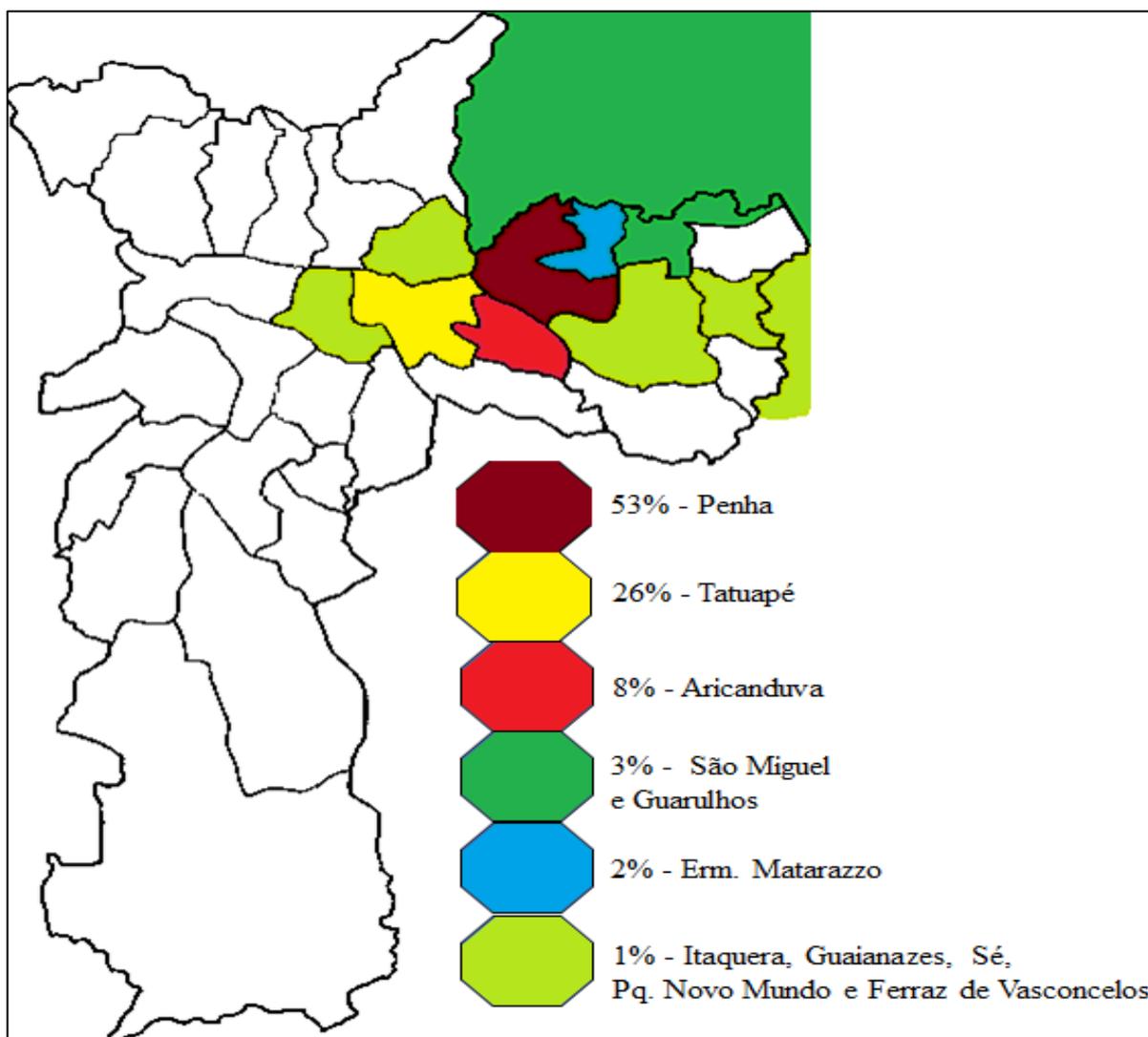
Para Sposito (2001), a ausência de equipamentos públicos nos bairros periféricos, causava certa insatisfação dos moradores, principalmente a falta de unidades escolares, as comissões de moradores pressionavam o Poder Público, exigindo respostas rápidas quanto as necessidades de escolas, tão urgente quanto os equipamentos de consumo coletivo urbano. Esta ausência de unidades de ensino profissional pode ser identificada a partir da figura 23, em que mostra o deslocamento de 10% dos alunos de bairros periféricos como, Ermelino Matarazzo, São Miguel, Artur Alvin, Itaquera, Guaianazes e Parque Novo Mundo, e também 4% dos alunos de município limítrofes da capital, Guarulhos e Ferraz de Vasconcelos. Existe o deslocamento

⁵⁰ Quantidade de alunos por município: Grupo A (1 aluno) Adamantina, Angatuba, Birigui, Coroados, Getulina, Getulina, Itaquaquecetuba, Jaboticabal, Jacaré, Lins, Lucélia, Mogi das Cruzes, Oswaldo Cruz, Pacaembu, Paraguaçu Paulista, Pedregulho, Pereira Barreto, Pindorama, Poá, Pompeia, Porto Feliz, Pracinha, Presidente Prudente, Ribeirão Preto, Roseira, Salto, São Caetano do Sul, São Carlos, Santo André, Sta. C. do Rio Pardo, Tapira, Tatuí e Urupês. Grupo B (2 alunos) Dracena, Guaratinguetá e Votuporanga. Grupo C (3 alunos) Araçatuba e Marília.

contrário, partindo da região central para os bairro, de 5% dos alunos, que residiam na Mooca, Belém e Sé. Mas em grande maioria dos alunos, 51% tinham como residência o bairro da Penha, ou em subdistritos do bairro. Outros 33% dos alunos em bairros circunvizinhos a unidade (Tatuapé, Aricanduva e Vila Matilde).

A figura 34 apresenta o local de residência dos alunos matriculados no Ginásio Industrial, durante o período de 1965 a 1972, e a sua distribuição dos alunos matriculados nos diferentes bairros que compõem o corpo discente.

Figura 34: Local de residência dos alunos matriculado (1963 -1972)



Fonte: Prontuários de alunos (Elaborado pelo Autor)

Quanto ao tempo de deslocamento entre a residência e a unidade escolar, a ficha médica (Quadro 45) apresenta diversos dados sobre o aluno, duas questões estão relacionadas ao tempo de deslocamento e o meio de transporte utilizado. Dos alunos que realizam o trajeto a pé, 39% percorrem o percurso de sua residência até a escola em torno de 7 a 20 minutos e 61 se

movimentam até a unidade utilizando o transporte coletivo, o tempo estimado do trajeto para 50% dos alunos é de até trinta minutos e para a outra metade variando de cinquenta minutos até duas horas o tempo de percurso até a residência.

Quadro 45: Quadro de inspeção médica - Informações do aluno (1967)

Informações do aluno									
Tempo de Trajeto?	Meio de transporte?	Tem outra ocupação	Horas dorme?	Horas acorda?	Usa escova de dentes?	Quantas vezes	Usa Dentífrício?	Usa Sabão?	n.º banhos
30 min	Ônibus	Não	22:00	05:30	Sim	3	Sim	Sim	7
20 min	A pé	Não	21:00	06:30	Sim	1	Sim	Sim	3
20 min	A pé	Não	22:00	07:00	Sim	4	Sim	Sim	5
15 min	Ônibus	Trabalho	22:00	06:00	Sim	Várias	Sim	Sim	Vários
20 min	A pé	Não	23:00	06:30	Sim	4	Sim	Sim	8
2h00	Ônibus	Não	21:00	05:30	Sim	1	Sim	Sim	7
30 min	Ônibus	Não	22:00	09:00	Sim	2	Sim	Sim	4
1h15	Ônibus	Não	21:30	07:30	Sim	3	Sim	Sim	7
50 min	Ônibus	Não	21:00	07:00	Sim	3	Sim	Sim	7
30 min	Ônibus	Trabalho	22:30	05:00	Sim	3	Sim	Sim	4
15 min	A pé	Não	21:30	06:30	Sim	4	Sim	Sim	7
7 min	A pé	Não	22:00	06:00	Sim	3	Sim	Sim	7
50 min	Ônibus	Não	22:00	05:00	Sim	3	Sim	Sim	2

Fonte: Prontuários de alunos (adaptado pelo Autor).

Para temos uma amostra das condições de moradia, dos exames realizados no ano de 1967, no qual consta na ficha médica informações sobre a família. O primeiro dado solicitado é sobre a situação dos pais, neste caso, 100% dos alunos responderam que os pais estão vivos, na ficha de matrícula dos alunos durante o período de 1963 a 1972, 6% dos alunos preencheram que o pai já havia falecido no momento da matrícula e 2% das mães. Sobre o local de residência, 50% moravam em residência própria e o mesmo número para os residentes em casa alugada. Quanto ao acesso a água, 92% dos alunos responderam ter acesso a água encanada, e 8% utilizavam poço ou nascente, e somente 8% não tinham nenhum acesso a água. E sobre a utilização de sistema de esgoto 68% dos alunos informaram que possuem algum tipo de sistema de coleta de esgoto e 32% dizem não ter nenhum sistema.

Com o acelerado processo de industrialização do país, forma-se uma classe operária, esta formação se dá principalmente nos períodos em que o processo de internacionalização já está consideravelmente avançado. Essa formação da classe operária tem início antes da grande onda de imigração europeia, deu impulso decisivo. A partir dos anos 40, o processo de industrialização e, portanto, de formação da classe operária no Brasil entra numa nova etapa. Constitui-se no país uma grande indústria, produzindo bens intermediários (aço, alumínio, cimento, vidro, papel, plástico etc.) e de bens duráveis e de capital (SINGER, 1988). Podemos

observar diversas profissões e ocupações nos diversos setores econômicos: agricultura, indústria, comércio e serviços. As profissões exercidas pelos pais dos alunos matriculados durante o período do Ginásio Industrial, encontramos 11% de funcionários públicos, exercendo atividades em serviços públicos, 9% de Comerciantes, 8% de Motoristas, 6% de Operários e Vendedores, 6% de Pintores e Tintureiros, 4% Militares, e Mecânicos (Anexo V (a)).

Quanto às atividades desempenhadas pelas mães dos alunos, 89% responderam que exerciam a função de Doméstica ou Prendas do Lar (Anexo V(a)), não foi possível identificar se essa atividade possuía algum tipo de remuneração econômica, devido os dois termos serem utilizados de forma idêntica, apesar terem significados diferentes, a ocupação de empregado doméstico somente foi disciplina com a criação da Lei 5.859/72, enquanto a ocupação de Prenda do Lar, são as atividades realizadas corriqueiramente dentro das dependências do lar.

No quadro 46, apresentamos a última parte do questionário de inspeção médica, e podemos dividir em grupos as ocupações: Serviço Público (Militar, Funcionário Público, Funcionário de Companhia Telefônica), Construção Civil (Pedreiro e Empreiteiro), Indústria (Tecelão, Polidor, Gráfico), Serviços (Vendedor) e Agricultura (Agricultor). Tendo como média da taxa de fecundidade de cinco filhos, sendo esse número igual aos parâmetros da década de 1970, na qual a taxa de fecundidade era de 5,8 filhos por mulher.

Quadro 46: Quadro de inspeção médica - Informações da Família – 2º parte (1967)

Profissão	Renda (NCr\$)	N.º Filhos	Vivos?	Casa alugada (NCr\$)	N.º cômodos?	N.º dormitórios?	Quantas pessoas residem em casa?
Militar	536,00	2	2	-	8	3	4
Pedreiro	120,00	6	6	-	3	2	8
Aposentado	500,00	7	7	-	5	3	3
F. Cia Telef. Sup.	500,00	2	2	80,00	6	2	4
Tecelão	300,00	4	4	-	6	3	6
Vendedor	200,00	6	6	-	6	3	4
Sem Inform.	-	17	12	50,00	5	3	13
Comerciante	Variável	5	2	150,00	3	2	7
Agricultor	Variável	5	5	-	4	3	6
Vendedor	360,00	2	2	-	7	2	7
Polidor	180,00	14	12	-	6	4	13
Gráfico	500,00	4	4	-	4	2	6
Empreiteiro	170,00	2	2	-	7	2	4

Fonte: Prontuários de alunos (adaptado pelo Autor).

Quanto ao consumo de alimentos e sua periodicidade, apresentamos o quadro 47, sobre a realização das refeições diárias, sempre em horários programados, consumido diversos alimentos diariamente.

Quadro 47: Quadro de inspeção médica - Informações do aluno – 2ª parte (1967)

Informações do aluno			
N.º Refeições	Lanches	Hora certa para as refeições?	Quantos alimentos diariamente usados?
2	2	Sim	Carnes, ovos, cereais, legumes etc.
2	3	Sim	Cereais, legumes, laticínios etc.
2	2	Sim	Cereais, vegetais, legumes e carnes etc.
2	5	Sim	Cereais, vegetais, legumes e carnes etc.
2	2	Sim	Arroz, feijão. Batata, pão, carne, leite, ovos etc.
2	0	Sim	Cereais, carnes, legumes, ovos, frutas etc.
2	3	Sim	Carnes, ovos, legumes, cereais etc.
2	0	Sim	Legumes, ovos, carnes, cereais etc.
2	0	Sim	Cereais, legumes, verduras, carnes etc.
2	2	Sim	Arroz, feijão, legumes, peixe etc.
2	2	Sim	Arroz, feijão, legumes, massas, carnes, verduras etc.
2	2	Sim	Arroz, feijão, ovos, legumes, frutas etc.
2	3	Sim	Arroz, feijão, carnes, leite, pão, manteiga, frutas etc.

Fonte: Prontuários de alunos (adaptado pelo Autor).

3.4 Desenho Técnico (1965-1972)

O curso Industrial Básico poderia ser ministrado tanto no período diurno, quanto no período noturno, conforme o Decreto n.º 47.039/59. Na década de 1960, o número de estabelecimentos de ensino médio cresce de forma vertiginosa, elevando o número de escolas com funcionamento noturno. Em 1966, o governo do estado de São Paulo edita o Decreto n.º 47.404, de 14 de novembro de 1966, no qual em seu artigo 27 e 28 se define o funcionamento dos cursos noturnos (ALESP, 1966):

Artigo 27 - Ressalvados os já existentes e os casos excepcionais de ausência de população escolar para estudos diurnos, só se admitirá o funcionamento de cursos noturnos em estabelecimentos oficiais de ensino secundário e normal que mantiverem os mesmos cursos em regime de funcionamento diurno.

§ 1.º - E facultada a exclusão das práticas educativas nos cursos que funcionarem a partir das 18 horas, nos termos do artigo 40 da Lei de Diretrizes e Bases.

§ 2.º - Ressalvada a inexistência de vagas em curso diurno correspondentes respondente não será, admitido a matrícula em ciclo ginásial de funcionamento noturno, candidato que não tiver idade mínima de 14 anos completos ou a completar até o dia 30 de junho e que não apresentar prova renovável semestralmente, do exercício regular de atividade diurna remunerada.

Artigo 28 - Ressalvado o disposto no § 1.º do artigo 27, os currículos dos cursos secundário e de formação de professores primários, que funcionem em período noturno, terão a mesma estrutura dos organizados para os respectivos cursos diurnos feita a necessária adaptação com base no número de dias letivos e de horas de ensino.

Os cursos noturnos funcionariam a partir das 18 horas, devendo ser obedecidos os critérios estabelecidos pelo Ofício-Circular n.º 973 de 25/05/1965, da Diretoria do Ensino Secundário. Com duração de 150 dias efetivos de aula, mínimo de 20 horas semanais de aulas, e dispensa das Práticas Educativas e Educação Física, e mesmo currículo dos cursos diurnos (MEC, 1965).

Assim, somente será autorizado a abertura de curso noturno, quando estes estiverem em funcionamento no período diurno, com exceção dos casos já existentes, ou quando não houver número de matrículas o suficiente para os estudos diurnos. Em 1968, os artigos 47 e 48 da Lei n.º 10.038/1968 reforça as recomendações do decreto de 1966.

Segundo Almeida (1992), em 1968, o Conselho Estadual de Educação, na tentativa de conter a expansão dos cursos noturnos, devido à falta de equipamentos escolares, ou a problemas de “desajustes, desentendimentos, fatalmente advindos da coexistência de duas instituições”, já que muitos cursos noturnos estavam em prédios nos quais funcionavam os grupos escolares, assim, é publicado por meio da Resolução n.º 36/1968, o qual estabelece como critério para a abertura de cursos noturnos, duas classes de período diurno. Assim, o número de matrícula tem um sensível redução.

Durante o período de 1965 e 1972, foram matriculados no curso de Desenho Técnico 263 alunos, sendo a taxa de concluintes de 38% (Quadro 49). O curso tinha duração de três anos.

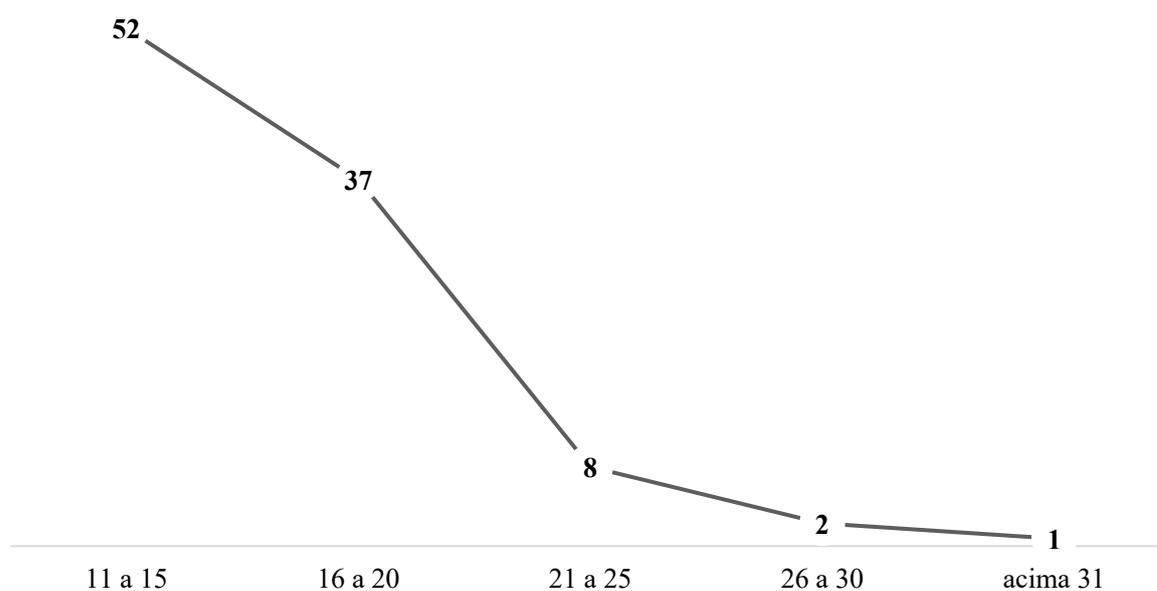
Tabela 5: Número de alunos matriculados e concluintes (1965 - 1972)

Ano	Turno – Noturno	
	Matriculados	Concluintes (%)
1965	34	26
1966	16	50
1967	23	30
1968	87	53
1969	38	47
1970	33	36
1971	14	-
1972	18	-
TOTAL	263	38

Fonte: Prontuários de alunos (Elaborado pelo Autor)

Para a realização da matrícula, era necessário ter idade mínima de 14 anos completos, até 30 de junho do respectivo ano, para o ingresso na primeira série do ensino ginásial, além de prova de atividade remunerada, o impedindo de frequentar as aulas no período diurno. (MEC, 1965).

Gráfico 13: Variação (%) nas idades dos alunos matriculados (1965 -1972)

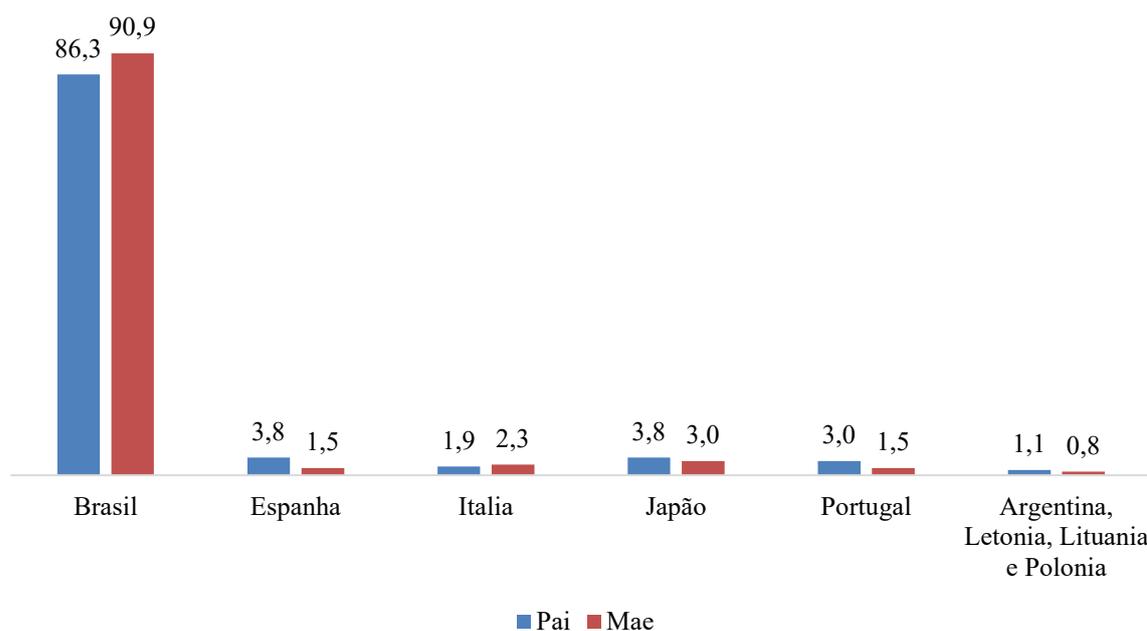


Fonte: Prontuários de alunos (Elaborado pelo Autor)

O gráfico 13 apresenta a idade dos alunos noturno, sendo em sua maioria composta por alunos com idade entre 11 e 15 anos (52%) e alunos com idade de 16 e 20 anos (37%). Apesar de a legislação determinar a idade mínima de 14 anos para o ingresso nos cursos noturnos, podemos demonstrar que esta condição não era totalmente satisfeita, por que a maior parte dos alunos estava na faixa dos 11 a 15 anos de idade, alunos na faixa de 11 a 13 anos tinham matrículas efetivas nos cursos noturnos, em todo caso, não foi possível identificar nenhum documento referente a prova de atividade remunerada nos prontuários dos alunos.

Conforme Parecer 25/1962, a necessidade da escola no período noturno, é uma questão de contingência, uma necessidade imposta pela falta de possibilidade de estudar no período diurno; por questões financeiras, o aluno necessita realizar atividades remuneradas, para assegurar a sua manutenção e custear os próprios estudos (MEC, 1962).

A maioria dos alunos matriculados no curso noturno, tinham como nacionalidade brasileira 97%, enquanto os outros 3% de nacionalidade estrangeira, sendo 1,5% espanhola, 1,1% italiana e 0,4 Alemanha. Tendo a naturalidade o Estado de São Paulo 88%, 3,2% região Sudeste (2,0% Minas Gerais e 1,2% Rio de Janeiro), 6,7% região Nordeste (3,1 Bahia, 1,6% Pernambuco (1,6%), 0,8% Alagoas e Piauí, 1,2% Sergipe e Paraíba), região Sul (1,6% Paraná). O gráfico a seguir (Gráfico 14) identifica que 86% dos pais e 90% das mães com nacionalidade brasileira, e de outras nacionalidades, pais: 8% de origem espanhola e japonesa, 3% de origem portuguesa, 2% italiana. Enquanto a origem das mães, 3% japonesa, 3% italiana e portuguesa. Gráfico 14: Nacionalidade dos pais de alunos matriculados (1965 -1972)

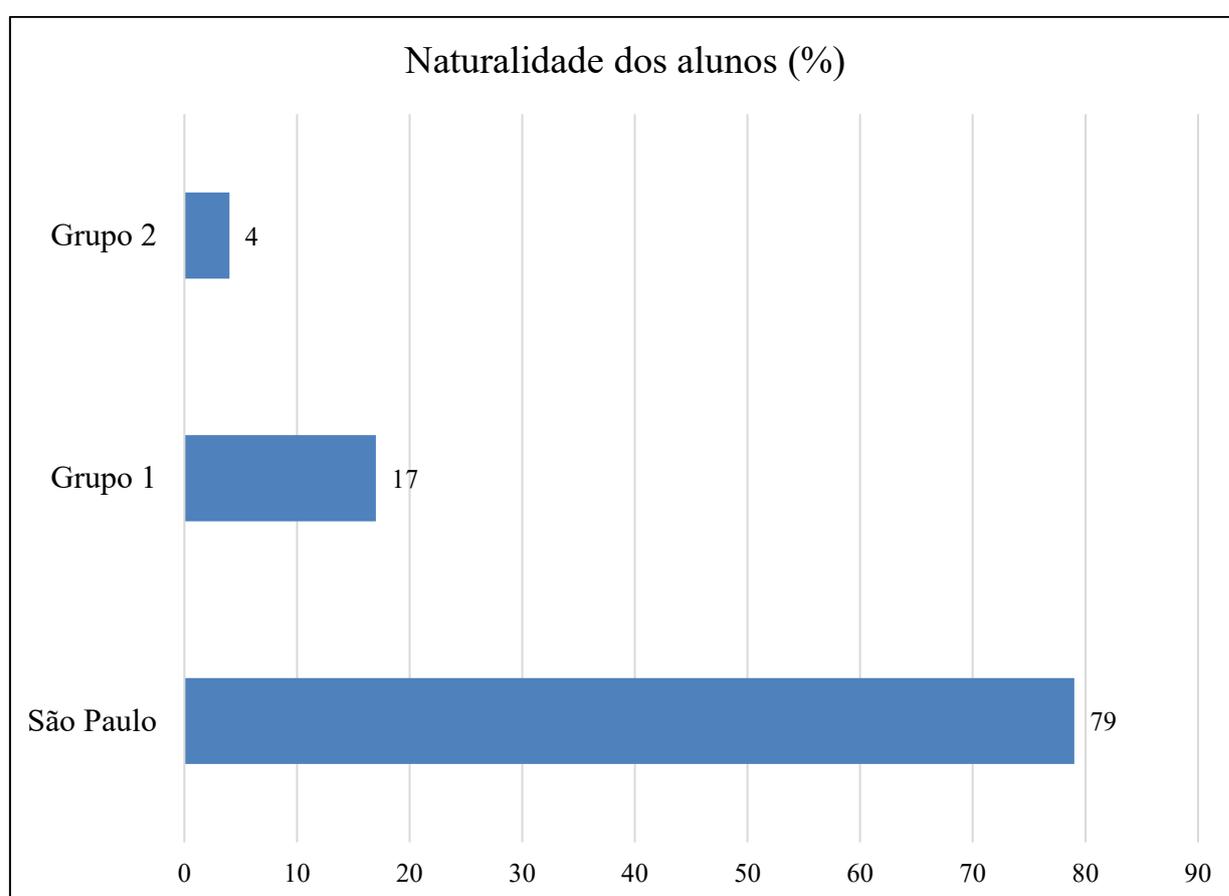


Fonte: Prontuários de alunos (Elaborado pelo Autor)

As atividades desenvolvidas pelos pais, as de maior concentração, 15% eram prestadores de serviços como Eletricista, Lavrador, Marceneiro, Mecânico, Sapateiro, 14% Pedreiros, Comerciante e Comercíarios, 8% realizavam a atividade de Motorista, 4% desenvolviam atividades no setor público, e 10% dos alunos registraram que os pais haviam falecido. Quanto à atividade desenvolvida pelas mães, 85% desempenhavam a atividade de Doméstica ou Prendas do lar.

Quanto ao local de nascimento, os registros indicam que 79% dos alunos nasceram no município de São Paulo, e 21% nos municípios do estado de São Paulo (Gráfico 15).

Gráfico 15: Município de nascimento (%) dos alunos matriculado (1965 -1972)⁵¹



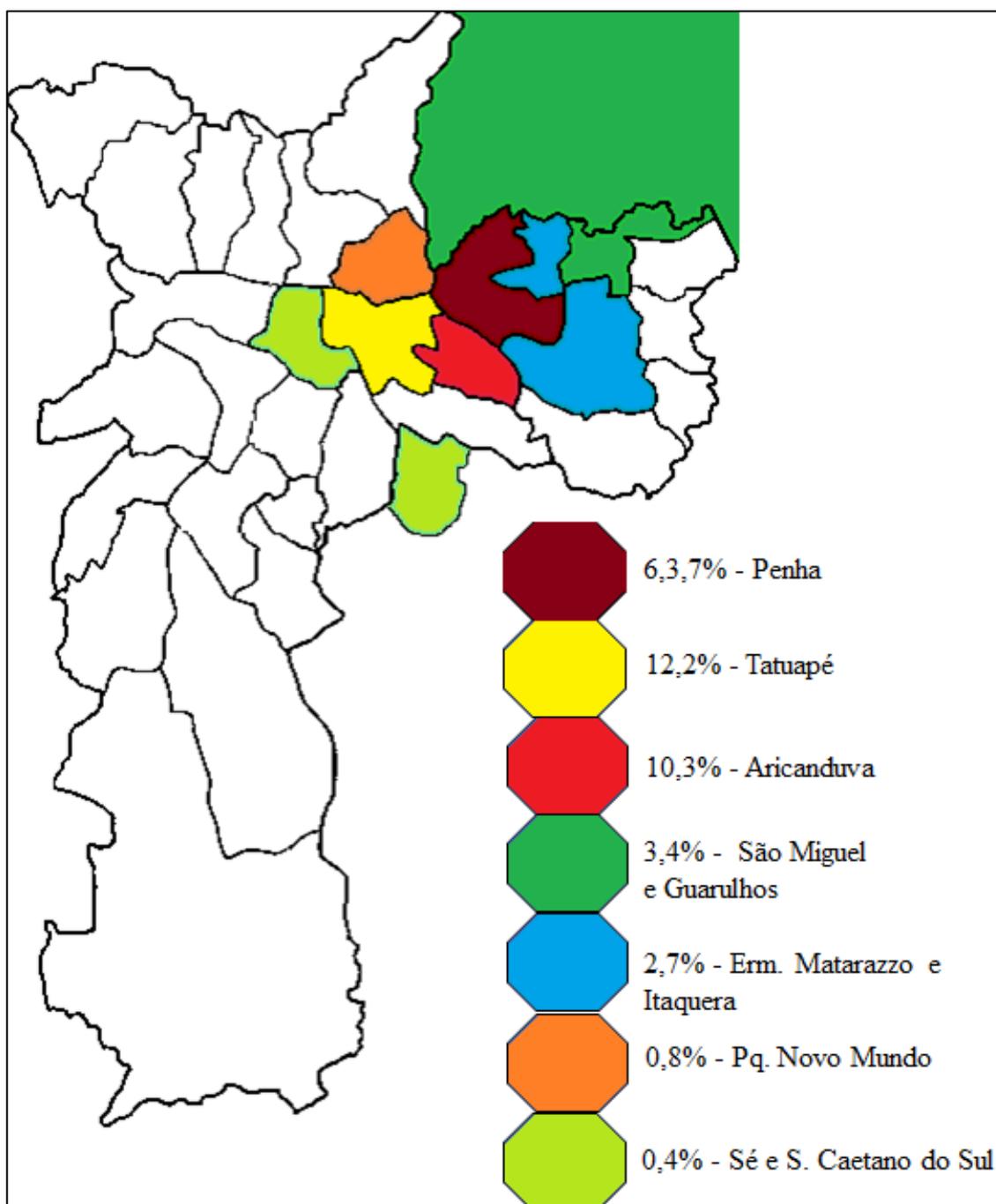
Fonte: Prontuários de alunos (Elaborado pelo Autor)

⁵¹ Quantidade de alunos por município: Grupo 1 (1 aluno) Adamantina, Aparecida, Arujá, Bariri, Barretos, Bernardino De Campo, Birigui, Bragança Paulista, Candido Mota, Dois Córregos, Guaimbê, Guararapes, Ibirá, Iguape, Indiaporá, Itaberá, Itariri, Itu, Jales, Lavrinia, Lins, Martinópolis, Miguelópolis, Mococa, Neves Paulista, Orlandia, Pedranópolis, Penápolis, Pompeia, Porto Feliz, Pres. Prudente, Santo Amaro, Santos, São Caetano Do Sul, Sertanópolis, Sertãozinho, Tanabi e Taubaté. Grupo 2 (2 alunos) Getulina, Jau, Sorocaba, Tupã e Urupês.

Os alunos que realizaram matrícula no curso noturno, frequentaram a rede pública do estado, sendo alunos do curso primário das escolas: G.E. Padre Antão (650 Mts), sendo G.E. D. Zalina Rolin (800 Mts), G.E. Santos Dumont (1,2 km) e G.E. Barão de Ramalho (2,1 km).

O bairro da Penha era local de residência de 61% dos alunos, 12% no bairro do Tatuapé, 10% Aricanduva e 1% Parque novo Mundo, 84% moravam em bairros próximos a unidade 1%. Enquanto 16% de localidades mais distantes (Figura 36).

Figura 36: Local de residência dos alunos matriculado (1965 -1972)



Fonte: Prontuários de alunos (Elaborado pelo Autor)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo deste trabalho é o de contribuir para as pesquisas sobre História da Educação Profissional, dentro do campo da História da Educação. Reconstruindo a história da Escola Estadual Professor Aprígio Gonzaga, no bairro da Penha, entre as décadas de 1950 a 1970. Identificando, compreendendo e reconstruindo as características da Cultura Escolar, presentes a partir dos documentos produzidos tanto na esfera externa da unidade, quanto na esfera interna da gestão escolar.

Para identificar a cultura produzida pela escola, foram mobilizadas três perspectivas, as normas que estabeleceram o funcionamento das escolas industriais, e os fatores políticos, econômicos e sociais que influenciaram na criação e instalação da Escola Artesanal da Penha; a estrutura presente na unidade, o seu modo de organizar e cumprir os objetivos de sua criação; e por último os atores, suas relações uns com os outros, com o espaço e os saberes.

Durante a reconstrução deste estudo, foram encontrados diversos obstáculos. O primeiro desafio, a organização dos arquivos; os registros dos alunos encontravam-se dispostos em “ordem numérica e alfabética”; os registros foram reclassificados em ordem numérica, a partir daí, classificados em ordem alfabética, sem considerar a ordem cronológica das matrículas ou tipo de curso oferecido, além da ausência de dados completos nos prontuários. Os registros de funcionários, também organizados em ordem alfabética, independente do período ou função exercidos pelo funcionário, além da ausência de documentos e informações incompletas. Nos arquivos do Órgão de Cooperação Escolar e Associação de Pais e Mestres, organizados em ordem cronológica, nesse, o obstáculo foi o inverso, o excesso de documentos, não necessariamente com dados completos.

Apesar da “organização” dos documentos não se apresentar de forma adequada para pesquisa e consulta, causando certa morosidade na coleta e levantamento das informações, podemos deduzir que a ausência de funcionários qualificados, ou mesmo, a insuficiência de conhecimentos sobre os princípios e técnicas arquivísticas a serem utilizadas na organização dos arquivos permanentes da escola, não dificultou a coleta fotográfica dos documentos. Um dos desafios para a reconstrução da história da unidade, foi a ausência de registros iconográficos e inventário do patrimônio. Os registros iconográficos da estrutura física da escola, eventos ou mesmo, atividades desenvolvidas pelos alunos e professores, auxiliaria na investigação das relações entre eles e com o espaço físico. Por meio do inventário patrimonial, poderíamos determinar o modo de organização da forma e estrutura da unidade, observando e

compreendendo os recursos utilizados nas Práticas de Oficina e nas rotinas e processos produzidos e conservados.

O bairro da Penha surgiu em meados do século XVII, a leste da Vila de São Paulo, onde foi construída uma ermida em homenagem a Nossa Senhora da Penha, no alto da colina, rodeada de rios e córregos e serviria de local de parada e descanso dos tropeiros, e mais tarde dos peregrinos que buscavam a proteção da santa. Ao redor da igreja, se formou um pequeno núcleo populacional, que sobrevivia da produção de alimentos e do comércio com os romeiros que tinham como devoção a santa. Esta rotina bucólica somente foi quebrada com a chegada da ferrovia no final do século XIX.

A utilização dos antigos caminhos, foi se reduzindo aos poucos, devido às distâncias e às dificuldades encontradas no trajeto. A implantação dos trilhos da malha ferroviária permitiu a redução nos tempos de deslocamento. No bairro, é construídas duas estações, uma que ligava a região central da capital ao vale do Paraíba, para a movimentação de produtos, e um pequeno ramal, para o transporte dos devotos da padroeira de São Paulo.

A construção da malha ferroviária ao redor de extensas áreas despovoadas, como as várzeas dos rios e locais destinados ao plantio de produtos agrícolas, para a subsistência dos moradores, e o plantio de flores com finalidades comerciais, resultou numa expansão da área urbana no bairro, em decorrência dos baixos valores de imóveis destinados a produção rural, surgindo novos loteamentos urbanos e a implantação de indústrias ao redor da colina.

Esses loteamentos urbanos trouxeram novos moradores, principalmente de operários e trabalhadores das indústrias instaladas no Bairro do Brás, além de migrantes vindo do interior do estado de São Paulo, e com a eclosão da Segunda Guerra Mundial, uma nova leva de imigrantes europeus, asiáticos e de países do Oriente Médio e da África Setentrional.

Com a instalação de indústrias aos arredores, surgiu a necessidade de contratação de operários para desempenhar as atividades fabris, sendo exigidas formação e qualificação da mão-de-obra. Com a escassez de profissionais qualificados na execução dos diferentes ofícios relativos à atividade industrial, foi necessário elevar o nível de escolaridade básica dos trabalhadores.

A educação primária até o final do século XIX no bairro era insuficiente, sendo desempenhada principalmente pela igreja, nas dependências paroquiais, ou em instituições privadas, destinadas as famílias mais abastadas da região. Somente em 1913, foi construída a primeira escola de ensino público primário, enquanto a de ensino secundário, de estabelecimento particular, só ocorreu vinte anos após a instalação do primeiro grupo escolar.

Em 1948, o governo de São Paulo, cria um estabelecimento público, oferecendo cursos primário e ensino médio, de primeiro e segundo ciclo.

Durante esse período, novas indústrias foram instaladas no bairro, principalmente a indústria do setor automotivo, que demandava uma formação mais específica e qualificada da mão de obra; sendo necessário, portanto, treinar e formar trabalhadores para as novas exigências dos estabelecimentos industriais. A formação profissional, antes destinada aos menos escolarizados, agora exige do candidato uma formação básica de ensino primário, em face as novas técnicas produtivas.

A partir de 1942, entram em vigor diversas leis e decretos que regulamentam as novas bases para o ensino profissional de grau médio, nos diferentes sistemas de ensino (Industrial, Comercial e Agrícola). De forma centralizada, o governo federal, buscou regulamentar e reestruturar, de forma uniformizada as características principais deste tipo de ensino a nível nacional.

As Leis Orgânicas sobre o Ensino Industrial, implementadas no campo federal para o país, visam atender as mudanças ocorridas no parque industrial, alterando o funcionamento e a organização das unidades escolares, orientando os princípios gerais para os diferentes tipos de estabelecimento, bem como as diretrizes, processos pedagógicos e normas, para a organização e regime das escolas industriais e técnicas.

O estado de São Paulo, desde a década de 1930, avançou tanto na criação de novas unidades, como na implantação de cursos, nos diferentes ramos de ensino. Isso se deve, principalmente, a indústria ferroviária, que necessitava de pessoal qualificado, para a manutenção das vias permanentes e do material rodante, instalam-se assim os núcleos de ensino profissional ferroviário.

Além de formar profissionais qualificados para as indústrias, era necessário preparar os gestores, pessoal administrativo e professores para as escolas industriais. Subordinado ao Departamento do Ensino Industrial, o Instituto Pedagógico do Ensino Industrial (IPEI) de São Paulo tinha como finalidade habilitar pessoal para o exercício de suas funções, dentre eles, a Orientação Pedagógica, Diretores e Docentes. O diretor nomeado para a unidade, além de ter formação de Mestrado em Entalhação, pelo Instituto Profissional Masculino, era contratado como docente, do Instituto, participou do primeiro grupo de formação para diretores realizado pelo IPEI.

Na esfera federal, outra campanha realizada para o aperfeiçoamento dos gestores e docentes, tanto no exercício acadêmico, quanto industrial, foi o acordo firmado entre Brasil e Estados Unidos da América, o qual criava a Comissão Brasileira-Americana de Educação

Industrial (CBAI), promovendo cursos, visitas técnicas, além de um amplo programa editorial. Com o término do convênio, o governo federal cria o Programa Intensivo de Preparação de Mão de Obra Industrial (PIPMO), atuando nas mesmas áreas do acordo americano.

Com as mudanças ocorridas no modo de produção e no sistema de ensino industrial e a criação de diversas indústrias, surge a necessidade de suprir o mercado com mão de obra qualificada. Para atender as indústrias instaladas no bairro da Penha, em 1958, é criada a Escola Artesanal da Penha, com a implantação do primeiro curso voltado para o setor automotivo, destinado a jovens entre 11 e 17 anos, com formação primária satisfatória, e classificada em exames vestibulares, para se matricular no curso de Mecânica de Automóveis.

O local destinado a instalação da primeira escola de ensino profissional, localizado a 150 metros da Estação Guaiaúna, de frente a indústria de papel e celulose e indústria automotiva, além de uma variedade de outras empresas em funcionamento na rua Guaiaúna e nas ruas adjacentes, como metalúrgicas, confecção, marcenaria, material de construção, papelaria, restaurantes, equipamentos eletrônicos, mercearias e uma chácara que produzia flores, além de propriedades residenciais.

Com um intenso movimento de trabalhadores das empresas e dos moradores na região da Guaiaúna, dois empreendedores decidem construir um galpão, próximo ao córrego Guaiaúna, e comercializar boxes para a venda de produtos hortifrutigranjeiros em 1955. Não possuímos informações se os boxes foram comercializados ou mesmo se entrou em funcionamento, pelo curto intervalo de tempo, este empreendimento não foi obtido êxito, porque em julho de 1958, a Secretaria da Educação loca o imóvel para instalar a escola de ensino industrial.

Como dissemos, o imóvel foi projetado para a instalação de um mercadinho. Supomos que a Diretoria de Ensino Industrial propôs a adequação do imóvel para a instalação da escola, como a construção de salas de aulas, entre outros recintos para abrigar as áreas acadêmica e administrativa da unidade. Com o decorrer do tempo, e a criação de novos cursos e o aumento de alunos, fazia-se necessário realizar ampliações, por meio dos registros do O.C.E, identificamos a construção da cozinha, e pequenas reformas em decorrência das enchentes ou mesmo do tempo de uso, o córrego Guaiaúna passava ao lado do prédio, e a entrada para as oficinas pela rua Timirim, terminava no mesmo córrego.

Criada a escola, com a implantação do curso extraordinário em Mecânica de Automóveis, destinado a indústria mecânica, recebeu diversas denominações conforme o curso oferecido pela unidade, o primeiro de Escola Artesanal Penha (1958), com a oferta de novo curso, mas desta vez, curso ordinário em Aprendizagem em Mecânica de Automóveis, teve o

nome alterado para Escola Industrial (1962), com a implantação dos cursos básicos industriais, tem sua denominação alterada, para Ginásio Industrial, em homenagem ao primeiro Diretor do Instituto Profissional Masculino da capital, o professor Aprígio de Almeida Gonzaga, antigo patrono da escola de Rio Claro, o Diretor da unidade era ex-aluno, e neste momento, passa a denominar Ginásio Industrial Professor Aprígio Gonzaga (1965).

Durante a oferta do curso extraordinário em Mecânica de Automóveis (1959-1962), foram matriculados 84 alunos, taxa de concluinte 26%; entre o período de 1960 e 1962 foram disponibilizados cursos de aperfeiçoamento, no período noturno, somente temos informações dos valores recolhidos pelo O.C.E. e uma única matéria publicada em jornal; Aprendizagem Profissional em Mecânica de Autos (1962-1964), 10 alunos concluintes; Ginásio Industrial (1963-1972), 381 alunos matriculados, 23% de concluintes e Desenho Técnico (1965-1972), 263 alunos e 38% de concluintes. Em todos os cursos, a taxa de evasão é considerada muito alta, em torno de 70%, podemos considerar que a elevada taxa se deve a diversos fatores, como reprovações, transferências de estabelecimento de ensino, mudanças de domicílio e questões econômico-financeiras, devido aos custos de manutenção nos cursos, contribuições mensais a O.C.E.; compra de uniforme (capa, blusão, camisa, calça, meias e sapatos) que eram adquiridos pela O.C.E. e revendido aos alunos, uniforme para a Educação Física (Camisa e short e meias) e transporte para eventos esportivos e Semana da Pátria; aquisição de material escolar (cadernetas, folhas de papel almaço, folhas de desenho impresso, folha acetinada, entre outros materiais revendidos pela O.C.E.), e aquisição de livros didáticos.

Reforçando os fatores sobre reprovação e condições econômicas, entre os meses de outubro a novembro de 1972, foram realizados cursos de recuperação, com custo de NCr\$10,00 (Dez Cruzeiros Novos) por aula, sendo realizado cinco aulas para as disciplinas de Português, oito aulas para a de Matemática, oito aulas para a de Geografia, seis aulas para a de Educação Moral e Cívica, catorze aulas para a disciplinas de Ciências, para 13 alunos da 5º turma manhã, tarde e noite e sete alunos da 6º série período vespertino. Os valores foram recebidos pela O.C.E e transferidos para os professores que ministraram os cursos. Nos registros da O.C.E, somente consta um único registro deste curso de recuperação, outros cursos oferecidos dizem respeito ao recebimento de donativos referentes aos cursos de preparação para o vestibular, os dados sobre estes cursos estão incompletos.

A vida escolar apresentava momentos de lazer, confraternização e felicidades. Para os momentos de lazer e recreação, a atividade principal dos alunos era a mesa de pingue-pongue, desde 1960, a O.C.E. adquire de chapas de pinho, rede, bolinhas e raquetes de pingue-pongue, em torno foram utilizadas 340 bolinhas. Os eventos realizados de pró-formatura e formatura,

com a realização de missa, a escola toda decorada, a mesa solene coberta e decorada com vasos de cristais, rosas vermelhas, palmas e cravos, além de música e banda, com bebidas e comidas. Ou mesmo, estes momentos de descontração poderiam ocorrer, depois de um dia cansativo, devido aos testes realizados com veículos na descida da rua Major Ângelo Zanchi, terminando com refeições entre professores e alunos na Pizzaria Nossa Senhora Aparecida, em frente à escola.

Para administrar a unidade, o diretor deveria possuir as qualificações necessárias para o exercício de sua função, devendo supervisionar as atividades do pessoal administrativo, docentes e alunos. Nas atas do pessoal administrativo, é possível representar o perfil deste gestor, como sendo responsável, organizado, exigente, rígido e perceptivo. Algumas destas características estão relacionadas a eventos descritos nas atas, nas quais podemos inferir, que estas exigências estão relacionadas ao excesso de trabalho dos funcionários, em decorrência do aumento do número de alunos e professores e ausência de recursos, materiais necessários para a execução das atividades.

Quanto aos docentes, podemos classificá-los de três formas: Cultura, Contratação e Formação. Cultura: Técnica e Geral, os professores de cultura técnica em menor número, representavam 16% do quadro de docente, enquanto os de cultura geral 84%, apesar do maior número de professores serem de cultura geral, isso não significava mais aulas. Porque os currículos dos cursos de ensino profissional eram compostos em sua maioria por disciplinas técnicas, conforme o ramo de ensino. Isso nos leva a forma de contratação, Efetivos e Contratados, com maior carga de aula, os professores de cultura técnica eram contratados na forma de efetivos, com maior permanência na unidade escolar, enquanto os de cultura geral eram contratados por um período não superior a três anos, como consequência, maior rotatividade de docentes. Dos professores de cultura geral, eram exigidas formação superior, enquanto dos de cultura técnica, a formação de segundo ciclo e cursos de aperfeiçoamento para o exercício da profissão de docente.

Quanto aos alunos que frequentaram a unidade durante o período de 1959 a 1972, podemos traçar um perfil geral, quanto a nacionalidade, naturalidade, faixa de idade, domicílio e ensino primário. Quanto à nacionalidade, em torno de 80% dos alunos eram brasileiros, um dado interessante, é sobre a quantidade de alunos de origem asiática, em torno de 10% oriundos da comunidade japonesa. 90% eram naturais do estado de São Paulo, nascidos tanto na capital como em municípios do estado. A faixa de idade girava em torno de 12 a 16 anos, o que traduzia em maior número de evasão escolar, devido as condições financeiras das famílias. 60% de moradores do bairro e das vilas localizadas no distrito da Penha. Quanto à formação do ensino

primário, foram realizadas em instituições públicas do estado, sendo ex-alunos de escolas como, Grupo Escolar Santos Dumont, Barão de Ramalho, Zalina Rolin e Carlos Escobar, realizando o trajeto a pé entre sua residência e a escola.

Desta forma, os problemas apresentados na introdução deste trabalho, sobre qual era a função da escola, a escola tinha duas funções, o de qualificar o indivíduo no exercício de um ofício e a de discipliná-lo. Apesar da estrutura tanto de recursos humanos, quanto de recursos materiais e equipamentos não serem suficientes para a realização da função da escola, devido à alta quantidade de evasão escolar, comprometendo a formação dos alunos. Não foi possível detalhar com exatidão o perfil dos diversos atores presentes na unidade, principalmente em decorrência da ausência de organização dos dados e informações, disponíveis nos arquivos da escola, foi possível traçar um perfil geral destes atores que construíram a história da escola neste período.

Assim podemos afirmar que a hipótese elaborada é parcialmente verdadeira, porque neste trabalho descrevemos a história da Escola Artesanal da Penha, a partir dos seus sujeitos coletivos, das relações entre eles e das relações deles com a Instituição, suas normas, regras, administração, poderes instituídos.

REFERENCIAS BIBLIOGRAFICAS

A GAZETA ESPORTIVA. **Mercadinho Azul n.º 1**. São Paulo, 5/set/1955, n.º 9.166. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=104140&Pesq=%22MERCADINHO%20AZUL%22&pagfis=30209>> Acessado em: 29/ago./2022.

ALCANTARA, J. de S.; LUCENA, C. A.; **o processo histórico da industrialização brasileira e a educação profissional: as inovações tecnológicas e a formação do trabalhador**. Seminário Nacional de Estudos e Pesquisas: “História, Sociedade e Educação no Brasil. HISTEDBR (7: 2006: Campinas, SP). Caderno de Resumos do VII Seminário Nacional do HISTEDBR: realizado de 10 a 13 de julho de 2006/ Maria Isabel M. Nascimento, José Claudinei Lombardi, Dermeval Saviani (organizadores). Campinas, SP: Graf. FE: HISTEDBR, 2006.

ALMEIDA, A. T. S. de. **O regime militar em festa: a comemoração do sesquicentenário da independência brasileira (1972)**. Dissertação de Doutorado em História da Educação: UFRJ, 2009. Disponível em: <<http://objdig.ufrj.br/34/teses/AdjovanesThadeuSilvaDeAlmeida.pdf>> Acessado em: 12/set./2022.

ALO TAUTAPÉ. **Milagres e fé deram origem à freguesia da Penha em torno da centenária igreja**. Disponível em: https://alotatuape.com.br/milagres-e-fe-deram-origem-a-freguesia-da-penha-em-torno-da-centenaria-igreja/#google_vignette. Acessado em: 12/jul./2021.

ANTUNES, R.L. C.; **Os Sentidos do Trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho**. - [2 ed., 10. reimpr. rev. e ampl.]. - São Paulo, SP: Boitempo, 2009.

ALVES, J. F.; MORAES, C. S. V. **Inventario de Fontes documentais**. Centro Paula Souza. São Paulo: 2002.

ALVES, L. A. M. **República e Educação: Dos princípios da Escola Nova ao Manifesto dos Pioneiros da Educação**. Revista da Faculdade de Letras - História - Porto, III Série, vol. 11, - 2010, pp. 165-180.

ALESP. **Decreto n.º 6.604, de 13 de agosto de 1934**. Cria a Superintendência de Educação Profissional e doméstica. Disponível em: <<https://www.al.sp.gov.br/norma/130762>> Acessado em 19/jul./2022.

_____. **Decreto n.º 6.942, de 5 de fevereiro de 1935**. Introduce modificações na organização das escolas profissionais, cria a carreira de diretor e mestre, dá outras providências. Disponível em: <<https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/1935/decreto-6942-05.02.1935.html>> Acessado em: 31/ago./2022.

_____. **Decreto n.º 7.096, de 10 de abril de 1935**. Estabelece condições para reconhecimento de diploma expedidos por estabelecimentos de educação técnica-profissional e doméstica, e da providências sobre o ensino profissional oficial. Disponível em: <<https://www.al.sp.gov.br/norma/122732>> Acessado em? 19/jul./2022.

_____. **Lei n.º 2.915, de 19 de janeiro de 1937**. Disponível em: <<https://www.al.sp.gov.br/norma/63872>> Acessado em: 31/ago./2022.

_____. **Decreto-lei n.º 11.812, de 15 de janeiro de 1941.** Introduz modificações na organização do ensino profissional. Disponível em: < <https://www.al.sp.gov.br/norma/71094>> Acessado em: 31/ago./2022.

_____. **Decreto-Lei n.º 13.125, de 15 de dezembro de 1942.** Converte em Escola Técnica de São Paulo, subordinada à Superintendência de Ensino Profissional, o Instituto Profissional Masculino desta Capital. Disponível em: <<https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto.lei/1942/decreto.lei-13125-15.12.1942.html>> Acessado em: 24/ago./2022.

_____. **Decreto-lei n. 16.108, de 14 de setembro de 1946.** Dispõe sobre criação de cursos práticos de Ensino Profissional. Disponível em: <<https://www.al.sp.gov.br/norma/71311>> Acessado em: 27/jan./2021.

_____. **Decreto-Lei n.º 8.530, de 2 de janeiro de 1946.** Lei Orgânica do Ensino Normal. Disponível em: < <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-8530-2-janeiro-1946-458443-publicacaooriginal-1-pe.html>> Acessado em: 24/ago./2022.

_____. **Decreto n.º 17.698, de 26 de novembro de 1947.** Aprova a Consolidação mandada elaborar pelo Decreto n. 17.211, de 13 de maio de 1947. Disponível em: < <https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/1947/decreto-17698-26.11.1947.html>>. Acessado em: 16/dez./2021.

_____. **Lei n.º 2.663, de 21 de janeiro de 1954.** Transforma em escolas artesanais ou escolas de iniciação agrícola, os atuais cursos práticos de ensino profissional, criados nos moldes do Decreto-lei n.º 16.108, de 14 de setembro de 1946, e dá outras providências. Disponível em: <<https://www.al.sp.gov.br/norma/32956>> Acessado em: 16/jul./2022.

_____. **Lei n.º 2.674, de 27 de abril de 1954.** Disponível em: < <https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/1954/lei-2674-27.04.1954.html>>. Acessado em: 16/dez./2021.

_____. **Decreto n.º 23.227-E, de 24 de março de 1954.** Determina o tipo de estabelecimento a cursos do ensino profissional. Disponível em: <<https://www.al.sp.gov.br/norma/128888>> Acessado em: 19/jul.2022.

_____. **Decreto n. 23.382, de 28 de maio de 1954.** Dá a denominação de "Prof. Aprígio Gonzaga", à Escola Industrial de Rio Claro. Disponível em: < <https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/1954/decreto-23382-28.05.1954.html>> Acessado em: 21/dez./2022.

_____. **Lei n.º 3.959, de 24 de junho de 1957.** Cria o Instituto Pedagógico do Ensino Industrial, subordinado ao Departamento do Ensino Profissional, da Secretaria da Educação e dá outras providências. Disponível em: < <https://www.al.sp.gov.br/norma/?id=38024>>. Acessado em: 30/ago./2021.

_____. **Lei n.º 6.052, de 03 de fevereiro de 1961.** Dispõe sobre o sistema estadual de Ensino Industrial e de Ensino de Economia Doméstica e de Artes Aplicadas, e dá outras providências. Disponível em: < <https://www.al.sp.gov.br/norma/?id=41092>>. Acessado em: 08/dez./2021

_____, **Decreto n.º 38.538, de 29 de maio de 1961.** Aprova o Regimento Interno dos Estabelecimentos de Ensino Secundário e Normal do Estado de São Paulo. Disponível em: < <https://www.al.sp.gov.br/norma/?id=119240>> Acessado em: 22/jul./2022.

_____, **Decreto n.º 39.334, de 10 de novembro de 1961.** Aprova o Regimento Interno dos Estabelecimentos de Ensino Secundário e Normal do Estado de São Paulo. Disponível em: < <https://www.al.sp.gov.br/norma/120036>> Acessado em: 22/jul./2022.

_____. **Decreto n.º 38.643, de 27 de junho de 1961.** Regulamenta a Lei n. 6.052, de 3 de fevereiro de 1961, que dispõe sobre o Ensino Industrial, Ensino de Economia Doméstica e de Artes Aplicadas e Cursos Vocacionais. Disponível em: < <https://www.al.sp.gov.br/norma/119345>>. Acessado em: 08/dez./2021.

_____. **Decreto-lei n.º 6.812, de 15 de junho de 1962.** Amplia e define encargos do pessoal do Quadro do Ensino, da Secretaria de Estado dos Negócios da Educação, estabelecendo novas condições de recrutamento, de regime de trabalho e de retribuição e dá outras providências. Disponível em: < <https://www.al.sp.gov.br/norma/42083>>. Acessado em: 30/ago./2021.

_____. **Decreto n.º 42.088 de 24 de junho de 1963.** Regulamenta a admissão de professores, de que trata o artigo 5.º, item II, da lei n. 6.812, de 15 de junho de 1962, e dá outras providências. Disponível em: < <https://www.al.sp.gov.br/norma/?id=93167>>. Acessado em: 30/ago./2021.

_____, **Decreto n.º 45.159-A, de 19 de agosto de 1965.** Aprova o regulamento interno dos estabelecimentos de ensino secundário e normal do Estado de São Paulo. Disponível em: <<https://www.al.sp.gov.br/norma/90166>> Acessado em: 22/jul./2022.

_____, **Decreto n.º 45.560, de 24 de novembro de 1965.** Dispõe sobre a realização de exames médico-biométricos nos estabelecimentos oficiais de ensino. Disponível em: < <https://www.al.sp.gov.br/norma/90583>> Acessado em: 26/jul./2022.

_____, **Decreto n. 47.404, de 19 de dezembro de 1966.** Aprova as Normas Regimentais dos Estabelecimentos Estaduais de Ensino Secundário e Normal. Disponível em: < <https://www.al.sp.gov.br/norma/89274>> Acessado em: 17/set./2022.

_____, **Lei nº 10.038, de 05 de fevereiro de 1968.** Dispõe sobre a organização do Sistema de Ensino do Estado de São Paulo. Disponível em: < <https://www.al.sp.gov.br/norma/28320>> Acessado em: 17/set./2022.

_____, **Decreto n.º 50.299 de 20 de agosto de 1968.** Dispõe sobre a desapropriação de imóvel destinado ao Ginásio Industrial Estadual "Prof. Aprígio Gonzaga", desta Capital São Paulo: Diário Oficial do Estado de São Paulo, n.º 165 de 31 de agosto de 1968 p. 4-5. Disponível em: < <https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/1968/decreto-50299-30.08.1968.html>> Acessado em: 30/ago./2021.

_____, **Decreto n.º 51.304 de 22 de janeiro de 1969.** Dispõe sobre a desapropriação de imóvel situado no município e comarca da Capital - 3.º Subdistrito de Penha de França - necessário à instalação da Escola Industrial da Penha. São Paulo: Diário do Executivo Governo do Estado, n.º 16 de 23 de janeiro de 1969, p. 2. Disponível em: < <https://www.al.sp.gov.br/norma/120404>> Acessado em: 30/ago./2021.

_____, **Decreto de 12 de junho de 1970**. São Paulo: Diário do Executivo Governo do Estado, n.º 110 de 13 de junho de 1970, p. 5.

_____. **Decreto n.52.608, de 14 de janeiro de 1971**. Dispõe sobre a forma de constituição das Associações de Pais e Mestres e dá providências correlatas. Disponível em: <<https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/1971/decreto-52608-14.01.1971.html>> Acessado em: 22/dez./2022.

ALEXANDRINA CATOLICA. **Luz do Céu. Curso de Religião para o Ginásio**. Editora Salesiana. Disponível em: <<https://alexandriacatolica.blogspot.com/2020/12/curso-de-religiao.html>> Acessado em: 15/set./2022.

ALMEIDA, L. R. de. **Curso Noturno: Uma Abordagem Histórica**. Disponível em: <http://www.crmariocovas.sp.gov.br/pdf/ideias_25_p017-028_c.pdf> Acessado em: 17/set./2022.

ALMEIDA, W. de.; MACEDO, J. G. de. **Penha de França**. Série histórica dos bairros de São Paulo. São Paulo: Arquivo Histórico Municipal, 2017. VI. 31.

ANDRADE, R. C. R.; RESENDE, M. R. **Aspectos legais do estágio na formação de professores: uma retrospectiva histórica**. Educação em Perspectiva, Viçosa, v. 1, n. 2, p. 230-252, jul./dez. 2010. Disponível em: <<https://periodicos.ufv.br/educacaoemperspectiva/article/view/6474/2653>> Acessado em: 13/set3/2022.

ANFAVEA. **Linha do Tempo: acompanhe a história da indústria automotiva no Brasil**. Disponível em: <<https://anfavea.com.br/site/historia-da-industria-automotiva/>> Acessado em: 28/jul./2022.

ARAUJO, M. A. de. **História nos exames de admissão ao secundário em São Paulo: 1950-1960**. Dissertação de Mestrado em Educação. São Paulo, PUC: 2018. Disponível em: <<https://tede2.pucsp.br/handle/handle/21745>> Acessado em: 29/dez./2022.

ASSUNÇÃO, M. A. T. de. **Aprígio de Almeida Gonzaga: um seletor normalista fazendo história no ensino profissional (1911 – 1934)**. 2016. 163 f. Tese (Doutorado em Educação: História, Política, Sociedade) - Programa de Estudos Pós-Graduados em Educação: História, Política, Sociedade, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2016

AUTOMOTIVE BUSINESS. **Caio completa 75 anos de produção de ônibus**. Disponível em: <<https://www.automotivebusiness.com.br/pt/posts/noticias/caio-completa-75-anos-de-producao-de-onibus/>> Acessado em: 27/jul./2022.

AZEVEDO, A. d.; **A Cidade de São Paulo. Estudos de Geografia urbana**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, vol. 3, 1958. Disponível em: <<https://docplayer.com.br/116985512-Aspectos-da-metropole-paulist-t.html>>. Acessado em: 20/ago./2021.

AZEVEDO, M. M. de; PETEROSSO, H. G.; SILVA, R. F. da. **Os marcos regulatórios da educação técnica e profissional brasileira de 1909 a 1988 segundo o Ministério da**

Educação. Research, Society and Development, v. 11, n. 6, e33711629111, 2022 (CC BY 4.0) | ISSN 2525-3409. Disponível em: < <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/29111>> Acessado em: 28/jul./2022.

BARACHO, M. das G.; CABRAL NETO, A.; RAMOS, M. C. P. **A educação profissional na rede federal de Educação Tecnológica sob o enfoque do trabalho na Organização Taylorista/Fordista.** RBEPT, Vol. 1, N. 12 (2017) - ISSN 1983-0408. Disponível em: < <http://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/RBEPT/article/download/5719/pdf>> Acessado em: 03/ago./2020.

BARALDI, I. M. **A Cades e a formação de professores para o Ensino Secundário: uma campanha nos anos de 1950-1960.** Anais Do ENAPHEM - Encontro Nacional De Pesquisa Em História Da Educação Matemática, (3). Disponível em: < <https://periodicos.ufms.br/index.php/ENAPHEM/article/view/6133>> Acessado em: 25/jul./2022.

BARRADAS, A. M. da S. **“Fabrica PIPMO” – uma discussão sobre política de treinamento de mão-de-obra no período 1963-82.** Dissertação de Mestrado em Educação. Fundação Getúlio Vargas: São Paulo, 1986. Disponível em: < <https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/8590/000049016.pdf>> Acessado em: 07/set./2022.

BARROSO, J. **Cultura, cultura escolar, cultura de escola - volume 1 - D26 - Unesp/UNIVESP - 1ª edição 2012** graduação em Pedagogia. Disponível em: < <http://acervodigital.unesp.br/handle/123456789/65262>> Acessado em: 23/jun./2022.

BELLOTTO, H. L. **Patrimônio documental e ação educativa nos arquivos.** In: Ciência & Letras. Faculdade Porto-Alegrense de Educação, Ciência e Letras, porto Alegre, n. 27, jan./jun. 2000, p. 151-166.

BENVEGNÚ, A.E.J. **Educação Física escolar no brasil e seus resquícios históricos.** Disponível em: < https://www.bage.ideau.com.br/wp-content/files_mf/c6c2c313da7798b65af08ed1f95e79de151_1.pdf>. Acessado em: 31/ago./2021.

BETONI, E.; **Carlos Augusto Francisco Soffredi (1918 -2009) Professor, inventor e veterano de 1932.** Disponível em: < <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff1306200924.htm> > Acessado em: 26/jul./2022.

BOMTEMPI, S. **Histórias dos bairros de São Paulo. O bairro da Penha.** Serie história dos bairros de São Paulo. Oficinas da Gráfica Municipal: São Paulo, 1969.

BICCAS, M. de S.; FREITAS, M. C. de. **História social da educação no Brasil (1926-1996).** São Paulo: Cortez, 2009.

BOURDIEU, Pierre. **Introdução a uma sociologia reflexiva in “O Poder Simbólico”.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

BRASIL. **Constituição dos Estados Unidos do Brasil, 10 de nov. de 1937.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Constituicao37.htm. Acessado em: 21/jan./2021.

_____. **Decreto-Lei n.º 1.190, de 4 de abril de 1939.** Dá organização à Faculdade Nacional de Filosofia. Disponível em: < <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-1190-4-abril-1939-349241-publicacaooriginal-1-pe.html#:~:text=D%C3%A1%20organiza%C3%A7%C3%A3o%20%C3%A0%20Faculdade%20Nacional%20de%20Filosofia.&text=NACIONAL%20DE%20FILOSOFIA-,Art.,Letras%2C%20instituida%20pela%20Lei%20n.>> Acessado em: 13/set./2022.

_____. **Decreto-Lei n.º 4.073 de 30 de janeiro de 1942a.** Lei orgânica do ensino industrial. Disponível em: <http://www.histedbr.fae.unicamp.br/navegando/fontes_escritas/5_Gov_Vargas/lei%20organica%20ensino%20industrial%201942.htm>. Acessado em: 12/ago./2013.

_____. **Decreto n.º 8.673, de 3 de fevereiro de 1942b.** Aprova o Regulamento do Quadro dos Cursos do Ensino Industrial. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decree/1940-1949/decreto-8673-3-fevereiro-1942-459565-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acessado em: 26/jan./2021.

_____. **Decreto-Lei n.º 4.244, de 9 de abril de 1942c.** Lei orgânica do ensino secundário. Disponível em: < <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-4244-9-abril-1942-414155-publicacaooriginal-1-pe.html>> Acessado em: 26/jan./2021.

_____. **Decreto-Lei n.º 5.452, de 1º de maio de 1943.** Aprova a Consolidação das Leis do Trabalho. Disponível em: < <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-5452-1-maio-1943-415500-publicacaooriginal-1-pe.html#:~:text=zona%20ou%20subzona.,Par%C3%A1grafo%20%C3%BAnico.,Art.>> Acessado em: 14/set./2022.

_____. **Decreto-lei n.º 7.850, de 10 de agosto de 1945.** Dispõe sobre o funcionamento dos cursos extraordinários, previstos na Lei Orgânica do Ensino Industrial. Disponível em: < <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-7850-10-agosto-1945-416553-publicacaooriginal-1-pe.html>> Acessado em: 24/ago./2022.

_____. **Decreto-lei n.º 8.530, de 2 de janeiro de 1946.** Lei Orgânica do Ensino Normal. Disponível em: < <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-8530-2-janeiro-1946-458443-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acessado em: 30/ago./2021.

_____. **Decreto-Lei n.º 9.724, de 3 de setembro de 1946.** Aprova o Acordo celebrado entre o Ministério da Educação e Saúde e a Inter-American Educational Foundation Inc., sobre educação industrial vocacional, e dá outras providências. Disponível em: < <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-9724-3-setembro-1946-458393-publicacaooriginal-1-pe.html>> Acessado em: 06/set./2022.

_____. **Decreto-Lei n.º 8.777, de 22 de janeiro de 1946.** Dispõe sobre o registro definitivo de professores de ensino secundário no Ministério da Educação e Saúde. Disponível em: < <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-8777-22-janeiro-1946-416416-publicacaooriginal-1-pe.html>> Acessado em: 06/set./2022.

pe.html#:~:text=Disp%C3%B5e%20sobre%20o%20registro%20definitivo,Minist%C3%A9rio%20da%20Educa%C3%A7%C3%A3o%20e%20Sa%C3%BAde.> Acessado em: 25/jul./2022.

_____. **Decreto Legislativo n.º 1, de 1951.** Acordo entre a República dos Estados Unidos do Brasil e “The Institute of Inter-American Affairs”, repartição corporativa do governo dos Estados Unidos da América, para realização de um programa de cooperação educacional. Disponível em: < <https://legis.senado.leg.br/norma/534971/publicacao/15637924>> Acessado em

_____. **Decreto n.º 34.638, de 17 de novembro de 1953.** Institui a Campanha de Aperfeiçoamento e Difusão do Ensino Secundário. Disponível em: < <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1950-1959/decreto-34638-17-novembro-1953-329109-publicacaooriginal-1-pe.html#:~:text=Institui%20a%20Campanha%20de%20Aperfei%C3%A7oamento,que%20lhe%20confere%20o%20art.>> Acessado em: 25/jul./2022.

_____, **Lei n.º 2.430, de 19 de fevereiro de 1955.** Dispõe sobre a realização dos exames de suficiência ao exercício do magistério nos cursos secundários. Disponível em: < <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1950-1959/lei-2430-19-fevereiro-1955-361011-publicacaooriginal-1-pl.html>> Acessado em: 25/jul./2022.

_____. **Lei no 3.552, de 16 de fevereiro de 1959.** Dispõe sobre nova organização escolar e administrativa dos estabelecimentos de ensino industrial do Ministério da Educação e Cultura, e dá outras providências. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1950-1959/lei-3552-16-fevereiro-1959-354292-normaatualizada-pl.html>>. Acessado em: 27/jan./2021.

_____. **Decreto n.º 47.038 de 16 de outubro de 1959.** Aprova o Regulamento do Ensino Industrial. Disponível em: < <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1950-1959/decreto-47038-16-outubro-1959-386194-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acessado em: 16/dez./2021.

_____. **Decreto n.º 50.505, de 26 de abril de 1961.** Consolida as disposições relativas à educação moral e cívica nos estabelecimentos de ensino, e dá outras providências. Disponível em: < <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1960-1969/decreto-50505-26-abril-1961-390388-publicacaooriginal-1-pe.html>> Acessado em: 27/jul./2022.

_____. **Lei n. 4.024, de 20 de dezembro de 1961.** Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-4024-20-dezembro-1961-353722-normaatualizada-pl.pdf> > Acessado em: 18/jul./2020.

_____, **Decreto n.º 53.041, de 28 de novembro de 1963.** Atribui ao Grupo de Trabalho de Expansão do Ensino Industrial os serviços técnicos que vem sendo realizados, pela Comissão Brasileiro-Americana de Educação Industrial e dá outras providências. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1960-1969/decreto-53041-28-novembro-1963-393136-publicacaooriginal-1-pe.html>> Acessado em: 07/set./2022.

_____. **Decreto n.º 53.324, de 18 de dezembro de 1963.** Aprova o Programa Intensivo de Preparação da Mão-de-Obra Industrial e dá outras providências. Disponível em: <<https://legis.senado.leg.br/norma/475988/publicacao/15803689>> Acessado em: 07/set./2022.

_____. **Novos currículos para o ensino médio.** Resolução do Conselho Federal de Educação. Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, V. XXXVII, n. 85, jan./mar., 1962. Disponível em: < <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me001678.pdf>> Acessado em: 12/set./2022.

_____. **Lei n.º 5.540, de 28 de novembro de 1968.** Fixa normas de organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média, e dá outras providências. Disponível em: < <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-5540-28-novembro-1968-359201-publicacaooriginal-1-pl.html>> Acessado em 31/ago./2022.

_____. **Parecer n.º 339/72, de 06 de abril de 1972 do CFE.** A significação da parte de formação especial do currículo de ensino de 1º grau. In: AGUIAR, José Márcio (org.). CFE - Pareceres Básicos; Reforma - ensino de 10 e 20 graus. Brasília: Mai Editora, 1975. v.I. Disponível em: < http://www.histedbr.fe.unicamp.br/navegando/fontes_escritas/7_Gov_Militar/parecer%20339-1972%20o%20significado%20da%20parte%20da%20forma%E7%E3o%20espec.pdf>. Acessado em: 24/jun./2020.

BRAGHINI, K. M. Z.; **A “vanguarda brasileira”: a juventude no discurso da Revista da Editora do Brasil S/A (1961-1980).** Doutorado em História da Educação: PUC, São Paulo, 2010.

BRUNO. E. S. **Histórias e tradições da Cidade de São Paulo.** Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1954.

CARAYON, E.M.P. **A educação para o trabalho no ensino de 1º grau – em busca de sua gênese.** Dissertação de Mestrado em Educação, FGV: 1987. Disponível em: < <https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/handle/10438/9567>> Acessado em: 03/ago./2022.

CARVALHO, M. L. M. de (org.). **Memórias e História da Educação Profissional.** São Paulo: Centro Paula Souza, 2001.

_____. **Instituto Pedagógico do Ensino Industrial em São Paulo: História da Profissão Docente.** Rev. Iberoam. Patrim. Histórico-Educativo, Campinas (SP), v. 3, n. 2, p. 385-404, jul./dez. 2017. Disponível em: <<http://www.memorias.cpsctec.com.br/publicacoes/artigos/2014artigoCIPAUERJGenese.pdf>> Acessado em: 24/ago./2022.

CAVALCANTI, Z. M. C.; **Dec: Biografia de uma Instituição Cinquentenária.** Recife: CEC/DC, 1986.

CFE. **Boletim n.º 17.** Disponível em: < http://arquivohistorico.inep.gov.br/uploads/r/instituto-nacional-de-estudos-e-pesquisas-educacionais-anisio-teixeira-t-2/3/1/f/31fb46cc71f9dc2dee6b0a8306ec9a75103318f65e016522826bac3fd590f9c6/CODI-UNIPER_m0480p01_ConselhoFederalDeEducacaoBoletimN17.PDF> Acessado em: 11/set./2022.

_____. **Relatório de 1968.** Ministério da Educação. Disponível em: < http://arquivohistorico.inep.gov.br/uploads/r/instituto-nacional-de-estudos-e-pesquisas-educacionais-anisio-teixeira-t-2/3/7/6/37677ed04b537544c41db7ad7f79d113d745c12e2e90c8c25d6ee91e3e319371/CODI-UNIPER_m0494p01_RelatorioDe1968MEC-compactado.pdf> Acessado em: 2/set./2022.

CHARTIER, R. **A história cultural. Entre práticas e representações.** Trad. Maria Manuela Galhardo. 2º ed. Portugal: Difel, 2002.

COELHO, A. J. D. P.; GARCIA, N. M. D. **Permanência e abandono escolar: contexto histórico na Educação Profissional e Tecnológica brasileira.** X ANPED SUL, Florianópolis, outubro de 2014. Disponível em: < http://xanpedsul.faed.udesc.br/arq_pdf/1538-0.pdf> Acessado em: 04/ago./2022.

CONDEPHAAT. **Ge Santos Dumont – Penha.** Disponível em: < <http://condephaat.sp.gov.br/benstombados/ge-santos-dumont-penha/>>. Acessado em: 29/ago./2021.

CORREIO DA MANHÃ. **Os novos rumos do ensino.** Rio de Janeiro, 31 de janeiro de 1942. N.º 14.493 Ano XLI. Disponível em: < http://memoria.bn.br/DocReader/Hotpage/HotpageBN.aspx?bib=089842_05&pagfis=10408&url=http://memoria.bn.br/docreader#> Acessado em: 24/ago./2022.

CORREIO DO POVO. **Morreu Joao Pekny.** Domingo, 9/mar./1958. Jaraguá do Sul: SC. Disponível em: < <http://hemeroteca.ciasc.sc.gov.br/correiodopovo/1958/CDP19581978.pdf>> Acessado em: 20/jul.2022.

CORREIO PAULISTANO. **Ensino Industrial.** São Paulo, 28/set./1958, ano 105. Disponível em: < https://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=090972_10&pesq=%22escola%20artesanal%20da%20penha%22&hf=memoria.bn.br&pagfis=45148>. Acessado em: 28/ago./2022.

_____. **Willis contribui com 2 motores para cursos especializados para mecânicos.** São Paulo, 02/ago./1961, n.º 32.319, ano 108. Disponível em: < https://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=090972_11&Pesq=%22escola%20artesanal%20da%20penha%22&pagfis=8571> Acessado em: 28/ago./2022.

CUNHA, L. A. **Educação e desenvolvimento social no Brasil.** Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1980.

CUNHA, L. A. **O ensino de ofícios nos primórdios da industrialização.** São Paulo: Editora Unesp, Brasília, DF: Flascso, 2000.

CUNHA, L.A.; FALCÃO, L.Q. **Ideologia, Política e Educação: A CBAI.** Disponível em: < <https://doi.org/10.20500/rce.v4i7.1579>> Acessado em: 06/set./2022.

CUNHA, L. A.; FERNANDES, F. **Um acordo insólito: ensino religioso sem ônus para os poderes públicos na primeira LDB**. Artigos • Educ. Pesqui. 38 (4) • Dez 2012 • Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S1517-97022012005000019>> Acessado em: 15/set./2022.

DIARIO DO TRANSPORTE. **Caio completa 70 anos. Início dos trabalhos foi na Celso Garcia**. 2015. Disponível em: <<https://diariodotransporte.com.br/2015/12/25/caio-completa-70-anos-inicio-dos-trabalhos-foi-na-avenida-celso-garcia/>> Acessado em: 26/jul.2022.

DOESP. **Instituto Pedagógico do Ensino Industrial**. Ano LXVIII, n.º 94 de 30 de abril de 1958. Disponível em: <<http://www.jusbrasil.com.br/diarios/4311596/dosp-poder-executivo-30-04-1958-pg-2/pdfView>> Acessado em: 24/ago./2022.

_____. **Concentração Cívica de Estudantes no Pacaembu**. Sábado, 26 de agosto de 1972. Ano LXXXII, n.º 163. Disponível em: <https://www.imprensaoficial.com.br/DO/BuscaDO2001Documento_11_4.aspx?link=%2f1972%2fexecutivo%2fagosto%2f26%2fpag_0001_5U4PC77399IAKeE00D88JQTU59G.pdf&pagina=1&data=26/08/1972&caderno=Executivo&paginaordenacao=100001> Acessado em: 12/set./2022.

DORO, M. P. M. **Vila Nova Savóia**. São Paulo: DPH, 2006. p. 160: il.; 23 cm. - (Série História dos Bairros de São Paulo; v 28). Disponível em: <https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/upload/hb_vnsavovia_1285345034.pdf>. Acessado em: 24/jun./2020.

DYNA. **História do automóvel: descubra qual foi o primeiro carro no Brasil**. Disponível em: <<https://dyna.com.br/historia-do-automovel-descubra-qual-foi-o-primeiro-carro-no-brasil/>> Acessado em: 28/jul./2022.

EDITORA DO BRASIL. **Celso Antunes**. Disponível em: <<https://www.editoradobrasil.net.br/celso-antunes/>> Acessado em: 11/set./2022.

ELIAS, N. **O processo civilizador: Uma História dos Costumes**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994. 1 v.

FARIAS, G. B. de.; **A disciplina escolar História Natural em Pernambuco e os livros didáticos de Valdemar de Oliveira (1939-1965)**. Doutorado em Educação: Universidade Federal de Pernambuco: Recife, 2020. Disponível em: <<https://repositorio.ufpe.br/bitstream/123456789/38886/1/TESE%20Gilmar%20Beserra%20de%20Farias.pdf>> Acessado em: 11/set./2022.

FARO ONLINE. **Lote 001 – Area de Terra**. Disponível em: <<https://www.faroonline.com.br/lotos/750-001-area-de-terra>> Acessado em: 20/jul./2022.

FONSECA, C. S. **História do Ensino Industrial no Brasil**. Rio de Janeiro: Escola Técnica, 1961.

GATTI, B. A. **Professores do Brasil: novos cenários de formação**. Brasília: UNESCO, 2019. Disponível em: <https://www.fcc.org.br/fcc/wp-content/uploads/2019/05/Livro_ProfessoresDoBrasil.pdf>. Acessado em: 30/ago./2021.

GEOPORTAL. **Geoportal memoria paulista. Imagens de 1958 da região metropolitana de São Paulo.** Disponível em: < <https://www.geoportal.com.br/MemoriaPaulista/>>. Acessado em: 03/jun./2020.

GEOSAMPA. **Mapa digital da cidade de São Paulo.** Disponível em: < http://geosampa.prefeitura.sp.gov.br/PaginasPublicas/_SBC.aspx>. Acessado em: 11/ago./2021.

GEPEMHEP. **Percurso histórico.** Disponível em: < <http://www.memorias.cpsctec.com.br/percurso.php>>. Acessado em: 3/ago./2020.

GOMES, D. A. **A Cades e a formação de professores de Matemática no Espírito Santos (1950-1970).** Dissertação em Mestrado em Educação: IFES, Vitória, 2021. Disponível em: < https://repositorio.ifes.edu.br/bitstream/handle/123456789/1645/DISSERTA%c3%87%c3%83O%20DANIELE%20AQUINO_27JAN22.pdf?sequence=1&isAllowed=y> Acessado em: 12/set./2021.

GOUNET, T. **Fordismo e Toyotismo na civilização do automóvel.** São Paulo. Boitempo: 1999.

_____. **Concorrência e estratégia de acumulação na indústria automobilística.** In: GOUNET, Thomas. Fordismo e Toyotismo na civilização do automóvel. São Paulo: Boitempo Editorial, 2002.

HAGIO, C. P. B. **Catálogo dos livros raros e especiais do Centro de Memória da Etec Getúlio Vargas.** 1ª ed. São Paulo: 2019.

_____. **O papel do desenho técnico no currículo da Escola profissional masculina da capital durante a gestão do diretor Aprígio de Almeida Gonzaga.** I seminário de patrimônio educativo arquitetura escolar e currículo 24 e 25 de abril de 2019. Disponível em: <<http://www.memorias.cpsctec.com.br/publicacoes/galeria/CamilaBaisISEMINARIOPATRI MONIOEDUCATIVOIFSP.pdf>>. Acessado em: 19/ago./2021.

HOUAISS, A.; VILLAR, M. de S. **Dicionário Houaiss da língua portuguesa.** Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.

HUBERMAN, M. **O ciclo de vida profissional dos professores.** In: NÓVOA, António. (Org). Vidas de professores. 2. ed. Porto: Porto, 2000. Disponível em: < <https://edisciplinas.usp.br/mod/resource/view.php?id=3170815&forceview=1>> Acessado em: 27/jul./2022.

IBGE. **VI Recenseamento Geral do Brasil. Censo Demográfico (1º de julho de 1950. Estado de São Paulo: seleção dos principais dados. 1953: Rio de Janeiro.** Disponível em: < https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/70/cd_1950_sp.pdf> Acessado em: 03/ago./2022.

_____. **Estatísticas do Século XX.** Educação: populacionais, sociais, políticas e culturais de 1908 a 1955). Disponível em: < <https://seculoxx.ibge.gov.br/populacionais-sociais-politicas-e-culturais/busca-por-temas/educacao.html>> Acessado em: 03/ago./2022.

JESUS, E. P. de. **Penha: de bairro rural a bairro paulistano. Um estudo do processo de configuração do espaço penhense.** Dissertação de mestrado em Geografia Humana. USP: 2006.

JULIA, D. **A cultura escolar como objeto histórico.** Tradução: Gizele de Souza. Revista Brasileira de História da Educação. Campinas, n. 1, 2001

KUENZER, A. Z.; **Educação e trabalho no Brasil: o estado da questão** — 2ª impressão. — Brasília: INEP; Santiago: REDUC, 1991.

_____. **Ensino Médio - construindo uma proposta para os que vivem do trabalho.** São Paulo: Cortez, 2002.

LAURINDO, A. **50 anos de Ensino Profissional no Estado de São Paulo (1911 – 1961).** 1º Volume. São Paulo: Editora Gráfica Irmãos Andrioli S/A, 1962.

LOPES, R.A. dos S., QUEIROS, W. P. de. TIRADENTES, C.P., SANTOS, S. X. dos. **A história da formação de professores de ciências naturais dos últimos anos de educação primária em Goiás.** Disponível em: < http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0121-38142017000100109>. Acessado em: 31/ago./2021.

MACHADO, M. L. B.; **Formação Profissional e Modernização no Brasil (1930 -1960): Uma análise à luz das reflexões teórico metodológicas de Lucie Tanguy.** Disponível em: < Educ. Soc., Campinas, v. 33, n. 118, p. 97-114, jan./mar. 2012> Acessado em: 03/ago./2020.

MARTINS, A.M.de S.; **Os anos dourados e a formação do professor primário no Instituto de Educação do Rio de Janeiro (1945-1960).** Disponível em: < <file:///C:/Users/Marcos/Downloads/23825-76661-1-PB.pdf>>. Acessado em: 30/ago./2021.

MAZUR, L. de S. **A Educação Profissional entre os anos de 1942-1961: contribuições das leis orgânicas do ensino para a compreensão da educação no período.** Mestre em Educação Profissional e Tecnológica. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnológica do Rio Grande do Sul: Porto Alegre, 2021. Disponível em: < <https://repositorio.ifrs.edu.br/bitstream/handle/123456789/488/123456789488.pdf?sequence=1&isAllowed=y>> Acessado em: 24/ago./2022.

MEC. **Centenário da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica.** Disponível em: http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/centenario/historico_educacao_profissional.pdf. Acessado em: 21/jan./2021.

_____. **Conferência Interamericanas de Educação. Recomendações (1943-1963).** Disponível em: < <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me001999.pdf>> Acessado em: 11/set./2022.

_____. **Anais do III Congresso Brasileiro do Ensino da Matemática, 1959.** Rio de Janeiro: CADES-Ministério da Educação e Cultura, 1959. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/210158>> Acessado em: 12/set./2022.

_____. **Parecer n.º 25, de 16 de março de 1962.** Estruturação dos Cursos Noturnos. Disponível em: <http://arquivohistorico.inep.gov.br/uploads/r/instituto-nacional-de-estudos-e-pesquisas-educacionais-anisio-teixeira-t-2/a/e/0/ae0b115a1404db30895399b7cb9d48975b67ce10f430fc694b97e51ba76eeaf6/CODI-UNIPER_m1057p01_LevantamentoDosCurriculosEmEstabelecimentosDeEnsinoMedio_.pdf> Acessado em: 17/set./2022.

_____. **Conceitos básicos para elaboração de series metódicas de oficina.** Serviços gráficos e Papel da Comp. Melhoramentos: São Paulo, 1965.

_____. **Ofício-Circular n.º 973, de 25 de maio de 1965.** Sobre as Instruções sobre o Ensino Secundário. Diretoria do Ensino Secundário. Disponível em: <http://arquivohistorico.inep.gov.br/uploads/r/instituto-nacional-de-estudos-e-pesquisas-educacionais-anisio-teixeira-t-2/8/7/b/87b1ed22814bac27f70e1f3318062754ebf3cdef3c244a9a057658b848a574f8/CODI-UNIPER_m0566p01_OficioCircular973ExpedindoDeInstrucoesSobreOEnsinoSecundario_1965.pdf> Acessado em: 17/set./2022.

_____. **Educação de adultos no Brasil (subsídio para a III Conferência Internacional de Educação de Adultos.** Secretaria Geral – 1971. Disponível em: <<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me002669.pdf>> Acessado em: 07/set./2022.

_____. **Parecer CNE/CP 28/2001.** Despacho do Ministro em 17/1/2002, publicado no Diário Oficial da União de 18/1/2002, Seção 1, p. 31. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/028.pdf>> Acessado em: 13/set./2022.

MIGUEL, A.; SOUZA, M. G. **Colégio Estadual Governador Luiz Viana Filho (1956-1994): História, Arquivo Escolar e Produção de Catálogo de Fontes.** Rev. Iberoam. Patrim. Histórico-Educativo, Campinas (SP), v. 2, n. 3, p. 192-210, jul./dez. 2016. Disponível em: <<https://econtents.bc.unicamp.br/inpec/index.php/ridphe/article/view/9266>> Acessado em: 22/jul./2020.

MORAES, C. S. V. **Notas históricas sobre origens do ensino técnico no estado de São Paulo.** In: MORAES, C.S.V, ALVES, J. F. (org.) Contribuição para a pesquisa do ensino técnico em São Paulo: inventário de fontes documentais. São Paulo: Centro Paula Souza, 2002.

MOTTA, M. A. **De Escola Artesanal a Ginásio Industrial – as alterações na Escola técnica Estadual Professor Aprígio Gonzaga (1958 a 1970).** Estudos em Educação Inclusão, Docência e Tecnologia. Org; SILVEIRA, R. P. de. Vol. 6. Formiga: Editora Uniesmero, 2022.

MUSEU PAULISTA. **Igreja Nossa Senhora da Penha de França (1853).** Disponível em: <<http://acervo.mp.usp.br/>>. Acessado em: 15/jul.2021.

NASCIMENTO, D. **Colégio Ateneu Ruy Barbosa.** Disponível em: <<https://saopauloantiga.com.br/colégio-ateneu-ruy-barbosa/>>. Acessado em: 11/ago./2021.

NOSELLA, P.; BUFFA, E. **Instituições escolares: por que e como pesquisar**. In: SANTOS, Ademir Valdir dos; VECHIA, Ariclê. (Org.). *Cultura Escolar e História das Práticas Pedagógicas*. Curitiba: UTP, 2008. 162p.

NÓVOA, A. **Formação de professores e profissão docente**. Disponível em: < https://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/4758/1/FPPD_A_Novoa.pdf>. Acessado em: 30/ago./2021.

NSP. **História da Escola Nossa Senhora da Penha**. Disponível em: < <https://nsp002513.wixsite.com/nspenha/giving>>. Acessado em: 11/ago.2021.

OLIVEIRA, JR. W. **A formação do professor para a Educação Profissional de nível médio: tensões e (in)tenções**. Mestrado em Educação: Universidade Católica de Santos. Santos: 2008. Disponível em: < <https://tede.unisantos.br/bitstream/tede/127/1/Waldemar%20de%20Oliveira%20Junior.pdf>> Acessado em: 31/ago./2022.

OLIVEIRA, S. A. de. **Penha De França: onde o rosário nos une sobrevivências culturais e transformações do ser e do espaço em uma festa religiosa paulistana**. Pós-graduação em Gestão de Projetos Culturais e Organização de Eventos. CELACC / ECA - USP 2014.

OLIVEIRA, L. H. M. M.; GATTI JÚNIOR, D. **História das Instituições Educativas: um novo olhar historiográfico**. *Cadernos de História da Educação*, 1, jan./dez. 2002. Disponível em: <<http://www.seer.ufu.br/index.php/che/article/view/310/302>>. Acesso em: 03/ago./2020.

PACINOTTO, A. **O palacete Rodovalho**. 2014. Disponível em: <http://adrianopacianotto.blogspot.com/2014/09/o-palacete-rodovalho.html>. Acessado em: 12/jul./2021.

PARO, V.H. **Estrutura da escola e prática educacional democrática**. GT: Estado e Política Educacional/USP, 2007. Disponível em: < <http://30reuniao.anped.org.br/trabalhos/GT05-2780--Int.pdf>>. Acessado em: 27/ago./2021.

PARKYN, G. W. **O ensino de segundo grau: estudo de educação comparada**. Ministério da Educação e Cultura: 1966. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me002533.pdf>. Acessado em: 29/jun./2021.

PEDROSA, J. G.; RAMOS, N. M. T.; **CBAI e os agentes do Ensino Industrial (1946 a 1963)**. In: ANTUNES, A. F. (org.). *Epistemologia e metodologia da pesquisa interdisciplinar em ciências humanas*. Ponta Grossa - PR: Atena, 2021.

PETEROSI, H. G. **A formação dos formadores: pressupostos e reflexões sobre a formação de professores para o ensino técnico a partir de uma perspectiva de pedagógica em ato**. Doutorado em Educação: Universidade Estadual de Campinas. Campinas: 1997. Disponível em: < <http://memorias.cpsctec.com.br/publicacoes/dissertacao/PeterossiHelenaGemignani.pdf>> Acessado em: 31/ago./2022.

PMSP. **Lei n.º 493**. Fixa a despesa e orça a receita do município para o ano financeiro de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 1901. Disponível em: < <http://legislacao.prefeitura.sp.gov.br/leis/lei-493-de-26-de-outubro-de-1900/anexo/5f19e19214119228d015ebb6/L493.pdf>> Acessado em: 28/jul./2022.

_____. **Ato n.º 146, de 26 de fevereiro de 1903**. Manda observar o regulamento sobre a circulação de automóveis. Disponível em: < <http://legislacao.prefeitura.sp.gov.br/leis/ato-gabinete-do-prefeito-146-de-26-de-fevereiro-de-1903#:~:text=%C2%B0%20%E2%80%94%20ningu%C3%A9m%20permitted,prud%C3%Aancia%20sangue%20frio%20e%20visualidade.>> Acessado em: 28/jul./2022.

_____. **População nos Anos de Levantamento Censitário. Município de São Paulo, Subprefeituras e Distritos Municipais 1950, 1960, 1970, 1980, 1991, 2000 e 2010**. Disponível em: < http://smul.prefeitura.sp.gov.br/historico_demografico/tabelas.php> Acessado em: 03/jun./2020.

_____, **O bairro da Penha de França**. Disponível em: < https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/upload/HB_penha_1285346695.pdf>. Acessado em: 24/jun./2020.

PORTAL DA MOOCA, **O Centro Educacional e Esportivo da Mooca**. Disponível em: < <http://www.portaldamooca.com.br/o-centro-educacional-e-esportivo-da-mooca/>> Acessado em: 27/jul./2022.

PORTO, O.; **Orientação Educacional: teoria, prática e ação**. Rio de Janeiro: Wak, 2009.

RIBEIRO, J. Q.; **Introdução a Administração Escolar (Alguns pontos de vista)**. Edição Comemorativa do I Simpósio Interamericano de Administração Escolar: Associação Nacional de Professores de Administração Escolar: 1968, p. 19-40. Disponível em: < <https://www.seminariosregionaisanpae.net.br/BibliotecaVirtual/13-Classicos/2-Administracao-Anisio.pdf>> Acessado em: 21/jul./2022.

SANTHER, **Fábrica de papeis Santa Therezinha**. Disponível em: < <https://www.santher.com.br/a-santher/#historia>>. Acessado em: 24/jun./2020.

SANTOS, J. A. dos.; **A Trajetória da Educação Profissional. 500 anos de Educação no Brasil** / organizado por Eliane Marta Teixeira Lopes, Luciano Mendes de Faria Filho, Cynthia Greive Veiga, Belo Horizonte: Autêntica, 2000. 2ª edição. 608p.

SANTOS, T. C. dos. **A trajetória do ensino de história do curso normal do Rio de Janeiro: da Escola Normal da corte à escola Normal Carmela Dutra**. Mestrado Profissional em História. UFRJ: Rio de Janeiro, 2018. Disponível em: < https://educapes.capes.gov.br/bitstream/capes/433644/2/Thiago%20Cerqueira%20dos%20Santos_Disserta%C3%A7%C3%A3o%20ProfHist%C3%B3ria%20%281%29.pdf>. Acessado em: 31/ago./2021.

SANTOS, O. de B.; **Oportunidades de estudos e de preparação profissional em São Paulo**. São Paulo, SP: Fundo do Ensino Profissional, do Departamento de Ensino Profissional, 1963.

SÃO PAULO. **Decreto n.º 32.996 de junho de 1958. Dispõem sobre a localização de Escola Artesanal.** Diário Oficial do Estado de São Paulo, ano LXVIII, n.º 142. 29 de junho de 1958.

_____. **Decreto n.º 33.229 de julho de 1958. Dispõe sobre a lotação de cargos.** Diário Oficial Estado de São Paulo, ano LXVIII, n.º 164, 27 de julho de 1958.

_____. **Ata da 69.ª Sessão ordinária, realizada em 23 de julho de 1958, na Sala “Ministro Genésio de Almeida Moura.** Diário Oficial do Estado de São Paulo, ano LXVIII, n.º 163, p. 31 – 32. Sábado, 26 de julho de 1958.

_____, **Atos de 1.º do Corrente expedidos com autorização do Governador.** Diário oficial do Estado de São Paulo, ano LXVIII – n.º 268, p. 7, Terça-feira, 2 de dezembro de 1958.

_____, **Industrialização em São Paulo.** Diário oficial do Estado de São Paulo, ano LXIX – n.º 60, p. 22-24, Domingo, 15 de março de 1959.

SEMPLA. **Histórico Demográfico do Município de São Paulo.** Disponível em: <http://smul.prefeitura.sp.gov.br/historico_demografico/index.php>. Acessado em: 14/jul./2021.

SCHULTZ, D. P.; SCHULTZ, S. E. **História da Psicologia Moderna.** Cengage Learning; Trad. 11ª ed. norte-americana edição, 2019. Disponível em: <<https://www.eecarvalhosenne.com.br/wp-content/uploads/2020/10/A-histo%CC%81ria-da-psicologia-moderna-Shultz.pdf>> Acessado em: 11/set./2022.

SILVA, C. M. S. da.; **Formação de professores e pesquisadores de Matemática na Faculdade Nacional de Filosofia.** Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/cp/a/88vhkw9BnyjZsNHK8nfgtXL/?format=pdf&lang=pt>>. Acessado em: 31/ago./2021.

SILVA, G. B.; **A educação secundária (perspectiva histórica e teoria.** São Paulo: Editora Nacional, 1969.

SILVA, L.P. da. **Formação profissional no Brasil: o papel do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial – SENAI.** Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-90742010000100022&script=sci_arttext> Acessado em: 03/ago./2020.

SIMONSEN, R. C.; **Evolução industrial do Brasil e outros estudos.** Seleção, notas e bibliografia de Edgard Carone. São Paulo, Editora Nacional e Editora da USP. 1973.

SHIMIZU, Y.; **Cem anos da Educação Profissional Industrial no Brasil.** Technol. & Hum. ano 24, n. 39, jul./dez. 2010. Disponível em: <<https://periodicos.utfpr.edu.br/rth/article/download/6271/3922>> Acessado em: 26/jul./2022.

SOUZA, D.; **Cidade e Cerveja: Companhia Antarctica Paulista e Urbanização em São Paulo.** Dissertação em Mestre em Urbanismo, Pontifícia Universidade Católica de Campinas: 2017. Disponível em: <<http://repositorio.sis.puc-campinas.edu.br/handle/123456789/16435?show=full>> Acessado em: 27/jul./2022.

SPOSITO, M. P. **O povo vai à escola. A luta popular pela expansão do ensino público em São Paulo.** 3ª Edição, São Paulo: Edições Loyola, 2001.

STRINGFIXER. **Robert S. Woodworth.** Disponível em: <https://stringfixer.com/pt/Robert_S._Woodworth> Acessado em: 11/set./2022.

TEIXEIRA, Z. S. **A trajetória histórica dos modelos de formação profissional do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial do Espírito Santo (1952-2002).** Mestrado em Educação : UFES, 2018, Vitória. Disponível em: <http://repositorio.ufes.br/jspui/bitstream/10/8625/1/tese_12352_Disserta%c3%a7%c3%a3o%20de%20Mestrado%20-%20Zilka%20Sulamita%20Teixeira.pdf> Acessado em 15/set./2022.

VIDAL, D. G., HILSDORF, M. L. S. **(Organizadoras). Brasil 500 anos: Tópicos em História da Educação.** São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2001.

ZABALA, A. (org.) **Como trabalhar os conteúdos procedimentais em aula.** 2.ed. Porto Alegre: Artmed, 1999.

ANEXO

A – Atribuições do Diretor (1967)

Ao Diretor compete:

- 1 – Velar para que se cumpram fielmente, no âmbito de sua ação, todos as Leis, decretos, atos, portarias e ordens referentes ao sistema escolar de Ensino Industrial e de Ensino de Economia Doméstica e Artes Aplicadas;
- 2 – Presidir as reuniões do Conselho de Professores, do Conselho de Representantes, de Órgão de Cooperação Escolar, de Associação de Pais e Mestres, de Professores, Pedagógico e Administrativas, e Comissão Administradora do Fundo de Ensino profissional;
- 3 – Representar a escola;
- 4 – Autorizar as atividades extraclasse cívicas e sociais;
- 5 – Organizar os horários de aulas e do pessoal administrativo;
- 6 – Organizar a escala de férias de pessoal administrativo;
- 7 – Nomear comissões examinadoras e seus auxiliares para a realização de todos os exames;
- 8 – Dar posse e exercício a servidores;
- 9 – Assistir a atos, aulas e exercícios escolares de qualquer natureza, quando julgar conveniente;
- 10 – Visar o ponto de pessoal;
- 11 – Abonar, justificar ou injustificar, nos termos da legislação vigente, as faltas dos servidores;
- 12 – Autorizar a compra, e as ordens de entrega de material e abertura de ordens de serviço;
- 13 – Visar as prestações de contas;
- 14 – Atribuir aulas e distribuir e organizar classes segundo as normas da legislação vigente;
- 15 – Expedir portarias de admissão e de dispensa de docente, dentro do âmbito de sua ação, obtendo das autoridades competentes a homologação desses atos;
- 16 – Antecipar ou prorrogar, conforme as necessidades, as horas de expediente;
- 17 – Apurar ou mandar irregularidades de que venha a tomar conhecimento;
- 18 - Impor as penas disciplinares a servidores e alunos, dentro dos limites de sua autoridade e nos termos da legislação vigente;
- 19 – Conferir certificados ou atestados de conclusão de cursos, cartas de ofício, prêmios e horarias estipulados em leis, decretos ou regimentos;
- 20 – Determinar o tipo de uniforme escolar para cada tipo das atividades escolares;
- 21 – Supervisionar as atividades das associações de alunos;
- 22 – Assinar os termos de abertura e de encerramento de todos os livros em uso na Escola, rubricando suas folhas e numerando-as se for o caso;

- 23 – Assinar ou autorizar, quando de seu impedimento, a assinatura da correspondência e de documentos relativos à administração da Escola;
- 24 – Estabelecer plano de trabalho pedagógico e administrativo para o ano escolar, remetendo-o com antecedência e com o relatório das atividades da Escola, ao Departamento de Ensino Profissional, de acordo com a Agenda de Trabalho;
- 25 – Zelar e impor o zelo e a conservação de todos os bens patrimoniais da Escola, por cuja guarda e conservação é responsável;
- 26 – Autorizar, em conjunto com os demais membros da Comissão Administrativa do Fundo do Ensino Profissional, a venda de produtos recolhidos ao Almoxarifado, recolhendo ao Fundo do Ensino Profissional, nos termos da legislação ou instruções em vigor;
- 27 – Estabelecer o plano geral para as exposições anuais, delegando poderes a Comissões de servidores para organizá-las.

B – Programa de trabalho: Diretor referência VI (1967)

Exercício em Regime de Dedicção Exclusiva

Início: 18/02/1967 – Apostila publicada em 02/11/1967

- 1 – Vistoria às salas de aula e demais dependência do ginásio;
- 2 – Verifico o andamento dos serviços de escrituração escolar, na Secretaria e a organização dos documentos;
- 3 - Viso cadernetas escolares, passes e fichas individuais dos alunos;
- 4 – Assino o livro de registro de concluintes de cursos, do Ministério de Educação e Cultura;
- 5 – Assino as Atas dos Exames finais e de 2ª época;
- 6 – Viso requisições do almoxarifado;
- 7 Assino atestados de frequência dos funcionários docentes e administrativos e espesso guias para exames médicos;
- 8 – Leio o Diário Oficial e consulto a legislação;
- 9 – Participo de reuniões no Departamento de Ensino Técnico, sito a Rua Piratininga, nº 85;
- 10 – Presido reuniões do pessoal administrativo;
- 11 – Presido reuniões de professores;
- 12 – Presido reuniões do Órgão de Cooperação Escolar;
- 13 – Autorizo as despesas do O.C.E;
- 14 – Participo de visitas a outros estabelecimentos;
- 15 – Autorizo e efetuo compras por adiantamento;
- 16 – Faço prestações de contas dos adiantamentos recebidos;
- 17 – Assino Balancetes do almoxarifado;
- 18 – Recebo e deposito cheques de adiantamentos, no Banco do Estado de São Paulo;
- 19 – Atendo alunos, funcionários, pais de alunos e autoridades, na Diretoria;
- 20 – Público editais para admissão de professores e contrato pela Consolidação das Leis do Trabalho;
- 21 – Participo das atividades como representantes neste Ginásio, do Fundo do Ensino Profissional;
- 22 – Presido reuniões de Festa de Formatura;
- 23 – Redijo e assino officios;
- 24 Assino guias para hospitalizar alunos acidentados;
- 25 – Elaboro horários dos funcionários docentes e administrativos.

C – Programa de trabalho: Orientadora Educacional (1967)

Exercício em Regime de Dedicção Exclusiva

Início: 01/02/1967

- 1 – Faço palestras com todas as series de acordo com as necessidades surgidas;
- 2 – Faço palestras com os alunos das primeiras series dos itens abaixo relacionados, com objetivo de integrá-los no Curso Ginásial;
 - a) currículo;
 - b) horário escolar;
 - c) hierarquia escolar;
 - d) caderneta escolar;
 - e) notas e pesos bimestrais;
 - f) frequência – consequências do excesso de faltas nas diversas disciplinas e nas práticas educativas;
 - g) exames de segunda época.
- 1 – Dou assistência aos alunos nos seus problemas escolares e familiares;
- 2 - Atendo pais de alunos, visando a integração escola-família;
- 3 – Solicito o comparecimento dos pais, sempre que necessário;
- 4 – Faço visitas com alunos da 4ª serie a outros estabelecimentos de ensino, visando o acompanhamento;
- 5 – Faço com os alunos da 4º serie a eleição da Comissão de Formatura e presido reuniões periódicas com a Comissão a fim de preparar a Festa de Formatura;
- 6 – Promovo reuniões com ex-alunos;
- 7 – Participo de comissões designadas pelo Sr. Diretor, para solução de problemas eventuais;
- 8 – Participo de reuniões pedagógicas, do ensino integrado, de orientadores de DETec. e reuniões de planejamento;
- 9 – Tiro copias de notas fiscais;
- 10 - Organizo a prestação de contas;
- 11 - Assino cheques de adiantamento, conjuntamente com o Sr. Diretor;
- 12 – Coordeno os exames de admissão;
- 13 – Coordeno de acordo com escala já elaborada algumas das comemorações cívicas;
- 14 – Faço aconselhamento psicológico nas áreas abaixo relacionadas:
 - a) Aconselhamento a pais e atuantes na vida do educando;
 - b) Escolha de cursos e profissões;
 - c) Problemas escolares;

- d) Problemas emocionais;
 - e) Problemas de saúde;
 - f) Problemas econômicos;
 - g) Outros problemas.
- 15 – Preencho fichas individuais;
- 16 – Quando necessário vou a cada de alunos ou ex-alunos;
- 17 - Analiso os informes obtidos;
- 20 – Analiso as condições de ajustamento, pós-orientação.

D - Atribuições da Orientação Educativa

Artigo 131 - os serviços de Orientação Educativa, dos estabelecimentos de ensino industrial ou de Economia Doméstica e de Artes aplicadas terão os seguintes objetivos:

1 – Assistir os alunos nos seus problemas de escolha de materiais optativas, cursos e profissões, bem como no seu ajustamento psicológico geral.

2 – Cooperar para que o processo educativo e dos sistemas de formação profissional se desenvolvam tendo em vista o ajustamento individual e social do educando.

Artigo 132 – as atividades dos Orientadores Educacionais serão programadas de forma a desenvolver pelo menos os seguintes pontos:

1 – Análise das oportunidades escolares, profissionais e sociais, compreendendo levantamentos periódicos sobre escolas, cursos, profissões e instituições ou centros assistenciais ou culturais existentes na comunidade.

2 – Estudo de casos individuais, procedido de forma a serem obtidos dados de natureza médica, escolar, psicológico social a respeito de cada aluno.

3 – Aconselhamento individual, respeitando-se liberdade de escola e decisão por parte do aluno ou de seus responsáveis, quando necessário, desde que não acarrete prejuízo ao interesse coletivo.

4 – Auxiliar a colocação do aluno diplomado, quer em trabalho ou em novo tipo de escola e acompanhar todo o caso em sua vida pós-escola durante o tempo necessário.

5 – Pesquisas de natureza técnica e científica para controle dos métodos de orientação e para informar os órgãos competentes sobre possíveis causas do desajuste escolar.

Artigo 133 – É função do Orientador Educacional, no desenvolvimento de seu programa de trabalho:

1 – Articular-se com membros da direção da Escola, com os professores e com os demais funcionários da escola, bem como a família do aluno e membros da comunidade, no sentido de conjugar esforços para realização do programa de orientação.

2 – Promover a organização de comissões de orientação e o sistema de Professor-Conselheiro, quando necessário;

3 – Cooperar no desenvolvimento das atividades extracurriculares coordenado.

Artigo 134 – Os trabalhos específicos de orientação educacional e profissional somente poderão ser efetuados por licenciados em Faculdade de Filosofia, Ciência e Letras e registrados, como Orientador Educacional, no Ministério da Educação e Cultura.

Parágrafo único - Considerando-se habilitados para os trabalhos referidos neste artigo, os orientadores educacionais já aprovados em concurso público para o exercício desses cargos.

E – Atribuições do Escriurário (1970)

- 1 – Sou responsável pelas series: 1ª única, 2ª, 3ª “A” e 3ª “B” do período noturno conforme distribuição dos trabalhos da secretaria, no início do ano, pela encarregada da mesma (sic);
- 2 – Faço as matrículas dos alunos;
- 3 – Preencho cadernetas escolares dos alunos e coloco nas mesmas as respectivas fotografias;
- 4 – Organizo todas as minhas series e faço o prontuário dos alunos, conferindo um por um, para verificação da documentação;
- 5 – Datilografo as listas de alunos, de todas as series e distribuo: para encarregada da secretaria, portaria, insp. de alunos e para os senhores professores;
- 6 – Preparo e preencho as fichas de notas e faltas de todos os alunos de minhas series, colocando em cada uma a fotografia do aluno;
- 7 – Preparo os boletins de rascunhos de faltas e notas dos alunos;
- 8 – Passo nas cadernetas e nas fichas, as notas e faltas dos alunos que são entregues na secretaria, pelos senhores professores, através de papeletas;
- 9 – Atendo ao pessoal docente, administrativo, aos discentes, aos pais ou responsáveis pelos alunos, que tenham assuntos a tratar na Secretaria, dando-lhes as informações necessárias;
- 10 – Preparo as relações de alunos dispensados dos exames por terem alcançado 490 pontos e entrego a encarregada da Secretaria;
- 11 – Preparo as papeletas de listas de presença e os envelopes para realização de provas finais dos alunos;
- 12 – Passo as notas das provas nas fichas e faço os cálculos nas mesmas, para verificação da aprovação do aluno e entrego à encarregada da Secretaria um resumo geral do ano, sobre aprovação e reprovação para fim de preenchimentos de estatísticas;
- 13 – Faço fichas modelo “18” para serem entregues aos alunos que concluíram curso;
- 14 – Faço transferência de alunos, preparando: ficha individual modelo “18” e atestado de boa conduta;
- 15 – Faço os cartões dos funcionários e professores, para relógio de ponto;
- 16 – Faço serviços indo à Secretaria da Fazenda, Departamento de Ensino Técnico, Secretaria da Educação quando a pedido do diretor;
- 17 – Faço serviços extraordinários de datilografia: ofícios, comunicados, portarias, atestados de alunos, mapas de frequência, atestados de professores, folhas de pagamento, certidões para fins de licença prêmio e adicionais, rascunhadas pela encarregada da Secretaria e serviços de qualquer natureza, a pedido do Sr. Diretor, como notas orçamentarias;

- 18 – Auxílio a encarregada da Secretaria e confiro com ela meus serviços, quando trabalho no mesmo horário;
- 19 – Auxílio meu colega de serviço quando por ele solicitado, ou na sua ausência por faltas ou férias;
- 20 – Faço inscrição para exames de admissão;
- 21 – Preencho certificados de alunos aprovados nos exames de admissão por ordem do Sr. Diretor, quando solicitado pelo pai ou responsável pelo mesmo;
- 22 – Auxílio a encarregada da Secretaria na conferência da passagem de notas das fichas, nos livros competentes;
- 23 – Preparo os papeis necessários para dar entrada ao hospital, ao aluno acidentado na aula de Oficina Mecânica;
- 24 – Providencio guia para Inspeção médica, quando requerido licença por funcionário deste estabelecimento;
- 25 – Preencho o quadro elaborado pela encarregada da Secretaria, das aulas previstas e dadas, anotando as aulas dadas conforme papeletas dos professores, que serão entregues na secretaria;
- 26 – Preencho 2ª via de cadernetas para fim de aquisição de passes escolares.

F- Plano de trabalho dos Servidores da categoria Servente (1970)

- 1 - Abre as portas do estabelecimento;
- 2 – Varre salas de aula;
- 3 – Espana e lava os globos de iluminação;
- 4 – Varre e vala os corredores;
- 5 – Espana as máquinas de escrever;
- 6 – Lava a oficina;
- 7 – Encera as salas da Diretoria, Secretaria, Orientação, sala dos Docentes e Portaria;
- 8 – Varre e lava as calçadas;
- 9 – Faz limpeza na cozinha;
- 10 – Faz café;
- 11 – Entrega e retira correspondência no correio;
- 12 – Presta vigilância na falta dos Inspectores de alunos;
- 13 – Atende a Diretoria, à Secretaria, o Serviço de Orientação e aos Professores;
- 14 – Faz entrega das fichas do relógio de ponto;
- 15 – Relaciona e faz entrega das faltas dos funcionários;
- 16 – Faz compras;
- 17 – Controla a entrega do material de limpeza;
- 18 – Faz curativos nos alunos, quando se trata de acidentes leves e sem gravidade;
- 19 – Faz entrega de correspondência no Departamento de Ensino Técnico, na Secretaria da Fazenda e em outras repartições a serviço do estabelecimento;
- 20 – Entrega giz aos professores no início das aulas;
- 21 – Faz entrega de livros da biblioteca aos alunos e os recebe após as consultas;
- 22 – Faz pequenos serviços de pedreiro na conservação do prédio;
- 23 – Faz pequenos serviços de eletricitista na conservação das instalações;
- 24 – Faz consertos de móveis;
- 25 – Coloca a pintura nos vitrais;
- 26 – Faz conserto nas calhas e nas telhas com vazamento;
- 27 – Coloca tacos soltos;
- 28 – Lava a caixa d'água;
- 29 – Atende os professores no pedido de material didático;
- 30 - Faz limpeza nos armários;
- 31 – Hástia as bandeiras nas datas cívicas;
- 32 - Presta serviços na montagem e na desmontagem da exposição;

- 33 - Entrega aviso aos pais de alunos e aos funcionários em suas residências;
- 34 – Efetua compra de material para o estabelecimento, quando autorizado;
- 35 – Faz entrega de pastas com recortes do Diário Oficial;
- 36 – Faz anotações no livro de ocorrência da Portaria;
- 37 – Substitui servente na função de atendimento na Portaria;
- 38 – Participa das reuniões administrativas;
- 39 – Cuida das plantas do estabelecimento;
- 40 – Acerta as horas do relógio;
- 41 – Acompanha alunos acidentados ao hospital, na falta dos Inspectores de alunos;
- 42 – Fecha as portas do estabelecimento.

G – Ato n.º 95 de 27 de outubro de 1964

Regulamenta a ocupação de dependências destinadas a zeladoria os estabelecimentos de ensino.

O Secretário de Estado dos Negócios da Educação, no uso das suas atribuições,

Resolve:

Artigo 1.º - As zeladorias dos prédios escolares serão ocupadas por serventes do estabelecimento, mediante autorização dos Departamentos a que estiverem subordinadas.

§ 1º - Em virtude de maiores responsabilidades nos horários extraescolares a regalia será concedida preferencialmente a servente do sexo masculino cuja família, em relação ao número de pessoas, melhor se adapte as dependências a serem ocupadas.

§ 2.º - Se não houver servido nessas condições, terá preferência servente do sexo feminino, casada, levando-se em conta a idoneidade moral do cônjuge e a possibilidade de sua permanência no prédio durante o período noturno:

Artigo 2.º - Na falta de servente capacitado, a zeladoria poderá ser entregue a servente de outro estabelecimento de ensino ou de outras repartições subordinadas à Secretaria de Educação, respeitada as preferencias enumeradas no artigo anterior.

Artigo 3.º - A autorização de que trata o artigo 1.º será concedida mediante proposta do Diretor do estabelecimento de ensino.

Parágrafo único – A proposta será menorizada, contendo elementos objetivos que realcem o critério e a justiça da escolha.

Artigo 4.º - O servente-morador, antes de ocupar as dependências do prédio, assinará termo de compromisso em três vias destinando-se a primeira à direção do estabelecimento, a segunda ao respectivo departamento, permanecendo a terceira, devidamente visada, pelo diretor do estabelecimento, em poder do comprometente.

§1.º - O termo de compromisso não conterà clausulas em desacordo com a presente regulamentação.

§2.º - A ocupação das dependências da zeladoria só será efetivada após a publicação da autorização na imprensa oficial do Estado.

Artigo 5.º - Compete ao servente-morador

- 1 – Responsabilizar-se pela conservação do prédio das áreas adjacentes e de todo os pertences do estabelecimento de ensino durante os horários extraescolares;
- 2 – Responder pelas ocorrências e danos que se verificarem durante esses horários;
- 3 – Manter em perfeita ordem e asseio as dependências da zeladoria e seus arredores;

4 – Conservar em seu poder as chaves do estabelecimento, abri-lo e fechá-lo nos horários determinados pela direção, percorrendo todas as dependências após o encerramento do dia letivo.

Artigo 6.º - É vedado ao servente-morador:

- 1) – Manter na área interna do estabelecimento de ensino pessoas estranhas à família ou desta não dependentes;
- 2) – Ausentar-se por período superior a vinte e quatro horas consecutivas, mesmo deixando substituto sem previa autorização;
- 3) – Impedir sejam vistoriadas as dependências da zeladoria, quando solicitado por quem de direito;
- 4) – Ocupar outras dependências do prédio além das de zeladoria;
- 5) – Manter horta ou plantações, salvo se houver área cercada destinada a uso particular da família residente;
- 6) – Manter animais bravios na área interna do estabelecimento, mesmo enclausurado ou acorrentados;
- 7) – Realizar reuniões de qualquer natureza sem previa autorização;
- 8) – Proceder a modificações ou construções de dependência de zeladoria ou adjacências;
- 9) - Opor obstáculos a qualquer atividade escolar por comodidade pessoal ou da família;
- 10) – Assumir atitude incompatível com o bom nome e o decoro do estabelecimento.

Artigo 7.º - Autorizado a ocupar as dependências da zeladoria, o servente-morador somente poderá ser desalojado nos seguintes casos:

- a) Aposentadoria;
- b) Remoção ou redistribuição para outro estabelecimento;
- c) Desídia habitual no cumprimento das obrigações enumeradas no artigo 5.º.
- d) Infração reiterada às proibições constantes do artigo 6.º, salvo infringência ao disposto no item 10 do mesmo artigo em que será desalojado imediatamente, não se aplicando o prazo previsto no artigo 8.º.

Artigo 8.º - Incurso nas disposições do artigo 7.º, o servente-morador será notificado a desocupar as dependências dentro em trinta (30) dias.

§ 1.º - A providência constante deste artigo será solicitada pela direção do estabelecimento;

§ 2.º - De posse da solicitação o departamento determinara a abertura de sindicância sumaria em que se baseará a notificação

§ 3.º - Findo o prazo para desocupar as dependências da zeladoria, aplicar-se-ão, sem prejuízos de outras medidas legais, as disposições do artigo n.º 648, do Decreto n.º 41.981, de 5-6-1963 (CLF).

Artigo 9.º - Intimado a abandonar a zeladoria, o servente-morador terá oito (8) dias de prazo, contados da data em que foi notificado, para recorrer ao Secretário da Educação.

Parágrafo único – O recurso de que trata este artigo terá efeito suspensivo.

Artigo 10º - Os residentes já autorizados de modo diverso do disciplinado por este regulamento serão mantidos na zeladoria, se se tratar de servido de modesto nível econômico que venham se conduzido a contento.

Artigo 11.º - O servente que vier a residir em prédio ainda não ocupado, poderá ser redistribuído para o estabelecimento de ensino a fim de regularizar a ocupação.

Artigo 12.º - Os departamentos procederão ao levantamento das zeladorias existentes a fim de regularizar a ocupação.

Artigo 13.º - Este ato entrará em vigor na data da publicação, revogadas as disposições em contrário.

Secretaria de Estado dos Negócios da Educação, em 27 de outubro de 1964

Ruy Marcelo Gomes Pinto, respondendo pelo Expediente da Secretaria.

Publicado na Diretoria Geral da Secretaria de Estado dos Negócios da Educação, em 27 de outubro de 1964.

Jose Neyde de Cesar Lessa, Diretor Geral.

H – Plano de Trabalho Docente (1969)

Ginásio industrial Estadual “Professor Aprígio Gonzaga”

Rua Guaiaúna, 751 – Penha – Capital

PLANO DE TRABALHO

Plano de Trabalho de Atividades Extraclasse ____ semestre de 1969.

Nome do Professor:

Disciplina: _____ série (s) _____ curso (s) _____

Horas Semanais de atividades Extraclasse: _____ horas semanais.

I – Atividades a serem desenvolvidas

- a) Orientação de alunos e/ou pais em assunto diretamente relacionado ao aproveitamento/ e ajustamento escolar, feita mediante convocação previa da direção.
- b) Reuniões de professores para planejamento/de atividade escolares.
- c) Colaboração com a diretoria na organização, desenvolvimento e supervisão das atividades escolares.
- d) Aulas de recuperação.

II – Desenvolvimento dos Trabalhos

Planejamento Semanal

Atividades	N.º de Horas	Local
a) Repetição de aulas a classes ou grupos de alunos		
b) Atendimento e orientação de alunos em assuntos, matéria ou programação de trabalho discente relativo ao programa da respectiva disciplina.		
c) Planejamento e coordenação de atividades discentes, na preparação de material didático e exposições.		
d) Estudo dirigido.		
e) Preparação de aulas práticas, segundo a natureza e exigência da disciplina ou das práticas educativas.		
f) Excursões, de caráter pedagógico e cultural, desde que planejadas com visitas ao interesse do ensino, e devidamente autorizadas.		
g) Preparação de solenidades cívicas, artísticas e esportivas ou de festividade de grande realce, com motivação ligada a vida do estabelecimento, do bairro ou da cidade.		
h) Atendimento e orientação de pais de alunos, individual ou coletivamente, em reuniões previamente marcadas.		
i) Colaboração com a direção na organização de trabalhos escolares.		
j) Manutenção e conservação dos ambientes de trabalho, equipamentos e material auxiliar de ensino onde são ministradas aulas de disciplina específicas, de cultura geral e de práticas educativas.		
l) funções de coordenação de grupo de disciplinas afins.		
m) reuniões de professores para planejamento de atividades técnico-pedagógicas.		

III – Objetivos, Técnicas e Avaliação da Atividade Extraclasse

1) Colocar os objetivos a serem alcançados com as atividades extraclasse.

1.1 _____

1.2 _____

1.3 _____

1.4 _____

2) Citar as diferentes técnicas de trabalho a serem usadas para a consecução dos objetivos.

2.1 _____

2.2 _____

2.3 _____

2.4 _____

3) Estabelecer a forma pela qual será realizada a avaliação dos trabalhos, com vista ao relatório semestral.

3.1 _____

3.2 _____

3.3 _____

3.4 _____

São Paulo, ____, _____ 1969

Professor

Aprovo

Diretor

I -a) Ficha de matrícula e notas (1961) – Frente

ESCOLA ARTESANAL DA PÉTTA

CURSO Orfêdrrio

de Recôndes de Auto-óveta

FICHA DE MATRICULA E NOTAS - 1

MATRICULA N. 13

REFERENCIA _____

ALUNO _____

Natural de Montecallioni-Gampolact

Filiação

Pai	_____	Nacionalidade	Pai	_____
Mãe	_____		Mãe	_____

Profissão do pai Carregador

Residência Av. J nº 25

Diploma de Grupo Escolar

Observações: _____

Nascido em 6 de novembro de 1947

Matricula em 2 / março / 1960

Religião Católica

Cidade São Paulo

Fone: _____

Cod. 500.520/1 - 3.000 - 10/69 - ELET. - Santos

I - b) Ficha de matrícula e notas (1961) – Verso

Observações: Estudo bastante irregular por parte de Kater. O pai, Oskarmann, tinha
uma impressão das notas de Vera de Baurle para a filha de notas, a nota
em 50% nota pela (parte a cinco) até assado e após revisão passou a
algumas a seguinte parte (segunda a cinco)

I - d) Ficha de matrícula e notas (1961) - Interna (parte 2)

ANO	CULTURA GERAL												CULTURA TÉCNICA											
	PORTUGUÊS			MATEMÁTICA			CIÊNCIAS			ED. FÍSICA			ED. DOMÉSTICA			ED. ARTÍSTICA								
	N	A	F	N	A	F	N	A	F	N	A	F	N	A	F	N	A	F	N	A	F	N	A	F
1961	Margem	60			60																			
	Abril	35			35																			
	Mai	45			45																			
	Junho																							
	Agosto	40			45																			
	Setembro	45			45																			
	Outubro				18																			
	Novembro																							
	NOTA ANUAL				49																			
	1.ª PARCIAL				45																			
	2.ª PARCIAL				60																			
	Média Cond.				30																			
EXAME FINAL				90																				
2.ª PROVA																								
NOTA FINAL				55																				
3.ª PROVA																								
NOTA ANUAL				49																				
1.ª PARCIAL				40																				
2.ª PARCIAL				60																				
Média Cond.				30																				
EXAME FINAL				90																				
2.ª PROVA																								
NOTA FINAL				55																				
3.ª PROVA																								
NOTA ANUAL				49																				
1.ª PARCIAL				40																				
2.ª PARCIAL				60																				
Média Cond.				30																				
EXAME FINAL				90																				
2.ª PROVA																								
NOTA FINAL				55																				
3.ª PROVA																								
NOTA ANUAL				49																				
1.ª PARCIAL				40																				
2.ª PARCIAL				60																				
Média Cond.				30																				
EXAME FINAL				90																				
2.ª PROVA																								
NOTA FINAL				55																				
3.ª PROVA																								
NOTA ANUAL				49																				
1.ª PARCIAL				40																				
2.ª PARCIAL				60																				
Média Cond.				30																				
EXAME FINAL				90																				
2.ª PROVA																								
NOTA FINAL				55																				
3.ª PROVA																								
NOTA ANUAL				49																				
1.ª PARCIAL				40																				
2.ª PARCIAL				60																				
Média Cond.				30																				
EXAME FINAL				90																				
2.ª PROVA																								
NOTA FINAL				55																				
3.ª PROVA																								
NOTA ANUAL				49																				
1.ª PARCIAL				40																				
2.ª PARCIAL				60																				
Média Cond.				30																				
EXAME FINAL				90																				
2.ª PROVA																								
NOTA FINAL				55																				
3.ª PROVA																								
NOTA ANUAL				49																				
1.ª PARCIAL				40																				
2.ª PARCIAL				60																				
Média Cond.				30																				
EXAME FINAL				90																				
2.ª PROVA																								
NOTA FINAL				55																				
3.ª PROVA																								
NOTA ANUAL				49																				
1.ª PARCIAL				40																				
2.ª PARCIAL				60																				
Média Cond.				30																				
EXAME FINAL				90																				
2.ª PROVA																								
NOTA FINAL				55																				
3.ª PROVA																								
NOTA ANUAL				49																				
1.ª PARCIAL				40																				
2.ª PARCIAL				60																				
Média Cond.				30																				
EXAME FINAL				90																				
2.ª PROVA																								
NOTA FINAL				55																				
3.ª PROVA																								
NOTA ANUAL				49																				
1.ª PARCIAL																								

J – Prontuário Individual



Ginásio Industrial Estadual "Prof. Arifélio Gonzaga"
PRONTUÁRIO INDIVIDUAL

Matricula n.º 28
 Em 24 / 2 / 1.962

Nome _____ Natural de São Paulo Estado de São Paulo
 Nascido a 10 de Março de 1946 Registro de Nascimento n.º _____ Livro n.º A 10 Folhas _____
 No Cartório de Registro Civil das Pessoas Naturais de _____ Estado de São Paulo
 Nome do pai _____ Nome da mãe _____
 Quitação Militar: Certificado de _____ n.º _____ Expedido em ____/____/____
 Pela (o) _____ Cidade _____ Estado de _____ C. R. da _____ R. M. _____
 Título de Eleitor n.º _____ da _____ Zona Eleitoral de _____ Expedido em ____/____/____
 Curso Primário Grupo Escolar "Prof. Inlza de Lima Pelaya" em 13 de Dezembro de 1.958

Residência _____ n.º 101 Bairro V. Matilde Cidade São Paulo
 Religião Católica

Exame de Admissão: Data ____/____/____ Português _____ Matemática _____
 Geografia e História do Brasil _____
 Média Geral _____
 Classificação _____

Col. Escolas - UR - 2000 - 603

L - Ficha Médica

FICHA MÉDICA		Escola Ginásio Industrial Estadual "Prof. Aprígio Gonzaga"	
Nome	[REDACTED]	Idade	14
		Cor	Branca
		Nacionalidade	Brasileira
Data	2/9/67	1.º Exame	
ANTECEDENTES - Familiares, pais e irmãos			
Alcoolicismo?	Sim - pai	Sarampo?	Não
Moléstias mentais?	Não	Varicela?	Não
Epilepsia?	"	Escarlatina?	Não
Tuberculose?	"	Parotidite?	Sim
Sífilis?	"	Meningite?	Não
Câncer?	"	Coreia?	-
Diabetes?	"	Asma?	Não
Defeitos físicos?	"	Impaludismo?	Não
(a)	Médico	Vermilhões?	Sim
		Disenterias?	Sim
		Febre tifóide?	Não
		Amigdalites?	Não
		Bronquites?	Não
		Pneumonia?	Não
		Pleuriz?	Não
		Operado?	Não
		Menarca?	-
		Sofreu fraturas?	Não
		Moléstias venéreas?	-
		Outras moléstias?	-
INFORMAÇÕES DA FAMÍLIA			
Pais vivos?	Sim	INFORMAÇÕES DOS ALUNOS	
Profissões?	Pedreiro	Em quanto tempo faz o trajeto até a Escola?	20 minutos
Qual o ordenado?	NCR\$ 120,00	Qual o meio de Transporte?	a pé
Quantos filhos?	6	Além dos estudos tem outra ocupação?	Não
Vivos?	6	Qual?	-
Residência própria?	Sim	A que horas se levanta?	6,30
Alugada?	-	Quantas vezes ao dia?	1
Quantos cômodos?	3	Usa escôva de dentes?	Sim
Quantos dormitórios?	2	Quantas vezes ao dia?	1
Quantas pessoas residem em casa?	8	Usa sabão?	Sim
Tem esgôto?	Não	Quantos banhos toma por semana?	3
Água encanada, poço ou nascente?	Água encanada	Quantas refeições por dia?	2
Quais os alimentos diariamente usados?	Cereais, legumes, lactíneos, etc.	refeições e lanches.	
		Tem horas certas para refeições?	Sim
		(a)	Auxiliar em Alimentação

M – Ata de reunião do Pessoal Administrativo (1964-1973)

Ata da reunião realizada em 14/11/1964. Realizou-se a primeira reunião administrativa onde foram tratados os seguintes assuntos: de acordo com a Circular nº 33 do Departamento de Ensino profissional deverá ser organizada até vinte de dezembro de cada ano, a escola de férias dos servidores a ser observada no ano seguinte na Escola Industrial da Penha. Com relação a secretaria, o Sr. Diretor recomendou o sigilo nas decisões e frisou novamente que as faltas dos funcionários deverão ser consignadas em vermelho no livro do ponto. Quanto aos exames de admissão, ficou estabelecido que o inspetor de alunos deverá fornecer o impresso do requerimento ao aluno. Este deverá devolvê-lo com todos os documentos em ordem que deverão ser encaminhados a secretaria que entregara a aluno o cartão de identificação. O horário para o exame de admissão e dos professores, será organizado pela secretaria. Quanto a dispensa dos professores, ficou estabelecido que os mesmos obedecerão ao horário dos exames e depois de terminados, deverão comparecer no horário dos exames e depois de terminados, deverão comparecer no horário normal até serem dispensados por escrito, pelo Sr. Diretor. Quanto aos serventes não deverão atrasar o serviço. As faltas deverão ser dadas somente com motivo justo. Quanto ao guarda escola, ficara encarregado de verificar as lâmpadas queimadas retirá-las e deixar aviso ao almoxarife para que novas lâmpadas serem colocadas. Com relação ao Sr. Inspetor de alunos, foram dadas as seguintes instruções: não retirar o aluno da classe, por qualquer motivo, sem autorização do professor. Deverá fazer o orçamento em alguma casa comercial, para a confecção de capas para carteiras. As mesmas serão numeradas e os alunos serão responsáveis pela conservação das capas. Deverá verificar os alunos que quebram os globos para que tragam outro. Quanto as visitas nas indústrias, só comparecerão os alunos que tiverem autorização por escritos dos senhores pais. Quanto ao balancete do Órgão de Cooperação Escolar, deverá ser feito até o quinto dia útil de cada e quando o tesoureiro não entregar até o dia 30 de cada mês a secretaria deverá fazer, baseando-se no balancete do mês anterior. Os documentos de Cr\$10.000,00 para mais até Cr\$50.000,00 deverão ter a assinatura do secretário e tesoureiro antes de serem entregues ao diretor. A comissão representadora da aprovação do Fundo do Ensino Profissional ficara encarregada da aprovação do orçamento de todo o serviço feito na escola. Na impossibilidade de fazer esse serviço previamente, depois de pronto o serviço, deverá ser orçado por essa comissão, passando primeiro pelo representante dos docentes, depois do pessoal administrativo e depois visado pelo diretor. A retirada dos veículos somente será autorizada depois de feito o pagamento ou com autorização expressa do diretor. Em seguida foi dada a palavra livre e como ninguém dela fizesse uso a reunião foi encerrada.

Ata da reunião realizada em 05/06/1965, as 10:30 dos senhores funcionários administrativos, assistente de diretor e orientadora educacional, previamente convocados. Inicialmente o diretor passou a comentar o regimento internos dos ginásios, esclarecendo as atribuições de cada servidor ali contidas. Pediu a observação para o ato do senhor Secretário da Educação que proíbe o uso de fumo nos estabelecimentos, tendo visto por diversas vezes, funcionários fumando num patente desrespeito aquelas recomendações proibitivas. Reiterou a recomendação para que qualquer alteração nas determinações da diretoria ou pedidos que se queira fazer somente serão atendidos em reunião. Devendo os servidores anotar esses pedidos para serem discutidos no momento oportuno nas reuniões. Recomendou que o material de limpeza deverá

ser usado na limpeza do prédio, não podendo ser cedido nem a aluno e professor. Alertou os funcionários para recomendações verbalmente feitas, para não chamar o aluno por apelido, ou nacionalidade de seus pais, tão pouco referir-se ao aluno, mencionando a profissão dos pais, pois isso contraria a orientação dessa diretoria que poderá trazer graves consequências. Evitar também o assobio na escola para alertar os alunos. Com relação a suspensão de alunos, somente o diretor pode fazê-lo. A suspensão de alunos deverá ser proposta por escrito devidamente justificada, cabendo ao diretor decidir. O inspetor de alunos pode impedir a entrada de alunos antes de primeira aula aqueles que não estiverem devidamente uniformizados. Outra recomendação de desta que foi a de que todos e qualquer documento que se refere a escola somente poderá ser expedido pelo diretor ou pelo assistente de diretor, visado pelo diretor. Nada mais tendo a tratar foi dada a palavra livre tendo o Guarda Escolar comunicado assunto referente a lâmpada que deverão ser substituídas e o Assistente de direção autorização para serviços de encanamento, ninguém mais se manifestando foi dada por encerrada a presente reunião que depois de lida e aprovada será assinada pelos presentes.

Ata da reunião realizada em 23/09/1967, previamente convocada, dando início a reunião o senhor diretor reiterou esclarecimento sobre retirada de funcionários durante o expediente, recomendando o fiel cumprimento da reposição nos dias indicados. Qualquer falta na reposição, será feito o desconto cabível. Caberá sempre a portaria a observação desse dispositivo. Haverá na portaria um substituto para o servidor que vem exercendo essa função, ficando como substituto no período da manhã e da tarde. Recomendou também que a portaria não deve permitir a entrada de pessoas estranhas a qualquer dependência, sem que esteja autorizada pela diretoria. Antes de se retirar o porteiro deve verificar todos os portões, quadro de luz, vitrais e somete se retirar quando tudo estiver em ordem. Observou que os alunos continuam riscando as carteiras, solicitou aos inspetores de alunos que exerçam maior vigilância e adotem o uso de capas, devendo idealizar um modelo, e cada aluno ficara responsável pela mesma devendo tirar a carteira e as capas sempre limpas. A diretoria já solicitou a colaboração dos serventes para ajudarem os inspetores de alunos nos dez minutos do recreio quando há também o fornecimento de lanches, mas observou que tem havido falha no exercício da função por parte dos encarregados que continuam se distraindo no horário em que os alunos estão no recreio. Solicitou também que evitem interrupção de aula com avisos que podem ser transmitidos em outra oportunidade. Tem havido alguns atritos entre alunos e inspetores de alunos e a diretoria analisando chegou à conclusão que está havendo simplesmente falta de compreensão de ambas as partes. O aluno sabe respeitar mais é preciso que se dê a ele a devida atenção sem o que dificilmente se conseguira a disciplina consciente. Quanto aos serviços da secretaria a bem que se deve haver melhor organização, os documentos não estão sendo arquivados em ordem, tem surgido falta que somente depois são encontrados e havido desperdício de material. Retirou a solicitação para que frequentem cursos relacionados com a função, porque as deficiências podem ser sanadas, desde que haja boa vontade. Esclareceu a necessidade de se estabelecer um horário para as requisições e entrega de materiais, devendo o mesmo ser afixado pelo almoxarife que elaborou juntamente com os professores. O senhor diretor advertiu sobre o tratamento grosseiro que tem sido dado pela artífice ao inspetor de alunos no exercício da função tendo dia 21 p.p. a inspetora pedido diretoria que autorize encaminhar os alunos para receberem o lanche alguns minutos antes do horário normal, por motivo de falta de professores

e a referida artífice a distrau na frente dos alunos dizendo que ninguém lhe dava ordem e até ele, diretor foi destrutado quando teve que intervir, tendo a mesma naquele momento jogado a bandeja de pães sobre a cadeira, derrubando pães pelo chão e deixando de servir o café aos professores nesse dia, alegando que não cumpria mais ordem de ninguém a vista disso a diretoria tomou as providencias cabíveis que o caso requer. Como medida preliminar a diretoria resolveu modificar o horário das artificies, considerando unicamente o interesse dos alunos que não pode ser prejudicado. Durante a reunião a artífice fez afirmações que não tinha conhecimento, mas que disse ter ouvido dizer, tendo a diretoria por falta de provas não levado isso em consideração. Dirigiu-se a inspetora em termos de baixo calão, prometendo surrá-la na saída, disse também que iria à Secretaria da Educação dar queixa do diretor. No intervalo para elaboração dessa ata a referida servidora portou-se de maneira violenta fazendo ameaças no corredor do ginásio. Dada a palavra livre não houve manifestação dos presentes, na aprovação da ata a escrituraria pediu a palavra solicitando acrescentar que as falhas existentes na secretaria serão deles escriturários toda a colaboração e atenção para que a organização seja melhorada. Em seguida o senhor diretor agradeceu a compreensão e o interesse demonstrado.

Ata da reunião realizada em 10/08/1968 do pessoal administrativo previamente convocada. Inicialmente o senhor diretor fez esclarecimentos sobre as atribuições dos inspetores de alunos e pediu que estivessem mais atuantes a fim de evitar correrias de alunos pelos corredores e que alunos sejam advertidos quando forem encontrados fumando nas imediações do ginásio. Com relação a portaria reiterou pedido para que aquele local sempre tenha uma pessoa responsável mesmo quando a que exerce aquela função estiver que se ausentar momentaneamente. Todo controle de entrada de pessoas e materiais deve ser verificado e anotado na portaria. Toda ocorrência que for julgada irregular deverá ser comunicada imediatamente ao diretor. Esta diretoria teve conhecimento que em data de 09/08/1968 esteve neste estabelecimento duas pessoas que se diziam pertencer a “Gazeta Penhense” e que procuravam saber se reportagem que eles haviam publicado com relação a esse ginásio se eram verdadeiras. Como eu não estive presente eles foram recebidos na sala da Orientadora Educacional que lhes disse ignorar tal reportagem e que se eles as publicaram, somente eles poderiam saber se eram ou não verdadeiras. Pediram para visitar o prédio, não tendo sido atendidos e assim se retiraram prometendo voltar em outra oportunidade. O diretor recomendou a portaria que impeça qualquer pessoa de visitar o ginásio quando se tratar de fins publicitários e evitem prestar qualquer informação com relação a secretaria, local de trabalho de responsabilidade frisou o senhor diretor que não devem permanecer pessoas estranhas ao serviço e nem entrar sem previa ordem. Outra recomendação que os trabalhos por parte dos escriturários sejam feitos com maior presteza e atenção. Com relação ao serviço da artífice o lanche para os alunos será distribuído em dois períodos apenas devido o adiantamento no momento ser achar insuficiente. Ficou determinado fornecer refrigerante aos mesmos e que o dinheiro arrecadado se reverteria para o Órgão de Cooperação Escolar. O senhor diretor leu na atualização extranumerário do Estado, no Decreto 41.983 de 03/06/1963, os arts. 40,41 e 42 e pediu observarem o art. que diz respeito as faltas. Após o senhor diretor deu por encerrada a reunião.

Ata da reunião realizada 30/08/1969, previamente convocada. Inicialmente o senhor diretor recomendou a portaria para colocar aviso no relógio do ponto, nos dias 16 de cada mês, a fim

de que os funcionários não se enganem e virem o cartão. Observou que algumas fichas vêm sendo rasuradas e feito através de anotações, o que não é permitido. Fica responsável por essas inobservâncias, o funcionário que a prática e a portaria se não comunicar ao diretor ou assistente de direção. O diretor incumbiu o assistente de direção, como encarregado do relógio do ponto. Recomendou também que seja dada continuidade a colocação dos tacos soltos, à medida que for possível. Sobre requisições esclareceu que nas vezes que o material for recebido pela portaria, o porteiro assinara o recebimento, ficara com uma via e os funcionários a quem fizer a entrega, assinarão no verso dessa, o que recebeu, que poderá ser todo o material ou parte. Solicitou a portaria que se articule com o responsável pelo período da tarde, para que não falte material por estarem os armários fechados. Recomendou que a portaria deverá comunicar a secretaria diariamente as faltas, tanto de professores, como de servidores. Recomendou aos inspetores de alunos que façam vigilância a mais constante nas salas de aula, porque muitas carteiras vêm sendo danificadas e procurem nesses casos saber quem é o autor. Com relação aos acidentes, tomar todas as medidas de maneira mais rápida possível, a fim de que o acidentado seja socorrido. Informou sobre como proceder na retirada dos servidores que se acham no R.D.E, quando o serviço do estabelecimento e que tais retiradas somente poderão ser feitas quando autorizadas pelo diretor e quando o serviço a ser feito conste da programação em sua pasta. Ainda sobre as requisições solicitou ao almoxarife, que organize todas as pastas correspondentes a cada ordem de serviço que constituem o orçamento aprovado, e somente entregue o material, quando para seu uso houver ordem de serviço. Deu conhecimento de como proceder o registro, quando acontecer do relógio sofrer qualquer defeito. Em tal situação, o funcionário deve rubricar normalmente na coluna correspondente a entrada e a saída no horário, ficando a portaria encarregada de fazer o registro nas fichas, dos respectivos horários e carimbar manualmente, com o carimbo próprio de observação: que o relógio não se acha funcionando nesse dia, por desarranjo. Reiterou que os serviços feitos na secretaria com imperfeição deverão ser refeitos pelo próprio funcionário. Recomendou mais que o café para os funcionários seja distribuído na sala dos docentes. Nada mais a tratar o senhor diretor deu por encerrada a reunião.

Ata da reunião realizada em 13/06/1970, conforme convocação previa. O senhor diretor recomendou a portaria a observância pelo encarregado da entrega dos cartões antes do horário e o cuidado que devem ter com documentos sob a incumbência da distribuição. O motivo dessa observação se fundamente no fato de ter havido perda de documentos sob a responsabilidade da portaria. Os armários dos professores devem ser vistoriados pela portaria e feita a limpeza necessária. A portaria cabe comunicar a secretaria as faltas diárias dos funcionários. Não vem sendo feito a limpeza devida nos mictórios e por isso solicito os cuidados que não está sendo observado pelo responsável por esse serviço. A portaria deve anotar em livro próprio toda retirada que funcionários fizer durante o expediente, sem autorização. O local onde é servido o café para os serventes somente eles ali, devem estar durante aquele momento. A secretaria conforme recomendou o senhor diretor, deverá enviar os documentos sujeitos a assinatura da diretoria com a devida cópia, quando for o caso, com o carimbo próprio na cópia de que fez o trabalho. Nas remessas de documentos, preparar também o envelope e encarregar-se da entrega a portaria para a expedição. Os trabalhos da secretaria devem obedecer a agenda de trabalho enviada pela 2ª Inspeção Regional de São Paulo, do Departamento do Ensino Técnico. O termo de exercício dos professores deve ser feito na data do exercício e é incumbência da secretaria

prepará-los no livro próprio. Recomendou que observem a limpeza das máquinas de escrever e que evitem deixá-las descobertas quando não estão em uso. Pediu que fizessem revisão na documentação dos alunos para evitar que fichas fiquem incompletas. Os servidores em regime de dedicação exclusiva devem obedecer como vem obedecendo a autorização para escrito para retirar-se a serviço durante o expediente. Reiterou aos inspetores de alunos que tomem as medidas enérgicas para evitar que os alunos continuem vindo com as capas sujas. Esse mau aspecto que se vem observando é fruto da falta de providencias dos inspetores de alunos, que ainda não tomaram medidas para que isso não aconteça. Nada mais a tratar o senhor diretor deu por encerrada a reunião.

Ata da reunião realizada 06/03/1971, previamente convocados. Recomendou aos funcionários que procure todas as instruções que são publicadas no Diário Oficial, cada um naquilo que tem relação com sua função. O conhecimento das instruções é necessário, a fim de estar com o trabalho atualizado. Recomendou também que evitem fixar papeis no local de trabalho sem autorização da diretoria. Toda vez que isso acontecer a portaria deverá tomar as providencias a fim de retirá-los. Os avisos, comunicados, e etc. devem ser afixados nos quadros próprios. Os locais de trabalho devem ser mantidos em ordem evitando assim advertências que nada tem de agradável. Pediu aos inspetores de alunos que estejam atentos contra qualquer atitude de aluno que pretenda sujar as paredes ou desalinhar carteiras, principalmente os alunos da primeira série que ainda não estão bem integrados no ginásio. Solicitou aos responsáveis da portaria que organizem uma pasta com os endereços de profissionais, como electricista, encanador, mecânico de máquina de escrever, etc. para facilitar no momento que precisamos de profissionais dessas especialidades para serviços no estabelecimento. Reiterou a portaria que não entregue o cartão de registro de ponto do funcionário, antes de no máximo, cinco minutos do horário de saída. Avisou que os funcionários que saem a serviço do estabelecimento, que se acham em exercício no regime de dedicação exclusiva, que assinem o livro que se acha a disposição do mesmo em todas as repartições públicas. A portaria somente dará o cartão de registro de ponto dentro do expediente, quando o funcionário estiver autorizado a se retirar para prestar serviços, isto é, no horário que constar na folha de retirada. Nada mais tendo a tratar o senhor diretor deu por encerrada a reunião.

Ata da reunião realizada 04/09/1971. Recomendou que o almoxarifado deverá passar por limpeza periódica porque o seu estado não é bom. Essa limpeza deverá ser feita dentro do horário que estiver presente o almoxarife, devendo o mesmo abrir e fechar o mesmo. Os serventes não deverão se encarregar de ficar com as chaves para esse fim o servente que for incumbido da limpeza devesse se limitar a limpeza do piso e nas prateleiras, somente quando for orientado pelo almoxarife, para evitar que os materiais sejam deslocados. Deve também efetuar a verificação do material conforme consta do planejamento feito no início do ano. Referindo-se aos inspetores de alunos, recomendou que os alunos para entrarem na segunda aula, somente poderão fazê-lo com autorização. Observar que tem havido danificação das carteiras por parte dos alunos devendo os inspetores de alunos vistoriarem as salas de aula, sempre após a saída de cada classe comunicando qualquer irregularidade que encontrar imediatamente. Desaparecem os ralos dos mictórios dos banheiros e tendo sido observado isso logo de manhã conclui-se que foram retirados no período noturno. Até agora o caso continua sem solução,

embora a direção já tenha solicitado providências, para a reposição dos mesmos. Cabe a portaria verificar e registrar todas as ocorrências que isso venha merecer, como entrada e saída dos funcionários, fora do horário. O cartão de registro somente poderá ser entregue aos funcionários pelo encarregado da portaria que não poderá dela se ausentar sob qualquer pretexto, salvo quando outro o substituir, e qualquer irregularidade que houver no registro, deverá o interessado fazer a devida justificção por escrito. Não fazendo poderá a direção julgar como ato de má fé. Os cartões, no fim de cada mês, deverão ser vistoriados pelo encarregado das folhas de frequência, devendo constar essa observação o seu visto com data e assinatura. Quando o funcionário tiver que se retirar para atender em caso de doença em sua pessoa ou de pessoa da família deverá fazer o pedido sempre por escrito, esclarecendo com minucias motivo da retirada, devendo carimbar no cartão a hora da retirada. Essa recomendação é necessária a fim de que a direção possa julgar se o motivo é justo ou não, podendo proceder conforme seja impossível a reposição, cancelar a presença nesse dia. Essa providência é necessária, para evitar retirada sem autorização que é susceptível de punição. Nada mais tendo a tratar o senhor diretor deu por encerrada a reunião.

Ata de reunião realizada em 04/03/1972. Dando início a reunião, o senhor diretor recomendou aos inspetores de aluno a observância do uso do uniforme completo o mais breve possível e após o prazo determinado de uns dias para os novos alunos não permitirem a entrada de nenhum aluno sem uniforme, sem causa justificada. A seguir o senhor diretor falou sobre a necessidade de serem providenciados logo os passes escolares incumbindo os inspetores de alunos para providenciarem as relações dos alunos a ser informado na C.M.T.C, tudo o que for necessário bem como retirar as cartelas para aquisição de passes. O senhor diretor incumbiu a inspetora de alunos de telefonar para o médico da escola, no sentido de o mais breve possível realizar os exames dos alunos. Cabe a portaria anotar diariamente as faltas dos funcionários e levá-las ao conhecimento do diretor, bem como as reposições de retiradas antes do término do serviço, após estarem completas, devolvê-las a diretoria e está fara entrega para a secretaria. A seguir o senhor diretor solicitou da secretaria a entrega até o dia 10 dos seguintes serviços atas de exames em segunda época, estatísticas, horário dos funcionários em R.D.E e horário das aulas para 1972, até dia 15 de março, horário dos funcionários, portarias de admissão e ofício de atribuições de aulas. A seguir solicitou a portaria, almoxarifado e secretaria que apresentem a diretoria os pedidos de material necessário, para o bom andamento dos serviços, ainda nesta reunião, procurando acertar os horários dos funcionários o senhor diretor ouvindo os mesmos, estabeleceu modificações nos horários a partir de seis de março. Os acertos foram realizados para o bom andamento dos serviços. Nada mais tendo a tratar o senhor diretor deu por encerrada a reunião.

Ata da reunião realizada em 07/10/1972. Inicialmente o diretor esclareceu o motivo da reunião iniciando por recomendar aos inspetores de alunos que a entrada do aluno na segunda aula, ficara a critério dos mesmos, que poderá permitir ou não, dependendo de julgar o motivo justo ou injusto. Nos casos em que o aluno tenha perdido a caderneta, o mesmo poderá assistir as aulas no período em que esteja sendo providenciada a segunda via, desde que o mesmo exiba o comprovante de que requereu a segunda via. Esse comprovante deverá ser fornecido pela secretaria, quando o aluno der entrada no requerimento. Mais uma vez o senhor diretor reiterou

a recomendação de que todos os alunos menores que for surpreendido fumando, deverá ser encaminhado a diretoria. Não permitir que os alunos entres para lanche, sem que antes estejam devidamente formados em fila no local já estabelecido, não permitir também que alunos tenham a liberdade de chamar os inspetores de alunos por outros nomes que não sejam os seus, porque a liberdade permitida, poderá implicar na falta de respeito, a que todos devem merecer. Solicitou que todas as observações contidas nas cadernetas escolares deverão ser anotadas em livro próprio. Pediu a secretaria providenciar a relação das aulas das disciplinas que deverão fazer a reposição devida, e instruir com o horário para o pedido de autorização a 2º Inspeção Regional. Recomendou que as fichas mod. 18 que deverão ser fornecidas aos alunos concluintes no fim de ano, o sejam já com a assinatura do inspetor e para tanto a encarregada da secretaria deverá tomar essas providências. Na oportunidade o senhor diretor fez a leitura de diversos tópicos do Estatuto do Funcionário Público esclarecendo aos funcionários com relação a faltas ao serviço, consequências, atribuições das diversas funções, proibições, etc. com relação a limpeza do almoxarifado o senhor diretor determinou que no local deverá ser feita limpeza uma vez por mês e que, para tanto o almoxarife deverá fazer o pedido por escrito estabelecendo o dia e o horário que melhor atenda e entregá-lo ao diretor. Essa uma vez por mês é o mínimo, podendo o almoxarife efetuar mais pedidos, desde que o faça com no mínimo dois dias de antecedência. Esclareceu o senhor diretor que essa medida tem como objetivo melhorar o atendimento e evitar que o serviço não seja feito por falta de entendimento, porque o almoxarifado se acha fechado e os serventes não podem fazer a limpeza. Entretanto, esclareceu o senhor diretor, que os serviços dos serventes naquele local se limitarão a limpeza e não a organizar os materiais, que é função do almoxarife. Avisou que no mês de novembro o prédio estará requisitado para as eleições e, portanto, não haverá aula nos dias 13 e 14. Nesses dias e no dia 16 e 16 os funcionários deverão comparecer no estabelecimento, de acordo com a escala que será afixada. Nada mais tendo a tratar o senhor diretor deu por encerrada a reunião.

Ata de reunião realizada em 31/03/1973. Inicialmente o diretor deu conhecimento dos funcionários do que consta no planejamento escolar para 1973 e contando solicitou a todos os funcionários que fizessem entrega da relação do material que normalmente previu gastar no corrente ano e que fora solicitado para ser entregue nesta oportunidade. Não fez a entrega, digo, não fez a entrega o almoxarife. Esclareceu que todo material a ser entregue do almoxarifado deverá ser feita individualmente, nenhum material deverá ser entregue sem que antes haja um a requisição e que a mesma esteja visada pelo senhor diretor ou pelo assistente de direção, sob responsabilidade de quem o fizer. Ao receber o material o funcionário requisitante ficara com uma via da requisição. Cada funcionário deverá ter uma pasta com todas as cópias das requisições feitas, colecionadas em ordem cronológica a fim de ser exibida a todo o momento que for solicitada. Essas pastas deverão ser guardadas no estabelecimento. Para os professores de oficina continuam as instruções vigentes de previa ordem de serviço, com o desenho das pelas, quantidades, etc. e esclarecimento quando se tratar de material de manutenção e conservação. O almoxarife devera afixar continuamente a relação dos materiais existentes da maneira completa possível, procedendo por mês sua atualização. Nenhum material poderá ser utilizado se que antes tenha sido feita a sua entrada no almoxarifado. Quando houver material deteriorado no almoxarifado, sua baixa somente será dada mediante termo de verificação, lavrado pelo almoxarife e dois professores designados pela direção, onde conste todo o estado

do material e sua possível causa. Ficou esclarecido que o material recebido por qualquer funcionário na ausência do almoxarife não tem validade como estando em ordem. O funcionário apenas recebera, mas ao almoxarife cabe conferir e assinar quando estiverem em ordem. Havendo recusa deverá representar ao diretor os motivos das mesmas. A diretoria a pedido do almoxarife autorizou o assistente de direção, como de outras vezes a prestar serviços de organização e limpeza do almoxarifado, que se achavam em péssimo estado. Recomendou ao almoxarife que proceda o atendimento das requisições dentro do menor prazo possível a fim de não prejudicar o ensino ou os serviços dos diversos estabelecimentos. O diretor recomendou ao porteiro a observância de suas atribuições como norma o Regimento Interno. Solicitou os inspetores de alunos a verificação contínua das salas de aula. Encerrando deu a palavra livre e encerrou a reunião.

N - Estatuto-Padrão dos Órgãos de Cooperação Escolar

ESTATUTO-PADRÃO DOS ORGÃOS DE COOPERAÇÃO ESCOLAR DOS ESTABELECEMENTOS DE ENSINO INDUSTRIAL SUBORDINADOS AO DEPARTAMENTO DE ENSINO PROFISSIONAL, DO ESTADO DE SÃO PAULO

Educação

Departamento de Administração

ATO N.º 43, DE 08 DO CORRENTE

O Secretário de Estado dos Negócios da Educação, no de suas atribuições e atendendo ao que lhe representou o Diretor do Departamento de Ensino Profissional, resolve:

Artigo 1º - Ficam extensivas as Escolas subordinadas ao Departamento de Ensino Profissional, aplicadas no que couber, as disposições dos artigos 79 e 81, do ato n. 10, de 27-1/1950, desta secretaria.

Artigo 2º - fica aprovado o Estatuto – padrão, em anexo, do “Órgão de Cooperação Escolar”, dos estabelecimentos de ensino, subordinados ao Departamento de Ensino Profissional.

Parágrafo único – as instituições do gênero, denominadas “Caixas de Cooperação Escolar”, que vem funcionando junto as escolas deverão adaptar-se a forma ora estabelecida.

Alípio Correa Neto.

Publicado no Departamento de Administração da Secretaria de Estado dos Negócios da Educação, São Paulo, em 8 de outubro de 1958.

Jose Neyde Cesar Lessa – Diretor Geral Substituto.

ESTATUTO-PADRÃO DOS ORGÃOS DE COOPERAÇÃO ESCOLAR DOS ESTABELECEMENTOS DE ENSINO INDUSTRIAL SUBORDINADOS AO DEPARTAMENTO DE ENSINO PROFISSIONAL, DO ESTADO DE SÃO PAULO

Organização

Artigo 1º - O Órgão de Cooperação Escolar da (nome completo da unidade escolar) constituído nos termos do Ato n. ..., de ..., rege-se pelo presente Estatuto-Padrão.

Parágrafo único – Constituirão outrossim, fontes normativas do órgão de Cooperação Escolar, as Leis e Instruções expedidas pela Secretaria dos Negócios da Educação, ou pelos seus Departamentos e Serviços autorizados.

Das Finalidades

Artigo 2º - O Órgão de Cooperação Escolar de que trata este Estatuto-Padrão, tem por finalidade promover:

- a) A união entre os alunos;

- b) O intercâmbio entre pais, professores e amigos da Escola;
- c) As iniciativas que visem prestigiar a Escola;
- d) A assistência as demais Instituições Escolares;
- e) A assistência social e material aos alunos;
- f) O intercâmbio cultural, técnico, recreativo e esportivo com outras instituições;
- g) Festas escolares de caráter cultural e cívico;
- h) A organização de campanhas para aquisição de livros, material didático em geral, inclusive fonografo e gravações, aparelhos projetores, mimeógrafos, material para o gabinete dentário e tudo quanto possa auxiliar a obra educativa da escola;
- i) A mimeografar, encadernar e vender, a preços módicos, aulas, palestras e conferências de professores e convidados especiais;
- j) A organização de excursões de estudo, quando não afetos a outras instituições, custeando-lhes, se possível, as despesas;
- k) A concessão de bolsas de estudo, de acordo com as suas possibilidades;
- l) A instituição e regulamentação da doação de prêmios a alunos que se distingam durante o curso;
- m) O encaminhamento de sugestões a Direção da Escola, sobre todos os assuntos pertinentes a vida escolar, mormente aqueles que digam respeito ao círculo de atividades próprias do educando;
- n) A fundação de novas instituições auxiliares.

Dos meios e recursos

Artigo 3º - os meios e recursos para atender as finalidades descritas no artigo anterior serão obtidos através de:

- a) Contribuição de alunos;
- b) Contribuições de docentes e funcionários;
- c) Contribuição de amigos da escola;
- d) Contribuições e subvenções oficiais;
- e) Auxílio do Fundo do Ensino Profissional;
- f) Donativos de toda espécie;
- g) Rendas de festivais, saraus. Competições esportivas, sessões de cinema educativa, vendas de apostas e de outras publicações e todos os proventos conseguidos por meios legais.

§ 1º - as festividades promovidas pelo O.C.E, com o fim especial de arrecadar fundos, quando realizadas no recinto da Escola dependem de expressa autorização da Direção, “ad referendum” do Departamento de Ensino profissional.

§ 2º - para realização das atividades descritas na letra “g” deste artigo, será permitida a cobrança de ingresso na forma da lei.

Artigo 4º - constituem ainda, para o O.C.E., fontes específicas de meios, as rendas da Cantina e da Cooperativa Escolar.

Parágrafo único – serão destinados ao Fundo do Ensino Profissional, criado pelo Decreto n.º 26.311 de 24 de agosto de 1956, vinte por cento da renda líquida da Cantina, atribuída ao Órgão de Cooperação Escolar.

Da cantina Escolar

Artigo 5º - a cantina deve preferencialmente ser mantida diretamente pelo O.C.E., podendo em casos especiais ser arrendada a pessoas de reconhecida idoneidade.

Artigo 6º - a exploração da cantina pelo O.C.E., deverá obedecer a um regulamento elaborado por sua Diretoria, de acordo com os preceitos do presente Estatuto-Padrão.

Artigo 7º - no caso de arrendamento, o concessionário deverá obrigar-se por contrato de prazo nunca superior a um ano, se a escola oferecer local adequado para instalação da cantina, e a três anos, se a instalação for às expensas do concessionário, as seguintes condições:

- a) Pagar os aluguéis dentro do prazo estipulado;
- b) Vender os artigos a preços iguais ou inferiores aos correntios;
- c) Fixar, em lugar visível, tabelas de preços dos diversos artigos e horários de funcionamento da cantina.
- d) Manter a cantina sempre asseada, observando as exigências sanitária local;
- e) Uniformizar os empregados de acordo com as exigências sanitárias, permitindo a inspeção de todas as dependências e objetos da cantina;
- f) Pagar as multas que porventura venham a ser aplicadas, por desobediência dos preceitos vigentes;
- g) Vedar, terminantemente, a venda de fumo, bebidas alcoólicas e de outros artigos que possam alimentar vícios ou contribuir para sua aquisição;
- h) Não vender material ou artigo escolar fornecido pelo O.C.E;
- i) Não transferir contrato a terceiros, sem expressa anuência do O.C.E;
- j) Não se encarregar da venda de artigos pertencentes a alunos e servidores do estabelecimento;

- k) Trazer em dia os compromissos assumidos com os fornecedores, responsabilizando-se por eles;
- l) Cumprir as leis trabalhistas, com relação aos seus empregados;
- m) Comprovar boa saúde pessoal e dos empregados por atestado médico, obrigatoriamente passado pela unidade sanitária local;
- n) Pagar os impostos e taxas que incidam: sobre as atividades da Cantina;
- o) Transacionar exclusivamente com os alunos, docentes e funcionários da Escola, sendo proibida qualquer mercancia extraescolar;
- p) Não criar objeções, quando da realização de almoços, jantares, ceias, banquetes ou lanches patrocinados pela Escola, pretendendo prioridade ou exclusividade no fornecimento da alimentação e de bebidas;
- q) Portar-se com urbanidade, obrigando seus empregados a agir de igual forma;
- r) Cooperar com a Diretoria da Escola, do O.C.E. e das demais instituições escolares;
- s) Não criticar publicamente a Escola, sua Diretoria, seus docentes, seus funcionários, seus alunos e suas instituições;
- t) Superintender, pessoalmente as atividades da cantina;
- u) Respeitar o horário fixado para funcionamento da cantina;

Da Cooperativa Escolar

Artigo 8º - a cooperativa, de que trata o Artigo 4º, deverá ser explorada diretamente pelo O.C.E., obedecendo a um Regulamento que será elaborado por sua Diretoria.

Artigo 9º - o regulamento de que trata o artigo anterior, deverá conter obrigatoriamente entre outras disposições, as seguintes:

- a) Proibição de venda a pessoas estranhas;
- b) Especificação do produto a ser vendido;
- c) Fixação de uma base média de lucros;
- d) Proibição de venda de material didático ou de artigos de outra natureza, em que possa haver interesse direto dos membros da Direção do O.C.E.;
- e) Fixação de preços especiais a alunos reconhecidamente pobres;
- f) Fixação de bases de fornecimento a prazo, a alunos que, por motivos justos, não possam adquirir a vista os artigos de que necessitam;
- g) Autorização para contratar, se necessário, pessoal para auxiliar nas vendas, devendo a escolha recair preferencialmente em funcionário da Escola, que servirão sem prejuízo de suas obrigações normais.

Do patrimônio

Artigo 10º - constituem o patrimônio do O.C.E.:

- a) As contribuições em dinheiro de seus associados;
- b) Os juros de saldos mensais depositados na Caixa Econômica ou Banco do Estado de São Paulo;
- c) Os donativos ou legados em dinheiro ou contribuições de pessoas físicas ou jurídicas;
- d) As subvenções de todas as espécies;
- e) As rendas da Cantina Escolar, de acordo com o parágrafo único do artigo 4º;
- f) As rendas da Cooperativa Escolar;
- g) As rendas provenientes de festivais, jogos, sessões de cinema, quermesses e demais atividades previstas na letra “g”, do artigo 3º.;
- h) Os moveis, utensílios e objetos de toda espécie de propriedade do O.C.E.;

Artigo 11º - para constituir seu patrimônio, o O.C.E. receberá e registrará, em livro especial, contribuições voluntárias e sem limite fixado.

Parágrafo único – no caso de extinção ou dissolução do O.C.E; nas formas preceituadas pelo presente Estatuto, o patrimônio da instituição reverterá em benefício da (... Nome da unidade escolar).

Da diretoria

Artigo 12º - a administração do O.C.E., estará a cargo de uma Diretoria composta de um Presidente, um Vice-presidente, um Secretario, um tesoureiro e de um Conselho composto de oito Conselheiros.

§ 1º - os conselheiros serão escolhidos entre os docentes, pais de alunos e alunos, respectivamente na proporção de quatro, dois e dois.

§ 2º - os docentes deverão pertencer aos diferentes cursos mantidos pela escola;

§ 3º - no caso de vagar-se um dos cargos, haverá nova eleição, tendo o Presidente do O.C.E, o prazo de oito dias para tomar as devidas providencias, sempre de acordo com as formas preceituadas pelos presentes Estatutos.

Artigo 13º - com exceção do Presidente do O.C.E., que é nato por ser o Diretor em exercício na escola, todos os outros cargos serão preenchidos por eleição bianual ficando consagrada a maioria simples de votos e não sendo admitidos votos por procuração.

Artigo 14º - em Assembleia Geral, convocada na forma deste Estatuto-Padrão e com a participação dos integrantes do Quadro Social, serão preenchidos os cargos eletivos da Diretoria e do Conselho do O.C.E., para um mandato de dois anos.

Atribuições dos Diretores

Artigo 15º - compete ao presidente do O.C.E.:

- a) Cumprir e fazer cumprir todas as imposições legais determinações das autoridades competentes nas esferas de suas atribuições e as disposições do presente Estatuto.
- b) Determinar o recebimento das contribuições e donativos e mandar registrá-los em livros próprios, de modo que, em qualquer tempo, os contribuintes possam verificar o exato recolhimento em favor do O.C.E.
- c) Providenciar o registo de bens do O.C.E., através de termos de doação ou compra, no livro de atas ou em livro próprio;
- d) Convocar as Assembleias do O.C.E., e as elas presidir;
- e) Tomar medidas de carácter urgente, não previstas neste Estatuto, sujeitando-as a aprovação da Diretoria;
- f) Promover festivais e tomar iniciativas com o objetivo de ampliar a arrecadação da entidade;
- g) Assinar a correspondência do O.C.E.;
- h) Assinar com o tesoureiro, os balancetes mensais e o balanço anual da receita e da despesa, enviando cópia ao setor de Educação Extracurricular, do Departamento de Ensino Profissional;
- i) Elaborar o relatório anual para ser apresentado a Assembleia Geral e ao Departamento de Ensino Profissional;
- j) Representar o O.C.E., ou designar quem por ele o faça;
- k) Movimentar os fundos do O.C.E., uma vez atendidas as disposições do Artigo 20 e seus parágrafos;
- l) Visar as contas a serem pagas pelo tesoureiro;

Parágrafo único – o presidente será responsável perante as autoridades escolares, pelas irregularidades que se verificarem no O.C.E, se sobre elas não tiver tomado as providencias cabíveis.

Artigo 16º - compete ao vice-presidente:

- a) Auxiliar o presidente na direção do O.C.E.;
- b) Substituir o presidente em todas as suas faltas e impedimentos;
- c) Cooperar, quando solicitado, na tarefa dos demais diretores.

Artigo 17º - compete ao secretário:

- a) Apresentar e ler nas sessões, todo o expediente;
- b) Organizar o serviço da secretaria, concentrando nela toda a escrituração do O.C.E.;
- c) Organizar e manter em dia o serviço de arquivo;
- d) Redigir e fazer expedir toda a correspondência;

e) Lavra as atas das sessões e das Assembleias.

Artigo 18º - compete ao tesoureiro?

- a) Assinar balancetes e balanços;
- b) Arrecadar a receita e ter sob sua guarda todos os itens do O.C.E.;
- c) Ter a seu cargo o livro de receita e despesa;
- d) Guardar os documentos comprobatórios da receita e da despesa;
- e) Efetuar pagamentos autorizados, mediante comprovantes;
- f) Receber as contribuições dos sócios, de particulares, donativos, verbas, legados, subvenções, mediante recibo;
- g) Depositar na Caixa Econômica Estadual ou Banco do Estado os saldos da entidade, ficando sob sua guarda a caderneta ou comprovante dos depósitos;
- h) Ter em seu poder, para pequenas despesas, quantias até (.....);
- i) Extrair mensalmente um balancete, em que se demonstre a condição financeira do O.C.E.;
- j) Apresentar no fim de cada ano um balanço geral do O.C.E.;
- k) Observar, rigorosamente, o que dispõe o Art. 20 com relação a entrega de numerário.

Do Conselho Consultivo

Artigo 19 – O Conselho Consultivo terá um Presidente e um Secretario eleitos pelos seus componentes, pelo prazo de dois anos.

Parágrafo Único – Ao Conselho Consultivo compete:

- a) Propor a Diretoria do O.C.E., a realização de festivais, saraus, conferências, etc., para obtenção de fundos em favor do O.C.E.;
- b) julgar dos auxílios e empréstimos que forem requisitados;
- c) Difundir e propagar campanhas em favor do O.C.E. no sentido de dilatar o quadro social;
- d) manter em sigilo os nomes dos alunos beneficiados pelo O.C.E.;
- e) opinar sobre as atividades e relatórios da diretoria;
- f) decidir sobre as questões omissas, “ad referendum” do setor de educação extracurricular do departamento de ensino profissional.

Da movimentação de fundos

Artigo 20º - a movimentação de fundos do O.C.E., será feita de acordo com o montante da aplicação e com o gênero de transação, fica adstrita a três categorias:

- 1º - a cargo do presidente;
- 2º - com aprovação da diretoria;

3º - com autorização do setor de educação extracurricular do departamento de ensino profissional

§ 1º - com referência a primeira categoria, o presidente poderá movimentar fundos até a importância (.....) fornecendo comprovantes ao tesoureiro.

§ 2º - com referência a segunda categoria, a movimentação de fundos, pelo presidente, depende de aprovação da diretoria toda vez que a quantia a ser aplicada seja superior a (.....)

§ 3º - com referência a terceira categoria, a movimentação de fundos será precedida, obrigatoriamente, de autorização expressa do setor de educação extracurricular do departamento de ensino profissional, toda a vez que a quantia a ser aplicada seja superior ao máximo previsto no parágrafo anterior.

Dos direitos e deveres dos alunos

Artigo 21º - são direitos dos alunos:

- a) Gozar de todos os benefícios e vantagens proporcionados pelo O.C.E.;
- b) Tomar parte nas Assembleias, com direito a voto;
- c) Ser eleito conselheiro;
- d) Propor a diretoria ou as assembleias gerais, as medidas que julgar convenientes aos interesses do O.C.E.;

Artigo 22º - são deveres do aluno:

- a) Comparecer as assembleias gerais;
- b) Obedecer aos preceitos do presente estatuto;
- c) Satisfazer, prontamente, seus deveres sociais e cumprir os encargos que lhe forem atribuídos pela administração do O.C.E.;
- d) Não criticar publicamente seus colegas de agremiação, a escola, seus mestres, a entidade a que pertence, funcionários e as deliberações tomadas em consonância com o presente estatuto.

Da suspensão dos benefícios

Artigo 23º - a diretoria do O.C.E. poderá negar benefícios aos alunos que:

- a) Tenha sofrido penalidades ou cometido falta considerada grave pela diretoria do O.C.E.;
- b) Tenha, por qualquer modo, simulado carência de recursos e dificuldade de vida, no sentido de valer-se dos benefícios e auxílio propiciados pelo O.C.E.

Do quadro social

Artigo 24º - o O.C.E., é constituído pelos membros integrantes do corpo docente, discente e administrativo da escola, e pelos pais de alunos, ex-alunos e pessoas gradadas, que o desejarem e tenham seus nomes aprovados pela diretoria.

Artigo 25º - haverá quatro categorias de sócios:

- a) Sócios fundadores, os que participarem de assembleia de fundação do O.C.E.;
- b) Sócios contribuintes, todos os demais associados não enquadrados nos itens “a”, “c” e “d”;
- c) Sócios beneméritos, as pessoas físicas ou jurídicas que fizerem donativos em dinheiro ou espécie de quantias iguais ou superiores a (.....);
- d) Sócios honorários, os que, em assembleia, forem por maioria de dois terços assim considerados, por proposta da diretoria;

Artigo 26º - para os alunos a anuidade será de (.....), para os ex-alunos, de (.....), para os professores, Mestres e Orientadores, de (.....), para diretores e vice-diretores, de (.....) para os demais funcionários de (.....); para os demais sócios, a contribuição será facultativa.

Parágrafo único – o secretario manterá sempre em dia um livro de registro ou fichário dos sócios.

Dos direitos e deveres dos sócios em geral

Artigo 27º - são direitos dos sócios:

- a) Tomar parte nas assembleias e discutir os assuntos em pauta;
- b) Votar e ser votado para os cargos eletivos;
- c) Propor ao O.C.E., as medidas que julgarem oportunas e do interesse da entidade;

Artigo 28º - são deveres dos sócios:

- a) Prestigiar de todas as formas a entidade;
- b) Participar das assembleias e atividades do órgão;
- c) Exercer com eficiência todas as atribuições que lhe forem confiadas;
- d) Estar quite com a tesouraria.

Da eliminação e exclusão

Artigo 29º - o socio que infringir o presente estatuto, injuriar a associação, o estabelecimento ou seus membros, perturbar a ordem nas sessões, torna-se motivo permanente de discórdia, será suspenso, preventivamente, de seus direitos sociais, até o final deliberação da diretoria que o julgara através de sindicância, notificando-o da decisão tomada.

Parágrafo único – dar-se-á ao socio indiciado, amplo direito de defesa.

Artigo 30º - os sócios que estiverem em atraso em sua anuidade até o mês (.....) sem motivo justificado, serão suspensos de todos os seus direitos sociais, até que saldem seu débito no prazo de trinta dias, a partir da notificação, sem o que serão eliminados do O.C.E..

§ 1º - o socio eliminado, no entanto, poderá ser readmitido, mediante o pagamento da importância devida.

§ 2º - não será aplicada a pena de eliminação ao socio que incorrer em demora no pagamento, em virtude de dificuldades pecuniárias, devidamente comprovadas.

Artigo 31º - serão excluídos do O.C.E.:

- a) Os que tentarem ou obtiveram auxílio falsos fundamentos, bem como os que se apoderarem, ilicitamente de qualquer bem patrimonial da associação;
- b) Os que, por qualquer forma ou meio, promoverem o descredito do O.C.E.;
- c) Os que cometerem faltas consideradas de severa gravidade.

Parágrafo único – será garantido ao socio indicado em processo de exclusão, amplo direito de defesa.

Das assembleias

Artigo 32º - as assembleias serão ordinárias e extraordinárias; as ordinárias serão realizadas no início do ano letivo e nos meses de junho e novembro; as extraordinárias, tantas quantas forem necessárias, por iniciativa do presidente ou pelo menos dois terços dos membros da diretoria ou dois terços dos associados para tratar de assuntos urgentes ou de interesse do O.C.E.

Parágrafo único – as assembleias extraordinárias serão realizadas em qualquer dia e a qualquer hora que o presidente determinar e nelas se tratará somente dos assuntos para os quais forem convocadas.

Artigo 33º - as assembleias serão convocadas pelo menos vinte e quatro horas de antecedência, mencionando na convocação, o local, a hora e os assuntos da reunião.

Artigo 34º - as assembleias deverão ser realizadas de modo a não prejudicar as aulas.

Artigo 35º - as assembleias realizar-se-ão em primeira convocação, com um mínimo de cinquenta por cento dos membros da diretoria e dos sócios. Não comparecendo esse mínimo, far-se-á a segunda convocação dentro de uma hora, realizando-se, então. Com qualquer número de sócios, desde que presentes cinquenta por cento dos membros da diretoria.

Parágrafo único – no período de férias não serão realizadas assembleias.

Artigo 36º - e de competência da assembleia:

- a) Tomar conhecimento dos assuntos propostos pelo presidente, discuti-los e votá-los;
- b) Deliberar sobre todos os assuntos previstos neste estatuto;
- c) Sugerir medidas de interesse do O.C.E.;
- d) Eleger os membros da diretoria e conselho consultivo, com exceção feita ao presidente;
- e) Dar autorizações especiais a diretoria do O.C.E.;
- f) Deliberar sobre assuntos omissos neste estatuto.

Parágrafo único – na primeira reunião do ano, serão assuntos principais os seguintes:

- a) Eleição dos membros da diretoria;

- b) Eleição dos membros do conselho consultivo;
- c) Tomar conhecimento do movimento do O.C.E., relativo ao ano anterior, que deverá ser, resumidamente, apresentado pelo presidente.

Artigo 37º - de cada assembleia lavrar-se-á ata assinada por todos os presentes, tomadas, em primeiro lugar, as assinaturas dos membros da diretoria e conselho consultivo.

Artigo 38º - a ordem dos trabalhos da assembleia será a seguinte:

- a) Leitura, discussão e aprovação da ata da assembleia anterior;
- b) Expediente;
- c) Indicações e propostas;
- d) Resoluções

Artigo 39º - as resoluções serão tomadas por maioria dos votos.

Artigo 40º - ao presidente compete manter a devida ordem nos trabalhos da assembleia, observando o seguinte:

- a) Dar a palavra, sucessiva e isoladamente, aos que pedirem sobre assuntos em discussão, cassando-as aos que dela fizerem uso inconveniente;
- b) Não permitir apartes paralelos, que possam perturbar a discussão;
- c) Declarar encerrada a discussão a requerimento de qualquer dos sócios presentes, ou a seu arbítrio, quando julgar os assuntos suficientemente elucidados;
- d) Suspender a sessão, quando a medida se impuser.

Artigo 41º - as reuniões ou assembleias não poderão durar mais do que (....) horas.

Das reuniões

Artigo 42º - haverá reuniões da diretoria e do conselho consultivo, para tratar dos assuntos que lhes estão afetos.

§1º - compete ao presidente do O.C.E., convocar e presidir as reuniões da diretoria.

§ 2º - cabe ao presidente do conselho consultivo convocar o conselho para apreciar os assuntos de suas competências.

Artigo 43º - as assembleias e reuniões poderão ser assistidas por pessoas interessadas, amigos da escola e funcionários não sócios, sem direito de manifestação, salvo se o presidente o permitir para obter esclarecimento.

Disposições transitórias

Artigo 44º - a primeira diretoria e o conselho consultivo eleito mandato de (...) até (...).

Artigo 45º - o O.C.E., só se extinguirá pelo voto expresso de dois terços dos presentes, em assembleia extraordinária para esse fim especificamente convocada, revertendo seu patrimônio em benefício da (nome da unidade escolar).

Artigo 46º - a chefia do setor de Educação Extracurricular e os encarregados de inspeção designados pelo Departamento de Ensino Profissional, poderão, a qualquer momento, solicitar informe sobre o O.C.E..

Artigo 47º - o presente estatuto só poderá ser modificado por ato da Secretaria da Educação, ouvido o Departamento de Ensino Profissional, devendo ser convocada uma assembleia geral extraordinária para tomar conhecimento da modificação.

Artigo 48º - permite-se a reeleição da diretoria.

Artigo 49º - os casos omissos serão resolvidos pela diretoria, ouvido o conselho consultivo. “ad referendum” do Departamento de Ensino Profissional.

Artigo 50º - os órgãos de cooperação escolar integram as atividades escolares da Escola (...) sem no entanto, constituírem pessoa jurídica.

Artigo 51º - os órgãos de cooperação escolar, somente poderão funcionar após o registro no setor de Educação Extracurricular do Departamento de Ensino Profissional.

Artigo 52º - os estatutos das demais instituições escolares devem articular-se com o estatuto padrão da O.C.E., com o qual poderão colidir.

Artigo 53º - o presente estatuto entrara em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

O – Convocação

O presidente do Órgão de Cooperação Escolar no uso de suas atribuições e nos termos dos artigos 35 e 36, item “d”, convoca os Membros da Diretoria, do Conselho Consultivo e Associados para reunião que fara realizar dia 23 as 10horas, a fim de tratar do seguinte assunto:

1ª Eleição da Diretoria do Órgão de Cooperação Escolar para o período de 01/08/1967 a 30/07/1967.

São Paulo, 19 de maio de 1967

P – Estatuto da Associação de Pais e Mestres do Ginásio Industrial Estadual “Professor Aprígio Gonzaga (1970)”

Capítulo 1

Da Natureza e Constituição da Associação

Artigo 1º - A Associação de Pais e Mestres do Ginásio Industrial Estadual “Professor Aprígio Gonzaga”, com sede da cidade de São Paulo, na Rua Guaiaúna, 751, fundada em 25 de abril de 1970, reger-se-á, em suas atividades pelo presente estatuto e terá prazo de duração ilimitada.

Artigo 2º - Será uma instituição auxiliar da escola constituída de professores, pais, e de elementos capazes de cooperar na tarefa educativa a cargo do estabelecimento.

Artigo 3º - A Associação de Pais e Mestres, será constituída em Assembleia Geral de Pais e Professores do estabelecimento de ensino.

- a) Conselho Consultivo, constituído de igual número de pais e professores.
- b) Diretoria eleita pelo Conselho Consultivo, composta dos seguintes membros:
 - a. Presidente
 - b. Vice-presidente
 - c. Secretário
 - d. Tesoureiro
- c) Conselho Fiscal, composto de três membros eleitos pelo Conselho Consultivo

Parágrafo único – O diretor do estabelecimento será o Presidente nato da Assembleia Geral, do Conselho consultivo e da Diretoria da Associação.

Capítulo II

Das Competências e Atribuições da Associação

Artigo 1º - Compete a Associação:

- a) Promover por todos os meios ao seu alcance, a integração escola-família-comunidade, estreitando assim as relações entre lar e escola de modo que pais e mestres possam cooperar na educação da juventude.
- b) Interessar os membros da comunidade social nas atividades escolares.
- c) Tomar toda e qualquer iniciativa tendente a amparar moral e educacionalmente o aluno e que se vise seu bem estar, dentro ou fora do estabelecimento.
- d) Colaborar com a escola na programação e organização de promoção cívica, assistência, socio-recreativa e culturais, bem como de outras, dentro do critério fixado pelo Departamento de Ensino Técnico.

- e) Organizar campanhas para aquisição de material didático e tudo mais que possa auxiliar a obra educativa.
- f) Cooperar com a direção e corpo docente da escola, nas representações que visem reivindicar, junto à comunidade, autoridades do Município, Estado e União, melhorias para a escola.

Artigo 2º - Compete a Diretoria:

- a) Autorizar compras ou recebimentos de contribuições, subvenções, legados e doações, nos termos estatutários.
- b) Deliberar sobre sugestões formuladas pelo Conselho Consultivo e Conselho Fiscal.
- c) Apresentar anualmente na primeira quinzena de março ao Conselho Fiscal, relatório anual das atividades da Associação, acompanhado das contas do exercício anterior.
- d) Manter em dia a escrituração contábil, sendo uma via do balancete mensal, aprovado pelo Conselho Fiscal, afixado no quando de avisos do estabelecimento e outra mantida, até o decimo dia útil de cada mês seguinte ao vencido, ao Serviço de Atividades Extraclasse do Departamento de Ensino Técnico, acompanhado do respectivo histórico.
- e) Abri conta no Banco do Estado de São Paulo S/A, ou na Caixa Econômica Estadual em nome da Associação de Pais e Mestres, conta essa que somente será movimentada, em conjunto pelo Presidente e Tesoureiro.
- f) A Diretoria promovera a instituição da doação de prêmios a alunos que se distinguirem durante o curso.

Artigo 3º - Compete ao Presidente:

- a) Presidir as sessões.
- b) Despachar expediente de acordo com os parágrafos c, d, e do Artigo II, do Capítulo II.
- c) Movimentar de comum acordo com o Conselho Consultivo os fundos da Associação.
- d) Visar as contas a serem pagas pelo Tesoureiro.
- e) Assinar cheques em conjunto com o Tesoureiro.
- f) Cumprir e fazer cumprir todas as imposições legais, determinações das autoridades escolares, e as disposições do presente estatuto.
- g) Responder perante as autoridades escolares, pelas situações irregulares se sobre elas não tiver tomado as providências cabíveis.

Artigo 4º - Compete ao Vice-presidente, auxiliar o presidente e substituí-lo em seu impedimento.

Artigo 5º - Compete ao Secretário:

- a) Comparecer as reuniões lavrando as respectivas atas, quer seja da Diretoria do Conselho Consultivo ou da Assembleia Geral, ou do Conselho Fiscal.
- b) Apresentar e ler durante as reuniões todo o expediente.
- c) Organizar o serviço da secretaria, reunindo e classificando toda a escrituração da Associação de Pais e Mestres, de forma a preservar seus documentos e atender pedidos de informações;
- d) Redigir e assinar, juntamente com o Presidente, toda a correspondência e expedi-la.

Artigo 6º - Compete ao Tesoureiro:

- a) Subscrever com o Presidente, os cheques da conta bancária da Associação de Pais e Mestres.
- b) Efetuar pagamentos autorizados pela presidência.
- c) Escriturar o livro caixa.
- d) Elaborar os balancetes e assiná-los juntamente com o Presidente da Associação de Pais e Metres.
- e) Elaborar as prestações de contas da Diretoria, emitindo parecer.

Artigo 7º - Das atribuições:

- a) A Assembleia Geral reunir-se-á ordinariamente no mês de março, em primeira convocação e deliberara com maioria absoluta de seus membros, ou em segunda convocação uma hora após a primeira, quando deliberara com qualquer número de sócios, desde que presentes no mínimo 50% da Diretoria.
- b) Eleger os membros do Conselho Consultivo.
- c) O Conselho Consultivo elegera os três membros do Conselho Fiscal.
- d) A Assembleia Geral reunir-se-á extraordinariamente sempre que a convocar seu presidente ou ainda a pedido de 2/3 de seus membros.
- e) No período de férias não serão realizadas Assembleias.
- f) O Conselho Consultivo reunir-se-á ordinariamente, no mês de março, em cada bimestre do ano letivo e extraordinariamente sempre que a convocar seus Presidente ou ainda a pedido de 2/3 de seus membros, para deliberar sobre assuntos escolares de maior relevância e sobre a visa associativa.
- g) Na reunião ordinária do mês de março, serão discutidas e votadas as contas do exercício anterior.

Capítulo III

Da Administração e dos Sócios

Artigo 1º - A administração da Associação ficará a cargo da Diretoria e Conselho Consultivo, composto de quatro pais de alunos e quatro professores.

- a) O Conselho Consultivo, será eleito pela Assembleia de Sócios, pelo sistema de voto secreto, no início do ano letivo.

Parágrafo único – O mandato dos membros do Conselho Consultivo e da Diretoria será de um ano, permitida a recondução por um período.

Artigo 2º - No caso de vaga no Conselho, haverá nova eleição com qualquer número de sócios e desde que no mínimo 50% da Diretoria esteja presente a primeira reunião ordinária do mês a ser realizada.

Artigo 3º - Serão considerados sócios todos os pais e professores.

Artigo 4º - Aos sócios será cobrada uma taxa anual fixada pela Diretoria e Conselho Consultivo, na última reunião ordinária de cada ano, para vigorar no ano seguinte.

Parágrafo único – As contribuições de que trata o artigo anterior serão voluntárias.

Capítulo IV

Das Disposições Gerais e Transitórias

Artigo 1º - Em nenhuma hipótese o Tesoureiro da Diretoria da Associação será servidor do estabelecimento.

Artigo 2º - Fica extinto a partir da data da instituição da Associação de Pais e Mestres, o Órgão de Cooperação Escolar.

- a) O estabelecimento providenciara balanço geral e final do Órgão de Cooperação Escolar, encerrando a respectiva conta bancária.
- b) O balanço a que se refere o parágrafo anterior, uma vez aprovado pela Diretoria do Órgão de Cooperação Escolar será arquivado no estabelecimento.
- c) O patrimônio do Órgão de Cooperação Escolar extinto, será transferido para a Associação de Pais e Mestres, mediante Ata que ficará arquivada na escola.
- d) Uma via do balanço e uma da ata devidamente autenticada, serão remetidas ao Serviço de Atividades Extraclasse do Departamento do Ensino Técnico.

Artigo 3º - Somente depois de instituída a Associação de Pais e Mestres, poderá a Diretoria pôr em prática o que trata o Artigo 4º do Capítulo III.

Artigo 4º - O estatuto da Associação de Pais e Mestres, aprovado pela Assembleia Geral, entrará em vigor na data da publicação de sua homologação pelo Diretor Geral do Departamento de Ensino Técnico.

Artigo 5º - A Assembleia Geral se reunirá no corrente ano pela primeira vez após a instituição da Associação de Pais e Mestres para eleger os membros do Conselho Consultivo, da Diretoria e do Conselho Fiscal.

Parágrafo único – As épocas fixadas no artigo 7º, parágrafos A e F, do Capítulo II, serão fielmente obedecidas a partir do ano de 1971, e neste exercício no que for possível.

Artigo 6º - É terminantemente proibido e será expulso da Associação, o socio que por sua atitude tire vantagens pessoais, de qualquer natureza, ou propicie meios para outros sócios ou até mesmo para que pessoas estranhas o façam ou consigam, especialmente as de cunho político.

Artigo 7º - Os casos omissos serão resolvidos pela Diretoria e Conselho Consultivo, em reunião conjunta.

São Paulo, 01 de setembro de 1970

Maria de L. S. Cicalise, Noedyr Ferreira Melges, Marlene da Graça Costa, Mario Augusto Martins

Q – Ata da Assembleia Geral de Professores e Pais de Alunos (1971)

Ata da Assembleia Geral de Professores e Pais de alunos, previamente convocados, realizada no prédio do Ginásio Industrial Estadual “Professor Aprígio Gonzaga”, sito a Rua Guaiaúna, 751. Aos quinze dias de março de 1971, para o fim especial de eleger o Conselho Consultivo, conforme dispõe o item “a” do artigo 3º dos Estatutos da Associação de Pais e Mestres, aprovado em Assembleia Geral realizada em 25 de abril de 1970, homologado pelo Diretor Geral do Departamento de Ensino Técnico, e publicado do Diário Oficial de 10 de outubro de 1970, proc. 4218/70. – DeTec. Inicialmente o Sr. Diretor esclareceu sobre a finalidade da Assembleia que terá como objetivo eleger o Conselho Consultivo através de voto secreto. Após apresentar os professores presentes e dar conhecimento do nome dos pais que se candidataram, procedeu-se a eleição que após a apuração verificou-se o seguinte resultado, foram eleitos os seguintes pais: Agostinho Serreto, Joao dos Reis Cabral, Wilma Saquis Garcia e Jarbas Vasconcelos; e os seguintes professores: Zuleica Fortunato, Ivone de Paula Siqueira, Jane Kari e Maria de Lourdes Stocco Cicalise, e assim ficou constituído o Conselho Consultivo tendo o Diretor colocado em discussão o referido resultado que não sofrendo qualquer manifestação foi aprovado. Nada mais tendo a tratar o Diretor agradeceu o comparecimento dos senhores professores e pais, pela demonstração de colaboração com o estabelecimento, tendo como objetivo dar ao aluno melhor assistência. A presente ata foi por mim, Marlene da Graça Costa, lavrada, que depois de lida e aprovada será assinada pelos presente. São Paulo, 15/03/1971

Mario Augusto Martins, Marlene da Graça Costa, Domenico Gagliardi, Margarida M. Barbosa, Eulalio Castropil, Sante Zupo, Joao Pereira, Ana Conceição Crispim, Maria Barbara Batista de Souza, Palmira Marques Fernandes, Maria C. Franco, Antônia Parisi, Milton de Campos, Mario Castelani, Rosalina S, Malafia, Geny Pinheiro da Silva, Cecilia Moreti Rodrigues, Leonilda Vilela Rodrigues, assinatura ilegível, Jose Novaques Abdoral, Maria Olivia dos S. Canelas, Evanir Correia do Amaral, Silvio Miguel, Vicentina E. Miguel, Josefa Ferreira dos Santos, Dulce Mendes Scinocca, Pasdva S. Burilli, Yolanda de O. Pesao, Antônia P. Dagnese, assinatura ilegível, Theodoro Alves Nascimento, Sueli Silva, Celeste Quandelini, Maria Alzira Barberis, assinatura ilegível, assinatura ilegível, Alvarina M. Zanotta, Waldemar Jose de Almeida, Joao Dallatorre, Jose F. da Silva, Joao Batista, assinatura ilegível, Antonio Leon, Dorival R. Santos, Irene Maria de Brito, Lourdes Dogardo, Mitsuko Morizano, Luiz Gruminha, Elideo Silva, Álvaro Xavier da Rocha, Laura N. dos Santos, Mercedes Gonçalves Teixeira, Orlanda Antônia D’Ignazio, Dulzinda A. Soares, Osvaldo Soares, Adacir Micaela, Ilse Basler Nascimento, assinatura ilegível, Antônia de Bello Cabral, Dulce T. Maiolli, Olavo Maiolli, assinatura ilegível, Nelson Lazzarotti, Leonor C. R. da Rocha, Ana Gomes Costato, Jacy

Costato, Erus Domicioli, assinatura ilegível, Francisco Ramos Coelho, Raymundo dos Santos, Sylvino Florio Bitente, Joao R. Cabral, Agostinho Serreto, Wilma Serquis Garcia, Jani Kari, Maria de Lourdes Stocco Cicalise, Antonio de Souza Campos e Jarbas Monteiro.

R - Portaria 9/72

O Diretor do Ginásio Industrial Estadual Prof. Aprígio Gonzaga, no uso de suas atribuições, e a vista do que consta dos Estatuto da Associação de Pais e Mestres, convoca os Srs. Professores, Orientadora Educacional e Orientadora de Educação Moral e Cívica, para a Assembleia Geral a ser realizada no dia 08 do corrente mês, com início às 10:30 horas, para o fim de eleger os membros do Conselho Consultivo para o corrente exercício. São Paulo, 06 de abril de 1972.

Ata da Assembleia Geral de Professores e Pais de Alunos - São Paulo, 08 de abril de 1972.

Ata da Assembleia Geral de Professores e Pais de Alunos, previamente convocada, realizada no prédio do Ginásio Industrial Estadual “Professor Aprígio Gonzaga”, sito a Rua Guaiaúna 751, aos oito doas do mês de abril de 1972, para o fim especial de eleger o Conselho Consultivo, conforme dispõe o item “a” do artigo 3º dos Estatutos da Associação de Pais e Mestres. Inicialmente o Sr. Diretor esclareceu sobre o objetivo da Assembleia que terá por finalidade eleger o Conselho Consultivo através de voto secreto. Após apresentar os professores, deu conhecimento dos pais que se candidataram. Procedeu-se a eleição e após apuração verificou-se o seguinte resultado: foi eleita a chapa n.º 1 com 52 votos, que constava dos seguintes nomes: pais eleitos: Waldomiro Gindro, Antonio Aldo Aliandro, Francisco Stoppa e Walter Fusco; os professores eleitos: Antonio Manoel da Costa, Edson Souto Ramos, Milza Ramos Martins e Antonio de Souza Campos. Assim ficou constituído o Conselho Consultivo. A chapa n.º 2 que obteve 42 votos, estava assim constituída: pais – Filomena de Oliveira, Jose Ralhada, Jose Francisco da Silva e Antonio Aliandro, professores, Jane Kari, Durval Francisco Richieri, Sylvino Florio Bitente e Darcy A. Mitaury. Para tesoureiro obteve-se o seguinte resultado: Esther Stein Pinto – 80 votos eleita, Francisco Stopa 3 votos, Walter Fusco – 8 votos, Jose Francisco da Silva, 1 voto e, 4 votos nulos. O Sr. Diretor colocou em discussão o referido resultado que não sofrendo qualquer manifestação foi aprovado. Nada mais tendo a tratar, o Diretor agradeceu o comparecimento dos senhores professores e pais pela demonstração de colaboração com o estabelecimento, tendo como objetivo dar ao aluno melhor assistência. A presente ata, foi por mim, Marlene da Graça Costa, lavrada que depois de lida, se aprovada, será assinada pelos presentes. São Paulo, 08 de abril de 1972

Mario Augusto Martins, Marlene da Graça Costa, Antonio de Souza Campos, Antonio Elpidio da Silva, Durval Francisco Richieri, Theodor Alves do Nascimento, Antonio Manuel da Costa, Zuleica Fortunato, Jane Kari, Suely Silva, Noedyr Ferreira Melges, Ivone de Paula Siqueira, Sylvino Florio Bitente, Edson Souto Ramos, Milza Ramos Martins, Darcy A. Mitaury e Ana Maria Segismundo. Seguem mais de 191 assinaturas de pais presentes a Assembleia.

S (a). Inventário de material em patrimônio do O.C.E

Quant.	Unid.	Descrição	Valor Unitário	Valor Total	Documento	Ano
1	vol.	História da Nossa História	0,15	0,15	2147	1959
3	vol.	Manual de Matemática	0,70	2,10	169289	1963
1	Pç.	Esterilizador de Inox c/ 2 bules	43,20	43,20	1195	1964
1	Pç.	Çaçarola	6,54	6,54	1755	1964
1	Pç.	Concha	0,40	0,40	1755	1964
1	Pç.	Filtro n.º 4	34,00	34,00	69386	1965
1	Pç.	Mastro Petro e Branco	14,00	14,00	10577	1965
13	vol.	História - autor: Vitor	0,70	9,10	84262	1966
2	vol.	Ciências -autor: Valdemar	0,70	1,40	84262	1966
5	vol.	Português - autor: Bruno, 2ª Série	1,05	5,25	9906	1966
2	vol.	Português - autor: Bruno, 1ª Série	1,05	2,10	9906	1966
2	vol.	Português - autor: Bruno, 2ª Série	1,03	2,06	11605	1966
1	vol.	Português - autor: Bruno, 3ª Série	1,05	1,05	11605	1966
1	vol.	Spoken English, One - Fonseca	1,40	1,40	11605	1966
1	vol.	Woodworth - Psicologia	6,30	6,30	11605	1966
1	Pç.	Balde	3,28	3,28	61880	1967
1	Pç.	Leiteira	1,79	1,79	61880	1967
1	Pç.	Peneira	20,00	20,00	3443	1967
1	Pç.	Carrinho com roda de ferro	31,00	31,00	40264	1968
1	Pç.	Esterilizado F.M.R. 45	131,20	131,20	28108	1968
2	Pç.	Talha Salus - 220	26,00	52,00	119	1968
1	Pç.	Filtro Salus - 541	15,00	15,00	119	1968
1	Pç.	Fogareiro jacaré	36,00	36,00	216990	1968
25	M	Juta	4,50	112,50	15030	1969
3	Pç.	Filtro marca Salus	30,00	90,00		1970
2	Pç.	Esterilizadores Elétricos	142,00	284,00		1970
1	Pç.	Jarra térmica	32,00	32,00		1970
1	Pç.	Mimeografo	253,00	253,00		1970
1	Pç.	Balança Filizola	220,00	220,00	129	1971
1	Pç.	Fogão Brasil Tipo 2001	300,00	300,00	802	1971
1	Conj.	Térmico Heliogras	80,00	80,00	802	1971
1	Pç.	Enceradeira Doméstica Valita	295,00	295,00	802	1971
1	Pç.	Arquivo com 4 gavetas	410,00	410,00	2665	1971
1	Pç.	Cofre de embutir n.º 3761	140,00	140,00	2665	1971
2	Pç.	Ventilador Britânia	240,00	480,00	846	1971
1	vol.	Col. Bom Fim (4)	17,50	17,50	3950	1972
1	vol.	20000 Léguas - B1	14,00	14,00	3950	1972
1	Pç.	Bandeira Nacional - Fio de Lã	100,00	100,00	456	1973
1	Pç.	Bandeira Paulista - Fio de Lã	110,00	110,00	456	1973
1	Pç.	Eletr. Portátil - Philips - GF610	525,00	525,00	31065	1973
1	Pç.	Máquina de solda tipo Ax.	648,00	648,00	107	1973
1	Pç.	Duplicador Facit mod. 1908	530,00	530,00	13626	1973
1	Pç.	Liquidificador Valita C070	148,00	148,00	28457	1973
1	Pç.	Bebedouro elétrico DF124	1118,88	1118,88	2357	1973
6,5	m.	Passadeira 0,80m	39,80	258,70	55404	1974
35	m.	Passadeira 0,60m	23,00	805,00	55404	1974
1	Pç.	Portão de peroba (2,60x1,80)	1133,00	1133,00	74	1974
14	Pç.	Mola fecha porta	162,00	2268,00	517	1974
1	Jg.	Serrote de ponta	20,00	20,00	27231	1974
40	vol.	Como Nascer? Ou Como Viver?	1615,00	64600,00	27231	1974
1	Pç.	Deposito Brasilit (1000l)	320,00	320,00	3789	1973
1	Pç.	Deposito Brasilit (750l)	220,00	220,00	3789	1973
1	Pç.	Armário doméstico	510,60	510,60	2412	1973
VALOR TOTAL (Cr\$)				76462,50		

S (b) – Receitas e Despesas da O.C.E e A.P.M (1959-1972)

PERIODO	1959		1960		1961		1962	
	Receita	Despesa	Receita	Despesa	Receita	Despesa	Receita	Despesa
Saldo	0,00		2425,00		3347,00		2623,00	
Jan.	0,00	0,00	705,00	170,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Fev.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mar.	0,00	0,00	0,00	1537,00	2500,00	650,00	0,00	0,00
Abr.	0,00	0,00	995,00	1483,00	3362,00	1260,00	0,00	0,00
Mai.	0,00	0,00	1560,00	120,00	3020,00	1542,00	2160,00	0,00
Jun.	0,00	0,00	0,00	0,00	2990,00	534,00	0,00	0,00
Jul.	0,00	0,00	4115,00	3558,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ago.	745,00	0,00	1010,00	230,00	650,00	1000,00	240,00	0,00
Set.	410,00	0,00	1790,00	150,00	650,00	1500,00	1800,00	0,00
Out.	370,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Nov.	490,00	0,00	670,00	240,00	310,00	4370,00	0,00	0,00
Dez.	410,00	0,00	230,00	2665,00	1130,00	4480,00	0,00	0,00
TOTAL	2425,00	0,00	13500,00	10153,00	17959,00	15336,00	6823,00	0,00
PERIODO	1963		1964		1965		1966	
	Receita	Despesa	Receita	Despesa	Receita	Despesa	Receita	Despesa
Saldo	6823,00		4718,00		110090,00		876,00	
Jan.	0,00	3700,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Fev.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mar.	3600,00	325,00	0,00	0,00	241600,00	11000,00	393350,00	70000,00
Abr.	6140,00	4140,00	301082,00	57410,00	60571,00	14301,00	169370,00	48260,00
Mai.	0,00	0,00	0,00	49200,00	10800,00	72380,00	0,00	131000,00
Jun.	0,00	3680,00	29000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	142537,00
Jul.	0,00	0,00	0,00	0,00	10800,00	2500,00	89000,00	0,00
Ago.	0,00	0,00	6800,00	4560,00	0,00	8004,00	0,00	21500,00
Set.	0,00	0,00	0,00	44580,00	0,00	88200,00	0,00	53300,00
Out.	0,00	0,00	0,00	75760,00	0,00	142200,00	0,00	16300,00
Nov.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	94400,00	0,00	110230,00
Dez.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	11750,00	0,00
TOTAL	16563,00	11845,00	341600,00	231510,00	433861,00	432985,00	664346,00	593127,00
PERIODO	1967		1968		1971		1972	
	Receita	Despesa	Receita	Despesa	Receita	Despesa	Receita	Despesa
Saldo	71,21		163,02		6111,38		5049,63	
Jan.	0,00	60,00	339,56	339,56	0,00	0,00	0,00	0,00
Fev.	0,00	0,00	184,34	184,34	0,00	0,00	0,00	0,00
Mar.	837,20	161,43	59,65	59,65	3320,00	976,51	1096,66	1096,66
Abr.	75,50	156,40	287,73	287,73	0,00	12,60	4391,51	177,37
Mai.	194,26	189,86	1534,13	65,85	0,00	2515,09	100,00	247,65
Jun.	4,40	0,00	472,10	472,10	450,00	0,00	0,00	2342,40
Jul.	0,00	0,00	0,00	105,64	316,90	483,00	100,00	101,00
Ago.	74,90	74,90	0,00	102,00	0,00	398,35	635,00	1247,00
Set.	3,30	3,30	52,97	71,40	30,50	652,60	860,00	0,00
Out.	20,37	20,37	2,00	2,00	0,00	13,00	10,00	51,30
Nov.	41,85	166,75	0,00	58,00	0,00	4,50	20,00	0,00
Dez.	297,35	624,31	190,90	85,72	0,00	123,50	0,00	410,00
TOTAL	1620,34	1457,32	3286,40	1833,99	10228,78	5179,15	12262,80	5673,38

Fonte: Arquivos da O.C.E e A.P.M (Adaptado pelo autor) Cruzeiro (1959-1966) Cruzeiro Novo (1967-1972).
Anos: 1969 e 1970 - sem registro devido a alteração de O.C.E para A.P.M.

S (c) Lista de materiais adquiridos pela O.C.E e A.P.M (1959-1972)

Data	Fornecedor	Local.	Quant.	Unid.	Material	\$ Total	
Material - Acadêmico							
20/02/1968	A Estudantil	Penha	1	Unid.	Ata	4,50	
13/12/1967	A Orn. Flores		1	Unid.	Ramalhete de Rosas Vermelhas	8,00	
13/12/1967			1	Unid.	Centro mesa de palmas, cravos	30,00	
11/12/1967	A Sedutora	Tatuapé	2,6	Mts	Tecido liso	5,82	
12/12/1967			2	Mts	Tecido liso	4,48	
19/06/1969	Aguila Artero e Irmãos		1	Unid.	Tube de tinta	5,00	
18/11/1965	Anacleto Zavata - Técnica Ultra	Penha	1	Unid.	Enfeites de Natal	1900,00	
16/05/1972	Ao Bamba dos Tecidos		1,5	Mts	Plástico	4,05	
04/09/1965	Ao Grande Amazonas	Sé	1	Unid.	Mastro 3 m, preto e branco	14000,00	
14/10/1967	Armando Munhoz & Cia	Penha	2	Unid.	Clipes	0,40	
17/04/1968			1	Unid.	Registro 3/4	3,50	
09/06/1967	3		Cx	Percevejo	0,90		
22/08/1967	10		Cx	Giz	5,00		
14/12/1967	1		Unid.	Fita	1,60		
14/12/1967	4		Unid.	Laminado	0,80		
28/03/1968	1		Unid.	Durex	1,30		
30/03/1968			4	Unid.	Mata borrão grd.. p/ forrar mesa	1,60	
02/02/1967	Bazar Soares		1	Bl.	Requerimento de admissão	4800,00	
27/03/1967			1	Unid.	Envelope officio	0,60	
29/04/1967		2	Unid.	Fita Cartex Plus	4,70		
30/11/1967		1	Unid.	Livro Ata	2,20		
18/01/1968		1	Bl.	Requerimento de matrícula	7,00		
18/01/1968		1	Bl.	Requerimento de admissão	7,00		
20/02/1968		1	Bl.	Matrícula	9,50		
04/12/1969		4	Unid.	Papel Carbono Hector	2,00		
04/04/1968		Car-Plac	Sé	1	Unid.	Carimbo	7,00
04/09/1970		Casa Modelo	Penha	10	Mts	Cordel	2,00
18/10/1967	Casa Verre	Se	1	Unid.	Carimbo	3,00	
12/12/1967	Cristais Murbras	Brás	4	Unid.	Vasos B>L>M	18,00	
13/12/1967			4	Unid.	Vasos cores 1º	18,00	
13/12/1967	Deposito de loucas das Fabricas	Belém	2	Unid.	Cestas com alça	8,00	
10/05/1972	Dimep Ind. Relógios	Pinheiros	2	Unid.	Fita única/19mm	26,00	
20/12/1969	Floricultura A Ornamental	Penha	1	Unid.	Centro de Mesa	30,00	
18/01/1967			8	Unid.	Compilações	60000,00	
03/06/1967			6	Unid.	Fotos de alunos	10,00	
19/08/1972			1	Unid.	Xerox	2,00	
29/04/1964	Gimenez & Paganini	Sé	100	Unid.	Distintivos Escolares	6000,00	
02/12/1971	Glauco Caragnana & Cia	Jd. Brasil	10	Unid.	Requerimento de matrícula	60,00	
02/12/1972	Glauco Caragnana & Cia		5	Unid.	Lista de presença	30,00	
27/02/1967	Gráfica Guaiauna	Penha	1000	Fls	Papel officio para cartas	20000,00	
22/03/1967			30	Unid.	Cerificado impresso	32000,00	
24/05/1972	Imp. Oficial do Estado	Mooca	5	Unid.	Mod. 14	20,00	
24/05/1972			3	Pac.	Mod. 52	18,00	
24/05/1972			50	Unid.	Mod. 11	5,00	
28/07/1972			5	Pac.	Mod. 43	30,00	
05/04/1967	Ind. De Cadernetas Escolares		200	Unid.	Cad. Escolares - plásticos	90,00	

05/08/1971	Ind. de Etiquetas Cobra	Cambuci	2000	Peças	Etiqueta de alumínio	460,00
27/08/1971	Ind. Gráfica Cruzeiro do Sul	Sé	452	Unid.	Caderneta Escolar - Plástico	587,60
27/08/1971			10	Unid.	Diário - D.E.F	18,00
27/08/1971			85	Unid.	Diário - Mod. 9 C.S	127,50
27/08/1971			15	Unid.	Diário - Mod. 9 C.S	27,00
15/01/1972			100	Unid.	Mod. 18	30,00
17/03/1972			1	Unid.	Bloco - mod. 6	15,00
17/03/1972			1	Unid.	Livro - mod. 7	36,00
04/02/1964			141	Unid.	Cad. Escolares - plásticos	21650,00
08/11/1967			200	Unid.	Mod. 18	20,00
08/11/1967			1	Bl.	Mod. 10	4,00
04/04/1968			90	Unid.	Diário mod. 9	67,50
23/04/1968			109	Unid.	Cad. Escolares - plásticos	91,75
30/10/1970			509	Unid.	Cad. Escolares - plásticos	610,80
30/10/1970			90	Unid.	Diários - Mod. 9	117,00
30/10/1970			10	Unid.	Diários - D.E.F	17,00
12/03/1971			1	Unid.	Bloco mod. 27	10,00
16/03/1971			200	Unid.	Fichas - mod. 18 D.E. S	3,60
16/03/1971			1	Unid.	Bloco - mod. 27	10,00
16/03/1971			10	Unid.	Diário - Mod. 9 C.S	13,00
12/12/1967			Irmãos Esperidião	Sé	10	Unid.
12/12/1967	2	Pac.			Papel bala	2,80
12/12/1967	5	Pac.			Papel bala	1,40
12/12/1967	1	Pac.			Papel bala	1,50
14/06/1969	Lazaro Catharino - Cortinas	Penha	25	Mts	Juta	112,50
16/06/1969			80	Unid.	Rodrigues	4,00
16/06/1969			2	Unid.	Finais	0,15
16/06/1969			1	Unid.	Pingente	6,50
30/11/1967			1	Unid.	Caneta Piloto	13,20
14/10/1967			1	Unid.	Moldura para quadro	7,06
15/12/1967			1	Unid.	Moldura para quadro	4,50
30/06/1972			1	Serv.	Ver. de máquina de escrever	50,00
12/12/1967			40	Pac.	Papel crepom	11,60
24/05/1968			6	Unid.	Sacos de papel	2,40
04/05/1968			1	Unid.	Tinteiro Parker	0,80
18/06/1968			1	Pac.	Papel acetinado	8,00
24/08/1970			1	Bl.	Admissão	4,50
26/11/1971			500	Unid.	Sacos de papel	4,50
09/12/1967	P. Barão de Duprat	Brás	10	Unid.	Caixas Frestas	30,00
09/12/1967			1	Dz.	Fita Durex 12m	9,50
14/01/1967	Papelaria Silan	Se	4	Bl.	Admissão	20000,00
31/05/1967	Papelaria Souza Campos	Penha	200	Unid.	Cantoneiras	0,70
30/06/1967		Penha	1	Unid.	Fita para máquina	2,20
14/12/1967			1	Unid.	Livro Ata	2,50
14/12/1967			2	Unid.	Laminado	0,50
15/12/1967			20	Cx.	Percevejo	0,90
08/03/1968	Papelaria Yara	Tatuapé	8	Unid.	Aparador de quadro	4,00
20/09/1971	Pasqual Di Rocco - varejo de Calçados	Penha	1	Unid.	Calçado	19,00
12/08/1972	Rei das Louças		1	Unid.	Cesta	6,00
23/06/1969	Souza & Cia		1	Unid.	Franzidor	4,00
07/11/1967	Tipografia e Encadernação		200	Unid.	Certificados	3,50
08/12/1968	Progresso		300	Unid.	Envelope officio	6,00
09/12/1969	Tipografia Leclager				Impressos Diplomas	225,00
25/10/1961	Valter Grinche			1		Al. Ap. de Alto Falante/Discos
16/05/1961	Vastoplastic	Sé	100	Unid.	Céd. de Identidade Estudantil	700,00
25/03/1964			150	Unid.	Céd. de Identidade Estudantil	19875,00

17/08/1970	Vid. Santa Adélia	Penha	1	Kg	Massa	1,40		
22/05/1972	Vid. Vl. Matilde	Vl. Matilde	2	Unid.	Moldura para quadro	88,00		
10/12/1968	V. Molduras Café	Penha	8	Unid.	Quadros	28,00		
Material - Alimentício								
19/03/1969	A Rainha das Festas	Penha	3	Cx	Canudos	25,50		
11/12/1968	Ariston Camillo		1	Unid.	Carga de gás	2,00		
19/12/1968	Dias		1	Unid.	Carga de gás	2,00		
30/03/1968	Armando Munhoz & Cia		1	Unid.	Carga de gás	1,80		
09/05/1968			1	Unid.	Carga de gás	2,00		
26/03/1969	Armínio Branco		8	Kg	Açúcar Refinado União	4,40		
26/03/1969			6,5	Kg	Café Moído Lourenço	7,28		
26/03/1969			5	Pac.	Palito	2,00		
09/05/1969			400	Gr.	Presunto fatiado	3,80		
09/05/1969			400	Gr.	Queijo prato fatiado	2,00		
09/05/1969			100	Gr.	Manteiga Extra	0,62		
09/05/1969			1	Pac.	Palito	0,40		
09/05/1969			3	Pac.	Pão Americano - Pullmann	2,40		
28/11/1966			Bar Café e Bilhares Milorde	72	Unid.	Guaraná	144,00	
28/11/1966				48	Unid.	Guaraná	7200,00	
19/04/1966				2	Kg	Café	115,00	
03/05/1965			Bar Nsa Sra. Aparecida	9	Unid.	Refeições	4275,00	
31/05/1965	12			Unid.	Refeições	6000,00		
07/07/1965	5			Unid.	Refeições	2500,00		
24/02/1966	6			Unid.	Refeições	42,00		
26/04/1967	Bazar Café e Bilhar		2	Kg	Café	1,00		
02/12/1968	Casa modelo		1	Unid.	Fogareiro Jackabl	36,00		
26/12/1968	Comercial Elétrica Rival		1	Unid.	Carga de gás	2,00		
04/12/1967	Deposito de Bebidas Penha		30	Unid.	Guaraná Caçula 1/5	33,60		
01/04/1965	D. de Fitas Adezite		30	Unid.	Esfihas	600,00		
11/12/1967	Frigorífico Bordon		Belém	20	Lt.	Pasta de Presunto	18,00	
20/05/1966	Mercadinho Guaiauna		Penha	20	Kg	Açúcar	6300,00	
21/02/1968				5	Kg	Açúcar	2,50	
09/08/1968	Refresco S/A			192	Unid.	Coca-Cola 185ml	25,60	
08/10/1968				240	Unid.	Coca-Cola 185ml	32,00	
08/10/1968				144	Unid.	Fanta 290ml	24,00	
16/10/1968				240	Unid.	Coca-Cola 185ml	32,00	
16/10/1968		96		Unid.	Fanta 290ml	16,00		
10/04/1969		144		Unid.	Coca-Cola 185ml	24,00		
10/04/1969		96		Unid.	Fanta 290ml	19,20		
28/04/1969		96		Unid.	Coca-Cola 185ml	16,00		
28/04/1969		72		Unid.	Fanta 290ml	14,40		
14/05/1969		72		Unid.	Coca-Cola 185ml	12,00		
14/05/1969		96		Unid.	Fanta 290ml	19,20		
26/05/1969		48		Unid.	Coca-Cola 185ml	8,00		
26/05/1969		24		Unid.	Fanta 290ml	4,80		
04/08/1969		120		Unid.	Coca-Cola 185ml	20,00		
04/08/1969		120		Unid.	Fanta 290ml	24,00		
03/10/1970		Calixto & Barilli		2	Kg	Gás	4,50	
Material - Didático								
12/12/1960		Bazar Soares		Penha	1	Unid.	Livro - Vários Compositores	110,00
12/12/1960	1		Unid.		Livro - Santos Dumont	60,00		
12/12/1960	1		Unid.		Livro - Carlos Gomes	95,00		
12/12/1960	1		Unid.		Livro - Mauá	60,00		
12/12/1960	1		Unid.		Livro - Exploração do Espaço	180,00		

16/12/1960			3	Unid.	Manual de Matemática p. Oficina	2100,00
17/04/1963			2	Unid.	Livro - não foi possível identificar	540,00
21/03/1964			1	Unid.	Português - Aníbal Bruno	500,00
10/03/1964			1	Unid.	Ciências 1º - Valdemar de Oliveira	700,00
10/03/1964			2	Unid.	Livro de Matemática -	2000,00
10/12/1959	Bazar Tóquio		1	Unid.	História da Nossa História	150,00
22/03/1966	Cia Ed. Nacional	Sé	5	Unid.	Português 2º - Aníbal Bruno	5250,00
22/03/1966			2	Unid.	Português 1º - Aníbal Bruno	2100,00
04/04/1966			2	Unid.	Português 2º - Aníbal Bruno	2100,00
04/04/1966			1	Unid.	Português 3º - Aníbal Bruno	1050,00
04/04/1966			1	Unid.	Spoken English One - Joao Fonseca	1400,00
04/04/1966			1	Unid.	Psicologia - Robert S. Woodworth	6300,00
21/03/1966	Ed. Do Brasil	Sé	13	Unid.	História do Brasil 1º - Vitor Mussumeci	9100,00
21/03/1966			2	Unid.	Ciências Naturais 2º - Valdemar de Oliveira	1400,00
04/04/1966			20	Unid.	Geografia do Brasil 2º - Celso Antunes	14000,00
04/04/1966			20	Unid.	História do Brasil 2º - Vitor Mussumeci	14000,00
12/10/1972	Liv. Agir Editora	República	4	Unid.	Coleção Bom Livro	17,00
12/10/1972			1	Unid.	Vinte Mil Léguas Submarinas	14,00
19/04/1968	Liv. Freitas Bastos	Sé	1	Unid.	Código Leis do Trabalho	15,00
07/05/1963	Par. NS. da Penha	Penha	14	Unid.	Luz do Céu - Introdução	2800,00
Material - Esportivo						
20/10/1965	Alberto Piocesan - douração e prateação de joias	Brás	36	Unid.	Medalhas	18000,00
17/11/1965			70	Unid.	Medalhas	30000,00
25/05/1960	Altivo Ribeiro da Silva	Penha	14	Unid.	Bola de Ping-pong	398,00
04/08/1960	Atelier Brasília Flamulas	Salto - SP	100	Unid.	Flamulas	3200,00
23/03/1963	Bazar ST. Catarina	Penha	15	Unid.	Bola de Ping-pong	1125,00
05/08/1964	Bazar Soares		48	Unid.	Bola de Ping-pong	9120,00
24/06/1969	Bazar Tokio		1	Unid.	Rede de Ping-pong	3,50
31/08/1967	Casa Celso		8	Unid.	Medalhas vermelhas	12,00
31/08/1967			14	Unid.	Medalhas prateadas	16,80
31/08/1967			13	Unid.	Medalhas bronze	10,80
26/05/1965	Casa do Esportista	Lapa	30	Unid.	Corda de Linha	40500,00
26/05/1965			25	Unid.	Bastão 80 cm para ginastica	20000,00
18/11/1966			22	Unid.	Medalhas 555-2	18700,00
18/11/1966			22	Unid.	Medalhas 555-1	15400,00
01/09/1960	Casa modelo	Penha	24	Unid.	Bola de Ping-pong	470,00
02/06/1961			128	Unid.	Bola de Ping-pong	2770,00
08/05/1965	Casa São Joao		4	Unid.	Raquete para Ping-pong	1280,00
14/03/1966	Droga Nova	Penha	1	Unid.	Álcool	4,80
07/08/1967			8	Unid.	Bola de Ping-pong	3,60
16/03/1961			12	Unid.	Raquete para Ping-pong	200,00
26/06/1969	Esportes da penha		1	Unid.	Rede de Ping-pong	3,50
08/03/1965	Esportes Moura	República	2	Unid.	Rede de Ping-pong	1600,00
08/03/1965			2	Unid.	Pares de Suporte	3000,00
22/11/1965	Gaeta Couros e Esportes	Penha	12	Unid.	Bolas de Ping-pong	4000,00
22/11/1965			1	Unid.	Apito	400,00
21/03/1966			3	Unid.	Bolas oficiais	3,00

22/05/1961	Irmãos Lanzoni		36	Unid.	Bola de Ping-pong	720,00
12/03/1964			36	Unid.	Bola de Ping-pong	3420,00
03/03/1960	Madeiras Philips	Brás	3	Mts	Chapa de Pinho 2,60x2,20*0,25	4270,50
08/03/1967	Metalúrgica Esportiva	Tatuapé	1	Unid.	Bolinha de Ping-pong	1,40
08/03/1967			1	Unid.	Rede de Ping-pong	1,40
03/08/1971	Pap. Souza Campos	Penha	12	Unid.	Bolinha de Ping-pong	24,00
03/08/1971			2	Unid.	Rede de Ping-pong	8,00
07/03/1967	Stadium Artigos Esportivos	Sé	12	Unid.	Bola de Ping-pong	3,96
07/03/1967			2	Unid.	Rede de Ping-pong	2,70
04/05/1960	Tabacaria São Jose	Penha	3	Unid.	Bola de Ping-pong	90,00
Material - Escolar						
16/06/1966	Artes Gráficas Maldonado	Tatuapé	2308	Unid.	Exercício Formato 420x297	120016,00
28/03/1968	Bazar brasil	Penha	100	Unid.	Folha de Almoço	2,25
16/02/1967	Bazar Moscovide		100	Fls.	Almoço	3,00
10/03/1964	Bazar Soares		6	Unid.	Lápis Fases 1 e 2	180,00
10/03/1964			3	Unid.	Caixa Lápis 0,5	410,00
10/03/1964			3	Unid.	Compasso Brasil	1350,00
10/03/1964			2	Unid.	Borrachas	100,00
10/03/1964			19	Unid.	Esquadro	3870,00
10/03/1964			2	Unid.	Régua	20,00
10/03/1964			3	Unid.	Caderno Espiral	577,00
10/03/1964			2	Unid.	Caderno Espiral 50	165,00
10/03/1964			1	Unid.	Caderno Espiral 100	150,00
10/03/1964			2	Unid.	Caderno de Desenho	320,00
01/04/1965			3	Unid.	Esquadro	420,00
01/04/1965			3	Unid.	Transferido	390,00
16/11/1965			1	Unid.	Caneta	550,00
16/11/1965			20	Fls.	Folhas de papel	2000,00
11/03/1967			400	Fls.	Almoço	9200,00
27/03/1967			250	Fls.	Almoço	5,75
27/03/1967			250	Fls.	Almoço	5,75
27/03/1967			6	Unid.	Canetas	2,40
30/11/1967			2	Res.	Papel Almoço	24,00
04/12/1969	10		Unid.	Cartolina	2,00	
06/06/1966	Casa modelo			4	Cx.	Percevejo
24/02/1967	Coronado	Brás	1	Res.	Papel Almoço	11,60
30/05/1966	Droga Nova	Penha	3	Unid.	Curativo	1200,00
12/10/1964	Empório Artístico Michelangelo	Se	7	Unid.	Folhas de papel	750,00
12/10/1964			1	Unid.	V. Nanquim	850,00
12/10/1964			2	Unid.	Pinceis	560,00
12/10/1964			1	Unid.	Pena	100,00
13/12/1967	For. Modelo	Penha	10	Unid.	Cartolina	2,00
21/06/1968	G. indústria Gráfica	Tatuapé	2000	Unid.	Papel da Desenho impresso 1/4	220,00
21/06/1968			2000	Unid.	Papel de Desenho Impresso 1/8	170,00
01/04/1965	Luzia Cristina Zampieri	Penha	2	Unid.	Caderno de Desenho	1300,00
01/04/1965			1	Unid.	Caderno Espiral	620,00
08/02/1967	Pap. e Bz. Pinduca	Tatuapé	100	Fls.	Almoço	3000,00
22/03/1968	Pap. e Tip. Pauperio	Se	5	Res.	Almoço	1,00
29/08/1967	Papelaria Rosário		5	Unid.	Cartolinas	1,40
10/11/1966	Papelaria Silan		25	Unid.	Folha D. 16	700,00
04/05/1968	Papelaria Souza Campos	Penha	1	Res.	Papel Almoço	12,00
04/05/1968			500	Unid.	Folha Acetinada	8,00
04/05/1968			100	Unid.	Folha pautada	4,00
04/05/1968			6	Unid.	Escrita Fina	2,40
04/05/1968			2	Unid.	Borrachas	0,55
19/03/1966					200	Unid.

16/02/1967			2	Unid.	Pincel magico	1,40
13/03/1968			50	Unid.	Papel Almoço	2,00
13/02/1967	Papelaria Yara	Tatuapé	150	Fls	Almoço	4500,00
Material - Oficina Mecânica						
07/08/1972	Auto Posto Michel	Penha			Gasolina	20,00
23/11/1966	Casa Modelo		7	Unid.	Pistões	280,00
05/05/1971	Casas Gomes	Sé	1	Par	Óculos	81,00
26/05/1968	Ferragista Radiosil	Penha	2	Unid.	Molas	0,70
30/09/1965	Ant. Nogueira S.A	República	1	Unid.	Filtro V. 4	34000,00
04/06/1972	Gufer Com. De Ferro e Aço	Penha	12,5	Kg	Chapa de Ferro 3/16	21,25
22/05/1964	IDHM Art. de Metais	Canindé	1	Unid.	Esterilizador de Aço 110v/1000w	40000,00
06/09/1968	Salus Comercio de Filtros	Brás	2	Unid.	Talha Salus 220	52,00
06/09/1968			1	Unid.	Filtro Salus 541	15,00
06/09/1968			1	Unid.	Tampa p/ filtro 541	2,50
06/09/1968			1	Unid.	Vela Salus 602	1,90
03/10/1970	Sostenes P.Autoriz.	Penha	1	Par	Molas	2,50
Material - Manutenção e Reforma						
11/05/1966	A Santa Filomena	Penha	1	Lata	Tíner 1/4 Golden	1100,00
10/03/1967	Armando Munhoz & Cia		5	Kg	Cimento	0,60
11/03/1967			5	Kg	Cimento	0,60
27/03/1967			5	Kg	Cimento	0,50
14/10/1967			2	Unid.	Cotovelo 3/4	1,00
14/10/1967			2	Unid.	T	1,20
14/10/1967			1,35	Mts	Cano 3,4	2,02
06/03/1968			1	Unid.	Luva 3/4	0,60
08/03/1968			2,5	Mts	Tube	2,50
20/03/1968			10	Kg	Cimento	2,00
20/03/1968			2	Unid.	Ralos de ferro	1,80
20/03/1968			25	Unid.	Manilha 2 p	17,50
20/03/1968			40	Unid.	Tijolos	2,00
20/03/1968			10	Kg	Cimento	2,00
20/03/1968			2	Unid.	Ralo de ferro	1,80
26/03/1968			10	Kg	Cimento	2,00
17/04/1968			35	Kg	Cimento	7,00
17/04/1968			1	Unid.	Espelho de tomada	0,30
22/04/1968			20	Kg	Cimento	4,00
24/04/1968			4	Mts	Tube Eternit 2	10,80
24/04/1968			1	Unid.	Cal H	2,20
24/04/1968			1	Unid.	Cimento Ouro Branco	7,80
24/04/1968			3	Unid.	Curva S 2	4,50
03/06/1968			1	Pacotes	Pregos 18x30	1,00
03/06/1968			25	Kg	Cimento Votoran	5,00
15/06/1968			1	Unid.	Viga 6x16x350	3,50
15/06/1968			1	Unid.	Esmalte Sintético Amarela	1,70
29/07/1968			4	Sacos	Cimento Votoran	31,20
22/08/1968			1	Pac.	Prego 18/x30	1,00
03/07/1971			2	Sacos	Cimento Votoran	17,60
26/06/1968			3	Unid.	Caibro de madeira	3,17
03/07/1968			1	Unid.	T 3/4	0,70
03/07/1968			1	Unid.	Junção 3/4	0,70
03/07/1968			1	Unid.	Boia 3/4	3,00
03/07/1968			5	Kg	Cimento Votoran	1,00
09/07/1968			1	Unid.	Broca Tique	4,70
09/07/1968			1	Unid.	Trucha	1,00
09/07/1968			1	Unid.	Trucha	1,40
09/07/1968			1	Unid.	Galão Fixotaco	5,00

10/07/1968			2	Mts	Areia grossa	24,00
23/03/1968	Casa Diniz		2,80	Unid.	Preto gdo negro	3,80
23/03/1968			1	Unid.	Água Rás	0,70
24/05/1961	Casa modelo		8	Kg	Cimento	72,00
20/05/1967			1	Pac.	Pregos 12x12	1,50
08/04/1968			1	Unid.	Lâmpada	1,20
13/12/1968	Casa São Felipe de Ferragens	Tatuapé	18	Kg	Betume	12,45
06/03/1968	Chaveiro Nsa Sra. da Penha		2	Unid.	Chaves	2,00
25/06/1968			4	Unid.	Chaves	4,00
02/06/1960	Cia Comercial de Vidros Brasil	Penha	0,7	Mts	Vidro	310,00
27/06/1968	Com. Lourenço S.A		6	Mts	Calhas enc. 36x26	14,52
24/11/1967	Cia Carlos Guedes		1	Unid.	Taco de Peroba	3,60
19/12/1968	Deposito da Penha		13	Kg	Betume	7,80
24/12/1968			25	Kg	Betume	15,00
20/11/1966	Deposito Maringá		0,5	Kg	Cardo Cizal	650,00
03/05/1968	F. Monteiro S.A	Sé	1	Unid.	Carrinho de ferro Vulcan	31,00
13/10/1967	Gabriel Gonçalves		1,5	Unid.	Dobradiça 4x3	2,55
12/10/1967	Lazaro F. Ribeiro	Penha	4	Unid.	Chaves	3,20
02/06/1960	Massa		1	Kg	Massa	35,00
18/08/1971	Orlando Rosalino - encanador e concertos em geral	VI. Esperança			Aplicação de Cascolac (Diretoria, Secretaria, Sala dos docentes e portaria)	285,00
13/03/1967	Paraiso dos Pintores	Penha	1	Unid.	Wandol	980,00
13/03/1967			1	Lata	Água Rás	70,00
22/05/1972	Vid. VI. Matilde	VI. Matilde	1,6	Mts	Vidro impresso 3 mm	64,00
Material - Primeiros Socorros						
03/12/1959	Altivo R. da Silva	Penha	1	Unid.	Curativo	20,00
29/11/1967	Bot. Veado D'Ouro	Sé	2000	Unid.	Bicarbonato	1,00
17/04/1964	Droga Nova	Penha	1	Unid.	Comprimidos diversos	1000,00
31/08/1965			1	Unid.	Mertiolate	450,00
31/08/1965			2	Unid.	Algodão	1000,00
31/08/1965			2	Unid.	Algodão	620,00
31/08/1965			2	Unid.	Atroveran	1016,00
31/08/1965			2	Unid.	Esparadrapo	1500,00
31/08/1965			1	Unid.	band-aid	600,00
31/08/1965			2	Unid.	Sonrisal	1440,00
31/08/1965			1	Unid.	Gazes	210,00
31/08/1965			1	Unid.	Novalgina	11,68
14/03/1966			1	Unid.	Mercúrio	8,00
14/03/1966			1	Unid.	Mertiolate	8,00
14/03/1966			1	Unid.	Iodo	8,00
14/03/1966			1	Unid.	Algodão	12,00
14/03/1966			1	Unid.	Esparadrapo 1x5	17,50
14/03/1966			20	Rolo	Gases 8cc	32,00
14/03/1966			50	Unid.	Cibalena	31,00
14/03/1966			50	Unid.	Melhoral	17,50
27/03/1967			1	Lt.	Álcool	500,00
28/04/1967			3	Litros	Álcool	1,50
11/05/1967			5	Cx	Melhoral	50,00
11/05/1967			1	Unid.	Esparadrapo	150,00
11/05/1967			1	Unid.	Pomada Piato	50,00
19/05/1967	1	Pac.	Algodão	1,60		

19/05/1967			2	Litros	Álcool	1,00
12/09/1966			20	Unid.	Cibalena	1400,00
12/09/1966			3	Pac.	Algodão 200g	4200,00
12/09/1966			2	Vl.	Iodo	1600,00
12/09/1966			2	Unid.	M.	1600,00
12/09/1966			2	Unid.	Methiolete	1400,00
12/09/1966			2	Unid.	Esparadrapo 38/45	2800,00
17/05/1966			1	Unid.	Sedomase	16,75
31/05/1961	Nestor Alves Ferreira		1		Transporte de Acidentado - Cia de Seguros Boavista	104,00
18/03/1965	Ótica Freitas		2	Unid.	Lentes	7000,00

Material - Uniforme Escolar

12/04/1967	Ao barulho da Lapa		4	Mts	Plástico	3,60		
08/09/1966	Bazar Moscovide		2	Pares	Meias	1800,00		
08/09/1966	Calçados S Antonio		1	Unid.	Sapato	6500,00		
27/10/1966			1	Pares	Sapato	6500,00		
11/05/1967	Casa Celso	Penha	12	Pares	Meias F.C	13,00		
11/05/1967			10	Unid.	Calção de brim	20,00		
11/05/1967			2	Unid.	Calção de goleiro	8,00		
11/05/1967			1	Unid.	Jogo caneleiras	77,00		
11/05/1967			1	Unid.	Camisa goleiro	7,00		
11/05/1967			12	Unid.	Bordados	24,60		
26/11/1968			Casa Gabay	Se	10	Unid.	Meias	35,00
06/09/1966			Conf. Frajman	Bom Retiro	1	Unid.	Calça	10000,00
18/05/1966	Ind. E Com. De Roupas Miguel	Penha	15	Unid.	Capas	75000,00		
18/05/1966			7	Unid.	Blusões	35000,00		
18/05/1966			5	Unid.	Camisas	21000,00		
27/08/1966			1	Unid.	Calça	14000,00		
27/08/1966			1	Unid.	Blusão	7500,00		
09/09/1966			1	Unid.	Blusão Tergal bordado	8000,00		
11/04/1967			2	Unid.	Capas ord. 3813	26,00		
02/07/1968			3	Unid.	Capas	45,00		
23/10/1968			1	Unid.	Blusão Tergal bordado	16,00		
04/11/1968			1	Unid.	Calça	23,00		
21/05/1971			17	Unid.	Capa e Blusão	360,00		
21/05/1971			4	Unid.	Calção	12,00		
21/05/1971			4	Unid.	Camiseta	19,00		
21/05/1971			1	Unid.	Meia	2,00		
21/05/1971			4	Unid.	Calça	92,00		
21/05/1971			2	Unid.	Camisa	24,00		
22/06/1972			30	Unid.	Camisa Tergal	450,00		
22/06/1972	20	Unid.	Camisa Tergal	600,00				
22/06/1972	20	Unid.	Blusão Tergal bordado	800,00				
22/06/1972	15	Unid.	Avental de Brim	300,00				
21/09/1971	Mundo Esportivo		15	Unid.	Camisas Hering	379,35		

Material - Utensílios Diversos

19/03/1969	A Rainha das Festas	Penha	3	Cx	Canudos	25,50
14/10/1972			1	Dz.	Prato 3	1,50
14/10/1972			1	Dz.	Prato 6	1,40
14/10/1972			0,5	Dz.	Prato 12	2,40
14/10/1972			3	Dz.	Prato 3	4,50
26/03/1969	Armínio Branco		5	Pac.	Palito	2,00

09/05/1969			1	Pac.	Palito	0,40		
15/05/1966	Arnold Borges Carneiro		1	Unid.	Copo	3,20		
15/05/1966			1	Unid.	Colher	2,00		
15/05/1966			1	Unid.	Garfo	80,00		
23/11/1966		Bazar Brasil	1	Par	Argos plásticos	210,00		
08/04/1968	Casa da Ladeira da Penha		15	Dz.	Copos	21,00		
08/04/1968			1	Dz.	Talheres	7,00		
11/03/1967			6	Dz.	Copos	8,40		
20/05/1967	Casa modelo		1	Unid.	Vela para filtro	1,50		
22/09/1964	Casa Sta. Filomena		2	Unid.	Copos Nadir	2640,00		
30/03/1967	Casa São Jose		2	Unid.	Toalhas	0,90		
18/09/1964	Casas Regis	Brás	1	Unid.	Caçarola	6540,00		
18/09/1964			1	Unid.	Concha	400,00		
23/11/1966	Deposito de fio, linhas e Lã Alvorada	Penha	3	Unid.	Rolo de sisal	3600,00		
12/12/1967	Deposito de loucas das Fabricas		2	Unid.	Cestas com alça	8,00		
27/10/1966	Feira de Guaiauna		2	Dz.	Copos	24000,00		
06/05/1967	Granja Ana Rosa		3	Unid.	Vaso	15,00		
06/05/1967			1	Unid.	Vaso	4,50		
06/05/1967			1	Unid.	Vaso	6,00		
12/12/1967	Irmãos Esperidião	Sé	24	Unid.	Pratos	6,00		
11/03/1967	Loja das Bagunças	Penha	1	Unid.	Balde	3280,00		
11/03/1967			1	Unid.	Leiteira	1790,00		
11/03/1967	Mercadinho Guaiauna		1	Unid.	Colher de pau	0,40		
22/08/1967			5	Unid.	Abridores	2,00		
15/12/1967			3	Cx.	Palito	9,00		
26/03/1968	Merc. e Fruteiras			2	Unid.	Coador de café	0,80	
09/12/1967	Papeleria Barão de Duprat	Brás	4	Pac.	Guardanapo 34x34	3,40		
09/12/1967			200	Unid.	Pratos n.º 18	7,40		
09/12/1967			50	Unid.	Pratos n.º 26	3,45		
17/11/1965	Papeleria Souza Campos	Penha	10	Cx.	Garfinhos	800,00		
17/11/1965			12	Unid.	Pratos Grandes	500,00		
17/11/1965			200	Unid.	Guardanapo	2880,00		
17/11/1965			12	Dz.	Copos	600,00		
17/11/1965			50	Fls.	Papel rosa	2880,00		
17/11/1965						3000,00		
22/11/1966			17	Dz.	Copos parafinados	8500,00		
22/11/1966			200	Pac.	Guardanapos 24x24	1800,00		
22/11/1966			300	Pac.	Guardanapos 16x16	1200,00		
22/11/1966			3	Cx.	Garfos	2100,00		
22/11/1966			50	Unid.	Pratos de papelão	3500,00		
22/11/1966			50	Unid.	Pratos de papelão	3000,00		
22/11/1966			8	Dz.	Pratos fantasias	3600,00		
22/11/1966			50	Fls.	Papel fantasia	5000,00		
25/02/1967			Rei das Louças		1	Unid.	Peneira	2000,00
12/12/1967					1	Dz.	Xicara de café	4,00
15/05/1972			Serafim Henrique dos Santos - ferragens em geral	Tatuapé	10	Dz.	Copo Americano	12,50
24/03/1969	Wilson Pi Parada & Cia	Brás	20	Cx.	Gluglu	11,00		

Fonte: Arquivos da O.C.E e A.P.M (Adaptado pelo autor)

T – Imagem de peça publicitaria Mercadinho Azul (1955)

INSTALE SEU NEGÓCIO DE

frutas
aves abatidas
açougue
frios ou
artigos domésticos

COM APENAS CR\$ **1.000,00** MENSAIS



**TORNANDO-SE PROPRIETÁRIO NO
MERCADINHO AZUL N.º 1**
Rua Guaiauna, 751 (Penha)

*Em breve: 1 mercadinho em cada bairro
para melhor servir o povo!*

EIS OS LUXUOSOS BOXES:



No melhor ponto da populoso bairro da Penha, com câmaras frigoríficas, depósito para cereais, instalações sanitárias completas e luxuoso acabamento, o **MERCADINHO AZUL N.º 1** nasceu de uma iniciativa particular, recebendo ampla apóla do Governo Estadual.

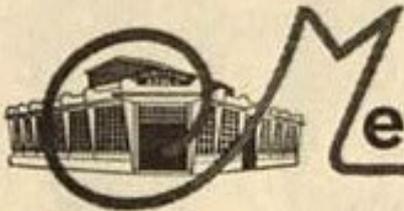
FEIRANTE: com o custo dos pneus de seu caminhão V, poderá estabelecer-se comodamente adquirindo um Box no Mercadinho Azul n.º 1.

ESTAS SÃO AS ADMIRÁVEIS CONDIÇÕES DE VENDA DOS BOXES:

Boxes desde Cr\$ 90.000,00 com sômente 20% de entrada e o restante facilitado em 10 anos pela Tabela Price, com mensalidades de Cr\$1.000,00

APROVEITE ESTA OPORTUNIDADE!
ESTAMOS VENDENDO OU ALUGANDO OS ÚLTIMOS BOXES!

CORRETORES NO LOCAL DIARIAMENTE



ercadinho azul n.º 1

Uma iniciativa particular a serviço do povo!
Rua Guaiauna, 751 (Penha) - Fone: 9-0827

Regul

Fonte: A Gazeta Esportiva (1955, p. 20)

U (a): Escolas de formação primária dos matriculados no Ginásio Industrial (1963 - 1972)

Escola Primária	Quant.	Bairro
Não Informado	82	Não informado
G.E. Carlos Escobar	38	Tatuapé
G.E. Santos Dumont	33	Penha
G.E. Barão de Ramalho	21	Penha
G.E. Zalina Rolin	19	Vila Aricanduva
G.E. Padre Antão	12	Penha
SESI	11	Diversos
G.E. Erasmo Braga	9	Tatuapé
Externato São Vicente de Paula	8	Penha
G.E. Professora Marisa Mello	8	Vila Aricanduva
G.E. Barão de Souza Queiroz	7	Penha
G.E. Bairro Guaiaúna	6	Penha
G.E. Padre Jose de Carvalho	6	Penha
4 – Alunos por escola: G.E. Dom Joao Maria Ogno O.S.B, G.E. Joao Teodoro, G.E. Prof. Adelaide F. de Oliveira, G.E. Vila Aricanduva	16	
3 – Alunos por escola: G.E. Cel. Pedro Arbues, G.E. Deputado Silva Prado, G.E. Ermelino Matarazzo, G.E. Heróis da F.E.B, G.E. Jardim Nordeste, G.E. Ponte Grande, G.E. Vila Lais	21	
2 – Alunos por escola: E.A.M. Cidade Patriarca, E.A.M. Cidade A.E. Carvalho, Escola Santa Maria, Externato Nossa Senhora da Penha, G.E. Capistrano de Abreu, G.E. Cid. Antônio Estevão de Carvalho, G.E. Jamil P. Sawaya, G.E. Jose Bartocci, G.E. República do Uruguai, G.E. Roca Dordal, G.E. Romão Puiggari, G.E. Silva Prado, G.E. Vicente de Carvalho, Inst. Ed. Nossa Senhora da Penha	28	
1 – Alunos por escola: Col. Nossa Senhora da Gloria, E.A.M Itaquera, E.A.M. Alto Belém, E.A.M. Artur Alvim, E.A.M. Cangaíba, E.A.M. Mãe do Céu, E.A.M. Vl. Germaine, Educandário Corinto Balduino, Escola Santa Catarina, Escola Santa Inês, Externato Paulista, externato Vicente Pallotti, G. E. Prof. ^a Adelaide de Oliveira, G.E. `Padre Anchieta, G.E. Ana Maria Cavalari, G.E. Armando Araujo, G.E. Ascanio de Azevedo Castilho, G.E. Bairro do Tatuapé, G.E. Bernardo Domingues Nogueira, G.E. Carlos Gomes, G.E. Castelo Branco, G.E. Cesar Martinez, G.E. D. Benedito E. Santos, G.E. D. Bernardo R. Nogueira, G.E. Dom Jose Tomas, G.E. Dom Miguel de Servantes Y Saavedra, G.E. Eduardo Carlos Pereira, G.E. Galileo Menon, G.E. M. Avila, G.E. M. Passalacqua, G.E. Máximo de Moura Santos, G.E. Nsa. Sra. Menina, G.E. Prof. Wallace Marques, G.E. Prof. Alfredo Machado Pedrosa, G.E. Prof. Aracy L. de Veiga Ravache, G.E. Prof. Benedita Rezende, G.E. Prof. Joao Borges, G.E. Prof. Jose de Camargo, G.E. Prof. Jose de Campos Machado, G.E. Rita Julia de Oliveira, G.E. Salvador Rocco, G.E. Sinharinha Camarinha, G.E. Theodomiro Emerique, G.E. Theodoro de Moraes, G.E. Vila Antonina, G.E. Vila Esperança, G.E. Vila Santa Adelaide, G.E. Vila Talarico, G.E. Visconde de Congonhas do Campos, Ginásio Agostiniano São Jose, Inst. Educ. Monteiro Lobato, Inst. Educ. Prof. Antonio Firmino Proença, Jardim Inf. Nossa Sra. Menina, Liceu Salesiano Nsa. Sra. Auxiliadora, Secretaria Educação de Adultos	55	Diversos

Fonte: Prontuários de alunos (Elaborado pelo Autor)

U (b): Escolas de formação primária dos matriculados Desenho Técnico (1965 - 1972)

Escola primária	Quant.	Bairro
Não Informado	48	
G.E. D. Zalina Rolin	20	Vila Aricanduva
G.E. Padre Antão	13	Penha
G.E. Santos Dumont	13	Penha
G.E. Barão de Ramalho	10	Penha
SESI	8	Diversos
G.E. Barão de Souza Queiroz	7	Penha
G.E. Carlos Escobar	7	Tatuapé
G.E. Prof. Marisa Mello	7	Vila Aricanduva
Externato Nossa Senhora da Penha	6	Penha
4 - Alunos por escola - G.E. Vila Lais, G.E. Joao Teodoro, G.E. Theodomiro Emerique	12	
3 - Alunos por escola -E.M. Prof. Henrique Pegado, G.E. Amadeu Amaral, G.E. Cel. Pedro Arbues, G.E. Cid. Antônio Estevão de Carvalho, G.E. Deputado Silva Prado, G.E. M. Passalacqua, G.E. Padre Jose de Carvalho, G.E. Ponte Grande, G.E. Prof. Jose de Camargo, G.E. Jardim Popular, G.E. Alvares de Azevedo	33	
2 - Alunos por escola: E.A.M Vila Guilhermina, G.E. Bairro do Tatuapé, G.E. Máximo de Moura Santos, G.E. Prof. Adelaide F. de Oliveira, Inst. Ed. Nossa Senhora da Penha, Jardim Inf. Nossa Sra. Menina, Secretaria Educação de Adultos, G.E. Caetano Miele, G.E. Prof. Jose Bartocci, G.E. Prof. Luiz Antônio Fragoso, G.E. Prof. Paulo N. de Carvalho, G.E. Prof. Rita Julia de Oliveira, G.E. República do Uruguai	26	
1 - Aluno por escola: E.A.M. São Miguel Paulista, E.A.M. Jose Bonifácio, E.A.M. Cecilia Meireles, E.A.M. Vila Matilde, E.A.M. Cangaiba, E.A.M. Vl. Germaine, Externato São Jose de Vila Matilde, Externato Sto. Antônio Lisboa, Externato Nsa. Sagrado Coração, Externato São Vicente de Paula, Externato Alvorada, G. E. Anacleto Cruz, G.E. Antônio Q. Telles, G.E. D. Bernardo R. Nogueira, G.E. Ermelino Matarazzo, G.E. Ascanio de Azevedo Castilho, G.E. Bairro Guaiaúna, G.E. Dom Miguel de Cervantes Y Saavedra, G.E. Heróis da F.E.B, G.E. Romão Puiggari, SENAC, SENAI, G.E. Gabriel Monteiro, G.E. Pandia Calogeras, G.E. Senador Lacerda Franco, G.E. Thomaz Antônio Gonzaga, G.E. Votuporanga, G.E. Artur Alvim, G.E. Bertha C.E.C da Rocha , G.E. Com. Mario Reys, G.E. do Bairro Aparecida D'oeste ,G.E. Dr. Cesário Dantas, G.E. Dr. Vital F. de Almeida , G.E. Esther F. Sampaio, G.E. Gabriel Scipione, G.E. Itororó do Paranapanema , G.E. Julia A.A. Antunes, G.E. Monte Castelo, G.E. Orville Derby, G.E. Oswaldo Cruz, G.E. Prof. Alvino Bittencourt, G.E. Vila Granada, G.E. Vila Sinhá, G.E. Vila Chabilandia, G.E. Cap. Emidio, G.E. Dep. Lopes Chaves, G.E. Benedito P. A. de Souza, G.E. Mirandópolis, G.E. Jose Talarico, G.E. Vila Aricanduva, Liceu de Santo Afonso, G.E. Prof. Máximo de Moura Santos, G.E. Regente Feijó.	53	Diversos

Fonte: Prontuários de alunos (Elaborado pelo Autor)

V (a): Profissão dos pais dos alunos matriculados Ginásio Industrial (1963 - 1972)

Número de profissões	Profissões	Quant.	%
1	Administrador, Agricultor, Aj. de máquina, Aj. de Contramestre, Ajudante, Apontador, Autônomo, Aux. de Contabilidade, Aux. de produção, Barbeiro, Calandrista, Carregador, Comprador, Construtor, Corretor, Decorador, Despachante, Empreiteiro, Encarregado, Enfermeiro, Entalhador, Escrivão, Farmacêutico, Ferramenteiro, Ferroviário, Fiscal de Ônibus, Floricultor, Instrumentista, Jornalista, Linotipista, Lustrador, Mestre em lubrificação, Modelador, Oficial da Marinha mercante, Operador de máquina, Ourives, Padeiro, Porteiro, Pracista, Prensista, Protético, Publicitário, Químico, Rebobinador, Recenseador, Serralheiro, Tec. em Refrigeração, Técnico e Vigia.	49	13
2	Alfaiate, Armador, Aux. de Escritório, Cobrador, Conferente, Contramestre, Encanador, Garçom, Gravador, Guarda-noturno, Lavrador, Professor e Tapeceiro	26	7
2	Almoxarife, Confeiteiro, Escriturário, Feirante, Fundidor, Maquinista, Mestre-de-obras	21	6
4	Aposentado, Bancário, Gráfico e Tecelão	16	4
5	Marceneiro e Sapateiro	10	3
6	Falecido	6	2
7	Carpinteiro, Metalúrgico, Pedreiro	21	6
8	Contador e Funileiro	16	4
9	Eletricista	9	2
10	Industrial	10	3
11	Pintor e Tintureiro	22	6
12	Operário e Vendedor	24	6
14	Mecânico	14	4
15	Militar	15	4
16	Comerciário	16	4
21	Funcionário público	42	11
30	Motorista	30	8
34	Comerciante	34	9

Fonte: Prontuários de alunos (Elaborado pelo Autor)

V (b): Profissão das mães dos alunos matriculados (1963 - 1972)

Profissão	Quant.	%
Doméstica ou Prendas do lar	339	89,0
Costureira	11	2,9
Não informado	8	2,1
Professora	6	1,6
Funcionária Pública	5	1,3
Comerciante	2	0,5
Tecelã	2	0,5
Balconista, Escrituraria, Faxineira, Operaria, Retorcedeira, Secretaria, Vendedora e Falecida	8	2,1

Fonte: Prontuários de alunos (Elaborado pelo Autor)

V (c): Profissão dos pais dos alunos matriculados Desenho Técnico(1965 - 1972)

Número de profissões	Profissões	Quant.	%
1	Aj. de Caminhão, Armador, Aux. de Escritório, Azulejista, Bancário, Carcereiro, Ciclista, Confeiteiro, Conferente, Costureiro, Empreiteiro, Encanador, Enfermeiro, Feirante, Funileiro, Gerente, Floricultor, Fotografo, Ins. da qualidade, Jornaleiro, Mecanógrafo, Padeiro, Paginador, Panificador, Prensista, Pespontador, Professor, Radio técnico, Relojoeiro, Servente, Soldador, Tintureiro	32	12
2	Alfaiate, Ambulante, Balconista, Corretor, Ferroviário, Industrial, Polidor	14	5
3	Barbeiro, Cobrador, Ferramenteiro, Gráfico, Metalúrgico, Porteiro, Torneiro-mecânico	21	8
4	Escriturário, Pintor, Vendedor	12	5
5	Serralheiro	5	2
6	Aposentado, Operário	12	5
7	Carpinteiro, Metalúrgico, Tecelão	21	8
8	Eletricista, Lavrador, Marceneiro, Mecânico, Sapateiro	40	15
10	Funcionário publico	10	4
12	Não informado	12	5
18	Pedreiro	18	7
19	Comerciante ou Comercário	19	7
22	Motorista	22	8
25	Falecido	25	10

Fonte: Prontuários de alunos (Elaborado pelo Autor)

V (d): Profissão das mães dos alunos matriculados (1965 - 1972)

Profissão	Quant.	%
Doméstica ou Prendas do Lar	224	85,2
Costureira	11	4,2
Bordadeira, Cozinheira, Ferroviária, Metalúrgica, Op. de Raio X, Professora, Publicitaria, Tecelã	8	3,0
Falecida	7	2,7
Funcionário publico	3	1,1
Operária	2	0,8
Não informado	8	3,0

Fonte: Prontuários de alunos (Elaborado pelo Autor)